

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TESE DE DOUTORADO

**A RETERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA
DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC: PARA ALÉM DA DIMENSÃO CULTURAL**

ANTÔNIO CARLOS MOREIRA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, ABRIL DE 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A RETERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA
DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC: PARA ALÉM DA DIMENSÃO CULTURAL**

ANTÔNIO CARLOS MOREIRA

Orientadora: Profa Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Carmen Rejane Flores Wizniewski

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Prof. Dr. Nelson Rego

Prof. Dr. Roberto Verdum

Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

**Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Geografia como requisito
para obtenção do título de
Doutor em Geografia.**

PORTO ALEGRE, ABRIL DE 2009.

Moreira, Antônio Carlos
A reterritorialização do Assentamento Conquista na fronteira de
Dionísio Cerqueira – SC: para além da dimensão cultural. – Porto
Alegre: IGEO/UFRGS, 2009.
[225 f.]. il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Porto Alegre, RS - BR, 2009.
Orientação: Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros

1. Território. 2. Territorialidades humanas. 3. Cultura. 4. Espaço. I.
Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Miriam Alves CRB Prov. 10/3108

Dedicamos os resultados dessa pesquisa aos indivíduos sociais do território Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira – SC e aos demais atores sociais do MST do Brasil.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pública e gratuita;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e todos os funcionários, em especial, à Zélia, pela sua prestatividade;

À Rosa Maria Vieira Medeiros pela incondicional orientação da pesquisa e pela sua filosofia adotada para conversar e dialogar com este pesquisador;

Aos solidários professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, com destaque aos componentes da Banca de Qualificação: Álvaro Luiz Heidrich, Marcos Aurélio Saquet, Nelson Rego e Rosa Maria Vieira Medeiros por suas sugestões;

Aos colegas de aula do Curso de Pós-Graduação, destacando o Patrício e o Marcos, pela dupla disponibilidade em dialogar, constantemente conosco, a respeito do significado da Geografia;

À Clarice Rigo que fomentou os contatos iniciais diretos com os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS;

Indistintamente, a todos os atores sociais do território do Assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira – SC, por disponibilizarem suas agradáveis estéticas, objetivas e subjetivas;

Aos discentes de Geografia, com os quais mantivemos relações pedagógicas e filosóficas, por aceitarem construir conosco experiências de aprendizagem voltadas às análises territoriais;

Ao Fábio, à Elizandra e à Nina, por aceitarem a proposta desafiante de reconstruir os desejos com novas experiências destinados à alimentação e ao uso do solo, respeitando a originalidade da educação do campo;

Aos meus pais, que disponibilizam parte de seus tempos para dialogar conosco, auxiliando nossa aprendizagem por meio de suas experiências de vida;

À Nedi, Ana e André, compartilhando aprendizagens emocionantes e sempre presentes, motivando a conquista de mais uma experiência de vida, nessa oportunidade, o doutoramento em Geografia.

Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana. (Milton Santos).

RESUMO

O território do Assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira – SC, a partir de 1980 até o momento, passou por um acentuado processo de reconstrução, mediatizado por filosofias diferentes em termos de planejamento. O objetivo da pesquisa de tese é entender a reterritorialização desse assentamento rural, analisando as diversas dimensões constitutivas do território, para além da dimensão cultural. Os dados foram identificados por meio de entrevistas com perguntas fechadas e abertas, visitas de convivência no território em diferentes estações climáticas, diálogos com os indivíduos sociais em locais de trabalho, nas residências, em espaços de lazer e, andando pelo território, registros fotográficos, escritos e auditivos. Também, realizamos análises de diversos documentos históricos do assentamento e outros, como mapas, receitas caseiras para o fabrico de alimentação humana e animal, além de outros destinados ao cultivo e à criação. O território, antes da ocupação realizada pelo MST, servia como fonte de lucro e acúmulo de capital, concentrado somente numa pessoa. Posteriormente, mais de 200 seres humanos, fundamentados por princípios coletivos e com distribuição de renda conquistada, o reconstruíram. A filosofia adotada para o planejamento territorial entre o acampamento e o assentamento sustentou atitudes e ações com base em relações sociais e socionaturais de igualdade e respeito entre os indivíduos sociais do campo e da comunidade com a natureza. Desta maneira, o território materializou-se, concomitantemente com as reconstruções das territorialidades humanas, em fuga às subjetivações capitalísticas, recuperando os sentidos e os desejos da participação e do envolvimento comunitário. A reconstrução territorial possibilitou a partilha do trabalho coletivo com a superação da fome do corpo físico e espiritual, proporcionando maior liberdade de tempo, otimizado pelos inúmeros encontros para conversar e para se divertir. Constantemente, os indivíduos sociais reenergizam-se por intermédio de atitudes místicas, construídas em forma de representações simbólicas, dramatizadas, musicais, danças, poesias, contos e encontros comemorativos em geral, além de outras. A reterritorialização foi se realizando com a identificação dos assentados com a terra, enquanto continuidade da vida, e, com isso, seus desejos, também se concretizam pela estética do lugar, confirmando o compromisso de responsabilidade com a sustentabilidade ecológica, social, econômica, política e cultural em que os desejos do porvir possam continuar se reconstruindo. A experiência adquirida com a pesquisa contribuiu para que fizéssemos uma verdadeira reconstrução, também das nossas territorialidades referentes às análises territoriais, restabelecendo as energias que movimentam o corpo desse pesquisador socioespacial.

Palavras-chave: Território. Territorialidades humanas. Cultura. Espaço.

ABSTRACT

The territory of the settlement boundary in the Conquest of Dionísio Cerqueira - SC, from 1980 to date, has experienced a dramatic process of reconstruction, media by different philosophies in terms of planning. The objective of the research thesis is to understand the reterritorialization of rural settlement, analyzing various dimensions of the constituent territory, beyond the cultural dimension. Data were identified through interviews with open and closed questions, visit the territory of living in different weather stations, social dialogues with individuals in the workplace, in homes, in areas of recreation, and walking the land, photographic records, written and auditory. Also, analysis of various historical documents of the settlement and others, such as maps, recipes for making homemade food and feed, and other for the cultivation and breeding. The territory, before the occupation held by the MST, served as a source of profit and accumulation of capital, concentrated only on a person. Subsequently, more than 200 humans, based on collective principles and the distribution of income earned, the rebuilt. The philosophy adopted for the planning territorial settlement between the camp and held attitudes and actions based on social relations and socionaturais of equality and respect between individuals of the social field and the community with nature. Thus, the area is produced, concomitantly with the reconstruction of human territorialities in the subjectivation capital flight and restore the senses and the desires of participation and community involvement. The reconstruction allowed the territorial sharing of collective work to overcome the hunger of the physical body and spiritual, providing more freedom of time, optimized for numerous meetings to talk and have fun. Constantly, people are social reenergizam through mystical attitudes, built in the form of symbolic representations, dramatized, music, dances, poems, stories and celebrating in general meetings and other. The reterritorialization has been doing with the identification of the settlers with the land, while continuity of life, and so their wishes, also illustrate the aesthetic of the place, confirming the commitment of responsibility with ecological sustainability, social, economic, political and cultural environment in which the wishes of the future is to continue rebuilding. Experience in research that helped us a true reconstruction, also of our territorialities for the territorial analysis and restore the energy to move the body of socio researcher.

Key words: Territory. Human Territoriality. Culture. Space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Ocupação da terra e confronto do MST com o Estado.	87
Fotografia 2 - Conversações para o planejamento do território.	89
Mapa 1 – Mapas de reordenamento territorial do Assentamento Tracutinga. (ANEXO A).....	91
Mapa 2 – Mapa de Infraestrutura do Assentamento Tracutinga. (ANEXO C).	104
Fotografia 3 - Vista aérea parcial do Assentamento Conquista na Fronteira.	104
Fotografia 4 - Apresentação dos alimentos na comemoração dos 19 anos do Assentamento Conquista na Fronteira.	107
Mapa 3 – Mapa de uso do solo do Assentamento Tracutinga (ANEXO D).....	117
Fotografia 5 - Uso do solo para a pastagem e a microbacia, contendo a fonte de água para o Assentamento.	1199
Fotografia 6 - Indivíduos sociais distribuindo hortaliças do coletivo do Assentamento.	130
Fotografia 7 - Indivíduos sociais pescando no açude do Assentamento.....	133
Fotografia 8 - Fogão a lenha numa moradia do Assentamento.	1377
Fotografia 9 - Indivíduos sociais trabalhando no frigorífico do Assentamento Conquista na Fronteira.....	145
Fotografia 10 - Gado leiteiro pastando entre a vegetação nativa.....	149
Fotografia 11 - Roça de milho crioulo destinado a sementes.....	1533
Fotografia 12 - Indivíduos sociais tirando a palha das espigas de milho crioulo. ...	154
Fotografia 13 - Roça de milho crioulo em fase de amadurecimento, destinado ao consumo.....	155
Fotografia 14 - Indivíduos sociais carpindo na roça de mandioca.....	160
Fotografia 15 - Moradia e sua estética no Assentamento Conquista na Fronteira.....	166
Fotografia 16 - Indivíduos sociais distribuindo melancias do coletivo.	167
Fotografia 17 - Comemoração dos vinte anos do Assentamento Conquista na Fronteira.....	168
Fotografia 18 – Representação artística no coletivo do Assentamento.....	171
Fotografia 19 - Grupo de animação de serenatas do Assentamento.	172

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alimentação e derivados consumidos no Assentamento e sua origem.	128
Gráfico 2 - Produtos de higiene e limpeza consumidos no Assentamento e sua origem.	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Manifestações referentes às possibilidades e dificuldades de convivência coletiva no Assentamento Conquista na Fronteira, em 2008.	113
Tabela 2 - Alimentação e derivados consumidos no Assentamento Conquista na Fronteira e sua origem, em 2008.	127
Tabela 3 - Energias auxiliares consumidas no Assentamento Conquista na Fronteira e suas origens, em setembro de 2008.	136
Tabela 4 - Programação mais assistida na televisão pelos jovens e crianças do Assentamento Conquista na Fronteira, em 2008.	163

LISTA DE SIGLAS

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Is - Indivíduo social

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PT - Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

<u>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</u>	14
<u>1 OS PRIMEIROS PASSOS DE UM OBSERVADOR EM BUSCA DO DESVENDAMENTO DA REALIDADE TERRITORIAL CONQUISTA NA FRONTEIRA</u>	24
<u>2 ALGUMAS SUSTÂNCIAS TEÓRICAS E FILOSÓFICAS PARA REABASTECER AS ENERGIAS DE UM OBSERVADOR DA ÁREA DE GEOGRAFIA</u>	36
<u>3 ENTRE OS COLONOS E OS AGRICULTORES: A CONSTITUIÇÃO DOS CAMPONESES NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA</u>	45
<u>3.1 A FORMAÇÃO DOS CAMPONESES CONTEXTUALIZADA PELA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA</u>	45
<u>3.2 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO OESTE CATARINENSE MARCADA PELA CULTURA CAMPONESA</u>	50
<u>3.3 O TERRITÓRIO DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA RECONSTRUÍDO PELOS CAMPONESES</u>	57
<u>4 IDENTIDADES CULTURAIS NOVAS PARA NOVOS TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES</u>	68
<u>5 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CONQUISTA NA FRONTEIRA: A PASSAGEM DO ACAMPAMENTO PARA O ASSENTAMENTO</u>	80
<u>5.1 ALGUNS FATORES HISTÓRICOS MOTIVADORES PARA A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA</u>	80
<u>5.2 CONFLITOS IDEOLÓGICOS E BIOLÓGICOS DOS ACAMPADOS SE ENTRECruzANDO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA TERRA CONQUISTADA</u>	85
<u>5.3 UM LUGAR ENCONTRADO COM POSSIBILIDADES ORGÂNICAS E INORGÂNICAS PARA RECONSTRUIR A IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA HUMANA</u>	90
<u>5.3.1 Encontros de desejos humanos e sonhos em movimento</u>	91
<u>5.3.2 A natureza inorgânica e orgânica do território ocupado como possibilidades para o planejamento territorial coletivo</u>	94

<u>5.4 A NOVA IDENTIDADE CULTURAL CONSTRUÍDA POR MEIO DE ENCONTROS DA MEMÓRIA RECUPERADA, DAS ATITUDES COTIDIANAS E DA PROJEÇÃO DO FUTURO</u>	97
<u>6 O TERRITÓRIO CONQUISTADO NA FRONTEIRA, RECONSTRUÍDO COM TERRITORIALIDADES HUMANAS RETERRITORIALIZADAS</u>	103
<u>6.1 O TERRITÓRIO CONSTRUÍDO NO ENTRELAÇAMENTO DE DESEJOS COMUNS COMPARTILHADOS PARA A IDENTIFICAÇÃO COM A TERRA E O COSMO</u>	105
<u>6.1.1 No planejamento territorial coletivo entre a teoria e a prática emergem as dificuldades e as possibilidades</u>	106
<u>6.1.2 A reconstrução territorial intermediada pela sustentabilidade dos humanos e dos aspectos orgânicos e inorgânicos</u>	116
<u>6.1.2.1 Práticas de atividades agrícolas que respeitam os homínídeos e os elementos físico-naturais</u>	116
<u>6.1.2.2 A alimentação com cuidado coletivo constitui a identidade cultural dos indivíduos sociais do campo</u>	125
<u>6.1.2.2.1 Cultivo de vegetais para a alimentação dos assentados</u>	128
<u>6.1.2.2.2 Criação de animais domésticos para a alimentação dos assentados</u>	131
<u>6.1.2.2.3 A origem dos alimentos com maior teor energético consumidos pelos assentados</u>	134
<u>6.1.2.2.4 O café e a erva-mate consumidos pelos assentados</u>	135
<u>6.1.2.3 A origem das energias auxiliares consumidas pelos assentados</u>	136
<u>6.1.2.4 A origem dos produtos de higiene e limpeza consumidos pelos assentados</u>	139
<u>6.1.2.5 A origem dos produtos de saúde consumidos pelos assentados</u>	140
<u>6.2 TERRITÓRIO, TÉCNICA E TEMPO: OS CONFLITOS TRANSITANDO ENTRE OS INTERESSES DO MERCADO E OS DESEJOS COLETIVOS DO LUGAR</u>	141
<u>6.2.1 A diferente valorização do tempo entre o conhecimento moderno de produção agropecuária e o saber popular do campo</u>	142
<u>6.2.1.1 As in-formações para a produção de frangos no assentamento rural</u>	143
<u>6.2.1.2 As in-formações para a produção da carne de frango, comercialização e consumo</u>	145
<u>6.2.1.3 As in-formações para a produção de leite no assentamento</u>	147
<u>6.2.1.3.1 A criação do gado leiteiro e o cultivo da pastagem</u>	147

<u>6.2.1.3.2 A produção de leite e a sua comercialização</u>	151
<u>6.2.2 O cultivo de milho crioulo e outras experiências, respeitando o tempo e o espaço</u>	152
<u>6.3 A APRENDIZAGEM COMUNICATIVA DO CAMPO POR MEIO DA CONVERSA, DA MÍSTICA E DEMAIS FORMAS DE DESEJAR O TERRITÓRIO</u>	157
<u>6.3.1 A construção de territorialidades humanas pela linguagem, conversas e outras experiências compartilhadas</u>	158
<u>6.3.2 A construção de territorialidades humanas pelas práticas emocionantes entre a estética e a mística</u>	164
<u>6.3.3 Construções de territorialidades humanas pelo emocionante desejo do porvir territorial</u>	173
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	178
<u>REFERÊNCIAS</u>	192
<u>APÊNDICES</u>	198
<u>ANEXOS</u>	210

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os resultados de aprendizagem dessa caminhada, ora apresentados, condizem com um momento particular da nossa vida, percorrido no estágio de quatro anos de tempo. Portanto, esse período está vinculado com inúmeras situações manifestadas num pequeno território, ou seja, no território regional do Extremo Oeste de Santa Catarina, envolvido por um contexto temporal e espacial da realidade brasileira. Esse contexto esteve influenciado pelo maior pensamento interferente nas ações da sociedade regional, contudo, precisamos considerar outras dimensionalidades humanas, para além do modo de pensar hegemônico. Aprendemos a gostar e zelar pela Geografia, a partir da percepção que essa área do conhecimento poderia contribuir, positivamente, com o espaço social e o físico (orgânico e inorgânico), respeitando mais as originalidades constitutivas dos corpos humanos e dos elementos que compõem a natureza física, ou seja, a Terra ou o cosmo. Nesse sentido, acreditamos ter recuperado, um pouco, a nossa originalidade enquanto ser humano totalizante, percebendo, em parte, a ligação existente entre as diferentes origens, articuladas e espontâneas, necessárias à sequência das espécies.

A convivência com os demais humanos, permeada de diálogos expoentes das diversas experiências e debates teóricos no curso de doutoramento, somada às leituras sugeridas, bem como às alcançadas, espontânea e intencionalmente, além das ações reflexivas e demais ações de sentido e de sentimento auxiliadas pela atitude da observação, contribuiu, grandiosamente, para atingir esse nível de conhecimento em que nos encontramos ao apresentar a tese. Pretendemos, dependendo da sensibilidade atual, detalhar os passos percorridos ao longo do tempo que tivemos vínculo direto com o Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, realizando o Doutorado. Uma recordação referente à seleção dos candidatos para o Doutorado em Geografia vem-nos em mente. É o questionamento procedido por um membro da Banca Avaliadora: qual é a originalidade da sua pesquisa, ou por que deseja abordar essa problemática em sua tese? E a manifestação expressa naquele momento para responder à pergunta talvez tenha satisfeito, em parte, a curiosidade, tanto daqueles que questionavam, quanto daquele que abordava a análise respondente. Além disso, os diálogos mais afinados, com a Orientadora Rosa Maria Vieira Medeiros deram-nos a certeza de que as experiências e a

compreensão que possuíamos até então, acerca da Geografia e do seu ensino, auxiliar-nos-ia a prosseguir aprofundando nessa área do conhecimento, balizando-nos pelo viés de pesquisa da análise territorial.

A construção do projeto de pesquisa desenvolveu-se com uma dúvida que insistia em nos incomodar, qual era: o território tornava-se realidade somente por meio das dimensões econômicas e políticas, sem a presença de outros princípios influentes na composição territorial?

A guisa de outros questionamentos torna-se possível perceber o que se deseja analisar através da realização desta pesquisa. Como foi possível um grupo de pessoas, totalmente descapitalizado e com variados problemas, desafiar o poder, em todas as suas instâncias, e construir um território para viver de maneira mais humana? Como entender toda a complexidade de relações que permearam as pessoas do grupo do Assentamento “Conquista na Fronteira”, desde a decisão de trabalhar, coletivamente, até a tomada das decisões, para o planejamento territorial? Em outras palavras, o que se deseja é compreender o processo de construção e reconstrução territorial do Assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira – SC, na tentativa de conhecer as manifestações culturais que moveram as ações de planejamento, desde sua origem até os dias atuais.

Dentre as várias experiências de vida humana em que tivemos contato direto nas últimas décadas, encontramos uma delas que apresentava características diferentes do que ocorria com a maior parte do território da bacia do Rio Uruguai. Constatávamos que, além da produção econômica, esse grupo de seres humanos se identificava com relações sociais e socionaturais por exercícios políticos de ínfimo poder humano, além de contar com uma relação respeitosa com a natureza. O incômodo, aos poucos, foi nos desacomodando pela busca de novas leituras, diálogos, participação em congressos referentes aos conceitos e demais abordagens importantes sobre as construções territoriais. Dentre as análises e conclusões a respeito do território, fomos percebendo que a cultura era uma dimensão que estava se manifestando entre os diversos territórios, inclusive no local onde desejávamos realizar a pesquisa, porém, parte das abordagens geográficas que conhecíamos até então, não condiziam muito com a questão cultural. Com essa linha de raciocínio optamos por atribuir o título A reterritorialização do Assentamento Conquista na Fronteira: para além da dimensão cultural, pretendendo entender o território em consideração às diversas dimensões nele manifestadas, tomando como parâmetro a dimensão cultural.

Com as aulas no programa de Pós-Graduação decidimos pesquisar novas fontes bibliográficas, desafiando-nos, também, a escrever mais a respeito das realidades territoriais, e motivando-nos a participar de inúmeros encontros e congressos, principalmente daqueles direcionados a debater sobre territorialidades agrárias. Constantemente, retornávamos ao local de pesquisa, na tentativa de acomodar nossas insatisfações existentes por conta das dúvidas, confrontando o entendimento oriundo das leituras e discussões com a realidade do território em questão. Acompanhamos o lugar pesquisado há mais de 13 anos, coordenando visitas *in loco* realizadas com caravanas de estudantes de graduação e de pós-graduação de universidades regionais, com duração de um dia de estada no local. A partir do desejo de realizar o projeto de pesquisa para o doutoramento, as visitas passaram a ser organizadas, sistematicamente, semestralmente. A cada visita permanecíamos no local alguns dias em convivência cotidiana com os assentados, acompanhando como observador, registrando com fotos, fazendo comentários e gravando a voz manifestada, registrando em papel, analisando fotografias arquivadas no Assentamento e outras fontes históricas.

Foram realizadas diversas e variadas conversas dialógicas, com inúmeros indivíduos sociais, perfazendo um total de 10% (dez por cento) da população, em ambientes fechados, nas residências, em locais de trabalho, no setor administrativo, com alguns membros de Conselhos, no local de lazer e outros. Além disso, andando no território, guiado por alguém destinado a nos acompanhar, de acordo com as percepções vistas e sentidas que despertavam nosso interesse, estabelecíamos os diálogos, sendo gravados os resultados dessas conversas em viva voz para posterior transcrição.

O nosso abrigo durante as visitas de convivência no assentamento foi o alojamento do coletivo, estruturado para aconchegar prestadores de serviço ao território, bem como aos visitantes que queiram conhecer o lugar. Além disso, pernoitávamos em casas de indivíduos sociais, buscando dialogar e verificar o cotidiano das pessoas, para além das atividades laborais. Também, acompanhamos datas comemorativas do assentamento, com a oportunidade de participar de encontros festivos, com discursos, músicas, danças, refeições, representações simbólicas e outras dramatizações.

O doutoramento permitiu-nos um avanço maior em termos de desvendamento da realidade territorial desse assentamento, condicionado por meio das leituras requisitadas pelas disciplinas no decorrer do Curso de Pós-Graduação, dos diálogos e debates com a orientadora e pelas abordagens teóricas e orientações pedagógicas dos nossos docentes, da participação em seminários de estudos, além das observações *in loco* e de exercícios

de reflexão. Uma das ações imprescindíveis para a conquista mais qualificada para as análises dos dados de pesquisa, foram as adquiridas por intermédio de fontes bibliográficas, aliás, essas ajudaram a observar e a ouvir de tal modo que os próprios questionamentos investigativos passaram a ser mais cautelosos e com maior elucidação dos fatos.

As referências bibliográficas foram acessadas em livros, revistas, *on line*, Cd Rom, artigos em anais, dissertações de mestrado e outros meios condizentes, com títulos vinculados ao objeto de estudo e análise, publicados por autores de diferentes áreas do conhecimento, da Geografia (natureza orgânica, inorgânica mais a sociedade), Antropologia, Filosofia, Sociologia, Política, Biologia, História, Psicologia e outros. Os escritos são diferentes resultados de análises e reflexões referentes ao espaço/espacialização/espacialidade, ao território/territorialização/territorialidade, a ontologia do ser vivo, à mística, à subjetivação, à política, à linguagem/comunicação, à tecnologia/trabalho, às relações sociais/socionaturais, à cultura, à identidade e outros temas, que acreditamos terem sido pertinentes para a superação da nossa ingenuidade investigativa.

Com isso, os dados para as análises foram coletados por variados meios, como: observação *in loco*, diálogos preliminares, análises de fotografias (acampamento e assentamento) e de mapas, identificação de documentos e outros registros históricos escritos, vivências no assentamento ocorridas de forma sistematizada em momentos diferenciados, entrevistas com responsáveis de distintos setores, andando no campo (nos locais de trabalho, no centro burocrático, na escola, na horta e outros locais da atividade pecuária e agrícola, fábrica de alimento animal, na agroindústria, no minimercado, na oficina de reparação dos mecanismos de trabalho, no alojamento, no centro de lazer e nas residências) e outros.

Para colaborar com o desejo de quem pretende ler e analisar essa obra de pesquisa serão apresentados, a seguir, os capítulos e o que está contido em cada um deles, bem como as sugestões questionadoras que poderão surgir a partir da leitura dos resultados da pesquisa, suas análises e considerações. Os resultados de pesquisa estão distribuídos em seis partes/capítulos, alguns priorizando uma abordagem mais teórica e, outros, compostos de abordagens teóricas com as análises dos dados identificados. Dentre as informações coletadas encontram-se mapas, gráficos, quadros e tabelas, bem como fotografias, pretendendo ilustrar e enriquecer melhor a análise dos dados, além de colaborar com a imaginação e a compreensão do leitor.

O primeiro capítulo *Os primeiros passos de um observador em busca do desvendamento da realidade territorial Conquista na Fronteira* contempla uma abordagem do território, local da pesquisa, vinculado ao contexto histórico do período pós-guerra, em função do avanço do capitalismo no campo. Buscamos entender as mudanças ocorridas a partir da década de 70 do século XX, tanto no meio rural quanto no urbano, em função das ligações existentes entre o processo de urbanização com a modernização agropecuária, a industrialização e o crescimento urbano. As mudanças de pensar e de agir intensificaram-se no espaço agrário e urbano, bem como o modo de produzir e de consumir, por meio de uma enxurrada de tecnologias modernas, introduzidas nas atividades agrícolas e industriais.

A produção agropecuária com as novas tecnologias modernas tornou os agricultores dependentes do mercado internacional, que, por sua vez, passou a controlar a quantidade e a qualidade da produção agrícola, além de provocar interferências nas políticas do Estado Nacional, inclusive nos recursos financeiros a serem aplicados no setor agrário. O novo critério estabelecido para pensar, produzir e consumir no meio rural do Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina, com o decorrer do tempo, promoveu alta escala de degradação, poluição e contaminação dos aspectos físicos e naturais, empobrecimento material dos agricultores, com a sucessiva desanimação de atuar no setor agrário. Como consequência, a maior parcela da população rural migrou, a sua maioria para a cidade, ampliando, dessa maneira, o crescimento urbano. Nesse contexto, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e, logo em seguida, a ocupação da terra improdutiva onde se constituiu, a partir de 1988, o território do Assentamento Conquista na Fronteira, localizado em Dionísio Cerqueira - SC.

O passo seguinte da tese foi buscar encontrar mais argumentos teóricos na área da Geografia que nos auxiliassem na caminhada da pesquisa, sem perder o foco principal do seu objeto de análise, que acreditamos seja o espaço geográfico. Nesse sentido, intitulamos o segundo capítulo de *Algumas sustâncias teóricas e filosóficas para reabastecer as energias de um observador da área da Geografia*, pois acreditamos que a Geografia, nas últimas décadas, vem assumindo um papel muito significativo, posicionando-se com questionamentos voltados às contradições socioespaciais e, com isso, respeitando um pouco mais os menos favorecidos da sociedade. O único modo de pensar sobre o espaço, como queriam os detentores do capital mundial, passou a ser muito questionado pelos críticos da Geografia em todo o mundo e, também, pelos estudiosos da Geografia aqui no Brasil. Sentar próximo da fonte e dialogar com os

incomodados da geografia positivista contribuiu, significativamente, para repensarmos o nosso método de análise enquanto professor e pesquisador dessa área do conhecimento.

Entendemos que a realidade dos territórios se evidencia de uma maneira, e o observador da Geografia, se desejar evitar o máximo de equívocos, necessita se aproximar, o mais que conseguir, para descrevê-la com originalidade. Algumas fontes bibliográficas consultadas antes do doutoramento e outras, a maioria, no decorrer do Curso, colaboraram com o nosso olhar referente às realidades socioespaciais, de maneira mais abrangente e, se quiserem, mais aprofundada. Com isso, fomos clarificando o pensar voltado à categoria da análise territorial, e percebendo que o território não pode versar somente à dimensão econômica ou economicista, muito contundente na Geografia, pois existem outras manifestações, entre os diferentes territórios, a serem analisadas. A questão cultural, que, por muito tempo, foi meio abandonada pelos estudiosos do espaço, está contemplada nesse capítulo, aliás, para além da dimensão cultural, procuramos contemplar, teoricamente, a presença de mais elementos se manifestando no território.

O capítulo terceiro, *Entre os colonos e os agricultores: a constituição dos camponeses no Extremo Oeste de Santa Catarina*, apresenta uma análise do que entendemos por camponeses no Brasil e, mais especificamente, no Extremo Oeste de Santa Catarina. Os camponeses possuem um modo diferente de ser do agricultor moderno e, esse último, difere dos colonizadores do território regional, na sua maioria descendentes de imigrantes europeus (italianos, alemães, poloneses e ucranianos), que migraram do Rio Grande do Sul para a região, no início do século XX até em torno de 1950. Os camponeses do território Extremo Oeste de Santa Catarina constituíram-se pela junção de culturas similares, em alguns sentidos, e diferentes em outras formas de pensar e de agir.

No avanço da colonização, adentrando as chamadas terras devolutas, o Estado coordenava as ações de planejamento territorial, terceirizando as empresas colonizadoras ligadas ao setor madeireiro, principalmente, a realização da demarcação e venda de terras, em pequenos lotes, para os colonizadores interessados nessas terras. As ações das colonizadoras provocaram, de maneira forçada, o encaminhamento dos nativos e caboclos para as extremidades físicas do território. Naquele contexto, em princípio, o choque de culturas foi inevitável, porém, no decorrer do processo, parte significativa dessas culturas passou a se aproximar e se entrecruzar.

A maior parte da população dos colonizadores tinha a vocação agrícola e carregava consigo um jeito respeitoso de relacionamento humano e da sociedade com a

natureza (orgânica e inorgânica). A exemplo dos nativos e dos caboclos, utilizavam tecnologias mais amenas de transformação da natureza e, por isso, até o momento em que a modernização agropecuária não tinha sido introduzida no território regional, pequenas alterações socioespaciais ocorreram. As semelhanças culturais entre os nativos, os caboclos e os colonizadores foram aproximando as três culturas, principalmente na alimentação e no modo de realizar o cultivo vegetal doméstico e a criação animal.

O pensar e o agir dos camponeses do Extremo Oeste de Santa Catarina permite perceber e aceitar o tempo geológico e biológico de uma maneira mais original que o agricultor moderno. Além do tempo, também percebem as relações dos elementos que fazem parte de determinado ecossistema, bem como as interações e interrelações presentes entre esses elementos e deles com o cosmo. O cultivo e a criação são dois princípios básicos característicos da cultura camponesa, ao passo que, para o agricultor moderno, esses dois princípios foram transformados em produção de grãos e de gado.

O quarto capítulo, *Identidades culturais novas para novos territórios e territorialidades*, apresenta uma análise a respeito da identidade cultural projetada pelo pensamento moderno e, em contrapartida, a resistência de muitos movimentos, em nível mundial, às investidas desse único modo de pensar programado pelos detentores do poder econômico e político.

O neoliberalismo econômico projetou para o mundo um único *homo sapiens* e *econômicus*, em que os princípios de expressão estariam controlados pelo mercado. Com isso, o triunfante monoculturalismo foi projetado para atuar no mundo todo um homem masculino, europeu, individualista, possessivo e com desejo de poder próprio. A versão requerida pelo moderno, também projetou o espaço geográfico para o uso do mercado, em que a engenharia tecnológica arquitetou o mundo para a produção e o consumo em larga escala e em alta velocidade. Com esse modo de pensar os elementos da natureza deixariam de ser contemplados para serem dominados e explorados, transformando-se em recursos naturais. As relações de poder de homens sobre outros homens e da sociedade sobre a natureza física e biológica seriam condicionadas permanentemente.

O monoculturalismo passou a ser questionado por inúmeros movimentos sociais multiculturais, nos Estados Unidos, na América Central e Sul, na Europa, no Japão e em outras partes do planeta, inclusive no Brasil. Dentre os movimentos sociais não totalmente identificados com o pensamento moderno, encontra-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizando-se a partir da década de 1980. Esse movimento

buscou promover construções para uma identidade cultural fundamentada em outros princípios de homem, de sociedade e de mundo, com projeções de novos territórios e novas territorialidades. Um dos princípios muito defendido pelo MST condiz com a alimentação humana enquanto parte integrante da dignidade humana.

Esse capítulo se constitui de uma abordagem referente às alterações de identidades culturais ocorridas entre os agricultores rurais, haja vista a organização e as discussões programadas pelo MST no Brasil. A nova forma de identificação com a terra propõe que se reparem os equívocos de relacionamento humano e de uso de solo, projetando novos territórios. Essa nova identidade humana presente no território regional macro do Extremo Oeste de Santa Catarina vislumbrou a ocupação do latifúndio e a construção do novo território com a projeção coletiva de trabalho sem o exercício da posse individual e do poder econômico e político.

Com o título *A formação do território Conquista na Fronteira: a passagem do acampamento para o assentamento*, pretendemos transformar o quinto capítulo num momento significativo da pesquisa para a melhor compreensão da realidade do território estudado. Esse capítulo se constitui de quatro subcapítulos para apresentar os diferentes momentos existentes entre o desejo de construir um território sem fome e sem desigualdades sociais, de maneira contextualizada historicamente.

Sem a ocupação da terra se tornaria impossível sonhar com outras construções territoriais. Após a ocupação, os desejos e sentimentos humanos passaram a se transformar em realidade, por meio da convivência no coletivo, em que as decisões de planejamento territorial contaram com a participação de todos os indivíduos sociais tomando as decisões de planejamento territorial em assembleias coletivas. Os acampados foram se desafiando e confrontando a teoria com a prática, surgindo, com isso, muitos conflitos ideológicos. Isso serviu para encorajar os que pretendiam trabalhar coletivamente, ao mesmo tempo, amedrontando os que tiveram dificuldades de superar o individualismo.

As reuniões das pessoas, as conversas, as discussões e as avaliações tornaram-se hábitos na construção do território em acampamento até o território assentado pelos sem terra. Os territórios humanos em pensamento estiveram irmanados ao território materializado pelas ações humanas na prática. Para ocupar o território a ser conquistado, antes observaram as características físicas e naturais, ou seja, orgânicas e inorgânicas do lugar para analisar e avaliar as condições geológicas, hidrológicas, biológicas, morfológicas e climáticas que ele apresentava.

Parte dos sonhos foram se colocando em prática por meio da recuperação da memória de muitos indivíduos sociais acampados que iam se assentando no território, recordando os períodos convividos com os avós, pais e irmãos, desde a infância até o atual momento, sem esquecer o período que tiveram que migrar de um lugar para outro, em consequência da modernização agropecuária. O novo território precisaria superar o individualismo, buscando outras maneiras de se relacionar e de produzir e, para tanto, escolheram os princípios da cooperação, projetando-o, primeiramente, para a produção de alimentos e, posteriormente, para o mercado.

O sexto capítulo e, último, *O território conquistado na fronteira, reconstruído com territorialidades humanas reterritorializadas*, compõe-se de três subcapítulos em que buscamos apresentar a parte mais aprofundada das análises referentes ao território. Nesse capítulo estão as maiores expressões manifestadas pelos indivíduos sociais, os principais atores sociais responsáveis pela reconstrução territorial, iniciada pela ideia da ocupação da terra, talvez amadurecida antes da decisão de ocupá-la. O momento do território assentado é único, porém, sem os estágios de construções territoriais anteriores, sua fase atual não seria uma realidade.

Nesse momento de apresentação dos dados, avaliamos que atingimos, em parte, os objetivos propostos no projeto de pesquisa, em consideração e com a ajuda direta dos indivíduos sociais, componentes do território, além do auxílio teórico conquistado em fontes bibliográficas de autores pesquisadores dos territórios e territorialidades humanas. Dentre os colaboradores, gostaria de destacar: Bogo, Guattari & Deleuse, Heidrich, Hasbaert, Mançano Fernandes, Maturana, Milton Santos, Medeiros, Raffestin, além de outros. Cada qual com sua contribuição teórica, mas de grande valia para o aprofundamento das análises em cooperação para o entendimento da realidade territorial.

Apresentamos os dados referentes à maneira pela qual foram tomando as ações e realizando os experimentos para a construção de um território sem fome, sem desigualdade social e com possibilidades de sustentabilidade humana, econômica, política, cultural e natural. O primeiro subcapítulo apresenta os dados que versam sobre as possibilidades e as dificuldades presentes no território, voltadas ao convívio coletivo e a persistência de defender as relações de trabalho coletivo. Além disso, estão evidenciados, nessa parte da tese, os dados alusivos à origem dos alimentos e demais itens consumidos no assentamento, como as energias auxiliares, produtos de higiene e de limpeza, além daqueles destinados ao tratamento de saúde.

Na segunda parte do detalhamento apresentamos as análises em torno das informações presentes entre os assentados para o processo produtivo e as práticas utilizadas na atividade agrícola e na atividade pecuária. Dentre as atividades produtivas registram-se a produção de frango e de carne de frango, produção de leite e o gado leiteiro, além da produção de grãos, com destaque ao milho. Na produção de milho utilizam a semente do milho crioulo e, nessa atividade, basicamente, tornaram-se independentes de tecnologias modernas e de demais medidas de produção propostas e impostas pelo mercado.

A última parte do sexto capítulo versa sobre *A aprendizagem comunicativa do campo por meio da conversa, da mística e demais formas de desejar o território*. Desta maneira, tentamos apontar as formas de aprendizagem sem destacar, demasiadamente, a educação escolar, pois é por meio das diversas formas comunicativas que ocorre a aprendizagem ou o entendimento relativo ao território e sua reconstrução, contemplando os desejos espontâneos dos indivíduos sociais. Nesse sentido, abordamos a presença incondicional da mística e da estética na reconstrução territorial.

Destacamos no decorrer de todas as análises a construção das territorialidades humanas e, por conseguinte, territorialidades materiais, os sentimentos e o direito de emocionar-se. Sem a intenção de finalizar, percebemos que o território Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira – SC se projeta com o desejo do porvir, desejando que o território tenha sequência, sustentado pelas relações sociais e socionaturais com liberdade de sentir todas as dimensões humanas.

A realização desse estudo, certamente contribuirá com o pensamento geográfico, na tentativa de desvendamento da realidade territorial local e regional, superando o nível de “*status quo*” ainda instaurado no pensamento de muitos. Espera-se, também, que os resultados obtidos com a realização desta pesquisa possam contribuir para que se repense o atual modelo de planejamento territorial regional. Além disso, as contribuições teóricas, por menores que sejam, poderão auxiliar o pensamento dos que se interessam pesquisar esta temática.

1 OS PRIMEIROS PASSOS DE UM OBSERVADOR EM BUSCA DO DESVENDAMENTO DA REALIDADE TERRITORIAL CONQUISTA NA FRONTEIRA

O território brasileiro, como um todo, passou por significativas transformações a partir da segunda metade do século XX, acentuando-se, ainda mais, no final do milênio. O avanço do capitalismo suscitou novas manifestações no setor político, social, econômico e cultural, complexizando as relações na sociedade e desta com a natureza. Tanto as paisagens urbanas, quanto as rurais, foram sendo desconstruídas, num primeiro momento, e, reconstruídas, em seguida.

Contraditoriamente, algumas pessoas passaram a acumular capital e poder, enquanto a grande maioria da população brasileira foi sendo marginalizada e excluída do processo. A insegurança da expropriação motivou esta grande massa a vagar de um lugar para outro, na tentativa de conquistar um espaço para sobreviver. Impedidas de utilizar minerais, vegetais, água, energia e outros elementos necessários à vida, multidões migraram de um lugar para outro, buscando suprir suas debilidades físicas, psicológicas e morais. Muitas vezes, a identidade de cada um desses caminhantes demorou a ser reconquistada, sendo que, muitos, ainda não conseguiram se identificar com algum lugar, nem mesmo enquanto ser social.

As investidas capitalistas foram sendo alicerçadas pelo processo de urbanização, este vinculado à industrialização brasileira, à modernização agrícola e ao crescimento urbano. Cabe lembrar que a presença do Estado num tom escamoteador auxiliou a legitimar as ações propostas pelo grande capital internacional e nacional, na e para a reconstrução espacial. Nesse sentido, o avanço tecnológico permitiu e permite que as ações de planejamento territorial criem e recriem novas paisagens, impedindo, com isso, que, parte da população brasileira, identifique os verdadeiros protagonistas do pensamento e das ações de planejamento territorial.

Com a modernização agrícola ocorreram profundas modificações no território rural brasileiro, transformando, substancialmente, a paisagem agrícola com consequências significativas aos aspectos físicos e sociais. Paulatinamente, o espaço rural do Extremo Oeste de Santa Catarina foi se alterando, normatizado pelo modo moderno de produzir e de consumir agrícola, em substituição ao modelo de agricultura tradicional.

O processo de modernização foi sendo intermediado por diversas instituições, tanto públicas quanto privadas, com medidas teóricas e práticas variadas. Inicia-se com a

mecanização agrícola, seguida da alteração ou substituição genética vegetal e animal, inclusão de aditivos químicos, antibióticos e outros, que passaram a intoxicar vegetais, animais, microorganismos e pessoas. A atividade passou a atender à lógica do mercado, necessitando adequar-se à escala quantidade/tempo, ou seja, produzir mais em menos tempo.

O moderno agrícola, vinculado à urbanização, necessitou aliar a produção com o modo de pensar das pessoas, tanto da cidade quanto do campo. Nesse sentido, a existência do rural tornou-se real a partir do pensamento e das decisões do urbano, por sua vez vinculado à atividade industrial. Ao produzir para atender às exigências da cidade, o agricultor deixa de pensar nas necessidades, para pensar de acordo com os interesses do mercado urbanizado. Nesta linha de raciocínio, também o pensamento do agricultor passou por um processo de modificações.

O processo de modernização buscou hegemonizar os aspectos culturais dos que viviam no campo, condicionando-os pelo prisma do mercado, na tentativa de desconstruir um pensar tradicional/empirista para reconstruir o pensamento, com bases solidificadas por uma espécie de racionalismo pragmático. Com isso, as relações sociais e sacionaturais foram se dinamizando pelo desejo do acúmulo de capital, tornando-se necessário produzir e consumir em larga escala. A mudança de muitos valores humanos, entre os agricultores, foi patrocinada pelo Estado, do nacional ao local. Parte dela foi viabilizada pela escola, outra, pelas empresas de extensão rural e prefeituras, aliadas com os meios de comunicação de massa. Ainda, outra parte, pelas agroindústrias, de cunho privado ou cooperativo. Em alguns lugares a Igreja teve papel fundamental na mudança de comportamento do tradicional para o moderno.

As relações capitalistas de produção e de consumo introduzidas no campo provocaram consequências significativas no território do Extremo Oeste catarinense. A maior parte dos aspectos físicos foi extinta, degradada ou poluída. Além das alterações culturais, por tornar-se dependente das novas tecnologias, do setor financeiro e do mercado, parcela da população descapitalizou-se e, impossibilitada de continuar desenvolvendo sua atividade agropecuária, migrou para outro lugar. Algumas pessoas se juntaram com as frentes pioneiras agrícolas, migrando para o Centro-Oeste do Brasil; outras foram “tentar a sorte na cidade grande”, dirigindo-se ao Sudeste. Um número significativo de pessoas fez o caminho inverso dos colonizadores, retornando ao Rio Grande do Sul, desta vez, para trabalhar nas indústrias. Muitas pessoas passaram a ocupar os espaços urbanos microrregionais.

Nem todas as pessoas que migraram conquistaram o que pretendiam e, momentaneamente, sujeitaram-se a conviver com a expropriação e a exclusão social. A trajetória dos retirantes ou andantes, porém, nem sempre se construiu apenas de obediência aos ditames do mandante dominador. Essa trajetória foi preconizada pela resistência e não aceitação dos valores de subalternidade, pretendida pelos detentores do capital, em direção à construção de outros, voltados à esperança.

No silêncio dos passos dos que vão e que vêm, os desqualificados pelo neoliberalismo foram constituindo o pensamento de conquistar um espaço e reconstruir um novo território que resgatasse um pouco da dignidade humana. Com este espírito, os então excluídos da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, a partir de 1980, pensaram, discutiram e criaram, juntamente com outros tantos brasileiros, um movimento social denominado de Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Uma das formas utilizadas pelo movimento para reconquistar o seu direito foi a ocupação de áreas de terra improdutivas. Dentre estas ocupações realizadas pelo Movimento, vale destacar o território denominado Conquista na Fronteira, construído no Município de Dionísio Cerqueira – SC.

A formação territorial do Assentamento Conquista na Fronteira foi se tornando realidade após um longo período em que os componentes do grupo realizaram estudos, análises e discussões, vinculadas às concepções de homem e de sociedade. Suas discussões ocorriam a partir de muitos questionamentos, como, por exemplo, que relações sociais e sicionaturais pretendiam estabelecer no novo território. Tentavam saber ainda, quem eram os atores amigos e inimigos no processo de produção e de consumo (o que, como, quanto produzir). Além destes, outros temas, referentes à vida das pessoas que faziam parte daquela estrutura social, eram debatidos sistematicamente.

Como resultado das discussões, decidiram planejar o território de forma coletiva, quando as decisões seriam tomadas em assembleia, após todos os membros do Assentamento terem o entendimento das deliberações. Fundaram a Cooperativa União, regimentada por um estatuto que permite o exercício da democracia participativa e com decisões horizontalizadas.

Essas são algumas manifestações percebidas no território do Assentamento, mas existem outras implícitas, porém difíceis de entendimento e que merecem um estudo mais detalhado e aprofundado.

Na atualidade quais são as dificuldades e quais as possibilidades para planejar o território numa perspectiva de sustentabilidade social, econômica, política e natural,

respeitando, também, as futuras gerações? Nesse sentido, faz-se necessário saber se existe envolvimento e engajamento das pessoas no planejamento territorial do Assentamento, ou não. Se existe, como ele ocorre?

Além dessas, outras inquietações continuam instigando a nossa sensibilidade e motivando-nos para o desvendamento e entendimento desta realidade, tais como: as pessoas estão livres das influências consumistas e dos desafetos provocados pelos ideais capitalistas? Elas são felizes com a convivência no coletivo ou existem muitas frustrações escondidas em cada ser? No processo de reterritorialização manifestam-se inúmeros fenômenos interferentes no modo de pensar e de agir das pessoas do lugar? O pensamento é construído, livremente, ou existem interferências internas ou externas ao Assentamento para essa construção?

A história da sociedade sempre contou com muitas disputas entre povos ou nações, com lutas contra os antigos regimes e suas heranças, mas no século XX a luta é contra os novos regimes, contra a sociedade e o homem capitalista que querem criar tantos regimes autoritários. Ao realizar sua crítica aos preceitos da modernidade, Touraine (1994, p. 103) afirma, que acima de tudo, a modernidade aparece como um instrumento de controle, de integração e de repressão.

O espírito da modernidade seduziu aqueles que desconfiavam dos sistemas e queriam menos construir um mundo novo que descobrir horizontes inexplorados, viver num mundo, mais de busca que de certeza, e, portanto, mais de liberdade e de tolerância que de ordem e de princípios. Não se trata de não infringir a ordem do policial, mas ainda de acreditar nelas, de ajustar seus sentimentos e seus desejos às regras do êxito social. Se a modernidade se traduz por uma maior capacidade de ação da sociedade sobre si mesma, não estará ela mais carregada de poder que de racionalização, de leis que de libertação?

A identidade constituída na modernidade alicerçada no ser racional construído de forma individualizada e com estímulos externos ao sujeito, que, muitos cientistas ocidentais e defensores dos preceitos capitalistas defenderam, passou a ser questionada nas últimas décadas. Para Hall (2005, p. 11), o sujeito refletia a complexidade do mundo moderno e o seu interior era formado na relação dele com da sociedade. E, seguindo seu raciocínio, “[...] tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”.

A sociedade moderna criou determinados valores identitários a serem introduzidos, universalmente, para todos os humanos. A felicidade da identidade humana não mais seria conquistada através da fé em Cristo e sim

[...] da ação da vontade de poder [...] os modernos acham que já podem alcançá-la fazendo-se pesquisadores, trabalhadores e proprietários da natureza. O moderno raciocina mais ou menos assim: não basta esperar! É preciso dar-se conta que se é vontade de poder! E assim, no tropel da vontade de poder, o moderno só se interessa por aquilo de que pode apropriar-se. (BUZZI, 2002, p. 45-6).

Ainda segundo Buzzi (2002), o fenômeno da apropriação proposto pela tecnologia ameaça a identidade humana a pertencer ao ser. Este, talvez, seria o principal motivo da crise das identidades ou a crise da identidade construída pelo viés moderno. As organizações sociais anteriores à moderna, buscavam fora de si a busca da felicidade, ao passo que a proposição moderna para a busca da felicidade está no poder de apropriação da natureza e dos outros humanos.

O desejo de poder de apropriação individual criou uma falsa expectativa que tudo é possível, dependendo apenas da vontade de cada um. Com o outro ou com a natureza não se busca a interação, mas a vontade de expandir o domínio sobre um ou sobre ambos. A globalização desperta entre os indivíduos, de maneira mais ardente, o desejo de poder, definido, ainda na época moderna,

[...] como vontade de poder, qual águia iniciante de seu vôo! Poder de voar, Isto é, poder de pensar, poder de querer, poder de desejar, poder de calcular, poder de valorar, poder de transformar, poder de trabalhar e de apropriar-se de seus frutos, poder de construir a própria existência. A identidade moderna está sempre girando no turbilhão de seu poder, disposta a não assemelhar-se ao outro, por sublime que seja, mas a assemelhar a si toda realidade. (BUZZI, 2002, p. 57-8).

O ser do indivíduo moderno foi construído de maneira artificializada e descartável do ser, traduzidas através de pequenas compensações ou pequenas alegrias que impediram a manifestação dos sentimentos de pertença do ser humano num processo de satisfação pessoal.

A vontade de poder apropriar-se do outro e da natureza abalou, também, os sentimentos de liberdade de seres humanos e, nesta perspectiva, muitas memórias abafadas por esse desejo passaram a buscar uma identificação com aqueles que respeitam a liberdade do ser e do estar.

Com base nos escritos de Ademar Bogo, “[...] a memória é a existência já produzida com todas as suas dimensões” e “[...] memória é experiência feita por

determinado grupo social que se organizou para produzir coletivamente sua existência.” E complementa, afirmando

[...] que há memória nos restos de raças que ainda sobrevivem, e que lutaram em todas as gerações para manterem-se vivas e que os livros de história não deixam ver para que não apareçam nas cicatrizes do tempo, os nomes e os dizeres dos lutadores incansáveis, pela igualdade entre os seres humanos. (BOGO, 2000, p. 27).

Há concordância com o que pensa este mesmo autor ao referir-se à necessidade do resgate histórico, para conhecer a trajetória e descobrir os atenuantes que interferiram na forma de pensar e de agir das pessoas que integram muitos Assentamentos no Brasil.

Ademar Bogo vai além ao afirmar que

Nos livros também há memória. Nos contos, fábulas e lendas. Há memória na crença traduzida de geração em geração, [...] Há conhecimentos biológicos e farmacológicos, desenvolvidos naturalmente pelas nossas gerações passadas [...]. Enfim, nos menores detalhes há memórias que fizeram parte da construção da existência de nossos antepassados e que dormem em alguma dobra do embrulho que traz a história. Até nossas mãos têm sabedoria e memória, mas cabe a nós ter consciência da importância deste passado para sabermos como olhar corretamente para o futuro. Quando vamos para a terra, esta memória nos acompanha e é com ela que principiamos a organização de um novo momento histórico, procurando produzir uma nova existência. (BOGO, 2000, p. 29).

Com a contribuição do que pensa esse autor, é possível vislumbrar a caminhada que se pretende realizar ao longo da pesquisa, considerando a história de vida das pessoas do Assentamento Conquista na Fronteira e demais manifestações existentes. Nesse sentido, espera-se realizar a melhor leitura possível da realidade do território a ser estudado.

Em vários lugares do mundo ocorrem manifestações culturais, até então adormecidas, tendendo a superar os preceitos positivistas que procuram definir uma mão única para a história da sociedade mundial. Segundo Paul Claval (1999, p. 72), a padronização de vida passa a ser rejeitada por pessoas e grupos de pessoas nos Estados Unidos, na Europa Oriental, no Oriente Médio, além de outros. Para este geógrafo, cada indivíduo é portador de um sistema cultural em evolução constante, mas que é estruturado pelos valores. Estes são adquiridos pelos indivíduos no decorrer de sua trajetória de vida, ao sabor dos ensinamentos que receberam e das experiências que têm.

Segundo a análise de Denis Cosgrove (2000, p. 51), a utopia é a parte da imaginação social dirigida ao futuro que desafia a tradição e busca a ruptura com o presente. Ao construir histórias e imagens de futuros possíveis, as utopias fornecem

razão para a ação e para a mudança. Muitos valores humanos vão sendo construídos a partir dos significados que o ser humano vai adquirindo, em contato com a natureza. A relação física com os elementos da natureza motiva a pessoa a registrar em seu ser valores de admiração ou de abnegação.

A interação com outras pessoas e com a natureza permite ao ser humano criar símbolos e significados, também através da imaginação, que de encontro com outros seres humanos podem projetar o futuro. Para Paul Claval (1999, p.73), dessa maneira, a cultura não é uma realidade primeira, mas uma construção imaginada para permitir às pessoas se comunicarem, sentirem-se próximas ou diferentes, e constituírem grupos que se sentem unidos. Com base, mais uma vez, em Claval:

[...] quando nos limitamos a esses dados puramente materiais, o jogo de interações e o conjunto de transferências de informação que modelam, em um mesmo movimento, os homens e as sociedades que eles formam, nos escapam completamente: a explicação fica enfraquecida e, mais ainda, fica enfraquecido o conjunto das experiências que contribuem para forjar os caracteres, para provocar questionamentos ou para criar solidariedades ou ligações simbólicas. (CLAVAL, 1999, p. 79).

Nesta sociedade em que, aparentemente, a cultura do povo brasileiro se massificou, é que surgem embriões de novas relações e condutas, de produção e de consumo, com a construção de valores e hábitos voltados ao construir novas territorialidades. Buscando maior entendimento das diferentes manifestações que ocorrem no espaço geográfico, foi se percebendo que a territorialização construída pelos movimentos sociais no campo brasileiro, a partir de meados da década de 1980, possui características diferentes, entre um e outro território.

Para Ademar Bogo (2000), a herança de dominação sentida pela sociedade brasileira, ao longo da história, em parte, pôde ser “devolvida” aos dominadores, através de uma nova forma de organização. Na memória de cada um, também estão guardadas lembranças de respeito e solidariedade, valores estes que motivam as relações sociais entre muitos seres humanos. Estas memórias permitiram e permitem, segundo este estudioso do MST,

[...] estabelecer um novo tipo de propriedade da terra, produzir sem prejudicar a natureza, preservando as florestas e cuidar da vida das espécies; transformar os latifúndios em lugares agradáveis, bonitos e recompor as florestas, devolvendo a água aos córregos secos; estender para as comunidades próximas nossas conquistas; avançar nas relações pessoais e no aperfeiçoamento da democracia interna; iniciar a gestação de um novo camponês com novos homens, novas mulheres, jovens e crianças [...]. (BOGO, 2000, p. 68).

Enfim, estabelecer relações de solidariedade e respeito, entre as pessoas que convivem no grupo, e da comunidade com a natureza. Ainda segundo Ademar Bogo (2000), o resgate da memória, o pensar e o fazer juntos, contribuiu para projetar territórios alternativos no seio da sociedade capitalista.

Compactuando com o pensamento de Milton Santos, acreditamos que, ao analisar o território Conquista na Fronteira, de Dionísio Cerqueira – SC, estaremos contribuindo com a qualificação da Geografia e para além dela, com a sociedade menos favorecida. Na sua análise em prol de uma outra globalização, esse pensador do espaço geográfico, considera significativo, mesmo que individualmente, que se perceba este novo pensar existente na sociedade.

O passo seguinte é a obtenção de uma visão sistêmica, isto é, a possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como conjuntos e de localizá-los como um todo, mostrando sua interdependência. A partir daí, a discussão silenciosa consigo mesmo e o debate mais ou menos público com os demais ganham uma nova clareza e densidade, permitindo enxergar as relações de causa e efeito como uma corrente contínua, em que cada situação se inclui numa rede dinâmica, estruturada, à escala do mundo e à escala dos lugares. (SANTOS, 2001, p. 169).

Nesta linha de raciocínio, existem outras discussões a serem incluídas pelo pesquisador da Geografia nas análises geográficas, não deixando de considerar a dimensão cultural. Desta forma, certamente, serão evidenciadas novas manifestações que superem as evidências de verticalidade do único pensamento criado com a globalização. Assim sendo, é possível perceber que o fenômeno globalizante não ocorreu em todos os lugares, nem sobre todas as pessoas, com a mesma velocidade e potencialidade pretendidas pelo poder econômico mundial. Por isso, é possível encontrarmos a existência de um pensar diferente. Muitas vezes:

Uma comunidade de pessoas que compartilha uma cultura comum pode existir encravada numa única aldeia isolada, na qual todos os habitantes estão em contato direto diário, ou pode se estender sobre um vasto território dentro do qual pessoas, objetos e idéias circulam mais ou menos livre e continuamente. (WAGNER, 2000 p. 116)

Armando Corrêa da Silva (2002, p. 259) assegura que, para entender o território enquanto resultado da consciência e a consciência enquanto um território, é necessário ir além e compreender que existem outros territórios, naturais ou humanos. “O território possui, assim, um aspecto físico. Por isso, conhecer o território é, igualmente, conhecer a si mesmo, nas partes e no todo. Em segundo lugar, conhecer o território é conhecer o outro.” Dando continuidade ao que pensa Silva sobre a consciência do pesquisador para

compreender o território e seu significado, o mesmo afirma que “[...] o território é evidência do lugar. Este é pressuposto do espaço, pois o espaço é o maior lugar possível.”

Segundo Roberto Lobato Corrêa (2002), o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva, ou ambas. A fim de avançar um pouco mais nessa abordagem, suscita em sua análise a discussão referente à territorialidade, dizendo que a mesma é resultante de um “[...] conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.” (CORRÊA, 2002, p. 251-2).

Na sequência, explica que “desterritorialidade é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”. (CORRÊA, 2002, p.252).

Estas manifestações foram percebidas no Extremo Oeste de Santa Catarina, com o processo de modernização no campo, seguido do sistema de integração agrícola, este último protagonizado pelas agroindústrias em geral. Com isso, outros territórios passaram ou passam a ser construídos, próximos ou distantes dos territórios desfeitos.

[...] seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos. (CORRÊA, 2002, p. 252).

Segundo Fernandes, à medida que foi ocorrendo a territorialização do grande capital, o campesinato passou por um processo de desterritorialização. Assim se evidenciam as contraditoriedades, de apropriação e expropriação, acumulações e descapitalizações.

No interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar. Da desterritorialização do campesinato produzem-se o trabalho assalariado e o capitalista. Os avanços e recuos desses processos pelo território são determinados por um conjunto de fatores políticos, econômicos. (FERNANDES, 2000, p. 281).

No modo de pensar de Haesbaert, a dimensão cultural não pode ser excluída das análises dos territórios. A desterritorialização com o fim dos territórios, do Estado, do lugar, da cultura e outros, objetivada pelo grande capital, via processo de globalização e/ou da mundialização econômica, defendidos por muitos estudiosos (ingênuos alguns, e

outros tendenciosos e comprometidos com o poder ou com os poderosos), para Rogério Haesbaert foi ou é um mito.

Não passa de um rearranjo territorial sob condições de grande compressão do espaço-tempo, em que as transformações nas relações ligadas a distância e à presença-ausência (o 'distante presente') tornam ainda mais intensas as dinâmicas de desigualdade e de diferenciação do espaço planetário. (HAESBAERT, 2004, p. 367).

Em outros momentos literários e resgatados, recentemente, Haesbaert já demonstrava sua preocupação com os equívocos conceituais cometidos por alguns pesquisadores, referentes ao território, à territorialização, ou ainda, à desterritorialização e à reterritorialização. Ao referir-se a esta temática avalia que existem muitas análises, parcializadas ou não totalizantes. Segundo seus escritos, as considerações a este respeito não podem ocorrer sem a inclusão das dimensões econômicas, políticas e culturais.

Assim, com base nesses trabalhos, distinguimos pelo menos três grandes dimensões sociais a partir das quais a desterritorialização é tratada: a econômica, menos comum (pela própria tradição predominante que focaliza o território a partir de sua natureza política [...]), a dimensão política e a perspectiva simbólica ou cultural em sentido mais restrito. (HAESBAERT, 2004, p.171).

O território poderá ser desvendado, se for levada em consideração a complexidade de relações, desde o poder político e econômico até os poderes de ordem simbólica ou de cunho cultural.

Os processos de territorialização foram e vão acontecendo de maneira interacional, em que a reterritorialização passa a existir com a desterritorialização, ou seja, o fim de um pode ser o início de outro processo. Estas ocorrências podem se diferenciar em termos de escala, de espaço e de tempo.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superção das distâncias), 'técnico-informacional' (desmaterialização das conexões), política (superção das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-territorial). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. (HAESBAERT, 2002, p. 132).

Nas últimas décadas, no Brasil, segundo Haesbaert (2004), o processo de desterritorialização foi uma realidade por consequência das ações dos "de cima" contra os "de baixo" (outros autores, também utilizam a expressão destacada). Através da

concentração de renda pelo capital e da ausência de políticas de não exclusão, a maior parte da população rural brasileira é desterritorializada, num primeiro momento, reterritorializando-se posteriormente. No caso do Extremo Oeste de Santa Catarina, na mesma microrregião ocorreram as duas formas de reterritorialização: uma, com a influência do grande capital e regida pelo viés racionalista e, outra, a partir do Movimento Social no campo, com discussões e decisões tomadas no e para o coletivo.

Sem a intenção de finalizar julgamos ser significativo vincular muitas construções territoriais no meio rural brasileiro planejadas pelo MST com o que pensa Haesbaert, justamente por não aceitarmos a ideia da desterritorialização com exclusividade da lógica capitalista. Ele afirma que nos processos de territorialização deveria existir mais amor:

[...] pela construção de territórios que não fossem simples territórios funcionais de re-produção (exploração) econômica e dominação política, mas efetivamente espaços de apropriação e identificação social, em cuja transformação nos sentíssemos efetivamente identificados e comprometidos. (HAESBAERT, 2004, p. 369).

Ao fazer as referências neste ensaio teórico, pretende-se dar o testemunho de aprendizagem para a busca do entendimento referente aos processos territoriais. Ainda incipiente, porém na esperança de aprofundar, mais e mais, a compreensão referente a esta temática, e, com afincos, buscaremos pesquisar a territorialização do Assentamento da comunidade Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira – SC para o melhor desvendamento possível desta particularidade socioespacial.

Nesse sentido, considera-se oportuno mencionar o que analisou Buzzi, ao tratar da identidade na sua forma de vida plena em que afirma a necessidade de não dispensar todas as dimensões possíveis para a compreensão do território em pesquisa. Assim sendo, o mesmo aponta que a identidade humana está circundada de sensibilidade, de liberdade e de fé.

A primeira forma de vida é determinada pela sensibilidade do corpo. Dos olhos à pele, o corpo é concupiscência que busca o real sob o aspecto do prazer. A segunda forma de vida é determinada pelo vazio da liberdade, que busca a realidade na coragem e na ação. A terceira forma de vida é determinada pelo dom da fé, que a desprende de si e de toda criatura para reinseri-la totalmente no divino. (BUZZI, 2002, p. 67).

Acredita-se que, ao pesquisar os diferentes territórios, torna-se conveniente incluir nas análises essas formas de vida que constituem a identidade humana. Para além daquilo que apontam os estudiosos do pensamento moderno, a cultura é uma dimensão que faz parte das manifestações presentes no território do Assentamento a ser estudado.

A história de muitos assentamentos de camponeses no Brasil se construiu com relações sociais diferentes daquelas propostas pelo capitalismo. Mitsue Morissawa, ao escrever a história da luta pela terra e o MST, assinala que o propósito para a reconstrução territorial dos Assentamentos necessita superar o pensamento economicista com exclusividade, pois o assentamento, não é apenas uma unidade produtiva, mas também, um núcleo social. “[...] mais do que um lugar de produção, é um lugar de convivência, onde se realizam sonhos, se criam filhos e inclusive se enterram os entes mortos”. (MORISSAWA, 2001, p. 227). Assim sendo, torna-se um lugar de pertença, de utopia para a conquista de um espaço repleto de vida em que os sentimentos possam aflorar com o outro e com a natureza.

2 ALGUMAS SUSTÂNCIAS TEÓRICAS E FILOSÓFICAS PARA REABASTECER AS ENERGIAS DE UM OBSERVADOR DA ÁREA DE GEOGRAFIA

A nova abordagem cultural na Geografia não tem a intenção de averiguar apenas aspectos da parte material da cultura, pretende ser muito mais crítica. Para Claval (1999, p. 78), “[...] está, sobretudo atenta aos significados conferidos pelos homens ao Cosmos, à natureza, ao meio ambiente e à sociedade. Explora, também, as dimensões religiosas da experiência espacial e o papel das ideologias nas sociedades seculares modernas.” Para além da descrição das paisagens, trata-se de conhecer a experiência das pessoas, como modelam os ambientes e sobre o sentido que dão a suas vidas no lugar.

O espaço é o todo e nele ocorrem as relações sociais e sicionaturais, em que, muitas vezes, tais relações são impulsionadas pelo desejo do poder. A Geografia, cada vez mais, tenta entender o espaço construído e reconstruído pela sociedade, independentemente da categoria a ser utilizada pelo pesquisador para realizar suas análises. Torna-se significativo e indispensável perceber no espaço todos os fenômenos que se manifestam, como se manifestam, ou porque assim se manifestam, vinculados às relações que se estabelecem no espaço ao longo do tempo.

Ao referir-se à Geografia, enquanto ciência, Suertegaray destaca o que pensa referente ao objeto de análise de estudo. No seu entendimento, afirma que

[...] espaço geográfico é a materialização das práticas humanas sobre a superfície da terra (no sentido amplo). Trata-se de refletir sobre a produção do espaço na sua relação complexa e contraditória entre as práticas humanas que decorrem de seu modo de produzir, de sua forma de se organizar socialmente e da construção de sua cultura. Pensado desta forma o espaço geográfico constitui uma totalidade impossível de ser contemplada analiticamente. (SUERTEGARAY, 2004, p. 195).

Para essa pesquisadora o espaço pode ser entendido a partir do estudo de vários conceitos como paisagem, território, lugar, ambiente, região, redes, geossistemas e outros.

A Geografia, por muito tempo, foi vista como uma ciência que estudava a relação do homem com a natureza. Mais recentemente, muitos pesquisadores desta área do conhecimento passaram a defender como objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico enquanto resultado da ação da sociedade sobre a natureza e as relações sociais de trabalho. Provocou-se, com isso, um aprofundamento teórico. Porém, no nosso modo de entender, ao valorizar em demasia apenas as relações de trabalho,

preferenciando a dimensão econômica, corre-se o risco de impedir a análise de maneira totalizante do espaço.

A Geografia, bem como outras áreas do conhecimento, esteve à mercê do pensamento moderno que, ao superar, em parte, a dominação da Igreja com o seu heliocentrismo, tornou-se refém do racionalismo. Para Buzzi, a vontade de poder encorajada pela liberdade de pensar, fortaleceu a aprendizagem moderna e enfraqueceu a da Teologia, da Idade Média. O moderno passou a organizar-se com atitudes que valoraram e valoram aquilo que assegura a ampliação do poder de apropriação.

O moderno julga que cresce e floresce na medida em que se efetua um sistema de apropriação da natureza, objetivamente sugerido pela tecnologia. A máquina é o ícone visível desta apropriação e confirma o moderno a continuar na missão de pesquisador e trabalhador, não para desprender-se para o outro, mas para prender o outro ao seu poder. (BUZZI, 2002, p. 46).

O avanço das relações capitalistas provocou e provoca apropriações de bens materiais e culturais, pois, além dos aspectos naturais, os sentidos humanos também passaram a ser apropriados.

A liberdade de apropriação estimulou o interesse de uma camada da sociedade que se julgou e se julga no direito de construir a “verdade”, descrevendo, a seu modo, a realidade do mundo. Segundo Semprini, o conhecimento é objetivo e encontra-se externo ao observador, e que, do ponto de vista do monoculturalismo, o sujeito reduz-se às suas funções cognitivas, privilegiando “[...] as faculdades intelectuais do indivíduo que o transformam numa máquina de pensar.” (SEMPRINI, 1999, p. 87). O racionalismo está no coração da modernidade, com a convicção de que a realidade é objetiva, externa ao indivíduo, podendo ser conhecida apenas pelo raciocínio.

Para aprofundar a abordagem em torno do pensamento moderno e sua influência nas definições do método da Geografia para entender o espaço, coadunamos com o que pensa Touraine, ao assim afirmar:

Nós vivíamos no silêncio, nós vivemos no barulho; nós estávamos isolados, nós estamos perdidos na multidão; nós recebíamos poucas mensagens, nós somos bombardeados por elas. A modernidade nos arrancou dos limites estreitos da cultura local onde vivíamos; ela nos jogou igualmente na liberdade individual como na sociedade e na cultura de massa. (TOURAINÉ, 1994, p. 99).

A sociedade brasileira, inconsideradamente, foi forjada a assumir uma cultura com bases identitárias de forasteiros, interessados, inicialmente, nas riquezas naturais e na energia humana e, posteriormente, no potencial de produção e de consumo da

população. Os princípios culturais da modernidade, iniciados na Europa, estenderam-se para outras partes do mundo. Segundo Pocock, citado por Cosgrove, “A cultura europeia tem-se construído, de forma característica, como uma cultura masculina, ativa, moral, poderosa e progressista, por ter definido ‘outros’ lugares como femininos, passivos, imorais, fracos e subdesenvolvidos.” (POCOCK, 1981 *apud* COSGROVE, 2000, p. 43). Após a Segunda Guerra Mundial, dando continuidade ao pensamento moderno, os Estados Unidos, grande reformulador de parte desses ideais, difundiu o mesmo em outros países, inclusive no Brasil.

A reestruturação capitalista, embalada pela guerra fria, empenhou-se em globalizar a economia, a política e tentou homogeneizar a cultura. Os altos investimentos tecnológicos, introduzidos, principalmente no setor da informação, buscaram exercer influências nos mais variados aspectos sociais. O fenômeno da globalização, aparentemente, atingiu a todos sem exceção e, em todos os lugares.

Para melhor entender a formação cultural do Brasil, Furtado (1999) avalia que com o avanço da urbanização a cultura popular brasileira foi sofrendo certa desestabilização em função da forte influência da economia norte-americana. Essa influência impulsionou a constituição de uma cultura de massa, com a emergência da classe média, pouco criativa e, altamente, consumista.

Os brasileiros, segundo Furtado, receberam forte influência do modo de pensar estrangeiro, com “[...] o crescente papel da indústria transnacional da cultura, instrumento da modernização dependente”. Com isso, “O processo de globalização da cultura tende a acelerar-se.” (FURTADO, 1999, p. 65). Numa primeira análise, todos os brasileiros seriam contagiados com este fenômeno, porém, a massificação de um pensamento único, planejada pelo poder econômico mundial, não atingiu a todos com a mesma intensidade e muitos resistiram à homogeneização cultural.

Para Bogo, a memória encontra-se com as pessoas que, muitas vezes, o olhar economicista impede que seja vista e sentida. Existem muitos registros no pensamento daqueles que foram sucumbidos pela história oficial e abafados pelo poder. História essa que maculou a imagem das pessoas “improdutivas” economicamente.

Há memória para os camponeses nas fases da lua, em que buscam plantar as sementes no período mais escuro [...]. Há memória na culinária das etnias [...]. Há memória nas fotografias em preto e branco onde aparecem jardins, pomares das velhas casas de madeira ou barro, com enormes famílias reunidas até a quarta geração fazendo suas confraternizações. (BOGO, 2000, p. 27).

A apreensão da realidade, certamente, será constituída com a inclusão do maior número possível de manifestações espaciais, e das quais se torna necessário incluir a dimensão cultural. “A cultura é mais que um estoque de informações. É também modo de viver, de pensar, de agir. Cultura envolve um feixe de valores sociais, morais, espirituais, que acabam construindo a personalidade de cada um e o seu grupo de convívio.” (BOSI, 2003, p. 06).

Em conformidade com Touraine, o pensamento da modernidade procurou organizar a sociedade com regramentos semelhantes tanto no espaço público, quanto no espaço privado. Essa forma de organização vinculou os princípios humanos de maneira semelhante ao constituir a nação vinculada às empresas e ao consumo.

A nação é a forma política da modernidade, pois ela substitui as tradições, os costumes e os privilégios por um espaço nacional integrado, reconstruído pela lei que se inspira em princípios da razão. Da mesma forma, a empresa é um ator racional graças ao qual a ciência se torna técnica de produção, e cujo efeito de racionalização é julgado pelo mercado. Quanto ao consumo, ele é cada vez menos determinado pelo estado dos costumes e dos valores simbólicos atribuídos por cada cultura a certos bens; ele é comandado por escolhas racionais entre satisfações reduzidas a uma medida comum, o preço dos bens e serviços. (TOURAINÉ, 1994, p. 144).

Com isso, buscou-se desconstruir determinados valores humanos e construir outros vinculados com a sociedade de consumo e de produção. As investidas da modernidade foram ineficazes para a homogeneização do pensamento como um todo.

A realidade espacial constituída a partir de diferentes territorialidades manifesta objetividades e subjetividades para serem compreendidas. “A realidade precisa ser sulcada num incessante vaivém cotidiano, permitindo que ela mesma seja caminho para chegar e pertencer ao lugar onde ela está e donde ela nos acena. Esta é a meta da filosofia atual.” (BUZZI, 2002).

A consciência construída ao longo da história de cada ser humano resulta da experiência acumulada, apreendida através da comunicação com outras pessoas e com o mundo. “A comunicação é o alicerce da intersubjetividade, ou seja, os valores e crenças compartilhados constituem a imaginação coletiva e definem a cultura não-material.” (COSGROVE, 2000, p. 39). As ocorrências para a formação da inteligência também são estimuladas através dos sentidos, do corpo como um todo, além da imaginação.

Desde sua tenra idade o ser humano vai construindo significados adquiridos em seu entorno e com as pessoas com as quais convive diariamente. Ao despertar os sentidos a criança explora o meio e passa “[...] a ver e reconhecer as pessoas e os

objetos, o acessível e o longínquo, distinguir os odores, os gostos mais ou menos agradáveis, o quente e o frio, o macio e o rugoso, escutar as vozes e identificar os barulhos.” (CLAVAL, 2001, p. 64). Na sua subjetividade as crianças vão construindo sua identificação com o ambiente próximo, às vezes aceitando e, outras, negando.

O movimento das mãos introduz a função do gesto para segurar, largar, quebrar, construindo, desta maneira, o código gestual. Além das mãos, o caminhar é uma etapa importante para que a criança estabeleça comparações e diferenciações, bem como seus limites, pois passa a explorar o mundo que se torna fascinante, porém pleno de perigos. Ao crescer, biologicamente, adquire o significado das coisas e da vida, podendo valorar o sentido daquilo que a atinge, como: a dor, a alegria, o bem, o mal, o prazer, o possível, o impossível, além de outros.

As pessoas com maior experiência transmitem os saberes aos infantes através de gestos e de palavras. A língua praticada pela família, principalmente pela mãe, acomoda-se na memória da criança como um signo cultural indestrutível. Além disso, o envolvimento e o calor dos familiares reforçam o sentimento de segurança e a criança aprende que não está sozinha. Outros elementos, voltados ao paladar, tornam-se significativos na construção dos saberes das crianças e dos adolescentes. Segundo Claval,

É na família que o adolescente é instruído sobre os rituais e mitos próprios à religião, à ideologia dos seus pais ou aquela que domina na sociedade da qual faz parte. Tudo vai depender da complexidade dos saberes dominados pela sociedade, e da importância da divisão do trabalho que a caracteriza. (CLAVAL, 2001, p. 65).

Em função do avanço tecnológico nos meios de comunicação e o aumento da frequência escolar, atualmente, é fora da família e do meio próximo que as crianças do mundo aprendem a ler e a escrever.

A memória não é algo que se apaga, facilmente, de acordo com o desejo da sua externalidade, pois a consciência se constrói no interior de cada ser humano e não fora dele. “A experiência do espaço é feita por meio dos sentidos humanos; as geografias vividas dependem da visão, da audição, do olfato, do gosto e do sentido do tocar, e variam em função da mobilidade e da força de quem as vivencia.” (CLAVAL, 2001, p. 62). O saber pode ser apreendido a partir da subjetividade que não está, necessariamente, vinculado à objetividade, pois depende do despertar de cada um.

As investigações geográficas serão enriquecidas a partir da junção do que é descritível, objetivamente, com a subjetividade dos seres humanos. Para o resgate desses registros faz-se necessário analisar as manifestações do cotidiano e o entorno das pessoas.

Na busca de um maior aprofundamento teórico referente à cultura e à Geografia, Claval afirma que o geógrafo pesquisador, para entender as manifestações presentes nos diferentes territórios e que interferem na formação ou construção dos mesmos, necessita superar o ponto de vista dominante positivista da geografia cultural “[...] que não estudava as idéias e representações [...] e apenas [...] destacava os aspectos materiais das culturas, o vestuário, o hábitat, os utensílios e as técnicas.” (CLAVAL, 1999, p. 60). Ao superar a materialidade da cultura, incluindo a subjetividade das pessoas, torna-se possível criar condições para que as pessoas com pensamentos afins e, neste caso, os contrários ao ideário neoliberal, encontrem-se e, através do diálogo, busquem organizarem-se para construir outro modo de existir e de viver.

Torna-se de fundamental importância que a abordagem cultural a ser realizada pela Geografia seja, também, sobre o espaço dos homens. Ela não pode atingir seus objetivos se não raciocinar em termos de áreas, de fronteiras, de localização e de distâncias. Por intermédio desses elementos, traduz-se parte da organização que os grupos dão aos perímetros onde habitam e evoluem. Segundo Cosgrove, existem na paisagem, outras expressões impressas por uma cultura que, para compreendê-las, “[...] necessitamos de um conhecimento da ‘linguagem’ empregada: os símbolos e seu significado nessa cultura. Todas as paisagens são simbólicas, apesar da ligação entre o símbolo e o que ele representa.” (COSGROVE, 1998, p. 105-6).

Estes elementos são importantes a serem considerados pelo pesquisador ao analisar as diferentes paisagens geográficas, porém não suficientes.

[...] quando nos limitamos a esses dados puramente materiais, o jogo de interações e o conjunto de transferências de informação que modelam, em um mesmo movimento, os homens e as sociedades que eles formam, nos escapam completamente: a explicação fica enfraquecida e, mais ainda, fica enfraquecido o conjunto das experiências que contribuem para forjar os caracteres, para provocar questionamentos ou para criar solidariedades ou ligações simbólicas. (CLAVAL, 1999, p. 79).

No atual momento em que, aparentemente, a cultura do povo brasileiro massificou-se em torno do racionalismo moderno, é que surgem embriões de novas relações e

condutas, de produção e de consumo, com a construção de valores e hábitos voltados à construção de novas territorialidades e novos territórios.

Na tentativa de buscar maior entendimento das diferentes manifestações que ocorrem no espaço geográfico, foi se percebendo que a territorialização construída pelos movimentos sociais no campo brasileiro, a partir de meados da década de 1980, possui características diferentes do pensamento sugerido pelo agronegócios. Ao se contrapor ao pensamento com princípios modernos, muitas pessoas sonham com um lugar digno para viver e, por isso, necessitam de desejo, muitas vezes, contradizendo a sociedade de consumo. Constituir outros territórios vinculados a uma outra geografia do futuro, passou a fazer parte das discussões desses grupos.

A interação com outras pessoas e com a natureza permite ao ser humano criar símbolos e significados, também através da imaginação, que, de encontro com outros seres humanos, podem projetar o futuro. Para Claval, “Dessa maneira, a cultura não é uma realidade primeira, mas uma construção imaginada para permitir às pessoas se comunicarem, sentirem-se próximas ou diferentes, e constituírem grupos que se sentem unidos.” (CLAVAL, 1999, p. 73). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, constituiu territórios com respeito aos elementos da natureza, pois entende que as pessoas são constituições culturais, mas, também naturais.

Para Bogo (2001, p. 68), é possível estabelecer relações de solidariedade e respeito, entre as pessoas que convivem no grupo, e da comunidade com a natureza. Nesse sentido, torna-se conveniente o resgate da memória, o pensar e o fazer juntos, contribuindo, assim, para projetar territórios alternativos no seio da sociedade capitalista.

A natureza não está situada no exterior da realidade social, mas faz parte dela, donde a necessidade de analisar as relações homens/meio ambiente em termos de *trajection*, isto é, de apreensão sintética das vertentes objetivas e subjetivas dessas relações. De maneira semelhante, a *médiance* designa as atitudes e concepções relativas aos lugares onde as pessoas vivem, à natureza da qual são familiares e às paisagens que observam e modelam: ela as conhece em suas relações ambíguas. (BERQUE *apud* CLAVAL, 2002, p. 56).

A Geografia, ao entender e comunicar as diferentes formas de se construir territórios, estará contribuindo com a ciência e com a sociedade em geral. Milton Santos dedicou parte de suas energias em anunciar que outra globalização, sem perversidade, seria possível ou, um novo mundo é possível. “A dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades encorajará a superação das práxis invertidas, até agora

comandadas pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade, abrindo lugar para a utopia e para a esperança.” (SANTOS, 2001, p. 168).

Em consonância com o pensamento de Milton Santos, acredita-se que a dimensão cultural permitirá estudar o território Conquista na Fronteira, de Dionísio Cerqueira – SC, na tentativa de contribuir com a qualificação da Geografia e, para além dela, com a sociedade menos favorecida. Na análise que fez em prol de uma outra globalização, esse pensador do espaço geográfico considerava significativo que se percebesse esta nova maneira de pensar, presente na sociedade atual.

Na perspectiva de aprofundar o entendimento, de acordo com Claval, “A abordagem cultural [...] conscientiza os geógrafos de que suas atividades fazem parte da esfera cultural e que é impossível construir uma abordagem científica livre de determinação cultural.” (CLAVAL, 2001, p. 52). Para isso, a questão da identidade precisa ser abordada pela Geografia, desconsiderada pelo enfoque puramente econômico.

A territorialidade fascina os geógrafos há uma geração, pois o espaço na sua totalidade pode se transformar numa categoria vazia, impedindo as referências de sensibilidade, de percepção, de sentimento. “A construção das identidades está intimamente ligada à organização territorial e à maneira como é percebida por quem é responsável por essa organização ou a experimenta.” (CLAVAL, 2001, p. 66). Insatisfeitos com o processo de globalização muitos grupos redescobriram novas formas de territórios associadas a grupos primitivos.

Na tentativa de ampliar, ainda mais este entendimento referente à definição de território, é oportuno considerar o que escreveu Roberto Lobato Corrêa. O mesmo afirma que território não é sinônimo de espaço, deriva do latim, significando terra que pertence a alguém (CORRÊA, 2002, p. 251). Isso não está, necessariamente, vinculado à propriedade da terra e sim, à apropriação. Por outro lado, a apropriação pode possuir um significado político e outras vezes

[...] pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo a renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares [...]. A apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial. (CORRÊA, 2002, p. 251).

Com a inclusão da dimensão cultural na Geografia, superando os aspectos técnicos e materiais presentes na sociedade e com o apoio de outras ciências, o pesquisador geógrafo reúne melhores condições de entender as manifestações espaciais.

A forma de conhecer, em construção, se expressa sim, pela pluralidade, mas também, pelo princípio da conexão e da recursividade unitária, pela visualização do contexto, pela valorização do local/global, pela valorização do lugar no mundo. Aceita a pluralidade de leituras, a diversidade de métodos. Compreende e assume a perspectiva da contradição (da ordem e do caos sistêmico). Propõe a dialógica e a ética como possibilidade de superação, de um lado do conhecimento fragmentado, de outro da irresponsabilidade social. Encaminha como proposta metodológica para a construção científica neste período, a discussão da interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. (SUERTEGARAY, 2004, p. 191-2).

Ao optar por definir o território enquanto categoria de análise da realidade geográfica, o pesquisador necessita considerar o maior número possível de manifestações, sem perder de vista as relações sociais e socionaturais. Nesse sentido, o entendimento qualificar-se-á com a identificação e caracterização das expressões espaciais, resultadas das investidas humanas sobre os aspectos físicos e naturais, num determinado tempo. A realidade socioespacial tornar-se-á existência ao serem evidenciadas as, simples e complexas, situações sociais, econômicas, políticas, bem como as culturais, presentes entre os diferentes territórios. Para esse enfoque, a dimensão cultural contribuirá, por certo, que se apreendam também as experiências de vida, acumuladas, cotidianamente, e como as pessoas pensam, agem e interagem, entre elas, e com o meio, pelo qual se identificam.

3 ENTRE OS COLONOS E OS AGRICULTORES: A CONSTITUIÇÃO DOS CAMPONESES NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

O desejo ao longo desta abordagem não é apenas buscar definir vocabulariamente, mas analisar, de maneira contextualizada, têmica-espacial, o significado e a constituição do camponês no Brasil, em especial dos trabalhadores envolvidos com a terra do Extremo Oeste de Santa Catarina. Os conflitos de terra ocorridos no país em função das contradições socioculturais, no decorrer do processo histórico brasileiro, ajudam a explicar as diferentes denominações que foram determinadas aos seres humanos da atividade agrária. No conjunto dos elementos constitutivos da construção territorial brasileira o Estado aparece como um dos principais coadjuvantes desse processo.

3.1 A FORMAÇÃO DOS CAMPONESES CONTEXTUALIZADA PELA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

O processo de territorialização rural brasileira configurou-se de acordo com o interesse dos que, ao longo da história, dominaram a economia e a política, desconsiderando as consequências sociais e culturais da população. Numa caminhada ascendente, iniciando a partir da presença europeia, os atingidos foram os pré-colombianos, os negros, os mestiços, os colonos imigrantes, os colonos migrantes, os agricultores tradicionais, os agricultores modernos e, atualmente, padecem de algo semelhante, os agricultores do agronegócios. São mais de 500 anos de investidas dos “de cima sobre os de baixo”, protegidos pelo Estado em suas diferentes esferas ou níveis de poder, que auxiliaram com garantias políticas os detentores do capital econômico.

Para além dos efeitos, significativamente maléficos, provocados pela modernidade sobre os seres humanos do espaço rural, pretende-se resgatar a constituição dos camponeses, que, algumas vezes, são queridos e outras, odiados. Ao estudar as territorializações e reterritorializações do espaço rural brasileiro, a Geografia precisa se atentar, também, com as pessoas que necessitam do campo para viver. Ao aprender a compreender os camponeses que cultivam a terra para a produção de alimentos para a

vida e, não tão somente para o mercado, que respeitam a composição integrada dos elementos naturais, possivelmente, aprender-se-á a entender o significado dos mesmos. Nesta linha de raciocínio, o trabalhador rural deixa de ser considerado um mero produtor e consumidor de produtos que beneficiam o setor industrial, vinculado ao acúmulo de capital, ao financeiro ou ao poder para a apropriação.

Se de um lado a terra transformou-se num grande negócio para latifundiários, de outro, para os camponeses, a terra é considerada uma parte extensiva ao prolongamento da vida. A terra no Brasil, na análise de Martins (1981), após o desfecho da apropriação dos escravos comandada pelos senhores de engenho, passou a ser uma grande fonte de riqueza para uma pequena parcela dos brasileiros e de alienígenas espoliadores.

A realidade do camponês no Brasil foi se construindo de acordo com algumas definições conceituais. Para nós, ele não é apenas um produtor ou um simples trabalhador rural que responde a estímulos, mecanicamente pensados pela engenharia moderna urbanizada; ele é um ser que possui muita sabedoria, repassada de geração a geração, que percebe e se sensibiliza com seu entorno natural e social. Ele é a pessoa que trabalha no campo, própria do campo, ou seja, que vive no campo e convive com a terra. No seu cotidiano desenvolve ações, com criatividade e espontaneidade, que lhes permitem pensar, refletir e repensar, enfim, filosofar sobre o espaço construído e reconstruído.

Atribuir-se-á a definição de campesinato para um conjunto de pessoas, de uma região ou de um território que possui ou desenvolve uma condição de camponês. Da mesma forma, ao território ou parte da superfície terrestre onde se constituem e vivem os camponeses, cultivando a vida e convivendo com a natureza, será nesta abordagem, denominado de campo. Assim sendo, torna-se compreensível serem utilizadas, a partir deste momento, as denominações, camponês, campesinato e campo, para tratarmos da constituição dos camponeses do Brasil e, em especial, do Extremo Oeste de Santa Catarina.

A problematização desta temática referente aos camponeses, obviamente, conduz-nos a alguns questionamentos necessários, a fim de analisar e compreender as suas existências, ou não. Quem eles são, suas origens e a maneira como se constituíram, onde estão, como vivem, o que pensam e sentem, quais seus desejos e utopias? Além destas, outras perguntas são oportunas para o entendimento, conclusões e reflexões que necessitam compreender o camponês para além das etnias em direção a uma construção cultural.

Segundo Martins (1981), as palavras *campesinato* e *camponês* foram introduzidas no vocabulário brasileiro por políticos brasileiros de esquerda, expressões oriundas da Rússia. Enquanto que, em alguns países, até 1950, o trabalhador do campo era denominado de *camponês*, no Brasil existiam outras denominações para a mesma designação. Em destaque, o *caipira*, de origem aborígine, designação dada às pessoas do campo da região de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Para os que desenvolviam essa atividade no litoral paulista, a denominação era *caiçara*. No nordeste brasileiro esses trabalhadores eram chamados de *tabaréu*. Noutras partes do país as pessoas que viviam no campo denominavam-se *caboclos*.

Em sua análise referente ao processo de reterritorialização da França e de outros países europeus, principalmente entre os séculos X e XII, Duby (2001) afirma que a presença do *camponês* foi de suma importância para a economia europeia naquele período. Os *camponeses*, nessa época, constituíam a classe social com pouco ou nenhum prestígio político entre os senhores e aqueles que comandavam a Igreja. Segundo o autor, “Ainda em 1040, a cidade de Marselha, toda ela reunida no novo cinturão, pertencia a todo o grupo consanguíneo do qual um dos varões era o pastor da diocese e os demais traziam em comum o título de visconde.” (DUBY, 2001, p. 54).

As rendas senhoriais eram resultado de relações sociais desiguais com a supremacia dos detentores do poder local sobre os *camponeses*. Nas palavras de Duby, “[...] por toda parte a criação tinha seu lugar na exploração rural. [...] não é menos evidente que por toda parte se cultivavam também cereais, e não só na terra dos senhores, não só na terra dos monges”. (DUBY, 2001, p. 77). Concentrações rurais eram constituídas em lugares privilegiados para que os senhores pudessem obter diversas vantagens exploratórias sobre a população subalterna, que direta ou, indiretamente, mantinha laços de servidão aos senhores.

Os serviços que mais dependiam de esforço físico eram realizados pelos *camponeses* que, acima de tudo, produziam a alimentação necessária para as comunidades feudais. Dentre os alimentos, destacavam-se o pão e o vinho, porém outros eram produzidos pelos *camponeses*, através da atividade pecuária e da agricultura.

[...] em Annapes, numa região predominantemente pastoril, as instalações destinadas ao preparo do grão, colocadas pelo senhor à disposição dos *camponeses* das cercanias, os moinhos e as cervejarias proporcionavam anualmente grandes quantidades de trigo, conseguidas junto aos usuários; [...] Criavam pequenos animais e cultivavam lavouras para a produção de cevada, milho graúdo, espelta (trigo de qualidade inferior) e outros. (DUBY, 2001, p. 77).

Ainda, em se tratando do campesinato europeu da Idade Média, para abordar o modo de pensar e de agir com a terra no exercício camponês, cabe destacar a utilização de técnicas simples na atividade, em que

A preocupação maior era a de alimentar os homens. Levava a reservar as melhores terras para os grãos, restringia consideravelmente a extensão dos prados de ceifa e, nos campos mais evoluídos, nos domínios mais firmemente orientados para a produção dos cereais, limitava estritamente o número dos animais que se podiam alimentar de forragem no curral e que produziam o esterco. (DUBY, 2001, p. 79-80).

Segundo esse autor, utilizavam-se técnicas mais avançadas para a revigoração da fertilidade do campo com o revolvimento da terra antes da semeadura. Em alguns casos, este procedimento ocorria até três vezes num ano. Por outro lado, muitos camponeses respeitavam o período de recuperação do solo, adubavam com esterco a lavoura, realizavam a rotação de culturas, aproveitavam o repouso do solo para a pastagem do gado, além de outras ações que permitissem a sustentabilidade natural.

O camponês, segundo Moura (1986), é a pessoa que se envolve com os segredos contidos na natureza para produzir alimentos para si e para os outros do seu entorno e, às vezes, destina-se a outros locais distantes. Possui profundo conhecimento do tempo e do espaço onde atua, construindo muito tempo antes daquilo que a sociedade moderna passou a chamar de ciência. Transformou-se num exímio observador dos astros, da direção dos ventos, quando vai chover, quais insetos e em que momentos ameaçam suas plantas e animais, e dos demais elementos da natureza. Também, distingue o tempo necessário para cada atividade a ser desenvolvida no campo.

A origem da agricultura e da pecuária foi se constituindo após a carência da coleta e da caça. Alguns afirmam que a pecuária surgiu antes da agricultura, outros o contrário, outros, ainda, acreditam que, tanto uma quanto a outra atividade, resultaram, simultaneamente, com o cultivo de plantas e criação de animais. Nesse sentido, o camponês identifica-se com cultura: a essência do seu significado vincula-se com cuidar, acompanhar, observando a manifestação natural das espécies, animal ou vegetal, da sua semente até frutificação e nova semente.

No processo de cultivar, a terra apresenta-se como a base para os que desenvolvem a atividade no campo, reunindo todos os elementos necessários para essa finalidade. Assim sendo, o camponês adquiriu saberes necessários para lidar com os elementos da natureza interferentes direta e indiretamente nos cultivos. Aprendeu a aprender o significado de cada ser, bem como o significado da interação entre todos os

seres vivos e seres inanimados, porém necessários ao desenvolvimento de animais e plantas cultivados.

Historicamente, no Brasil, a relação que ocorreu entre os senhores da terra e os camponeses, muitas vezes, o valor do trabalho camponês traduzia-se em trocas de materiais e procedimentos simbólicos. Isso colaborava para a renovação dos laços de dependência, por parte do camponês, e de mecanismos de coerção dos detentores do poder sobre o trabalhador. Além das tarefas na fazenda, o camponês necessitava produzir alimentos para compensar as supostas dívidas com o patrão.

O campesinato é sempre um pólo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho e renda em dinheiro. (MOURA, 1986, p. 10-11).

Frequentemente, os senhores da fazenda apropriavam-se da terra em que os camponeses viviam, alegando os hipotéticos débitos contraídos pelos camponeses junto ao senhor.

Os trabalhadores, para seu próprio sustento, dedicam um tempo menor à atividade dos que trabalham para o senhor da terra para comercializar. Segundo Moura (1986), o camponês é o trabalhador da terra, porém, diferente daquele que dirige o empreendimento rural. O conceito, porém, é estendido àqueles cultivadores da terra que exercem a atividade, utilizando o seu trabalho e de sua família. Em ambos os casos o camponês é definido enquanto produtor agrícola, opondo-se ao não produtor. Não se tem a intenção de conceituar em definitivo o camponês na atualidade, apenas a tentativa de identificar essas pessoas que vivem do campo e desempenham ações, cultivando a terra para seu sustento e comercializando o excedente. Essas pessoas não acumulam capital, explorando o trabalho de outros, fora da família, utilizam a maior parte do tempo na atividade do campo. Algumas possuem a posse da terra e outras atuam na propriedade de terceiros. Assim sendo, pode-se afirmar que, camponeses são as pessoas que trabalham na e com a terra e dela dependem, diretamente, para viver ou sobreviver.

No Sul do Brasil, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina, a constituição do camponês tem forte vinculação com os caboclos (pessoas descendentes da miscigenação entre os aborígenes, negros e brancos). Além do caboclo, salienta-se que os descendentes de europeus, ou seja, o colonizador do território regional da primeira metade do século XX, também possuía características declinantes à cultura do camponês.

A territorialização desta região ocorreu mediante complexas relações sociais, desenvolvidas entre os nativos e o branco, guiadas, interesseiramente, pelo poder do branco e, muitas vezes, por afinidades afetivas entre ambos. Enquanto os nativos, habitantes deste território, deslocavam-se de um lugar para outro, buscando garantir a sobrevivência, o branco almejava caçar indígenas para utilizar como fonte de energia, conquistar mais áreas territoriais e ampliar seus negócios. Os paulistas e gaúchos (descendentes de portugueses e espanhóis) constituíam a categoria dos poderosos fazendeiros ou estancieiros do Sul do Brasil e dos coronéis: tropeiros, comerciantes de carne bovina, ervateiros, madeireiros e outros.

Alguns historiadores insistem em afirmar que o território da região Oeste de Santa Catarina foi apenas um espaço geopolítico, ora pretendido pela Argentina e o Brasil, ora desejado e disputado pelas unidades federativas do Paraná e de Santa Catarina, ignorando os conflitos ocorridos entre a cultura dos espoliadores, com os caboclos e nativos. Nesse sentido, considera-se oportuno reconstituir, historicamente, a construção do território regional, buscando envolver o maior número possível de atores sociais e de elementos espaciais, que se manifestaram ao longo do processo, na tentativa de respeitarmos a realidade e evitarmos as oficializações historicistas. Das inter-relações sociais entre o branco, o nativo e o negro, surge a identidade do caboclo, possuidor de uma cultura construída e reconstruída, historicamente, a partir do tropeirismo.

3.2 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO OESTE CATARINENSE MARCADA PELA CULTURA CAMPONESA

Para entender a construção territorial do Oeste catarinense julgamos necessário rever como ocorreu a conquista do planalto catarinense, vinculando, segundo Ehlke (1997), o espaço com a temporalidade. A partir do século XVII, o Sul do Brasil tornou-se um grande centro produtor de gado vacum, de muares e de equinos. Para se ter uma noção escalométrica de volume, no final do ano de 1600 o número de vacuns girava em torno de 50 milhões de cabeças. A existência do mesmo encontrava-se entre o território do Prata e dos Pampas riograndenses, o que permitiu à região se transformar num importante potencial fornecedor de carne. Os bandeirantes, que perseguiram e aprisionavam os nativos para utilizá-los como fonte de energia humana, descobriram os

rebanhos de gado e passaram a prendê-los, transportando-os, principalmente, em São Paulo, para serem comercializados.

Além da carne bovina, os equinos e muares, muito utilizados para o transporte, transformaram-se em fonte de comércio para eles. A carne era transportada, ao vivo, em rebanhos, andando, ou, após os vacuns serem transformados em charque (carne seca, desidratada e conservada com sal), eram transportados por muares e equinos. Logo após o início desse processo, os bandeirantes uniram-se aos lagunenses, açorianos e gaúchos para realizar o recolhimento, transporte e comercialização da carne e dos animais. As denominadas tropas de animais percorriam em torno de 3.000 quilômetros, entre a origem do produto no Rio Grande do Sul até São Paulo, passando por Santa Catarina e Paraná.

A tropa era comandada por fazendeiros (figuras patriarcais, influentes políticos, ricos e donos da tropa) e pelos peões, trabalhadores da tropa (descendentes de nativos, negros e pessoas de países vizinhos, radicados na região). Ao longo do percurso, foram surgindo os locais de pouso para o descanso e alimentação dos animais, bem como das pessoas envolvidas com a tropa, transformando-se, posteriormente, em sedes e, mais tarde, em cidades. Esses locais eram as denominadas terras devolutas da União, ou seja, territórios pertencentes ao Estado nacional.

Os locais mais pretendidos pelos estancieiros para constituírem a sede da fazenda, geralmente, possuíam um relevo de poucas alterações altimétricas e cobertos por uma vegetação composta por pequenos arbustos, com a presença abundante de gramíneas, denominados campos naturais. As sedes passaram a se constituir por pessoas de diferentes culturas e com diferentes poderes econômicos e, dentre esses, incluem-se caboclos, alguns peões desgostosos com o tropeirismo e, outros, que buscavam um lugar para viver, livre das perseguições donatárias.

No início do século XX, as sedes foram se configurando num território construído por comerciantes, criadores de gado, trabalhadores do campo e outros que passaram a ocupar o território regional Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina. Além das atividades agropastoris, o território construía-se com diferentes interesses econômicos, destacando-se a extração e industrialização de madeira e de erva-mate.

Segundo Auras (1997), as fazendas transformaram-se em grandes propriedades rurais e, ali, passaram a viver os agregados com suas famílias.

A lida com o gado era tarefa básica. Arrebanhar os animais, criados soltos pelos campos, dar-lhes sal, marcá-los, etc. consistia o dia-a-dia desses homens. Via de regra, praticava-se a agricultura de subsistência – tarefa que cabia mais às mulheres. Igualmente, a criação de alguns porcos e galinhas mantinha

praticamente a auto-suficiência dos habitantes de vastas fazendas. (AURAS, 1997, p. 28).

Além dos agregados, afirma Auras (1997), que residiam na fazenda, os denominados peões, geralmente descendentes de grupos indígenas, dormiam pelos galpões e ajudavam na época em que a lida com o gado implicava em mais trabalho. Também, exerciam a coleta de erva-mate. Tanto os agregados quanto os peões eram de confiança do dono da fazenda e estavam à disposição do fazendeiro para executar qualquer tarefa que fossem solicitados.

Os agregados eram constituídos pelos caboclos, que, segundo Thomé (1992), viveram no planalto catarinense desde o século XIX, “[...] como proletário do campo, do sertão e da roça [...]” (THOMÉ, 1992, p. 20-21), migrando, posteriormente, para outros locais que possuíssem ambientes naturais com possibilidades de fornecer abrigo e alimento para a sobrevivência dos mesmos. O território localizado no Extremo Oeste de Santa Catarina foi um dos escolhidos, por apresentar características naturais propícias às suas necessidades.

Os caboclos possuíam características identitárias próprias, eles eram o

[...] sertanejo, o caipira, o matuto e acanhado, lento no pensar e no falar, bastante místico, homem desconfiado. Face queimada pelo sol, mãos calejadas pelo trabalho, desajeitado no andar, afeiçoado à caça e à pesca, de pele pardacenta, nele corria o sangue do alegre, afeito, trabalhador e justo negro escravo; do bravo, indolente e sempre temido guerreiro indígena; e tinha dentro de si o alto sentimento de justiça, do bem, e do coletivismo dos desbravadores e povoadores. Era corajoso, instintivo e violento, ao mesmo tempo em que era franco, leal e honrado. (THOMÉ, 1992, p. 20).

O convívio entre negros e nativos resultou numa cultura de respeito entre os membros da família e comunidade e, destes, com os elementos da natureza. A cultura reconstruída a partir de outras permitiu ao caboclo pensar e agir, espontaneamente, tanto no exercício com a terra quanto na maneira de definir sua alimentação e seu cuidado com o corpo e a mente. Como afirma Thomé (1992), “Os primeiros civilizados incorporaram às suas próprias crenças, o fundo cósmico das lendas, superstições, credices, usos e costumes dos indígenas nativos, assim como seu artesanato, técnicas e práticas agrícolas.” (THOMÉ, 1992, p. 20-21). Além disso, aprendeu a se defender na mata, tomar banho de rio, fabricar utensílios, usar ervas medicinais e outros.

Para recuperar a memória referente à cultura dos nativos, torna-se valioso refletir mediante a mensagem transmitida por Marcos Terena (2000), em que o mesmo busca

identificar os indígenas do Brasil hoje, e quais significados e simbologias a natureza transmite para eles, os indígenas.

Porque os passarinhos cantam? Para que possamos ouvi-los e levantar os olhos para vê-los e admirá-los. Este Criador é sabido. É poderoso e forte, porque não quer que andemos de cabeça para baixo. Ele colocou lá no meio do mato, lá no canto das terras indígenas, plantinhas e árvores grandes para que nós, os seres humanos, as olhássemos e dali tirássemos a água, o remédio, a alimentação e , principalmente o que vocês não percebem, a magia da vida, a magia de tentar entender este Criador: o espírito da floresta, o espírito da sabedoria com quem os pajés podem conversar, podem compreender e transformar aquelas plantas no nosso sustento. (TERENA, 2000, p. 20).

Outra referência com relação à cultura indígena, apontada por Terena (2000), diz respeito à saúde e à eficiência das plantas medicinais utilizadas para o tratamento de possíveis moléstias que atingem sua população. A sabedoria e o conhecimento que possuem sobre os vegetais lhes permitem transformar muitas plantas medicinais em bem estar. Por outro lado, os cientistas transformaram muitas plantas medicinais em drogas para o vício. “Em nossas aldeias não temos academia de ginástica. Tudo é feito de acordo com o movimento da noite, do dia e do tempo. Lá não temos problema de emagrecer.” (TERENA, 2000, p. 20). Pode-se perceber que o caboclo aprendeu com os nativos muito conhecimento, posteriormente transformado em sabedoria. A cultura cabocla protagonizou outros saberes vinculados à alimentação verificada na bebida e em pratos da cozinha, bolos e doces em geral.

Os agregados eram homens “livres” e atuavam como serviçais, exercendo quase todas as tarefas, desde a lida com o gado, até a criação de animais, além de atuar como lenhador, lavrador, caçador e outros. Residiam em casas simples e rústicas, ou ranchos construídos de madeira, barro, palhadas, com janelas trancadas por tramelas. A cobertura era de tabuinha, folhas de palmeiras, taquara ou couro de boi, tendo como assoalho o chão batido.

Segundo Martins:

[...] a relação era essencialmente a relação de troca-troca de serviços e produtos por favores, troca direta de coisas desiguais, controlada através de um complicado balanço de favores prestados e favores recebidos. Nesse plano, a natureza das coisas trocadas sofria mutações – pelo fato de viver e trabalhar autonomamente nas terras de um fazendeiro, um agregado podia retribuir-lhe defendendo o seu direito de se assenhorear de mais terras, de litigar com fazendeiros vizinhos, etc. Com isso, o agregado defendia também o seu direito de estar na terra do fazendeiro. Mas não podia defender o direito de estar na terra, sem fazer dessa terra propriedade do seu fazendeiro. A sua luta era luta do outro. (MARTINS, 1981, p. 35-36).

Nos momentos em que não trabalhavam, diretamente para os fazendeiros, desenvolviam atividades agropecuárias para eles próprios. Com isso, alguns tiveram condições econômicas de planejar parte de seu trabalho e como utilizar o tempo disponível livremente. Nas palavras de Thomé,

Não mais considerados como dependentes diretos de seus senhores, tiveram sua mão-de-obra valorizada e promovida, passando até de simples moradores a pequenos proprietários. E não ficaram nas fazendas. Adentraram no sertão e no antigo sistema de posses. Enraizavam-se em terras distantes. (THOMÉ, 1994, p. 21).

Alguns agregados conseguiam estabelecer uma relação de maior confiança com o fazendeiro e passavam a conviver, definitivamente, fazendo parte da família dele. Muitos caboclos, por não reunirem condições favoráveis para trabalhar nas sedes ou nas fazendas dos senhores, antes mesmo já haviam construído suas territorialidades na floresta do território do Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina. A territorialização constituída por esses últimos, os camponeses, ocorreu com os fundamentos filosóficos, resultado das experiências e do convívio entre caboclos e nativos.

Ao analisar a situação política nacional no final do século XIX e início do século XX, Martins (1981) aponta algumas medidas tomadas pela Presidência da República com relação ao território nacional. Na oportunidade foi inaugurada a política (gem) dos governadores, que consistia na troca de favores entre o Presidente e o Governador. Esse último procedia da mesma forma com os coronéis e políticos regionalizados, ou seja, o poder político mantinha-se subvencionado por ajudas mútuas, traduzidas em posse de terra, isenção de impostos, nomeações para ocupar cargos públicos, além de outros.

Os governadores operavam dentro do mesmo esquema através de um sistema de trocas com os chefes políticos do interior, os coronéis. Esse sistema envolvia um complicado mecanismo e trocas que compreendia a nomeação de funcionários municipais por indicação dos coronéis, a designação de autoridades policiais e judiciais do mesmo modo, facilidades na concessão de terras e favores na realização de obras públicas. (MARTINS, 1981, p. 46).

Em continuação ao que analisa Martins (1981), a respeito dos favores políticos, é possível perceber que os políticos locais e regionais, que se afinaram com o governador, transformaram-se em grandes comandantes da política e da economia. Desse contexto, ou de contextos históricos semelhantes, surgiu a expressão do clientelismo político, 'do toma cá dá lá', também com os votantes dos políticos locais.

O eleitorado de um coronel ou de um chefe político era constituído pelos seus clientes. Não se trata de uma força de expressão. O clientelismo político, a

patronagem, tinha basicamente raízes na clientela econômica. [...] Os clientes do coronel eram geralmente seus clientes políticos, incluindo aí pequenos comerciantes que se colocavam sob sua tutela política. Em troca do voto e da fidelidade do eleitor, o coronel podia oferecer desde determinado presente, como um par de sapatos, até o crédito aberto, até um pedaço de terra para o morador. (MARTINS, 1981, p. 46-47).

A Lei de Terras de 1850, segundo Martins (1981), impediu que negros, índios, mestiços, brancos pobres e outros despossuidores de capital e de influência política conseguissem, legalmente, títulos de posse de terra. Com isso, a partir da primeira metade do século XX, a grande maioria dos caboclos e nativos que habitavam o Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina, não possuía, judicialmente, o direito de permanecer no território que havia construído.

A inegável afirmação de Piazza (1994) aponta que a União concedeu a posse de terra do médio Oeste catarinense à empresa norte-americana Brazil Railway Co, para extrair madeira e colonizar e, em troca, a empresa construiria a estrada de ferro, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Posteriormente, a mesma constituiu uma empresa subsidiária, a *Brazil Development e Colonization Co*, para que esta promovesse a colonização destas terras, “[...] autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 9.442, de 13.03.1912”. Para esta finalidade, haveria empresas e pessoas encarregadas para efetuar as futuras concessões a quem quisesse se estabelecer neste território. “A medição e demarcação das concessões foram efetuadas em 1915 e 1916, por engenheiro nomeado pelo governo.” (PIAZZA, 1994, p. 250-51). As primeiras instalações ocorreram ao longo do vale do Rio do Peixe.

As terras, então *devolutas*, que não haviam sido distribuídas através de sesmarias, foram concedidas, na avaliação de Piazza (1994), para empresas e homens do progresso, homens com visão de futuro. Desta maneira, Piazza (1994), ao escrever a respeito da colonização de Santa Catarina, reforça o que Martins (1984) afirmava, anteriormente, referente às ligações políticas existentes entre o Estado, os coronéis e os grandes “afortunados” ou homens de progresso, com relação à troca de favores.

Uma dessas empresas vai surgir da fusão de interesses de homens de ação, que acreditaram na pujança do Oeste catarinense. De um lado está Agilberto Maia, então Prefeito do município gaúcho de Guaporé, Manoel Passos Maia, há muito ligado ao processo político catarinense e Ernesto F. Bertaso, um homem de visão econômica incomum. [...] Assim, inicialmente, Manoel Passos Maia, através de contrato datado de 26 de julho de 1920, obtém do Governo do Estado de Santa Catarina terras para colonizar, cerca de 100.000 hectares, na margem esquerda do rio Chapecó, “em continuação à concessão Jerônimo Vargas”, e, “aí não existindo, onde as houver entre os rios Xaçepó, Uruguai e Antas”, pelo preço de Rs. 5\$000 o hectare. [...] A firma Bertaso, Maia e Cia., contrata, a seguir, com o

Governo do Estado de Santa Catarina a construção da estrada do Passo Goyo-en a Passo dos Índios, para receber em pagamento dos seus serviços terras devolutas. (PIAZZA, 1994, p. 256-58).

Os camponeses lutam pela terra no Brasil, porque necessitam da terra para sobreviver, por ter afinidade com a mesma, e se percebe que, de geração em geração, esses manifestam os mesmos desejos, sentimentos e intenções com relação a ela. Ao contrário dos camponeses, alguns “homens” transformam a terra num grande negócio, acumulando enormes quantidades de hectares de terra. Assim, de acordo com Piazza (1994), o patrimônio territorial de Ernesto Bertaso, no Extremo Oeste catarinense, perfazia 2.249.259.441 m². Nesse sentido, surgem os conflitos em função das apropriações, que, historicamente, aconteceram neste país.

O Estado, nos moldes capitalistas, com todo seu aparato administrativo e de julgamento, organizou o território Oeste e Extremo Oeste catarinense, garantindo que alguns acumulassem e se apropriassem de muita terra, em detrimento da expropriação da maioria dos camponeses regionais.

Pela sua ação e, notadamente, pelo seu trato, Ernesto F. Bertaso manteve contatos cordiais e dentro do maior espírito público. Assim os teve com o Dr. Hercílio Luz, que fez as primeiras concessões de terras para colonização, e, posteriormente, com os Drs. Adolfo Konder e Nereu Ramos, no ensejo de obter maiores benefícios para as áreas que colonizara. Mas não seria possível um trabalho de desbravamento e colonização, como o efetuado por Ernesto F. Bertaso, numa área bem afastada dos meios políticos e administrativos, onde, ainda, existia o indígena, e outros posseiros, se não houvesse a ação pertinaz de esclarecimentos e de conciliação desse espírito superior que foi o Dr. Antonio Selistre de Campos, “trazendo a todos tranquilidade e segurança”. (PIAZZA, 1994, p. 260).

Do planalto até o Extremo Oeste catarinense o território esteve à mercê de um reduzido número de empresas e homens, impossibilitando que os camponeses habitantes pudessem desenvolver as atividades do campo com segurança de possuir a terra. No início da segunda década do século XX, no território localizado entre os Rios Uruguai, Chapecó e Pepery-guaçu, os responsáveis pelo processo de colonização passaram a demarcar e comercializar os lotes de terra.

Uma outra empresa que assinou contrato com atribuição de colonizar área concedida à ‘Brazil Development e Colonization Co’ foi a ‘Empresa Chapecó-Pepery Ltda.’, para a gleba entre os rios Antas, Pepery-guaçu e Uruguai. [...] Como era a aventura dos povoadores das terras da Empresa Chapecó-Pepery Ltda., não muito diferente dos demais colonizadores do Extremo Oeste catarinense, neste século XX, tem-se este relato: “Lá era ponto de embarque (onde a estrada recém-aberta – 1926 – de Santa Bárbara a Iraí cruza o rio Várzea) em canoas para descer o rio da Várzea e o Uruguai até Porto Feliz”. (PIAZZA, 1994, p. 262).

Com o avanço da colonização para o Extremo Oeste de Santa Catarina, os caboclos, remanescentes de nativos, pessoas que conviviam na floresta deste território foram forçados a migrar, cedendo o espaço para os novos habitantes oriundos, na sua maioria, do Rio Grande do Sul. Muitos aborígenes migraram e outros passaram a conviver entre a nova população com uma nova cultura. Certamente, não foi desejo dos colonizadores, trabalhadores da roça, provocar a migração, foram envolvidos pelos procedimentos de poder do Estado e do grande capital daquele período.

3.3 O TERRITÓRIO DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA RECONSTRUÍDO PELOS CAMPONESES

A formação cultural presente entre os descendentes de europeus que ocuparam o território no início do século XX vinculava-se com a terra. A atividade que exerciam os novos habitantes, antes da colonização no Extremo Oeste de Santa Catarina, reuniu condições favoráveis para que os mesmos se constituíssem em camponeses. Mesmo que essas pessoas desempenhassem suas atividades agropecuárias de maneira individualizada, o modo de pensar e de agir se assemelhava com o dos caboclos e dos nativos.

A essas pessoas do campo, com características étnicas e culturais diferenciadas dos caboclos e nativos, atribuir-se-á a denominação de colono, em função do processo de colonização que participaram. O significado de colono remete-nos a entendê-lo enquanto trabalhador da terra, pessoa que viveu gerações em contato com a terra e construiu saberes ligados a terra. Nesse sentido, os colonizadores que participaram da construção do território Extremo Oeste de Santa Catarina, antes do processo de modernização, construíram-se, culturalmente, em cumplicidade com a cultura do camponês.

Antes do processo de modernização, o agricultor tradicional poderia ser denominado de camponês, haja vista, seu modo de pensar, de agir, de aglutinar valores humanos na forma de se relacionar com a natureza. Mesmo atuando de maneira mais intensa sobre os elementos da natureza do que o caboclo e o nativo, o agricultor tradicional conseguia pensar e refletir com muita sensibilidade sobre os elementos da natureza.

Para melhor compreender a cultura do camponês enquanto um ser constituído, também com ensinamentos de outras culturas, neste caso dos nativos, cabe apontar o depoimento deste indígena Marcos Terena:

Nós, os índios, nascemos com uma sabedoria, um conhecimento, também religioso e espiritual, e quando chegou a civilização nada disso teve valor ou sentido. Porque o homem branco não sabia compreender a linguagem do homem indígena. Os povos indígenas não procuram traduzir os pensamentos, os sentimentos, eles procuram demonstrá-los. Porque sempre fomos autênticos e aprendemos a ser autênticos porque o ensinamento é através da palavra e não da meia-verdade. (TERENA, 2000, p. 22).

A agricultura tradicional baseava-se no trabalho em que se desenvolvia a atividade agropecuária com a participação de toda a família no processo de produção, desde as discussões até as realizações e usufrutos do trabalho.

As relações entre os membros da família e da comunidade camponesa permitiam que a mulher, os jovens e infantes participassem das decisões e da construção territorial rural. A mulher envolve-se tanto no planejamento quanto nas ações do que se planejava. Os jovens e infantis, também se engajavam no processo de produção e de consumo. Ao se apresentar na ajuda em pequenas atividades pecuárias e agrícolas, as crianças passavam a desenvolver alto grau de afetividade com os animais e plantas. Esse olhar permitiu que as futuras gerações sequenciassem o modo de pensar e de agir do camponês.

Ao aprofundar o entendimento referente à participação da mulher camponesa no desenvolver das atividades do território camponês há de se considerar a sua importância e seu significado. Além de acompanhar, efetivamente, o processo produtivo agrícola e pecuário, a maioria das mulheres pensava e agia desenvolvendo ações referentes à alimentação, à vestimenta dos componentes da família, cuidando da limpeza e da organização estética da casa, tanto externa quanto internamente à residência. Ela, também, responsabilizava-se por uma parcela significativa dos cuidados com os filhos, com atos criativos e afetivos para o desenvolvimento do ser em formação natural e cultural.

A estrutura fundiária de cada propriedade compunha-se de lotes com, no máximo, três dezenas de hectares, em que o planejamento territorial, bem como as ações eram realizadas com a participação dos membros da família. Em primeiro lugar, no processo produtivo aparecia a produção para a subsistência da família e, posteriormente, necessitava-se produzir um excedente para trocar por produtos incapazes de serem

produzidos na propriedade rural, como produtos alimentícios, utensílios domésticos, tecidos, ferramentas para a carpintaria, material para algumas construções, instrumentos para a atividade agropecuária (foice, ancinho, gadanho, machado, enxada, serrote, rebolo, lima, arado, corda, corrente, arame, tacho, carroça e outros), apetrechos para encilhar os cavalos, além de outros. Parte da produção agrícola destinava-se à criação de algumas espécies de animais domésticos. A troca dos produtos agropecuários excedentes, geralmente, ocorria sem a presença da moeda, pois se trocava por mercadorias comercializadas pelos comerciantes locais.

A existência de um pensamento voltado a atender, inicialmente, às necessidades básicas de subsistência, permitia que os agricultores desenvolvessem a policultura, com a produção de trigo, feijão, arroz, milho, cana-de-açúcar, mandioca, batata doce, amendoim, abóbora, melancia, melão, além de outros. No que tange às árvores frutíferas, além da coleta de frutas nativas, ainda cultivavam laranjeira, bergamoteira, limoeiro, bananeira, ameixeira, pessegueiro, pereira, videira e outros. Algumas espécies de hortaliças, também faziam parte do processo de cultivo agrícola do período da agricultura tradicional do Extremo Oeste de Santa Catarina.

Também, eram cultivadas inúmeras ervas medicinais, principalmente aquelas necessárias para contornar as disfunções do organismo humano, tratar ferimentos, infecções, distúrbios estomacais e outros males que, porventura, molestavam o bem-estar das pessoas. Entre as comunidades dos colonizadores, geralmente, existia uma parteira, responsável para auxiliar muitas mães no momento do nascimento de um neném. Em conformidade com a cultura do caboclo, o agricultor tradicional recorria aos benzimentos para eliminar doenças das pessoas e dos animais.

Na criação de animais domésticos, parte dela era utilizada como fonte de energia para o preparo do solo, transporte de produtos da roça até as instalações da propriedade e transporte de matéria-prima para ser transformada em produtos alimentícios. Outra parte servia de alimentação para a família na forma de leite e derivados, carne e derivados e ovos. Alguns animais podem ser destacados na pecuária tradicional, como o cavalo, muar, boi, vaca, porco, ovelha, galinha e outros.

A criação de animais ocorria com a utilização de vegetais naturais e plantados em forma de arbusto, tubérculos, raízes, cereais e outros. Além disso, construíam-se cercados para os vacuns se alimentarem de gramíneas plantadas pelo agricultor, ao passo que os porcos eram criados às soltas em mangueiras ou em roças de milho. Um pequeno curral abrigava alguns animais, principalmente, as vacas que forneciam leite. As

galinhas criavam-se soltas, junto à propriedade e recebiam um pequeno suplemento alimentar de milho *in natura*, principalmente. Os camponeses medicavam seus animais domésticos através de plantas medicinais, benzimentos e outros métodos naturais de recuperação.

A propriedade rural, quase na sua totalidade, aproximava-se de um curso de água ou possuía, internamente, algum recurso hídrico ou nascente d'água. A água, em alguns casos, servia como fonte de energia para movimentar moinhos de trigo, milho, descascar arroz, fabrico de erva-mate e outros. Os rios serviam para a criação natural de peixes, pescados, moderadamente, somente o necessário e que seria utilizado para a alimentação. Também, era nas águas do rio que se banhavam, lavavam a roupa, encaminhavam os animais para matar a sede, além de outras utilidades.

A exemplo da água os elementos da natureza transformaram-se, para o agricultor tradicional, num meio favorável para a atividade agropecuária. As técnicas que foram utilizadas por aquele camponês eram simples e se respeitava o tempo natural do solo para a sua recuperação. Apesar do uso de queimadas, o solo descansava num sistema de 'pousio' até repor seus nutrientes, necessários às plantas cultivadas. A vegetação era extraída de acordo com as necessidades de uso de madeira nas singelas construções ou para ser queimada no fogão, no fabrico do açúcar, assar pães e doces, na produção de gordura animal e outros.

As sementes vegetais eram selecionadas e guardadas de uma safra para outra, permitindo-lhes sequenciar o cultivo das plantas sem perder a autonomia. Quando necessário, trocavam sementes entre os vizinhos para melhorar a produtividade, além de trocarem sementes de plantas que desejavam cultivar. Assim se procedia com o sêmen de animais a serem criados na propriedade rural, independentemente que espécie fosse. Isso permite concluir a existência de muita solidariedade entre os habitantes de uma comunidade formada pelos agricultores tradicionais.

Os colonizadores camponeses criavam uma comunidade, composta por algumas dezenas de famílias, organizada por um grupo de habitantes residentes próximos. Definia-se um local, mais ou menos centralizado, onde era construída, primordialmente, uma capela, um clube comunitário e uma escola. Reuniam-se, semanalmente, para rezar e, após a homenagem divina, conversavam ou realizavam brincadeiras e pequenos jogos. As conversas entre as pessoas da comunidade giravam em torno do cotidiano das famílias, principalmente referente à atividade do campo. Anualmente, escolhia-se uma

data para comemorar o dia do padroeiro ou da padroeira, um santo ou uma santa para agradecer os “pedidos atendidos” ou para solicitar ajuda divina para o porvir.

Os camponeses ao se relacionarem com a natureza agem envolvidos por um sentimento de devoção aos santos, supostos protetores do cultivo agrícola, identificados de acordo com o desejo de cada comunidade. Ainda hoje existe a comemoração do santo devoto em que participam todas as pessoas da comunidade. Nesse dia, em agradecimento, é festejado o bom resultado obtido com o cultivo, ao mesmo tempo o santo recebe solicitações para proteger as próximas atividades que ocorrerão no campo.

Após os louvores a Deus, realizados pela parte da manhã, todos os componentes da comunidade se reúnem no clube comunitário para festejar a data memorável. Os festejos eram realizados com um almoço de churrasco, pão e salada, regados com bebidas, principalmente vinho e guaraná, além de doces em forma de sobremesa ou bolos. A alegria permeava as pessoas da festa e muitos cantavam canções vinculadas a suas etnias e dançavam, respeitando o ritmo do gaitero e violeiro. Desenvolviam pequenos jogos, com premiação aos ganhadores. Também, havia sorteio de prêmios intermediados por rifas, além de outras comemorações.

A religiosidade do camponês, segundo Moura (1986), está repleta de sinais e sentidos vinculados a terra e aos alimentos que constituem a sustentação ao cultivo no campo como solo, a água, o ar, o sol e outros que viabilizam a vida e seu modo de viver.

Com isso, o camponês constrói sentimentos de pertença a determinados lugares e respeita as outras pessoas da comunidade enquanto seres com identidades semelhantes e desejos idênticos. Esse sentimento se caracterizou num elemento importante nos movimentos sociais do campo brasileiro para resistir às investidas dos grandes proprietários de terra.

Muitos grupos familiares, seguidamente se reuniam, durante a noite, para dialogar, comemorar aniversários, casamentos e outros acontecimentos. Em momentos de dificuldades uns ajudavam os outros com trabalho, troca de alimentos, auxílio aos doentes e outras formas de colaborações. As pessoas também se aconselhavam entre elas, nos momentos que consideravam necessário, mas quem mais orientava era o padre ou vigário. Ao longo de sua existência, o camponês adquiriu suas concepções e agiu de acordo com o seu desejo em prevalência às regras vindas de fora. Ao envolver-se, diretamente, com os elementos da natureza ele dirige sua divindade, muitas vezes, sem a mediação da igreja oficial, dispensando o papel do padre ou do pastor. Nos momentos de dificuldade e dor ouve as manifestações dos membros da própria comunidade, muito

embora, as fórmulas avisadas pela igreja oficial são lembradas e dão sentido ao cotidiano da vida camponesa.

A educação escolar reunia as crianças da comunidade com a finalidade de desenvolver o ensino primário, que corresponde à 4ª série do Ensino Fundamental. Um professor ou professora reunia os alunos de todas as séries para o exercício pedagógico, com o objetivo de ensinar ler, escrever e a fazer contas. O conteúdo era selecionado de acordo com o cotidiano das pessoas da comunidade na tentativa de resolver os problemas próximos. Cada aluno, conforme seus hábitos alimentares, responsabilizava-se pela merenda, saboreada nos intervalos. Os momentos de recreação ocorriam, quase sem exceção, nos intervalos após a merenda, com cantigas de roda e outras brincadeiras em que a maioria participasse.

As relações que permeavam entre as pessoas da comunidade, quase sempre, possuíam um fundamento de confiança e de solidariedade. A palavra era aceita e respeitada pela maioria, que cumpria os acordos estabelecidos, geralmente, sem a existência da exploração e do poder de um sobre o outro. O diálogo frequente permitia que as relações pudessem ser mais duradouras e com justiça.

A formação cultural do colonizador do Extremo Oeste catarinense, denominado, também, de agricultor tradicional, assemelha-se com a cultura do camponês, constituído entre o nativo e o caboclo. Muito embora o agricultor tradicional tenha atuado com a família, de forma individual, e acumulado pequenas posses, trocando produtos por moeda, e utilizado técnicas mais avançadas, sua vida dependia da terra e seu convívio estava muito vinculado com o campo.

O processo de modernização da agricultura, iniciado nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, com incidência maior a partir de 1970/80, provocou golpes profundos no sentimento do, então, agricultor tradicional do Extremo Oeste catarinense, com desconstruções e reconstruções culturais. Com isso, as relações sociais e sacionaturais passaram a ocorrer, permeadas de apropriação e de poder sobre a natureza e sobre as pessoas.

Os procedimentos modernos no meio rural valorizaram, em demasia, o pragmatismo, transformando a geomorfologia em projetos paisagísticos a partir de formas engenhadas e arquitetadas racional e quimicamente, numa total decomposição dos corpos físicos. A visão de integração natural que o camponês possuía foi substituída por concepções fragmentadas de homem e de mundo.

O desenvolvimento do conhecimento científico e sua introdução no campo, também esteve, intimamente, atado à quantificação. No entendimento de Morin,

[...] o que não pudesse ser quantificado estava eliminado do conhecimento, não existia. Entretanto, a existência não pode ser quantificada. Não há como se quantificar o sujeito humano. Dor e amor não podem ser quantificados. Não há unidade de medida para o amor. (MORIN, 2000, p. 30).

Com isso, o agricultor moderno, aos poucos, perdeu sua liberdade de pensar para o pensamento moderno. Em conformidade com o que pensa Morin (2000), a ciência constituiu-se, fragmentadamente, em variadas áreas do conhecimento, inclusive na medicina que, através da especialização, analisa o corpo humano e os seus órgãos separadamente. Ao especializar, particularmente, cada parte do corpo, arrisca-se a não compreender as enfermidades vinculadas com a mente. De forma semelhante, os trabalhadores do campo, ao abandonar a filosofia de camponês, perdem a visão de totalidade e de integração dos elementos da natureza.

O olhar de camponês passou a ser substituído pelo olhar de produtor rural, envolvido pelo sentimento de posse, de lucro, de acúmulo de capital. Com isso, a natureza, antes contemplada e companheira, transformou-se em fonte de desejo para apropriação e os elementos da natureza, aos poucos, foram sendo considerados recursos naturais. Esse pensamento foi introduzido pelos detentores do poder econômico com o avanço das relações capitalistas no campo.

O mercado, no sentido moderno da palavra, não coloca face a face, dominante e dominado, produtores e comunicadores. Seu conteúdo transcende a realidade física do dinheiro como mediador privilegiado das transações mercantis. O mercado revoluciona a existência camponesa porque é revolucionada por novas lógicas de produção, que consistem basicamente na transformação da terra e da própria força de trabalho do camponês também em mercadoria, como ocorre nas formações capitalistas. (MOURA, 1986, p. 11-12).

Os agricultores modernos foram envolvidos com novas técnicas para o exercício da atividade agropecuária, recebendo uma educação voltada à grande produção e em pequena escala de tempo. O tempo disponível, bem como as ações a serem realizadas por cada um foram sendo definidas pelo mercado, com o planejamento de produção e de consumo arquitetado e engenhado pelos organizadores do processo econômico. Com isso, toda a paisagem rural, profundamente modificada, recebeu novos adereços.

A engenharia química inventou aditivos para serem introduzidos na agricultura e na pecuária, viciando os produtores rurais, que não conseguiram mais cultivar e criar sem a dependência de produtos químicos. Juntamente com a química, as sementes, em geral, e

o sêmen dos animais foram modificados, e a indústria passou a dominar todo o processo de regeneração e de comercialização dos mesmos. A independência e a liberdade que o camponês possuía para o planejamento de produção e de consumo desapareceu, em detrimento da dependência para o mercado e à indústria.

As bases de sustentação do pensamento moderno incutiram entre as pessoas do campo uma forte racionalidade cartesiana, guiada pelo científico e sedenta de poder. Os objetivos iniciais de produzir para a subsistência da família, que era comum entre os camponeses, agricultores tradicionais, o pensar antes na vida da família, foram modificados para a produção de matéria-prima e de produtos agropecuários definidos pelos interesses da indústria, vinculada ao mercado nacional e internacional.

As civilizações, mesmo as interferidas pelo moderno, possuem saberes, técnicas racionais e empíricas e, também, um saber mitológico e mágico. Para Morin (2000), ao atribuir, às técnicas modernas, as soluções para os problemas em geral, já é um mito. A impressão que se tinha e, ainda se tem, de que o progresso melhorará a qualidade de vida da humanidade é mitológica.

[...] a alfabetização não significa unicamente introduzir o alfabeto. Significa também a destruição de culturas orais milenares, cuja existência não são consideradas. Devemos ter em conta o valor das culturas, a sabedoria, o saber, os modos de fazer, de conhecimentos muito sutis sobre o mundo vegetal e animal, sobre modos de cura [...]. (MORIN, 2000, p. 26).

O conhecimento desenvolvido pela ciência, até o início da segunda metade do século XX, baseou-se nos princípios da separação entre o homem e a natureza. Com esta forma de pensar o homem artificializou seu corpo, desapercibendo que o organismo humano reúne inúmeros elementos da natureza. Com isso, ocorreu a separação do sujeito e objeto, significando que possuímos o conhecimento objetivo porque eliminamos a subjetividade.

O Estado, a exemplo dos demais momentos históricos de constituição do camponês no Brasil, esteve presente no processo de modernização do campo brasileiro com atuações significativas em vários setores sociais. Além de dar sustentação política ao avanço do capitalismo no campo, colaborou com mecanismos de pesquisa científica e investimentos ideológicos para a reconstrução cultural de muitos, por que não afirmar, da maioria dos agricultores ou camponeses.

Os camponeses atribuíram valor maior às normas existentes no grupo da comunidade, construídas enquanto valores humanos, mantidos através do costume,

repassados dos mais experientes aos mais jovens. As leis e códigos criados pelo Estado nem sempre foram e são aceitos pelos camponeses, principalmente aqueles que desrespeitam os seus interesses. Historicamente, as leis no ocidente resultaram dos interesses dos detentores do poder e, nesse caso, a igualdade refere-se apenas à constituição e não à econômica e social.

Ao fazer referência à propriedades da terra, o camponês almeja ter a posse de uma determinada área de terra com o objetivo de produzir alimento para sua sobrevivência e por ter uma relação muito íntima com a terra. Ao passo que o fazendeiro, banqueiro, industrial e outros capitalistas, apoiam-se no Estado para criar regras que lhes permitem o acúmulo e o aumento de capitais. Para o camponês, o costume possibilita estar num espaço para o bem-estar social e cultural, contrário à lei que permite aos poderosos ampliar e deter o poder.

As últimas investidas neoliberais, configuradas de globalização, continuaram interferindo econômica, política e culturalmente nos agricultores ou produtores rurais, transformando muitos deles em migrantes rurais. Com isso, as cidades cresceram e novos problemas socioculturais passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, pensando-se que o caminho para e com o urbano seria irreversível e o saber popular desapareceria em definitivo.

A formação e avanço das relações capitalistas, em nível mundial, foram interpelando o campesinato num processo de desconstrução e reconstrução cultural. Buscou-se reproduzir e ampliar o número de trabalhadores a serviço dos detentores do poder, aprofundando a tecnologia industrial no campo, expandindo o capital e ampliando os lucros para as empresas e seus donos. Além disso, objetivava-se homogeneizar o modo de pensar e de agir do camponês com a introdução de novos valores filosóficos. No entanto, o significado de camponês não desaparece, apenas se redefine diversificadamente. O mesmo ocorre com a memória do camponês no Extremo Oeste de Santa Catarina, que, aparentemente, havia desaparecido com o avanço do capitalismo no campo, apenas permaneceu adormecida no interior do ser de cada pessoa do campo. A universalização dos princípios modernos não consegue configurar todos os camponeses, de maneira intensa, e, muitos, ao resgatar a memória, conseguem reconstruir o modo camponês de ser.

O camponês brasileiro, em seus movimentos sociais, demonstrou e demonstra sua sensibilidade política e o significado que possui referente às relações de poder e de dominadores que se estabeleceram ao longo da história do espaço rural brasileiro. Muitos

estudiosos pesquisadores, que beberam em demasia nas fontes do pensamento moderno, têm dificuldades em considerar o saber existente entre os camponeses e, com isso, boicotam a evidência de comportamento político subjacente às pessoas do campo.

O avanço das relações capitalistas no campo, não necessariamente, transfigurou o camponês, num mero vendedor da força de trabalho. As novas relações concretizam-se de formas diversas, em que o camponês, também, produz excedente de matéria-prima para o capital industrial e produtos para abastecer o mercado consumidor de alimentos. A interferência dos princípios da sociedade de produção e de consumo não conseguiu subjugar, na sua totalidade, as características culturais do camponês que se origina, inicialmente, no Brasil do passado. Muitos dos trabalhadores rurais brasileiros guardam, em suas memórias, o conceito de camponês que respeita a terra como parte integrante do seu ser e, assim, a respeita, distanciando-a do conceito lucrativo.

Nesse contexto, ocorreu e continuam ocorrendo muitas reflexões referentes à realidade do campo e memórias, aparentemente esquecidas, passaram a ser reconquistadas. Muitos movimentos sociais surgiram no Brasil nas últimas décadas e com eles estão sendo revistas muitas manifestações culturais. Dentre as manifestações culturais apontamos aquelas vinculadas ao campo, à natureza, a terra e a seus componentes. Para isso, faz-se necessário rever os valores humanos criados e introduzidos pelo fundamento capitalista que busca cristalizar o poder de uns sobre os outros e sobre a natureza.

A demonstração de comportamento político, dada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ressurgiu com o resgate da memória dos camponeses que possuem afinidade com a terra e que pensam diferente do pensamento moderno e racional. A globalização da economia, ao invés de universalizar a lógica do racionalismo, com a introjeção objetiva de conhecimentos criados pelas potências capitalistas, permitiu que o camponês recuperasse seu saber popular. Reconstruído, o território rural foi revivido com a ajuda da memória dos imortais do campo, sonhando com outro modo de produzir e de consumir no meio rural.

A reconstrução cultural vinculada aos fundamentos dos camponeses que pode ser recuperada através do resgate da memória daqueles saberes, permitirá uma mudança no modo de se relacionar entre as pessoas do campo e destas com a natureza. Nesse sentido, percebe-se que os Trabalhadores Sem Terra, organizados em muitos Assentamentos rurais no Brasil, estão repensando e reconstruindo o pensamento para atuar no campo. Superando a decisão por decreto para construir relações igualitárias e de

respeito, entre as pessoas que convivem próximas, cotidianamente, no campo. Com novas proposições políticas, pode-se pensar e sonhar numa nova realidade do campo brasileiro. Uma realidade sem mandantes e mandados, sem poderosos e obedientes e sem opressores e oprimidos, com mais liberdade pública e liberdade privada.

O camponês revive ao resgatar as relações de igualdade entre as pessoas que vivem no campo e dele fazem seu lugar de morada, de descanso e de apego. Ele renasce quando as pessoas que se relacionam com os elementos da natureza percebem que o ser humano é pensamento, é cultura, mas também, é água, energia, mineral, e, por isso, a interação entre os seres vivos e inanimados torna-se necessária. O costume no trabalho, nos gostos, na estética, nas normas, na alimentação e nos demais momentos da vida do camponês precisa ser considerado pelos camponeses e pelos pesquisadores do campo. Enfim, o camponês respira vida porque vive de modo dialógico com sua família, comunidade e com os elementos físicos, naturais e planetários.

4 IDENTIDADES CULTURAIS NOVAS PARA NOVOS TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES

As reestruturações territoriais, em nível mundial, ocorridas nas décadas que sucederam a segunda guerra mundial, calcadas no viés da modernização, esta por sua vez, subjugada pela dimensão econômica, provocaram uma avalanche identitária em quase todos os lugares. Não se tem a plena certeza se o pensamento racional cartesiano foi inventado pelo capitalismo ou se o sistema capitalista se apossou deste pensamento para ampliar as fontes de acúmulo de capital. A certeza maior que se possui é a manifestação de ambos os fenômenos, de maneira concomitante, ao longo da história, desde as suas origens até os dias atuais.

Nesse capítulo, temos a intenção de realizar uma análise do pensamento moderno e suas consequências na construção e reconstrução territorial. Para esta finalidade buscamos entender o impacto provocado sobre as identidades humanas e o comportamento que as mesmas desenvolveram com determinadas manifestações. Com isso, é possível entender que a massificação cultural não encontra ressonância em todos os lugares com a mesma intensidade e, por isso, movimentos sociais tendem a se organizar, propondo outras formas de territorialização, com a reconstituição de identidades para além do *economicus*.

O processo de globalização pensada pelo poder econômico introduziu o uso de uma comunicação, altamente tecnificada, para ampliar o domínio sobre as riquezas naturais e sobre as populações mundiais. Segundo Claval, os saberes tradicionais passaram a ser substituídos por conhecimentos técnicos e científicos oriundos de diferentes áreas, tais como da arquitetura, agronomia, pediatria, psicanálise, engenharia, economia e outras, difundidas, televisivamente, e por outros meios de comunicação.

A preocupação identitária torna-se obsessiva em todas as sociedades atingidas pela revolução das mídias: são caracterizadas por uma surda inquietação, porque as fontes locais de autoridade foram desvalorizadas e as técnicas produzem estes não-lugares perfeitamente assépticos onde ninguém pode perceber outro valor além da preocupação de poder dos comandatários e a eficiência dos técnicos, engenheiros ou arquitetos. (CLAVAL, 2001, p. 392-3).

A padronização sugerida e intermediada pelo pensamento moderno, além de boicotar a criatividade, foi impedindo que muitas pessoas desenvolvessem seus sentimentos de pertencimento e participação de um, ou de qualquer outro lugar. A

introdução objetiva da nova forma de pensar ocorrida nos territórios realizou-se com muitos artificialismos, provocando, com isso, determinada descaracterização das identidades locais, porém com resistências e, em resposta a isso, foram surgindo questionamentos ao monoculturalismo.

O monoculturalismo criou e defende a existência de um mundo, independentemente da representação que se faça a seu respeito, pois, antes mesmo de se fazer qualquer referência a este mundo, ele já existe. Com este enfoque, a existência da realidade é resultado de criações e invenções por parte dos detentores do poder econômico e político mundial. Nesse sentido, a realidade ou as realidades, tornam-se verdadeiras, independentemente da linguagem de outras representações humanas.

A lógica do neoliberalismo, segundo Dieterich (1998), reconhece como única forma legítima para o *homo sapiens* sua grotesca caricatura mercantil, o *homo economicus*, e como único direito genuíno de sobrevivência o que se possa conquistar no mercado. Os direitos humanos formais, sociais e coletivos somente têm validade prática na medida em que possam ser reconhecidos pelo mercado; caso contrário são letras mortas.

O ser humano, de acordo com Semprini (1999), passou a ser concebido como uma entidade abstrata, cujas funções intelectuais e julgamentos morais são estudados sem considerar outros referenciais, com base em procedimentos lógicos. Nesse sentido, o indivíduo tornou-se um ser, eminentemente racional e responsável, desprovido de corpo ou emoções, que exerce seu livre arbítrio, independentemente das condições históricas, culturais, tradicionais e familiares, as que formam seu contexto de vida e fontes de sua identidade.

Na contundente análise que faz referente à identidade cultural, Hall examina diferentes concepções de identidade e, dentre elas, destaca o sujeito do iluminismo e afirma que este

[...] estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. (HALL, 2005, p. 10-11).

Ao analisar a identidade humana construída pela modernidade, Rose argumenta que a mesma foi inventada com supressões das diversas subjetividades. Algumas ciências criaram novas ideias e significados de identidade e as introduziram no centro de muitas práticas sociais para que mentes humanas se envolvessem com as mesmas. Para

o autor, certas práticas regulatórias buscam governar os indivíduos em locais e momentos cotidianos variados.

Na vida política, no trabalho, nos arranjos domésticos e conjugais, no consumo, no mercado, na publicidade, na televisão e no cinema, no complexo jurídico e nas práticas da polícia, nos aparatos da medicina e da saúde, os seres humanos são interpelados, representados e influenciados como se fossem eus de um tipo particular. (ROSE, 2001, p. 140).

Desta maneira, são introjetados desejos imbuídos de uma subjetividade individualizada, com motivações de ansiedades e aspirações exclusivas para sua autorrealização, em que o humano se compromete a encontrar sua verdadeira identidade e maximizar a autêntica expressão dessa identidade em seu estilo de vida.

Claval (2001, p. 368), ao fazer a sua abordagem referente ao racionalismo e ao liberalismo, comenta que, a partir da modernidade o todo não preexiste às partes e o indivíduo vem em primeiro lugar, o indivíduo é o destaque. “O racionalismo desemboca numa família de doutrinas políticas que acordam os mesmos direitos e os mesmos deveres a todos e dá a cada um a possibilidade de trabalhar à sua guisa”. As instituições existentes e as novas foram assumindo a dimensão racional e disseminando em muitos lugares.

As pessoas foram reduzidas a indivíduos, condicionadas a regramentos sociais, fortemente arraigadas de valores morais. Do ponto de vista do monoculturalismo, o indivíduo precisa ser anulado no interior do grupo com sufocações de sua identidade, integrando-se a uma ordem superior. O desenvolvimento do individualismo é uma pré-condição da sociedade democrática e liberal. Nesse sentido, a constituição da ciência, de maneira individualizada, encarregou-se de criar teorias que justificassem a existência de seres individuais, com ou sem potencialidade biológica, aptos ou não, a se adaptarem à vida social.

A identidade proposta pelo sistema liberal distancia-se da democracia real e busca criar seres humanos identificados por princípios depredadores. Esse princípio depredador existiu desde o começo da sociedade de classes, tanto em seu interior nacional como nas relações internacionais, e continua, segundo Dieterich (1998), predominando hoje, a nova forma de dominação neocolonial que chamamos de globalização.

A sociedade moderna busca universalizar os valores humanos e considera a liberdade e a igualdade indispensáveis ao processo democrático. Ao nascer, todas as

peças são livres para projetarem-se e ascenderem-se socialmente. Mas, a liberdade, de fato, é cerceada, e nem todos conseguem definir seu modo de vida para si.

Aprofundando sua análise referente ao monoculturalismo e o multiculturalismo, Semprini afirma que a igualdade no enfoque liberal é um grande equívoco, pois a mesma

[...] não engloba o conjunto de cidadãos e exclui vários indivíduos que não possuem igual acesso ao espaço social como os demais. Além disso, ela é somente uma igualdade ilusória, pois mesmo quando está estendida a todo o corpo social, refere-se apenas aos direitos formais, administrativos, legais do indivíduo e não se aplica às desigualdades econômicas, culturais ou sociais. Esta igualdade também desconsidera as especificidades étnicas, históricas, identitárias, em suma, a diferença que torna o espaço social heterogêneo. (SEMPRINI, 1999, p. 93).

Ao longo de suas vidas o ser humano vai se integrando numa sociedade constituída de regramentos em que se misturam sentimentos individuais com as definições morais e legais do grupo social. Os indivíduos tendem a seguir as regras sociais ou podem ser banidos da sociedade em que se integram.

Para Claval (2001, p. 98),

A identidade é de uma só vez individual e coletiva. As atitudes, os gostos e a experiência variam em cada pessoa, mas a interiorização, que torna consciente, no decorrer da adolescência, os valores a respeitar, tende a impor uma mesma forma à imagem que se faz de si mesmo.

A sociedade liberal instituiu inúmeras formas de controle sobre as pessoas permeadas de julgamentos exteriores a elas, em determinadas situações e, interiorizadas, em outros momentos. O indivíduo não possui suas diferenças negadas, mas confinadas no interior do espaço privado, em que os aspectos particulares da vida das pessoas (decisões morais, crenças religiosas, orientação sexual, comportamentos, preferências e outros) ficam relegados à esfera privada.

O modelo liberal, segundo Semprini, faz uma distinção básica entre as esferas pública e privada da vida coletiva. A esfera pública

[...] cuida dos direitos e deveres cívicos e políticos dos indivíduos, como o respeito às leis, pagamento de impostos, o exercício do direito de voto, liberdade de expressão e de locomoção. Na medida em que o indivíduo se conforma a este conjunto de direitos e obrigações ele adquire o status de cidadão, condição esta que lhe permite ascender ao espaço público. (SEMPRINI, 1999, p. 135).

Com isso, busca-se preservar sua homogeneidade e supõe a garantia de um tratamento igualitário a todos os seus indivíduos, com investimentos substanciais na dimensão política. Teoricamente, a liberdade e a igualdade são exercidas pelas pessoas

através de atitudes de cidadania, principalmente ao escolher seus representantes políticos. O cidadão democrático pode, ainda, exercer a livre iniciativa, na esfera econômica, ao produzir e consumir, de acordo com seus supostos interesses, porém a liberdade de mercado é, pretensamente, vigiada pelo poder.

Na avaliação de Buzzi (2002), o Estado moderno representa os interesses de uma elite restrita e, por conseguinte, institucionaliza normas para que esta elite desempenhe seu poder de dominação. As decisões políticas, garantidas nas Constituições, elencam leis que, dificilmente, beneficiam a toda a sociedade. Para reforçar sua análise, ao tratar da identidade e da liberdade, este autor afirma que:

A identidade humana vive a existência na rede de costumes, normas, leis e saberes de obscura significação, que a impedem de conquistar aquilo que mais anseia: a autonomia de agir conforme um sentido de vida próprio. Geralmente vive o cotidiano no hábito legislativo de uma ciência conceptual, quando não cega obediência a sentimentos e a impressões flutuantes, que anestesiam a coragem de abismar-se na situação e de vivê-la na autonomia de sua liberdade [...]. (BUZZI, 2002, p. 185).

A democracia liberal possui dificuldades para compreender e gerir as consequências criadas pelo pensamento universalista numa pretensão de suplantar as diferenças culturais. Caminhando sob a luz do pensamento de Semprini (1999, p. 159-60), conclui-se que o poder político não consegue mais legitimar seu papel nem justificar sua ambição de exercer o domínio sobre o espaço social como um todo. Por isso, permite que novas instâncias, apenas com outro conceito, se manifestem, assumindo o exercício da dominação. “Assim, a problemática da igualdade abre espaço para a da justiça, a exploração torna-se uma questão de desigualdades e os conflitos de classe são redefinidos sob forma de fratura social”.

Na modernidade, o direito, habilmente manipulado, por grupos organizados num novo clima social, tem se transformado numa poderosa arma para a solução de problemas particulares da vida privada. Sem obter respostas para as suas exigências de respeito na esfera privada, os indivíduos apelam ao Direito, como um lugar que medie e instaure a continuidade e fluidez entre as esferas privada e pública.

O direito cumpre um papel ativo no desenvolvimento do paradigma ético, pois ele viabiliza a coalizão entre as esferas privada e pública. [...] ele é frequentemente utilizado nos processos civis para resolver conflitos de relacionamento. [...] assédio sexual, sexismo, comportamentos discriminatórios, casos de racismo – que no passado estavam fora do campo jurídico e faziam parte de domínios menos formalizados, embora igualmente obrigantes, como os valores familiares, a pressão dos pares, as tradições, as convenções, a etiqueta. (SEMPRINI, 1999. p. 165).

Ao exercer esta função de introduzir códigos legais no espaço privado e relacional, o direito acabou contribuindo para que as pessoas confundam, ainda mais, a distinção entre a esfera pública e a esfera privada.

Segundo Semprini (1999, p. 161-2), a modernidade havia separado a dimensão política da ética, porém, frente à incapacidade de resolver a crise por ela gerida, transferiu para o paradigma ético a função de exercer pressão sobre as representações coletivas, perpassando, profundamente, a esfera pública.

As manifestações do aumento de poder da ética são numerosas. As aspirações de reconhecimento fundamentam-se sobre uma noção substancial e subjetiva de justiça, antitética à noção formal e objetivada pela igualdade praticada pela modernidade. Igualmente, é uma corrente ética que anima o programa do, politicamente correto. As restrições linguísticas e os códigos de comportamento sexual são testemunhas de uma busca de um consenso com ares de ecumenismo, respeitoso a todas as sensibilidades, tratando todos os indivíduos com a mesma consideração e a mesma cortesia.

Com isso, valores comportamentais referentes ao bem e ao mal, entre o justo e o injusto, além de outros, foram criados e disseminados entre a sociedade, para que as pessoas, espontaneamente, possam aceitar ou reprimir as atitudes individuais. A valoração do que é o bem ou o mal foi definida pelos detentores do poder, transformando-a em moral (costume).

Ao mesmo tempo em que se amplia o grau de consciência e de liberdade pessoal no comportamento da moral, o ser humano aceita o conjunto de regramento instituído socialmente. Vive-se, contraditoriamente, entre o determinismo social e o desejo de liberdade individual. Segundo Aranha:

A consciência moral, como juízo interno, avalia a situação, consulta as normas estabelecidas, as interioriza como suas ou não, toma decisões e julga seus próprios atos. O compromisso humano que daí deriva é a obediência à decisão. No entanto, o compromisso não exclui a não-obediência, o que determinará, justamente, o caráter moral e imoral do nosso ato. (ARANHA, 1994, p. 277).

A teoria política liberal busca, desta maneira, obter sucesso com a introdução do conceito de justiça, recuperando a ética e rearticulando-a ao aspecto político. Com o declínio do paradigma político, criam-se consensos fundamentados por outras dimensões, como a religiosidade, que pode se tornar num elemento poderoso de identidade cultural. Para sensibilizar os indivíduos, também são polemizados temas unanimistas, como a

natureza, a fome, as crianças, a paz e outros, numa espécie de ecumenismo universal com dimensões globais.

O pensamento moderno com esta tradição filosófica inspirou muitas teorias políticas e sociais na Europa do Século XIX, estendendo-o para os Estados Unidos em seguida. Este pensamento passou a ganhar corpo em todos os países a partir da segunda guerra mundial com a intenção dos poderosos de hegemonizar o pensamento, em nível mundial.

Para Hall, as lacunas políticas deixadas pelo mundo moderno permitiram e permitem o deslocamento da cultura imposta para novas identificações oriundas, especialmente, de classes com a emergência de novas identidades e pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais.

O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático [...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p. 12-13).

Para Semprini (1999), na ideologia da igualdade a cultura política ocidental enxerga a diferença como uma ameaça, arriscando a afundá-la numa crise de identidade. Deste ponto de visão, o multiculturalismo pode ser considerado como um revelador da profunda crise de legitimidade, de eficácia, de perspectiva que sacode o paradigma político nas sociedades ocidentais. Esta crise ultrapassa o paradigma político e ilustra o que foi definido como a crise da modernidade. O projeto da modernidade, dificilmente, poderá dar uma resposta coerente ao impasse multicultural se não for, profundamente, reformulado. A modernidade fica, assim, refém de si mesma.

A homogeneidade do pensamento e do espaço social tendeu a ser questionada nas últimas décadas e, com isso, numerosos grupos sociais, considerando terem sido, injustamente excluídos deste espaço, passaram a exercer pressão para que tenham pleno direito de participar. Inúmeras manifestações multiculturalistas reagiram e reagem ao poder unilateral da sociedade liberal e monocultural, apontando outros caminhos a serem construídos.

Para Dieterich (1998), o desejo de viver numa sociedade justa e democrática é, provavelmente, tão antigo quanto a própria sociedade de classes. No entanto, nenhum dos esforços realizados para conseguir tal fim produziu o salto qualitativo que se esperava na vida das minorias, quanto nos últimos anos.

Para além das lutas de classes, pessoas e grupos de pessoas que se identificam, culturalmente, trocam experiências e num processo dialógico e de interação buscam construir novos espaços. Para Semprini (1999), é nas construções dos espaços multiculturais que se percebe o crescente exercício das diferenças culturais. Em nível individual, através da realização pessoal, da interioridade e da subjetividade; pelos fatores socioculturais exercitam-se os valores, estilos de vida e a esfera privada em si. Além destas, existem as reivindicações identitárias com a necessidade de reconhecimento, afirmação de especificidades e outros.

A subjetivação é, assim, o nome que se pode dar aos efeitos da composição e da recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar, ou operam para transformar o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tornar a si próprios como sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles. (ROSE, 2001, p. 143).

Ao avaliar a subjetividade humana, Bosi afirma que todo o homem é um intelectual, independentemente da sua classe social, e quer entender o mundo que o rodeia. O ser humano deseja compreender a natureza e, também, o mundo feito pelos homens, a sociedade e a história que a explica.

Todo homem acaba construindo uma certa concepção da realidade, rastreando nos acontecimentos alguma coerência, e na sua vida algum sentido, que lhe pode ser dado pela religião ou pela política, pela família ou pelo ambiente de trabalho. Mas, quando envolvido em um projeto coletivo, que transcende a sua individualidade, esse homem procura impacientemente preencher as suas lacunas ou corrigir as suas incoerências mediante o acesso à cultura letrada: daí, a sua fome de cabeça. (BOSI, 2003, p. 01).

A identidade do ser humano vai se constituindo intermediada pelo contato com a natureza e com a troca contínua entre o seu eu e o outro, definindo-se pela comparação e pela diferença.

A percepção que um indivíduo tem de si mesmo e de sua individualidade depende de estruturas cognitivas, esquemas corporais, afinidades comuns e outras qualificações inscritas num quadro que emerge somente no decurso de interações com os membros de seu grupo de pertença e dos outros grupos sociais. Em outros termos, a própria capacidade de um indivíduo de se pensar como indivíduo e definir as qualificações desta individualidade é amplamente determinada por suas interações e experiências sociais. (SEMPRINI, 1999, p. 101).

Em se tratando de investigações no campo da cultura, Rose aponta a importância para o entendimento da formação e do funcionamento das práticas da subjetivação dos humanos. Ao realizar suas relações com objetos e com outros semelhantes, no decorrer da sua história, as pessoas vão acumulando na memória, significados e sentimentos.

Reconhecer “[...] o êxito técnico e prático da memória é apenas um primeiro passo: essas técnicas da memória não são limitadas pelo envelope da pele do sujeito e muito menos pelo volume de seu cérebro.” (ROSE, 2001, p. 162). Em sua análise, continua afirmando que:

A memória que temos de nós próprios como um ser com uma biografia psicológica, uma linha de desenvolvimento da emoção, do intelecto, da vontade, do desejo, é produzida por meio dos álbuns de fotografias de família, a repetição ritual de estórias, o dossiê real e virtual dos boletins escolares, a acumulação de artefatos e de imagem, o sentido e o valor que lhes são vinculados. (ROSE, 2001, p. 162).

Na definição contemporânea de identidade, a interioridade e o pleno desenvolvimento pessoal ocupam um lugar cada vez mais importante. Sua relação com a questão do reconhecimento é evidente. No processo de construção identitária, uma série de elementos se evidencia, como as ideias de bem-estar, de realização pessoal e de sentimento subjetivo, de um lado e, de outro, ela se constitui na interação com o outro, e é influenciada pelo tipo de ideia que o outro tenha de si.

A interação e a troca não colocam simplesmente o indivíduo em contato com outros modelos identitários. O indivíduo não se limita a observar a diferença do outro e a integrá-la por um raciocínio comparativo, de tipo racional ou utilitarista. Todo indivíduo faz, de um modo mais explícito ou menos, um “julgamento” sobre a identidade do outro e é objeto, por sua vez, de um julgamento análogo. Esta dinâmica pode afetar profundamente os personagens da interação e provocar uma alteração de identidades. (SEMPRINI, 1999, p. 104).

A identidade individual é resultado das experiências enriquecidas pela diferença e do encontro com o outro. Assim sendo, a identidade individual vai se definindo por intermédio da sua inscrição num quadro de pertença, esse quadro representa, ao mesmo tempo, o potencial e os limites da experiência identitária do sujeito.

Ao definir a construção da natureza humana, Dieterich considera a existência de um duplo componente biológico-pré-cultural e cultural, com relações significativas no processo e que se manifestam dentro de quatro esferas de reprodução sociais fundamentais: o econômico, o político, o militar e o cultural.

Cada uma destas relações é um composto dialético das quatro, ou seja, cada uma delas contém a todas as demais, ainda que sempre uma das quatro prevaleça em um momento dado. Estas relações ocorrem num movimento constante entre o mundo exterior e o interior, nas dimensões espaço-tempo-movimento, sobre a base de sua identidade e das verdades relacionais (contextuais) objetivas da realidade. (DIETERICH, 1998, p. 141).

Ao contrário deste sistema liberal que considera o indivíduo uma estrutura oca e toma forma somente no cotidiano do processo de educação e aprendizagem, uma teoria subjetiva e intersubjetiva procura reconhecer a importância das noções de pertença e enraizamento do indivíduo para a construção do eu. O encontro com o outro, sempre renovado, permite, também, a evolução e a transformação da identidade individual numa busca constante de superações da pertença inicial.

A modelização pretendida pelo monoculturalismo moderno e sustentada pelo racionalismo objetivo está perdendo espaço às novas manifestações culturais, em que as atitudes e os comportamentos dos indivíduos dependem muito de sua interpretação do espaço social.

Segundo Hall (2005), além do liberalismo, também o marxismo avaliava que o apego ao local e ao particular daria, gradualmente, lugar a valores e identidades mais universalistas e cosmopolitas ou internacionais; que o nacionalismo e a etnia eram formas arcaicas de apego. Tanto a espécie da coisa seria dissolvida pela força revolucionadora da modernidade, quanto os apegos irracionais ao local e ao particular. Além disso, a tradição para a construção de comunidades imaginadas, seria, gradualmente, substituída por identidades mais racionais e universalistas.

Ao contrário do que defendiam as duas correntes mencionadas anteriormente, um espaço cultural não pode surgir por decreto, mas por decisões políticas com a participação popular, em que nasce e se desenvolve in vivo nesse imenso laboratório que é a sociedade.

À medida que a subjetividade dos indivíduos aumenta e afeta a maneira pela qual eles entram em relação com seu ambiente relacional e social, torna-se difícil separar claramente a objetividade dos enunciados de seu enraizamento enunciativo (cultural, espaço-temporal). A significação dos enunciados fica assim submetida a um processo de interpretação, necessariamente individual. (SEMPRINI, 1999, p. 168).

Se no coração da modernidade está a convicção de que a realidade é objetiva, externa ao indivíduo e que pode ser conhecida pelo raciocínio, o multiculturalismo afirma o contrário: que a realidade é convencional, que o indivíduo participa de sua construção e que o conhecimento nada tem de objetivo ou definitivo, pois ele depende do poder, da história e das relações que se desencadeiam entre os diferentes grupos sociais.

As reterritorializações processam-se mediante a existência de novas identidades que podem ser abordadas pela dimensão cultural contemporânea. Segundo Claval,

Através da análise da maneira pela qual cada um recebe uma bagagem de conhecimento e de atitudes, enriquece-a com a sua experiência, e a interioriza tentando assegurar sua coerência, fica esclarecida a natureza das identidades e a maneira como elas se constroem. (CLAVAL, 1999, p. 88).

Há de se considerar o tempo histórico para que as novas manifestações culturais, para além da monocultura, concretizem-se e se difundam para outras pessoas e grupos. As construções culturais, sem imposições, demandam de mais tempo, justamente por não serem frágeis e artificializadas.

Na avaliação de Semprini os meios de comunicação tendem a ocupar lugar de destaque na sociedade, pois é por este intermediário que se elaboram, negociam-se os discursos, os valores e as identidades e os veiculam com alta frequência e velocidade.

O papel dos símbolos e das representações na produção da realidade social e as lutas pelo seu controle são fenômenos antigos. Todavia, eles se aceleram consideravelmente depois da era moderna. [...] os Estados Unidos constituem o exemplo mais acabado de manipulação dos símbolos na construção da realidade e das identidades sociais. (SEMPRINI, 1999, p. 122-124).

Para manter a exploração sobre os países em desenvolvimento e a escandalosa monopolização da riqueza social produzida pela humanidade,

[...] os principais beneficiários do sistema neocolonial, o grupo do G-7 tem que controlar e moldar a identidade nacional dos povos submetidos. Para este fim servem seus aparelhos ideológicos, desde as televisões transnacionais até a atual contra-reforma educativa neoliberal. (DIETERICH, 1998, p.146).

Busca-se, nesse sentido, manter a alienação, ou seja, a incapacidade de um sujeito individual ou coletivo de entender seus próprios interesses objetivos e atuar conforme os interesses do poder.

Se de um lado existe uma verdade absoluta de um poder exclusivo de uns poucos sobre a maior parte da sociedade, de outro, aparecem movimentos sociais que se identificam pela maneira como se manifestaram. Dentre estes movimentos Castells (2002) aponta três, em nível mundial que têm em comum a identificação do adversário: a nova ordem global. De acordo com as especificidades sociais, cada movimento oferece como resistência um princípio específico de identidade.

[...] no caso dos zapatistas, vêem-se como índios e mexicanos oprimidos em luta por seus direitos, sua dignidade e suas terras, bem como pela nação mexicana; no caso das milícias, como cidadãos norte-americanos lutando por sua soberania e liberdades, conforme estabelecido na versão original, de inspiração divina, da Constituição dos Estados Unidos. Quanto à Verdade Suprema, seu princípio de identidade é um pouco mais complexo: representa de fato sua identidade individual expressa em seus corpos, embora tais corpos compartilhem-se uns aos

outros na mente do guru – uma combinação entre individualidade física e comunidade espiritual reconstruída. (CASTELLS, 2002, p. 132).

Nos três movimentos sociais a mídia foi um recurso utilizado com grande significado. O grande impacto causado por esses movimentos resulta, em grande medida, da presença marcante na mídia e do uso eficaz da tecnologia da informação. Para Castells (2002, p. 134) “[...] os novos movimentos de protesto lançam mensagens e projetam reivindicações sob a forma de uma política simbólica, característica da sociedade da informação”.

Movimentos como este e, muitos outros, em todo o mundo, vêm minando a fantasia neoliberal de implantação de uma economia global independente da sociedade por meio de uma arquitetura de informática. Segundo Castells (2002), surgiram muitas comunidades de resistência ao poder exercido pelo grande capital globalizado. Destas identidades poderão se constituir identidades de projeto, compostas por novos sujeitos históricos.

A identidade territorial está na base dos governos locais e regionais que despontam no mundo todo como atores importantes tanto em termos de representação como de intervenção, por estarem mais bem posicionados para se ajustarem às incessantes variações dos fluxos globais. (CASTELLS, 2002, p. 421).

Nesse caso, surgem inúmeros projetos, dentre os quais se pode destacar os religiosos, ambientalistas, étnicos, feministas, nacionalistas, fundamentalistas e outros. Segundo Castells (2002), estes projetos surgem, em parte, pela situação que se encontram as atuais instituições sindicais, políticas e outras. Tais projetos não se reconstruirão a partir das instituições da sociedade civil que se encontram em crise, buscarão construir a sua própria identidade.

Este ensaio permite concluir que as pesquisas a serem realizadas referentes ao território não podem desconsiderar o viés cultural e suas múltiplas facetas. Nesse sentido, a reconstituição identitária dos diferentes permite que pessoas com pensamentos e filosofias afins tendam a se encontrar e trocar experiências para a construção de novas identidades e novos territórios. Os desejos sufocados pelo pensamento moderno, fundamentado no racional e cartesiano, buscam fugir dessas amarras e em muitos grupos sociais afloram novos desejos apontando possibilidades para construir outras relações sociais e socionaturais, para além do econômico.

5 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CONQUISTA NA FRONTEIRA: A PASSAGEM DO ACAMPAMENTO PARA O ASSENTAMENTO

O território ao qual estamos nos referindo foi definido, oficialmente, por Assentamento Rural Tracutinga, localizado no Município de Dionísio Cerqueira – SC, porém, os integrantes do lugar atribuíram a denominação de Conquista na Fronteira. Essa porção de terra está registrada, legalmente, como Assentamento Tracutinga, foi adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e concedida aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocuparam o lugar.

A questão da fronteira, destacada nesse capítulo, possui significados diferentes entre o Estado e o MST. Enquanto o Estado moderno definiu a fronteira, referindo-se a uma área de terra controlada, militarmente, em que as definições limítrofes se estabeleceram de acordo com as características dos aspectos físicos e naturais, para o MST a fronteira está vinculada ao ponto astronômico, apontando o lugar onde ocorreu a conquista da terra. A fronteira, nesse caso, diz respeito ao Município de Dionísio Cerqueira, localizado no Brasil, zona fronteira com a Argentina, na direção oeste e ao Paraná, na direção norte.

5.1 ALGUNS FATORES HISTÓRICOS MOTIVADORES PARA A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

A intenção dos ocupantes da terra, ligados ao MST, em definir a nomenclatura do acampamento e, posteriormente, assentamento, de Conquista na Fronteira representa algo a mais que um simples nome de lugar. O nome conquista na fronteira transformou-se num símbolo que significa um território reconstruído com intencionalidades divergentes ao que desejava o grande capital.

[...] os modos de produção *capitalísticos* [...] funcionam também através de um modo de controle da subjetivação, que eu chamaria de “cultura de equivalência” ou de “sistemas de equivalência na esfera da cultura”. [...] o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. [...] não me refiro apenas à

publicidade para a produção e consumo de bens. [...] *está também na tomada de poder da subjetividade.* (GUATTARI, 2005, p. 21).

Nesse sentido, o território em análise pretende ser entendido enquanto uma passagem de um modo de viver para um outro modo com novas territorialidades humanas, engendrado ou não por um ou vários seres humanos, que consideram as dimensionalidades culturais, naturais e outras, num determinado lugar no/do espaço mundial.

As contradições entre o poder político nacional e o desejo dos interessados em ocupar a terra evidenciam-se, inclusive, na definição do nome do território. “Mas os agenciamentos de produção semiótica, em todos esses níveis artísticos, as criações de toda espécie implicam sempre, correlativamente, dimensões micropolíticas e macropolíticas.” (GUATTARI, 2005, p. 30). Enquanto os acampados ocupavam o território para requerer a dignidade individual ou as dignidades no coletivo, o governo brasileiro, proponente da modernização agropecuária, tinha a intenção de exercer o poder político sobre o território para satisfazer aos interesses capitalísticos.

Na inconsciência ou na subjetividade dos acampados, a fronteira significava um lugar no espaço, uma referência astronômica para identificar um lugar, porém, mais significativamente, era a conquista do lugar. Abordamos essa problemática para evitar confundir fronteira física de uma unidade federativa ou de um país com a(s) fronteira(s) humanas apontadas por Guattari ao analisar as subjetivações e as territorialidades e reterritorialidades construídas pela máquina capitalística.

Desta maneira, através da ocupação e da construção do acampamento, perante a macropolítica da década de 1980, passou-se a estabelecer outras intencionalidades relacionadas ao território, com valores para além da dimensão econômica, que Guattari (2005) denominou de micropolítica. Um território com subjetivações contrárias ao pensamento dominante, o desejo de construir um território com outros significados, que tivesse correspondência com “[...] outros modos de representação do mundo, sem dúvida muito importantes para as pessoas que dele se servem para poder viver, mas não só para elas, sua importância poderá se estender a outros setores da vida social, numa sociedade de outro tipo.” (GUATTARI, 2005, p. 35).

Alguns pesquisadores avaliam que a construção dos territórios ocorre num processo dialético. Nesse caso em estudo, a própria denominação do assentamento

resulta de maneira contraditória, em que o Estado define um nome oficial, de forma racional e técnica, em que o termo *tracutinga*¹ está vinculado a um elemento da natureza, porém os componentes do movimento social preferem sugerir um nome que condiga com o significado da caminhada de luta dos sem terra, ou seja, Conquista na Fronteira.

Antes, era o Estado, afinal, que definia os lugares [...] O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. (SANTOS, 2005, p. 255).

Atualmente, o território conquistado na fronteira apresenta uma realidade socioespacial. No entanto, torna-se necessário recorrermos ao processo histórico de ocupação e construção ou de desconstrução e reconstrução territorial, a partir da década de 80 do século XX, para entender esse microterritório mediante o contexto econômico, social e político em que se encontrava o Brasil e o mundo.

Essa área era propriedade de um único indivíduo humano, possuidor de um modo de pensar e de agir diferente do que possuíam os componentes do MST, adquiriu inúmeras pequenas unidades de propriedades rurais, que variavam entre 12 e 20 hectares, até então, de posse de famílias, denominadas de pequenos agricultores. Esses diminutos territórios, com a modernização agropecuária, haviam se tornado dependentes, econômica e tecnicamente, dos interesses do mercado nacional e internacional.

Os pequenos agricultores, impossibilitados de atender às demandas exigidas pelo mercado, foram se desestimulando em permanecer no espaço agrário, venderam a posse de terra, muitos, por valores não reais, e migraram. O fenômeno ocorrido em escala macro, também se refletiu entre os pequenos proprietários rurais residentes no campo do Extremo Oeste de Santa Catarina, pois, a maioria deles, migrou para centros urbanos, entre o final de 1970 e a década de 80.

O rearranjo territorial brasileiro configurava-se com intensas aglomerações urbanas no Sul e Sudeste e a ampliação das fronteiras agrícolas no Centro Norte do Brasil. Muitos agricultores evadidos do Extremo Oeste de Santa Catarina, incentivados pelo Estado,

¹ A denominação *tracutinga* é dada a uma formiga componente do microecossistema regional. Esse animal, anteriormente, havia inspirado a definição do nome da área de terra particular chamada Fazenda *Tracutinga*.

engrossaram as fileiras dos migrantes da chamada frente pioneira em direção ao Centro Oeste do país.

Esses se dirigiram para os espaços até então vazios da área de expansão da fronteira agrícola fazendo uso das vantagens que o governo oferecia com relação ao preço da terra e aos incentivos para o desenvolvimento de uma agricultura tecnicamente tecnificada, voltada para a exportação. A mesma modernização que de uma certa forma o expulsou, estava servindo como meio de lhe garantir acesso a essas novas áreas. (MEDEIROS, 2003, p. 178).

Concomitantemente, as cidades ampliavam-se, concentrando mais populações oriundas do meio rural, enquanto o espaço agrário, inclusive do Sul do Brasil, diminuía o número de habitantes e a terra se concentrava em poder de pessoas que residiam na cidade. Alguns indivíduos humanos da cidade ampliaram a quantidade de terra rural e os agricultores que migraram para a cidade diminuíram a quantidade de terra que possuíam. Parte considerável da produção e do consumo urbano e rural passou a ser definida pelo setor industrial com tecnologias consideradas “avançadas”. Ironicamente, os agricultores, que antes possuíam mais espaço físico próprio e liberdade tecnológica para produzir alimentos no espaço agrário, transformaram-se em consumidores dependentes de alimentos industrializados no espaço urbano.

Muitos ex-agricultores se transformaram em prestadores de serviços, atendendo aos interesses do cotidiano urbano, trabalhando como mão-de-obra barata na atividade industrial, comercial e outros setores inerentes à indústria e ao comércio, principalmente. Os que não se adaptavam a um vínculo empregatício tornaram-se mão-de-obra temporária, atuando como serventes de inúmeros serviços gerais, inclusive como boias-fria, para os indivíduos humanos da cidade que concentraram grandes porções de terra. Ainda existem aqueles que passaram a viver na “clandestinidade”, fragilmente protegidos pelo assistencialismo do Estado e de outras instituições caridosas. Independentemente do significado estatístico que representava, a maioria dos ex-agricultores não abandonou, totalmente, o pensamento vinculado ao campo.

Nas mãos da vontade de poder da Modernidade, a ciência-física é reduzida a uma tecnologia que transforma e até retifica a natureza, criando instrumentos de uso que nos distanciam dela. Dentro de uma visão restritiva, a sociedade é educada a ser inventora e operadora de máquinas e consumidora de seus sofisticados produtos, arrancados e distanciados da natureza, expostos no *shopping center* e nas lojas das ruas que serpenteiam as cidades. Estranhos duendes ou anjos familiares, as máquinas. (BUZZI, 2002, p. 62).

O território do Extremo Oeste catarinense, estimulado pelo avanço das relações capitalistas e, confortando o exercício do poder, ao mesmo tempo em que se desfazia,

refazia-se, tanto na cidade quanto no campo. A cidade, planejada pelo modelo empresarial fordista, tornou-se o berço das decisões de “organização” espacial, em que a industrialização se fundia com o crescimento urbano, modernamente arquitetada e engenhada para organizar a produção e o consumo, com a fluente circulação de pessoas, mercadorias e, mais recentemente, de informações.

A arena da oposição entre o mercado - que singulariza e a sociedade civil que generaliza é o território, em suas diversas dimensões e escalas. Por enquanto, o lugar não importa sua dimensão, é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. (SANTOS, 2005, p. 259-60).

Segundo Buzzi, a física passou a ser considerada, pela sociedade moderna, uma das ciências positivas mais úteis de todas as ciências, pela sua praticidade de transformar a natureza em uso, estruturada numa visão mecanicista, tendo a máquina como “[...] imagem-modelo de seu entrelaçamento com a natureza”. (BUZZI, 2002, p. 61). A modernização agropecuária buscou homogeneizar e padronizar o processo de produção e de consumo no campo, atendendo aos padrões pensados e definidos pela urbanização. As consequências territoriais foram significativas, com a degradação, poluição e contaminação dos aspectos físicos e naturais, empobrecimento econômico e dependência técnica da maioria dos agricultores, além do acelerado crescimento urbano, margeado por populações excluídas.

Por intermédio da máquina desenvolveu-se um forte estímulo para um pensar a natureza, mais com o espírito de dominação do que admiração, estimulando mais a exploração do que o respeito por ela.

No entanto, houve aqueles que, na impossibilidade de ter acesso a esses novos espaços de especialização da agricultura, visto que foram totalmente expropriados, de suas terras e de sua condição camponesa, foram atraídos para a cidade, vislumbrando um emprego na indústria calçadista, que hoje os expulsa. Mas houve também aqueles que ficaram e não desistiram diante da dificuldade, diante da luta pelo seu direito de ter acesso à terra. Eles se organizaram, reivindicaram, resistiram e venceram. Eles criaram o Movimento dos Agricultores sem Terra – MST. (MEDEIROS, 2003, p. 178).

O território pesquisado, aproximadamente, em meio século, um pouco mais, fez-se e refez-se, constantemente, abrigando variadas culturas, ao mesmo tempo em que as desabrigou. Além disso, serviu de palco para que vários atores sociais, com interesses e

valores humanos diferentes e contraditórios, construísem o território. Os agricultores desmotivados em seguir a caminhada no meio rural, na sua maioria, migraram para os aglomerados urbanos e, posteriormente, retornaram ao espaço agrário, senão no mesmo, mas em outros.

As inúmeras pequenas propriedades rurais que constituíam a extensão de 1.190,32 hectares transformaram-se numa única porção de terra, sob o domínio de uma única pessoa. Foi nesse contexto de contradições sociais que ocorreu a ocupação de terra na fronteira do Brasil com a Argentina, devolvendo aos ocupantes alguns princípios da dignidade humana.

5.2 CONFLITOS IDEOLÓGICOS E BIOLÓGICOS DOS ACAMPADOS SE ENTRECruzANDO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA TERRA CONQUISTADA

As ciências positivas da modernidade interferiram, significativamente, na identidade humana. Isso também ocorreu com as populações agrárias do Extremo Oeste de Santa Catarina, a partir da década de 70 do século XX, por meio da modernização agropecuária, que provocou alterações à natureza (biótica e abiótica), como um todo, inclusive à natureza humana. O desejo de poder de apropriação sobre a natureza e sobre os outros homens, projetado pela modernização, motivou insatisfação numa parte da população, que resistiu em apagar da memória, a cultura camponesa e, por isso, organizou-se e ocupou a terra para produzir alimentos.

A partir da ocupação do território organizado pelo MST essa extensão passou a abrigar 60 famílias, formadas por adultos, jovens e crianças, com interesses, inicialmente, voltados à existência de um lugar com condições para produzir alimentos.

Para Milton Santos o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico. (SOUZA, 2005, p. 253).

Surge uma diferença significativa, em termos de modo de uso do solo, entre o momento em que o mesmo era tido como fonte de lucro e, posteriormente, em que sua

principal função passou a significar pertencimento, transformando-se num lugar para os humanos se identificarem.

De acordo com as intenções do MST, o território do acampamento conquistado na fronteira do Extremo Oeste de Santa Catarina tornou-se um lugar de resistência ao pensamento moderno. Um território, até então marcado por intencionalidades de poder e de imposições perversas, passou a ser substituído por um cotidiano com relações compartilhadas, mediante medidas sugeridas e reformuladas, localmente, com todos os integrantes do grupo. Essa realidade se parece com o que destacava Milton Santos, na década de 1990, em forma de metáfora, ao sugerir a proposta de retorno ao território, semelhante aos lugares existentes antes da História da sociedade. Concordamos com seu apontamento ao nos sugerir uma melhor verificação dos espaços, pois, além de os espaços envolvidos apenas pela competitividade e pela fluidez de mercadorias, os mesmos podem apresentar outras funcionalidades ou dimensionalidades, ou seja, a construção da solidariedade.

A formação do acampamento conquistado na fronteira reunia os elementos físico-naturais e sociais, ou seja, o espaço e a sociedade. O mesmo foi se rearquitetando na medida em que as pessoas superavam o medo e se encorajavam na busca por um lugar que as condicionassem a suprir a fome, bem como realizar outros sonhos condizentes à dignidade humana. Maturana (2002) destaca a importância de entendermos, inclusive a dimensão biológica do ser humano, pois a história da sociedade mostra-nos que, cada vez que ocorrem destruições, catástrofes e outros danos aos seres humanos, acaba se criando um sentimento de amor entre os atingidos.

Quer dizer, um espaço no qual um aceita o outro como legítimo outro na convivência. Isso perdura até que alguém inventa uma teoria, ou desenvolve uma biologia que o nega. No momento em que aparece uma biologia que nega isso, começa a distorção, começa o sofrimento, até que se produz de novo uma ruptura, com a qual se abre novamente espaço para que a biologia do amor tenha presença. (MATURANA, 2002, p. 44).

Além de Maturana, os escritos de Josué de Castro apresentam outros elementos argumentativos em torno da questão da fome, resultados de seus estudos realizados com populações do nordeste brasileiro, por consequência da seca e, também, da exploração econômica. Ele acompanhou pessoas famintas e desenvolveu experiências e pesquisas referentes ao estado físico e espiritual de seres humanos atingidos pela fome e afirma que

A fome não age apenas sobre os corpos das vítimas da seca, consumindo sua carne, corroendo seus órgãos e abrindo feridas em sua pele, mas também age sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. [...] Excitados pela imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários são despertados e o homem, como qualquer outro animal faminto, demonstra uma conduta mental que pode parecer das mais desconcertantes. (CASTRO, 2003, p. 78-9).

Parte da realidade constituinte do território do acampamento conquistado na fronteira está vinculada com a fome, porém não podemos desconsiderar a importância que possui a organização do movimento social e seus princípios. Em diálogo com integrantes do MST no atual assentamento rural, afirmam ter vivido momentos de muita fome e quando tiveram condições de cultivar e colher seus alimentos, durante os primeiros anos, exageravam na quantidade de consumo alimentar, comendo muito mais do que necessitavam.



Fotografia 1 - Ocupação da terra e confronto do MST com o Estado.
Fonte: Arquivo Cooper União, 1988.

O acampamento constituiu-se num território de resistência, por parte dos ex-agricultores, na ocasião os acampados, muito pressionados pelo capital, através dos órgãos coercitivos do Estado, o que pode ser observado na Fotografia 1. O Estado

utilizava de inúmeras medidas para obstruir e impedir aquele grupo de seres humanos projetarem algo desinteressante à permanência do pensamento do grande capital no meio rural.

Os ocupantes da terra estavam convictos que a fome era consequência da exploração da mão-de-obra dos pequenos agricultores e da concentração da terra e que, para suprir a falta de alimento, seria necessário ter acesso a terra. Nessas circunstâncias, o conflito e o confronto entre os explorados e o grande capital seria inevitável. É uma questão de dignidade humana em que o emocional se junta com o racional para defender a vida e dar continuidade a ela.

A ampliação da produção traz consigo, igualmente ampliado, um conjunto de contradições sociais que marcam o modo de produção capitalista; ao reproduzir-se, o capitalismo reproduz as contradições e os conflitos que criam um *ambiente* propício às contestações das classes subalternas, contestações que se fazem principalmente sobre as condições sociais de vida que caracterizam sua situação de exploradas dentro da sociedade de consumo. Não pretendo com isso afirmar que as classes exploradas só tomam consciência de sua situação de classe nessas condições, porém, indubitavelmente, o momento em que se evidenciam mais gravemente as relações de exploração, que submetem milhares à exclusão, sempre poderá ser tomado como um contexto histórico que representa um perigo claro ao poder das classes dominantes. (MEDEIROS, 2002, p. 27).

As ações para a construção do território resultavam, com a passagem do acampamento para o assentamento, por meio de decisões coletivas, numa interação entre os mais experientes com os mais jovens, intermediadas pela troca de informações, permitindo, com isso, reparar equívocos e pequenos conflitos, garantindo, assim, a convivência e a projeção de futuro.

Nesse contexto de contraditórios, entre o mercado mundial, intensificando suas ações, e o lugar, rejeitando as verticalidades imponentes, criou-se o movimento social do campo em prol da ocupação das terras que não estariam cumprindo a função social da mesma. O território Conquista na Fronteira do Extremo Oeste de Santa Catarina faz parte dessa história da sociedade brasileira,

[...] há ainda os que ficam, nesta viagem, parados a olhar os que passam, e se perguntam: o que faz estes seres humanos teimarem a continuar a viagem, fazendo tanto esforço? Por que mesmo sob a força das chibatadas as pessoas teimam em afirmar coisas que acreditam? Poderiam mentir, mas insistem em falar a verdade? Outros ameaçados de morte seguem tranquilamente, como se nenhum perigo houvesse. Por que não param e se misturam com aqueles que nada vêem e nada sentem? (BOGO, 2002, p. 02).

No período de construção do movimento dos agricultores e ex-agricultores, a Igreja, principalmente, a católica e a luterana, o Partido dos Trabalhadores (PT),

juntamente com Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Universidades e outras instituições colaboraram para a concretização das ações, tanto educativas quanto de consolidação das ocupações e construções dos acampamentos.

Desses processos de confrontos sociais, surge o “novo sindicalismo”, cuja potencialidade e reconhecimento político, eram destacados, tanto pela sociedade, como pelo estado; e as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, com o objetivo de reflexão e ação sobre a realidade imediata. Outro aspecto a ser destacado foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores – PT, com o objetivo de atender os interesses dos trabalhadores nas diversas lutas de reconquista dos direitos da dignidade da classe trabalhadora no campo e na cidade. (MEDEIROS, 2003, p. 176).

Tanto no acampamento quanto no assentamento, a mística, que pretendemos reabordá-la mais adiante, fez e faz parte do processo de construção do território. Um dos principais responsáveis pela mística na organização do MST, no Brasil, Ademar Bogo, aponta que

O lugar é o objetivo que vem ao encontro de quem caminha. Por isso é que às vezes as pessoas são surpreendidas. Imaginam que tudo é difícil e distante no campo de batalha, mas em dias e meses, pode-se ver encurtar anos e séculos, depende das condições e motivações dos caminhantes. Este imaginar que se torna prática, na encenação de um sonho, na ornamentação da praça, na organização da luta, na formação política, na marcha que segue em fileiras, no alinhamento dos barracos que forma uma nova cidade, reveste-se de mística que somente quem faz pode sentir o sabor. (BOGO, 2002, p. 04).



Fotografia 2 - Conversações para o planejamento do território.
Fonte: Arquivo Cooper União, 1990.

Durante mais de três anos, a exemplo do que demonstra a Fotografia 2, os acampados debateram, estudaram, refletiram e foram concluindo que a construção de um novo território, de maneira individual e fragmentada em possessões ou pequenas propriedades rurais, deixá-los-ia expostos e vulneráveis a se transformarem, novamente, em sem terra. A maioria concluiu que ao ser conquistada a posse da terra, o assentamento constituir-se-ia por meio do trabalho coletivo e sem diferenças sociais. Os favoráveis a essa decisão assumiram a causa e passaram a se projetar dessa maneira. Os não adeptos à convivência coletiva foram ocupar outros acampamentos ou outros lugares, talvez, alheios aos movimentos sociais do campo.

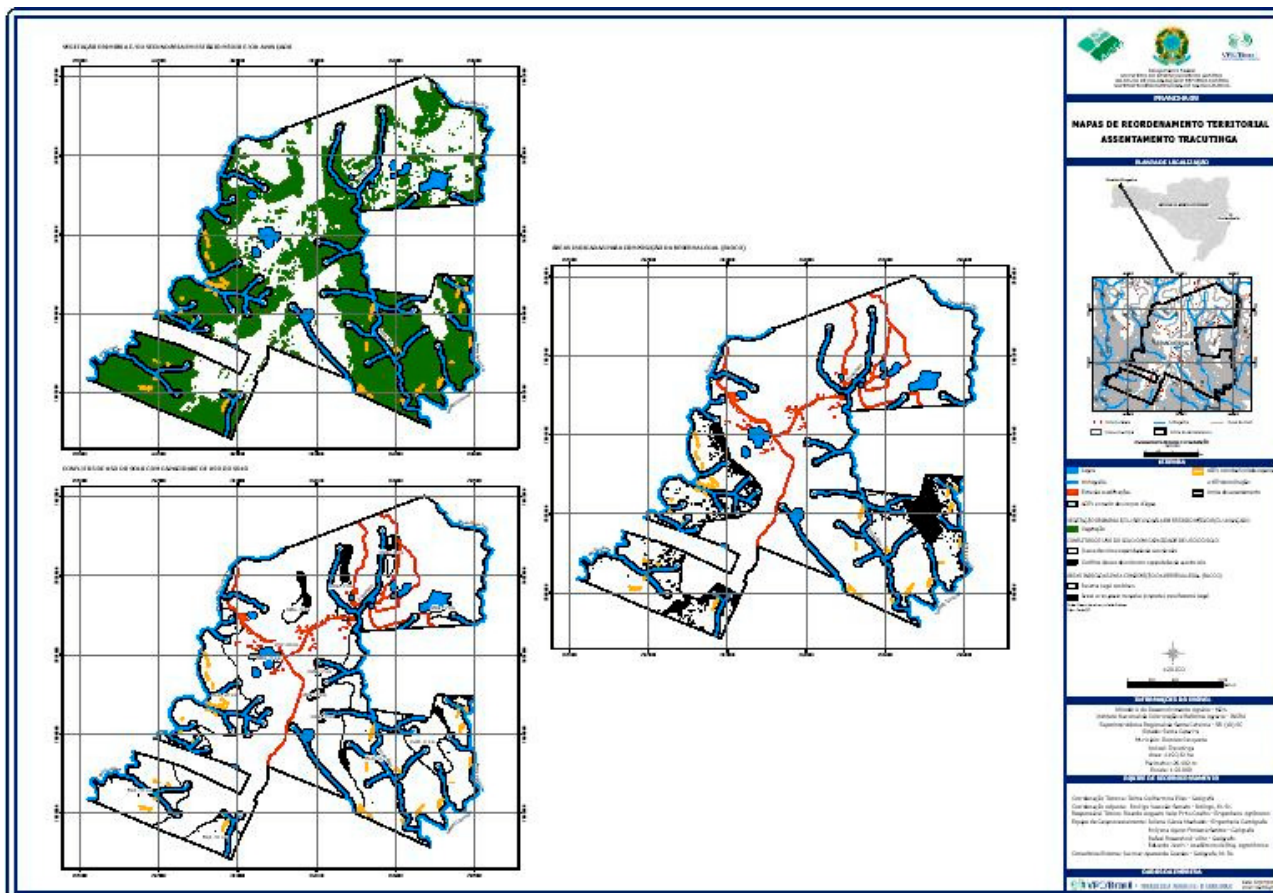
A palavra aprender sintetiza muito bem o que foram os três anos e seis meses de acampamento, pois este tempo neste espaço possibilitou um acúmulo de discussão, formação e aprofundamento da proposta de trabalho coletivo. Quando se fala em acúmulo de discussão, está se fazendo referência às experiências que estão contidas na memória coletiva do grupo de Assentados. Essas vivências, colocadas para reflexão, possibilitam a construção de novas propostas, de novas experiências, portanto, fala-se de mudanças. (FIORENTIN, 2006, p. 69).

Após a conquista da posse da terra passaram a projetar a outra maneira de desenvolver a atividade agropecuária, baseada em relações sociais e sicionaturais diferentes das propostas estabelecidas pelos princípios capitalistas. Dessa maneira, a identidade cultural foi sendo construída no assentamento, fundamentada pelo trabalho coletivo, conduzida por relações sociais horizontalizadas e dialógicas. Necessitaram construir um regulamento que contemplasse o desejo dos assentados, buscando respeitar a decisão tomada pela maioria.

5.3 UM LUGAR ENCONTRADO COM POSSIBILIDADES ORGÂNICAS E INORGÂNICAS PARA RECONSTRUIR A IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA HUMANA

O território entre o acampamento e o assentamento rompe-se sem sofrer uma ruptura brusca ou linear, ou seja, o reterritório não foi imposto em forma de decreto por aqueles que o ocuparam e iniciaram a execução das ações que haviam sonhado em outro lugar e numa outra circunstância histórica. Conforme a prática dos pensares e das relações estabelecidas, o território pretendido foi se materializando por meio de avanços e

retrocessos e, com jeito, para que o passo seguinte pudesse ser dado, tendo o cuidado que o outro estivesse firme ao chão.



Mapa 1 – Mapas de reordenamento territorial do Assentamento Tracutinga. (ANEXO A).
Fonte: MDA - INCRA - Superintendência Regional de Santa Catarina, 2007.

O Mapa 1 (ANEXO A), elaborado pelo INCRA, apresenta registros de reordenamento territorial e, por meio dele, é possível verificar a localização do Assentamento. O mesmo apresenta características dos aspectos físicos, como a vegetação, hidrografia, morfologia e outras, inerentes à realidade do lugar. Com base nessa realidade, os ocupantes da terra e assentados rurais desenvolveram o planejamento territorial, buscando organizar o espaço local.

5.3.1 Encontros de desejos humanos e sonhos em movimento

Ao contrário do que planejavam os modernizantes e modernizadores do território brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a ocupação da terra, foi dando provas de que a luta pela Reforma Agrária no país é necessária. O MST é constituído por seres humanos que se identificavam com a terra e continuam se identificando com o real significado da mesma, qual seja, produzir alimento, suplantar a fome e garantir a vida. Por isso, no território macro, o microterritório passou a ser reconstruído por esse grupo de pessoas, propondo e praticando novas territorialidades no território fronteiriço.

[...] nós somos em nossa biologia, em nosso pensar, em nossas crenças, em nosso modo de nos relacionarmos com os outros, com nós mesmos e com o mundo em geral, mundo que geramos em nossas relações com os outros. [...] somos biologicamente o espaço psíquico e espiritual que vivemos, seja como membros de uma cultura ou como resultado de nosso viver individual na reflexão que, inevitavelmente, nos transforma porque transforma nosso espaço relacional. Por isso, qualquer que seja o espaço psíquico que tenhamos vivido, sempre poderemos mudá-lo mediante a reflexão que sujeita nosso presente e o põe frente ao nosso querer. Como seres humanos somos o que somos no conversar, mas na reflexão podemos mudar nosso conversar e nosso ser. Essa é nossa liberdade, e nossa liberdade pertence ao nosso ser psíquico e espiritual. (MATURANA, 2002, p. 121).

O encontro dos humanos, hominídeos, com pensamentos afinados, mais do que ideias, denota que em suas intimidades, desejos e sonhos em construir aquilo que planejavam, teoricamente, até então, manifestados, substancialmente, por palavras. Guattari (2005), ao abordar a questão dos agenciamentos humanos, avalia que existem desvios e reapropriações, neste caso em particular, o agenciamento onírico presente entre os assentados pendia para a construção de um lugar com menos imposições externas, ao território local e aos humanos.

Desta maneira, a configuração do território foi se concretizando por meio de processos de fuga e de acomodações de subjetivações entre os envolvidos no processamento de desmonte de um território para o remonte de um novo território.

São, de fato, modos de territorialização específicos. E todos esses sistemas de medida de equivalência do tempo interiorizados, não são apenas um fato subjetivo, mas também um dado de base da formação da força coletiva de trabalho e da formação da força coletiva de controle social. O que foi dito sobre o modo de temporalização poderia também ser dito sobre o modo de espacialização. (GUATTARI, 2005, p. 53).

Um lugar condicionado para o pertencimento fez parte dos primeiros passos para que os seres humanos pudessem construir suas identidades culturais. Com isso, o lugar foi se tornando num pequeno espaço digno para se sentirem seguros e estabelecerem

vínculos com o lugar, em projeção à construção do futuro. A organização política dos trabalhadores rurais sem terra em busca da liberdade, a exemplo do que ocorreu em outras partes do Brasil, foi se concretizando também no Extremo Oeste de Santa Catarina, num contexto socioespacial contraditório.

A existência humana possui ligações com a história da sociedade e com a formação do cosmos, por isso, a vida necessitaria ser compreendida enquanto resultado da complexidade das relações dos sistemas vitais. Segundo Maturana (2002), torna-se quase impossível ver o outro, porém os humanos se constituíram com o emocionar-se e o linguajar, na história dos primatas bípedes.

E a linguagem se origina em uma certa intimidade do viver cotidiano, no qual esses nossos antepassados conviviam compartilhando alimentos, na sensualidade, em grupos pequenos, na participação dos machos na criação das crianças, no cuidado com as crias, nas coordenações de ação que isso implica. [...] a linguagem como o domínio das coordenações de coordenações consensuais de conduta. Mas é o fundamento básico do emocionar-se do mamífero e do primata que torna essa convivência possível. (MATURANA, 2002, p. 46).

A primeira meta do coletivo consistia em acreditar na terra enquanto uma extensão e sequência da vida de cada humano e, por isso, a alimentação esteve e está em primeiro lugar. O maior desejo da comunidade, continuamente reenergizado, move-se em busca da transformação social, a ser construída sem desigualdades socioespaciais.

A partir dos espaços de discussão (espaço público) no acampamento, os Assentados compreenderam a importância da cooperação, que mais tarde, tornou-se o embrião da proposta de trabalho coletivo no assentamento. É, a partir das discussões dos momentos destinados ao estudo da realidade nacional, que foram sendo construídos valores humanos tão importantes para as relações humanas tais como a confiança, comunicação, união, integração e criatividade para enfrentar os desafios. E, através da busca pela superação desses desafios, ocorreu a transformação e a mudança de atitude das pessoas no assentamento. (FIORENTIN, 2006, p. 73).

Pode-se perceber que o território se reconstrói mediante um olhar de sustentabilidade social e natural, fundamentado por uma nova identidade cultural, reconstruída através de relações sociais horizontalizadas e dialógicas e relações de respeito com os elementos físicos e naturais que constituem o microecossistema.

Por aceitar o que pensa Hall (2005, p. 39), ao abordar a formação da identidade, entendendo que a mesma não é algo acabado, pois se encontra em constante reconstrução “[...] deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento”. No parecer de Castells (2002, p. 22), a identidade é “[...] o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de

atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”. A partir da conquista da terra passaram a reconstruir o território em busca de uma identidade cultural sustentada no coletivo.

5.3.2 A natureza inorgânica e orgânica do território ocupado como possibilidades para o planejamento territorial coletivo

O território do Assentamento Conquista na Fronteira, localizado no Município de Dionísio Cerqueira – SC, ainda busca afirmar sua identificação. A população aproximada de 200 pessoas é constituída por descendentes de diferentes etnias, dentre as quais, nativos, negros, alemães, italianos e poloneses, primordialmente.

A área do território é de 1.190,32 hectares e constitui-se num substrato físico, referindo-se a sua formação e constituição, respeitando a proporcionalidade, está definida por uma particularidade e especificidade. O solo está, quase que na sua totalidade, identificado como “[...] Latossolo Bruno Húmico, Latossolo Bruno, Latossolo Bruno Intermediário para Latossolo Roxo e Latossolo Vermelho-Escuro.” Essa caracterização pode se alterar com a composição de outras qualidades de solo, porém em menor proporção. A composição do solo está assentada num relevo que varia entre 800m e 1200m, com algumas oscilações de menor escala em alguns pontos, mas a maior parte do território apresenta uma hipsometria com poucas alterações de altitude, facilitando, sobremaneira, a utilização do solo para as atividades agropecuárias. (CUNHA, 1991, p. 22 e 28).

A vegetação, segundo Danilo Aronovich Cunha, é composta de

Floresta Ombrófila Mista (mata de araucária) com vegetação remanescente, atividade agropecuária e vegetação secundária. [...] Nos ambientes ainda preservados é possível observar-se a imponente araucária sobre a copagem de outras espécies, com destaque, principalmente, as canelas, imbuias, camboatás, sapopema, erva-mate, bracatinga, e tantas outras arbóreas, arbustivas e herbáceas típicas de planalto. (CUNHA, 1991, p. 22).

Ainda apoiado em Cunha (1991, p. 28), estas espécies se misturam com outras, de “[...] Floresta Estacional Decidual (mata caducifólia), desenvolvidas, principalmente, em ambientes, frequentemente marcados por forte dissecação do relevo, vales encaixados e pendentes íngremes [...]” A vegetação local recebe influências de um clima composto por

variações térmicas consideradas, entre as estações de inverno e verão, elevando as temperaturas médias, acima das ocorridas no planalto. Com isso, permite o desenvolvimento de

[...] uma flora típica e de uma floresta particularmente interessante pelo seu dinâmico aspecto fitofisionômico. A dinamicidade é refletida magnificamente no estrato superior da floresta que, anualmente, no inverno perde suas folhas, recuperando-as na primavera e permanecendo verdes durante o verão e o outono. Como exemplo desse tipo de vegetação, pode-se citar a grápia, o angico vermelho, o louro-pardo, a canafístula e a guajuvira. (CUNHA, 1991, p. 26).

Associadas a essas espécies vegetativas, outras se juntam, como “[...] as perenifoliadas, de baixa representatividade fisionômica, destacando o pau-marfim, as canelas, os camboatás, o tanheiro e outras, juntamente com as espécies arbustivas e herbáceas, que dão a consistência do interior da floresta.” (CUNHA, 1991, p. 26). O território do Assentamento preserva parte da vegetação, com destaques à presença de inúmeras espécies nativas, algumas originais e outras secundárias.

O clima do território submete-se às condições do clima subtropical, característico do Sul do Brasil, porém com algumas especificidades locais. As temperaturas, apesar de se identificarem com uma média entre 18º e 20º, oscilam com variações consideradas, em que, no inverno podem atingir 0º ou menos e, no verão, acima de 40º. A umidade relativa do ar, com pequenas exceções, varia entre 73% e 85%.

Quanto à circulação atmosférica, segundo Cunha (1991, p. 24), os modelos atmosféricos que atuam no Sul do Brasil são formados pela ação das massas de ar intertropicais (quentes) e polares (frias). Na região Sul do Brasil, as condições climáticas se alteram de acordo com

[...] a atuação da *Massa Tropical Atlântica (MTA)* e da *Massa Polar Atlântica (MPA)*. A primeira atua o ano inteiro, destacando-se na primavera e no verão, enquanto a segunda atua com maior frequência no outono e no inverno. A Frente Polar Antártica, resultado do contato entre MTA e MPA, é a responsável pela boa distribuição das chuvas durante o ano. (CUNHA, 1991, p. 24).

A posição astronômica do território do Extremo Oeste de Santa Catarina, aliada às condições de relevo, facilita, significativamente, para que as massas de ar presentes no Brasil meridional atuem, eficazmente, colaborando com o clima nessa região.

A MTA, originária do Anticiclone Semifixo do Atlântico, caracteriza-se pelos ventos do quadrante norte e apresenta-se com elevadas temperaturas e forte umidade. A MPA, originária da zona Subantártica, caracteriza-se pelos ventos do quadrante sul e por temperaturas baixas. O encontro da MPA com a MTA forma a Frente

Polar Atlântica (FPA), resultando na ocorrência de chuvas com a passagem dessa frente em direção ao norte. (CUNHA, 1991, p. 24).

Esse contexto climático existente no Sul Brasil, em grande parte, contribui para que o território do Assentamento possua uma distribuição pluviométrica satisfatória a boa, para a atividade agropecuária, ocorrendo maior precipitação na estação do inverno e menor no verão, porém, não afetando, significativamente, as ações voltadas ao cultivo de plantas e à criação de animais. Se depender, exclusivamente, das condições meteorológicas, afora algumas adversidades, a população assentada pode pensar as ações de forma positiva para o planejamento do território. Além disso, o território conta com uma quantidade significativa de água superficial, reservada em pequenos e médios depósitos naturais, possibilitando a atividade piscicultura.

Antes mesmo de construir sua identificação num lugar de pertença, o ser humano sente o desejo de ter um lugar para nele e com ele estar. A conquista da terra para a constituição de uma nova territorialidade, diferente daquela do acampamento, esteve intrínseca no processo orgânico do Movimento Sem Terra, ou seja, um espaço para abrigar cada ser humano com sua individualidade e todas as pessoas que passaram a fazer parte do Assentamento Conquista na Fronteira. Pertencer a um lugar possibilita ao humano construir significados de vida, de vivência e de convivência, por meio do uso das coisas materiais para construir a sua realidade.

As relações da sociedade com a natureza para construir a morada dos homens recorrem ao sentimento vinculado à criatividade e à arte, estimulando, dessa maneira, uma aprendizagem que se transforma em cultura e a cultura em aprendizagem, e novamente em cultura. “Na lide com as coisas, quando menos se espera, acontece a emergência de um espaço, a beleza irradiante de uma ambiência que cativa” (BUZZI, 2002, p. 138). Considera-se oportuno vincular o que pensa Buzzi, referente às singularidades dos lugares e à construção da identidade, com a realidade do território do Assentamento Conquista na Fronteira ao afirmar que

A identidade humana percebe a presença desse espaço inominável quando decide estar mais junto às coisas através de suas diferentes ocupações. Percebe então que elas não estão no apego de si. Antes o contrário! Estão todas à mercê de um espaço, como folhas ao vento, que as coloca à sua total disposição. É só se deter no uso da terra. Em princípio, o camponês que a usa mais percebe o espaço que a torna habitável [...] extensão habitável. (BUZZI, 2002, p. 138).

Dessa forma, a população assentada passou a atuar no território na tentativa de superar os infortúnios dos ideais propostos pelo neoliberalismo, estabelecendo uma

relação de respeito com a terra e com os significados da natureza. A terra e as pessoas passaram a ter significados semelhantes, em que o território dos humanos, ressignificadamente, foi se reconstruindo num entrelaçamento com o território físico. “Eles querem pensar os encontros, os agenciamentos que se dão entre fluxos e as intensidades de desejo do socius e como eles se inscrevem na própria terra. [...] para que o pensamento exista, é necessário um solo, um meio, a própria terra.” (HAESBAERT, 2004, p. 131).

O território do assentamento foi se configurando numa realidade em desconstrução e reconstrução, através das ações cotidianas dos assentados conduzidas, em parte, pelo olhar de camponês, permitindo, com isso, que novas identidades fossem se construindo, num processo de des-re-territorialização.

Rogério Haesbaert, também amparado no modo de pensar de Deleuze e Guattari, afirma que

[...] devemos promover o encontro entre desterritorialização absoluta e desterritorialização relativa. [...] ambas perpassam uma a outra e que o pensamento necessita de um meio – a própria terra. ‘Resta que a desterritorialização absoluta só pode ser pensada segundo certas relações, por determinar, com as desterritorializações relativas, não somente cósmicas, mas geográficas, históricas e psicossociais’. (HAESBAERT, 2004, p. 139).

Nessa porção do espaço maior, denominada de território, uma equipe de pessoas passou a se identificar e fazer história, com o pensamento do devir, voltado ao porvir. A identidade humana vai desconstruindo-se e se reconstruindo, similarmente às construções ocorridas nos territórios físicos. De acordo com o que Haesbaert confirma, “Pensar é desterritorializar. [...] o pensamento só é possível na criação, e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro”. (HAESBAERT, 2004, p. 130). O encontro estabelecido entre as pessoas que compõem a população assentada para discutir o planejamento e reconstruir o território conquistado, contribui para que o pensamento seja, constantemente, reconstruído e redefinido.

5.4 A NOVA IDENTIDADE CULTURAL CONSTRUÍDA POR MEIO DE ENCONTROS DA MEMÓRIA RECUPERADA, DAS ATITUDES COTIDIANAS E DA PROJEÇÃO DO FUTURO

A cultura presente entre a população do Assentamento Conquista na Fronteira possui vínculos com a cultura camponesa, historicamente constituída, basicamente, por um entrelaçamento de quatro culturas respectivas, as etnias, que formam a população local. Relembrando, essas culturas são provenientes dos nativos e caboclos, conjuntamente, com os colonizadores, descendentes de europeus (italianos, poloneses e alemães), que migraram para o Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina no início do século XX. A memória dos camponeses encontrou refúgio para o seu ressurgimento, manifestando-se no território em processo de reterritorialização, o que torna possível planejá-lo, respeitando as condições de clima, relevo, posição astronômica, vegetação, animais, microorganismos, solo, água, além de outras, como a originalidade do tempo relativo ao sol e à posição da Terra.

A memória camponesa constituiu-se por meio do contato direto dos camponeses com os elementos físicos e naturais, além da aprendizagem construída a partir das ações e relações cotidianas pela busca e preparo dos alimentos necessários à reenergização das pessoas que, outrora, faziam parte do clã, da tribo, da irmandade ou da comunidade.

Os camponeses não afetados, totalmente, pelo pensamento moderno, construíram seus saberes ao perceberem que a natureza humana é formada por diferentes elementos inter-relacionados, num processo de interação, no próprio corpo de cada ser, individualmente, e, em extensão, do ser humano se relacionando com os elementos da natureza, com o cosmos, enfim.

Segundo Boff (2007, p. 01), conhecer o ser humano é entender que também estamos ligados à formação geológica. “A história pessoal é parte da história bio-sociocultural. Esta, por sua vez, é parte da história cósmica. Esse enraizamento confere ao ser humano concreto uma quádrupla identidade.” Uma vinculada à formação cósmica, outra está ligada à terrenal, uma outra que constitui a identidade pessoal, particular de cada um e, ainda, à formação cultural.

A singularidade do humano reside na autoconsciência, na liberdade, na autodeterminação, na capacidade de responsabilizar-se e de assim mostrar-se um ser ético. Capaz até de tomar decisões em sua desvantagem para defender desvalidos. Reside na capacidade de compaixão, de enternecimento e de entreter laços de comunhão com todos os seres e de sentir-se um com eles. Reside na capacidade de criação pela qual modifica seu mundo circundante. Reside na abertura ao mundo, à cultura e ao infinito. O ser humano é tudo isso e ainda mais, pois é habitado por uma paixão insaciável que não encontra no universo nenhum objeto que lhe seja adequado e que o faça repousar. Ele é um projeto infinito. (BOFF, 2007, p. 03).

A vontade dos assentados em resgatar a dignidade humana, após ter convivido com a ausência de condições mínimas de sobrevivência, pela falta de abrigo e de um lugar para viver, conviver e exercitar a cidadania, além de outras, presentes ou ausentes no território do acampamento, motivou os assentados a planejar o Assentamento Conquista na Fronteira, focalizados pelo respeito entre os humanos e dos humanos para com os elementos da natureza.

A natureza humana requer sustentação material, disponíveis entre os elementos químicos, físicos e biológicos, componentes da natureza, a ser conquistada e transformada. Nesse pequeno território que seria reconstruído estavam presentes, em parte, as espécies naturais necessárias à existência da população que passou a ocupar, definitivamente, a parcela do espaço, em 1988. Concomitantemente à ocupação, tiveram a possibilidade de transformar em realidade, um dos seus principais desejos, há muito tempo sonhado, que era o de se alimentar saciadamente, pois haviam conquistado a terra que poderia ser cultivada. O significado da terra entre os latifundiários capitalistas e os assentados desse território era e continua sendo, extremamente diferente; enquanto os primeiros almejam o lucro e o acúmulo de capital, os assentados desejam sobreviver dignamente. Por isso, a terra no Assentamento foi utilizada, inicialmente, para produzir alimentos, pois, a terra é entendida e percebida enquanto extensão dos humanos e compreendida como fonte de vida.

Na medida das sensações do ver, do ouvir, do cheirar, do degustar e do apalpar dos sentidos do corpo, a identidade humana desperta para a concupiscência da realidade exterior e busca solidarizar-se a ela e fermentá-la em si sob o aspecto do prazer. A tarefa maior e interminável da identidade humana, neste nível de existência sensível, é tornar os sentidos do corpo bons sensores, capazes de filiar-se ao belo, ao bom, ao justo, ao verdadeiro e ao harmonioso da realidade, que transcende o prazer e o desprazer das sensações. (BUZZI, 2002, p. 105).

A modernização, além de instaurar intensa exclusão social e introduzir valores humanos voltados ao individualismo e à posse de capital, provocou variadas degradações, poluições e contaminações dos elementos da natureza. Juntamente a isso, colaborou com a dependência técnica dos agricultores para produzir e consumir, bem como a subordinação cultural ao mercado. Os agricultores ao sentir as consequências do avanço do capitalismo no campo, introduzidas através do processo de modernização agrícola, mobilizaram-se e organizaram um novo processo de planejamento, para a construção de um território com outras formas de relações sociais.

Sem bom senso, não há como possa a identidade humana construir uma existência harmoniosa superior a concupiscência dos sentidos. Na análise dos empenhos da identidade humana, damos-nos conta de que ela está numa insistente educação e interminável aprendizagem de viver a natureza. No pouco ou muito saber dessa aprendizagem, constatamos que todo existente é criatura da natureza. Os astros, as pedras, as plantas, os animais, os humanos e os divinos são acontecimentos da natureza, desse princípio constituinte do todo ser. (BUZZI, 2002, p. 105).

O território foi sendo reconstruído com uma nova concepção de planejamento, em que as propostas políticas de reterritorialização contaram com as decisões definidas no coletivo através de assembleias. Por ser instância máxima quem participa do processo produtivo tem oportunidade de voto numa assembleia, sem distinção de gênero, com restrição apenas para as crianças inferiores aos 12 anos de idade, pois, a partir dessa faixa etária, os adolescentes podem iniciar as atividades laborais no coletivo produtivo.

Os infantis, por sua vez, também têm a oportunidade de participar da assembleia, mas não estão aptos para votar. Por outro lado, as crianças que frequentam a escola local possuem estatuto próprio, organizado de maneira semelhante ao regimento do assentamento. Com isso, num contexto menos complexo, todos os estudantes participam de forma coletiva, em que as ações em torno do processo pedagógico ocorrem com as tomadas de decisões realizadas em assembleias infantis.

Uma decisão em assembleia, antes de a proposta ser votada, é amplamente discutida e analisada, em pequenos grupos formados por famílias, que residem proximamente. O objetivo da análise é permitir que todos possam compreender a proposta a ser implementada para o planejamento do território, prevendo os impactos, positivos ou negativos, que poderão ocorrer. Nesse sentido, o diálogo com menos pessoas facilita uma relação comunicativa mais dialógica possível, ou seja, sem prejudicar as evidências e o esclarecimento para cada um em particular.

Dentre as definições estatutárias iniciais está prescrito que a terra faz parte do coletivo e não se permite a comercialização particularizada da posse da terra, pois, oficialmente, a mesma se encontra no nome de cada assentado, porém se entende que a terra é sinônimo de vida e não de lucro e, por isso, não pode ser vendida. Outra decisão construída no assentamento é a divisão social do trabalho e dos lucros obtidos, ou seja, entre as diferentes atividades laborais definidas por equipes de trabalho, cada trabalhador recebe pela soma de horas trabalhadas no decorrer do mês.

Todos os assentados buscam cuidar de si e, ao mesmo tempo de todos, independente da faixa etária, do grau de parentesco, do cargo que exerce, da atividade de produção e

outras. A alimentação, bem como a educação formal, a assistência à saúde, a habitação, o lazer, a estrutura técnica, é direito de todos. Também faz parte do coletivo toda a estrutura e os principais meios de produção, exceto as ferramentas básicas utilizadas por um camponês (enxada, foice, facão, martelo e demais pequenos instrumentos de trabalho).

A organização do planejamento do território constitui-se por uma estrutura orgânica, formada por instâncias, em que a Assembleia, reunida a cada 30 dias, torna-se a instância máxima para realizar debates, tomar decisões políticas, realizar cursos para a capacitação, resgatar e desenvolver a mística, repassar informações referentes ao coletivo, além de outras necessidades que surgem em nível da comunidade. As demais instâncias componentes da estrutura orgânica, conforme Anexo B, distribuem-se em Conselho Fiscal, Direção Ampliada, Direção Coletiva, Conselho Social e Político, Setores de Produção, Equipes de Trabalho (subsistência e reflorestamento, gado leiteiro, gado de corte, grãos, administrativo e social), Núcleos de Base, Comissões (educação, esporte e lazer, animação e visitas) e Grupo de Jovens. Uma pessoa pode ocupar mais de um cargo ou função entre as diferentes instâncias, porém, ninguém recebe algo a mais das horas trabalhadas para ocupar determinada função, isso é ação voluntária.

A estrutura orgânica permite uma dinamicidade em termos de participação, de envolvimento e de compromisso, possibilitando o acesso de todos às informações, bem como da organização do território. A utilização do tempo e respeito integral ao ser humano, além de outros valores humanos que vão se construindo e reconstruindo na convivência das pessoas que formam a população do assentamento de maneira coletiva, torna-se num fundamento importante para o alicerce positivo do assentamento coletivo.

Os problemas e pequenos conflitos surgidos no cotidiano, imediatamente recebem atenção especial, pois entendem que as pequenas intrigas podem se transformar em mágoas, em ressentimento, caso as dúvidas e os desentendimentos não sejam esclarecidos assim que surgirem. Com o apoio do Conselho Social e Político, formado por 07 pessoas, buscam, além das pequenas desavenças, manter a organização interna, cumprindo e fazendo cumprir o estatuto, o regimento interno e demais decisões estabelecidas de maneira coletiva.

A política de planejamento do território perpassa por constantes análises de conjuntura, nacional e internacional, para avaliar e reavaliar a realidade de produção e de consumo, bem como as possibilidades a serem projetadas para os próximos cinco anos. Para elaborar a análise buscam apoio no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra, em nível de Brasil, além de outras instituições ou pessoas simpatizantes com os assentados e possuidoras do conhecimento que o coletivo necessita. A produção atende, inicialmente, às necessidades básicas de subsistência da população assentada e, posteriormente, produz-se para o mercado. Na tentativa de manter a infraestrutura do território, principalmente ao que se refere à dependência tecnológica mais sofisticada, com investimentos elevados, a produção para o mercado proporciona o equilíbrio financeiro.

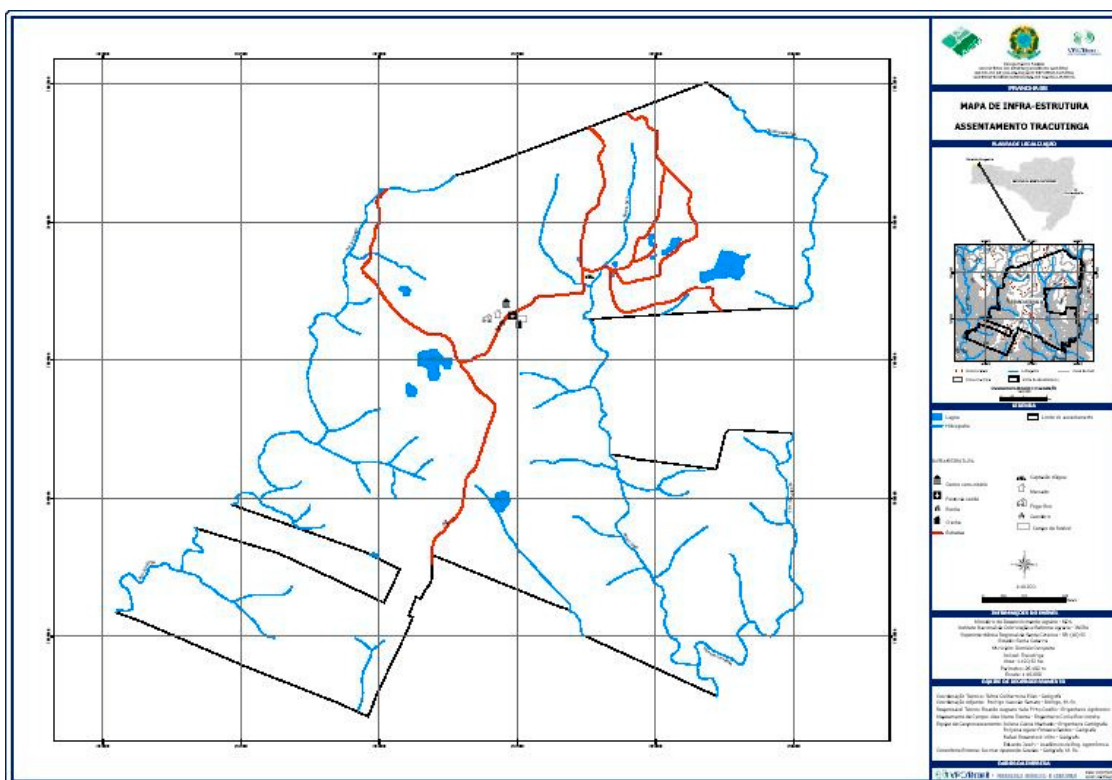
A convivência coletiva, além de permitir o diálogo durante o trabalho, colaborando com isso, para a troca de informações e de saberes entre os mais experientes e os menos experientes, possibilita que o tempo seja utilizado para trabalhar e para se reunir. As reuniões de pessoas, sejam para estudar e debater temas vinculados à realidade do assentamento, para festejar datas comemorativas ou para o lazer, são necessárias, pois mantêm o convívio coletivo, em busca da superação do princípio do individualismo e da competição.

6 O TERRITÓRIO CONQUISTADO NA FRONTEIRA, RECONSTRUÍDO COM TERRITORIALIDADES HUMANAS RETERRITORIALIZADAS

A reterritorialização foi se constituindo com a reconstrução das territorialidades humanas, em superação ao egoísmo e à propriedade particular. A filosofia adotada no assentamento condiz com o que acreditamos seja a verdadeira educação do campo. A aprendizagem foi superando e desvencilhando-se das informações interesseiras propostas e impostas pelo processo de urbanização. A educação do campo movimenta-se muito mais por meio dos experimentos relacionados com o campo, com a terra, com os elementos formadores da terra, do que com enunciados de palavras alheias aos camponeses e repassadas, preponderantemente, pela oralidade. As palavras no campo precisam estar entrelaçadas com a vida e seu significado, com as pessoas e seus significados, com a terra e seus significados, com os desejos de viver no campo e defender a vida de todos os camponeses.

O exercício da pesquisa no doutoramento possibilitou que refletíssemos bastante, desde o desejo de realizarmos a tese até o momento atual, pois entre os objetivos propostos e os resultados encontrados com a identificação e caracterização da realidade, foram surgindo desafios, desequilibrando as certezas absolutas em torno do objeto de pesquisa. Sabemos que, muitas incertezas surgidas para o pesquisador, nem sempre se tornarão certezas, pois o exercício da pesquisa é, acima de tudo, continuar observando e, quem sabe, talvez, a realidade ainda continuará vendada. Aprendemos que podem existir diferenças muito grandes entre o olhar do pesquisador e a realidade pesquisada, requerendo do observador a superação de análises superficiais com o cuidado de inesgotar as possibilidades de desvendamento do real. Por mais esforço cognitivo que depositamos para nos aproximar da realidade, torna-se quase impossível descobrir todas as evidências emergentes do objeto de análise, pelas enormes dimensionalidades que a constitui.

As disparidades de pensamentos presentes na reterritorialização do Conquista na Fronteira diminuíram, sensivelmente, no decorrer do processo reconstrutivo em função da participação no pensar, bem como no envolvimento de todos os indivíduos sociais nas ações de planejamento territorial. As soluções encontradas no e pelo coletivo em resistência às implicações do mercado foram se avolumando conforme aumentava o desejo de conviver coletivamente.



Mapa 2 – Mapa de Infraestrutura do Assentamento Tracutinga. (ANEXO C).
Fonte: MDA - INCRA - Superintendência Regional de Santa Catarina, 2007.

O Mapa 2 dá uma amostra da realidade do território construído durante os 20 anos de ações práticas e de atitudes de planejamento. Além do mapa, a Fotografia 3 configura uma parte da realidade do território construída até o momento.



Fotografia 3 - Vista aérea parcial do Assentamento Conquista na Fronteira.
Fonte: Arquivo Cooper União, 2006.

Durante o chamamento dos atores sociais que emitiram seus depoimentos referentes à realidade territorial utilizamos a definição de indivíduo social, por concordar com Maturana, que o individual se constitui no social “[...] em suas interações constituem o social, mas o social é o meio em que esses indivíduos se realizam como indivíduos. [...] portanto, não há contradição entre o individual e o social, porque são mutuamente gerativos.” (MATURANA, 2002, p. 42-3). Além desse, Guattari afirma que

O indivíduo que temos diante de nós, frequentemente, não é senão o ‘terminal’ de todo um conjunto de agenciamentos sociais. E se não atingirmos o cerne desses agenciamentos, embarcamos em atitudes fictícias. Trata-se não só de localizar a inserção de agenciamento em que um indivíduo se constitui, mas também de encontrar um ponto de apoio mínimo que lhe permita conquistar alguns graus suplementares de liberdade. (GUATTARI, 2005, p. 303).

No decorrer desse capítulo aparecerão entre parênteses, logo após a transcrição do depoimento, as letras is seguidas de A, B, C sucessivamente, que simbolizam os Indivíduos Sociais A, B, C e seguintes; as letras m ou f, determinando o gênero masculino ou feminino e um numeral, que representa a idade do entrevistado, como no exemplo a seguir: (is A – m 47). Procedemos desta maneira para evitar a utilização individualizada de nomes dos assentados, respeitando o coletivo.

6.1 O TERRITÓRIO CONSTRUÍDO NO ENTRELACAMENTO DE DESEJOS COMUNS COMPARTILHADOS PARA A IDENTIFICAÇÃO COM A TERRA E O COSMO

A consolidação territorial local foi existindo por meio de fugas e de assentamentos do território físico e das territorialidades humanas. Um grupo de indivíduos sociais tinha a consciência e o desejo de construir um lugar sem a presença da exploração social do trabalho e com o pensamento voltado à construção de uma comunidade, em que os humanos fossem reconhecidos como seres humanos. Um outro grupo de indivíduos sociais que passou a participar do território conquistado pensava de maneira diferente dos primeiros, em que os desejos, também, eram diferentes. Por isso, para construir o território, muitos conflitos de ideais se evidenciaram e foram sendo diluídos por meio do diálogo e da

conversação. Além dos sonhos, necessitaram construir toda a parte física do território, concomitantemente com a superação da fome dos corpos humanos e, para tanto, possuíam pouca estrutura instrumental para a reconstrução territorial.

Naquelas circunstâncias de encontros e de desencontros humanos, de fugas e de assentamentos de desejos e pensamentos foram discutindo ideias, tomando decisões e agindo com práticas e experimentos na roça, na pecuária, nas construções das moradias e das infraestruturas de produção, em instrumentos de trabalho e, assim, por diante. A reconstrução coletiva do território iniciou-se com muitos estudos e diálogos no acampamento e seguiu de maneira semelhante, posteriormente, no assentamento rural, tentando romper com os critérios de apropriações individualistas, ao mesmo tempo, planejando e ajeitando a construção de um território com a participação popular.

6.1.1 No planejamento territorial coletivo entre a teoria e a prática emergem as dificuldades e as possibilidades

No dia 24 de junho de 2008, tivemos a oportunidade de participar da comemoração festiva alusiva aos 20 anos de construção territorial do Assentamento Conquista na Fronteira, sendo possível perceber a importância que os assentados atribuem ao território enquanto um local possível de adquirir as necessidades básicas aos seres humanos, dentre as quais se destaca a alimentação. Para vivenciar ou reviver o significado do alimento, assistimos a uma ou várias místicas que destacavam a relação do homem com a terra, objetivando a conquista do alimento. A Fotografia 4 retrata muito bem o significado que o alimento possui para essa comunidade, pois a representação manifestando a preocupação dos assentados rurais com relação a colheita da alimentação, esteve presente na comemoração dos 19 anos e se repetiu no aniversário dos 20 anos de ocupação da terra.

A memória dos assentados, ao ser recuperada, evidencia todo o esforço por eles despendido, desde a ideia surgida entre os primeiros que lideraram a organização do movimento rural de trabalhadores, até o atual momento com a reconstrução do território que proporcione um acento econômico, porém desvinculado das imposições do mercado. Por meio da expressão manifestada por

um indivíduo social (is) referente aos motivos que levaram a se organizarem, coletivamente, a dimensão econômica aparece como um motivo muito contundente, porém, outros relevantes, também, foram evidenciados.



Fotografia 4 - Apresentação dos alimentos na comemoração dos 19 anos do Assentamento.
Fonte: Arquivo Cooper União, 2007.

Na verdade, é o seguinte, eu acho que é uma mistura também, mas muito mais, o movimento discutia muito mais pela solidariedade, e também pelo econômico, vamos dizer, qual é a comparação que a gente fazia, cada agricultor já tem o seu trator, junta dez famílias compra um trator, essa coisa, então o lado econômico pesa bastante na hora de tu somar. As pessoas que entraram depois no coletivo, elas vêm pelo lado econômico, e muitos que não resolveram isso, foram embora, achavam que era uma coisa e não era. (is A – f 49).

Verifica-se algo a mais que o viés econômico, incentivando o grupo que se formava e buscava uma resposta concreta para o sonho desejado antes de iniciar a reterritorialização do assentamento rural. Eram jovens possuidores de um modo de pensar ou de uma subjetivação, na definição de Guattari (2005)², condizente com a

² Guattari (2005, p. 33 a 148) faz uma abordagem significativa e necessária para as nossas análises, sugerindo a superarmos a utilização do termo ideologia por subjetivação. O autor entende que somos indivíduos constituídos de acordo com as influências do sistema capitalístico, fabricante e modelador de subjetivações, porém as mesmas podem ser suplantadas e reconstruídas, em partes e no todo também.

construção de um jeito de viver e conviver para além do individualismo, pois os indivíduos sociais incondicionados ao coletivo desistiram do projeto do novo território.

Eles não tinham uma consciência de estar aqui dentro, porque a consciência... nós que começamos isso aqui, nós demoramos anos para dar uma resposta econômica, porque na verdade nós não tinha experiência, então nós se alimentava bastante da ideologia, mas tu pode perguntar pras pessoas, pode perguntar pra qualquer um: tinha mais gosto as festas de hoje ou das primeiras que nós fizemos? Que tempo bom àquele que nós dançava aqui na grama, porque era alimentado por muita ideologia. Então o sonho da casa bonita, o sonho ele se alimentava. (is A – f 49).

A nossa intenção é buscar esclarecer algumas motivações que estiveram presentes entre os assentados do território Conquista na Fronteira para programar as ações de planejamento, pois carregavam consigo muitos sonhos, porém em termos de planejamento territorial possuíam ínfima experiência.

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. Se aceitamos essa hipótese, vemos que ela vai além da circunscrição dos antagonismos sociais aos campos econômicos e políticos, a circunscrição do alvo da luta à reapropriação dos meios de produção ou dos meios de expressão política. É preciso adentrar o campo da economia subjetiva e não mais restringir-se ao da economia política. (GUATTARI, 2005, p. 42).

Segundo informações a metade dos acampados/assentados era solteira, numa faixa etária que variava entre 25 e 27 anos de idade, mesmo convictos da conquista de seus sonhos, pairavam dúvidas sobre eles, em função das poucas possibilidades que detinham em praticar o que pensavam. “Nós poderia arrumar as malas e ir embora, nós ficamos muito tempo sem ir em bailes, sem dinheiro, sem uma cerveja, foi um momento de muita renúncia, mas nós sempre fomos uma juventude muito firme” (is A – f 49). Estavam convictos com o que desejavam, ou seja, a ocupação e construção territorial, diferente da projetada pelo modo capitalístico.

Ao ocupar um espaço improdutivo do latifúndio para utilizá-lo, segundo Heidrich (2007), antes mesmo da ocupação os membros do MST já possuíam uma compreensão da realidade brasileira como um todo, ou seja, uma consciência. Nesse sentido, o território a ser construído para a busca da dignidade humana, foi antes construído na consciência.

É claro que já aprendemos que somos espaço, mas isso não quer dizer que a relação acabou, ela permanece, como dialética que vai engendrando sempre a transformação do anterior e gerando uma ocupação, uma marca, um apoderamento, uma posse, que tem a ver com o uso. Se alguma matéria do espaço tem utilidade, aquilo tem valor, então tem uso e valorização. A concepção disso, de pertencer, o sentimento de estar pertencendo a um espaço (em alguns casos isso se consubstancia em identidade, em outros talvez seja consciência da própria realidade) completa essa relação. (HEIDRICH, 2007, p. 05).

A exemplo do que ocorreu no território acampado, também no assentamento os atores sociais transitavam entre a necessidade de desmanche do território, até então, imposto pelo capitalismo e as diversas dificuldades para construir o território sonhado, por isso, as relações de comunhão entre eles eram de suma importância. “Na liberdade, a moral, a vivência política e social têm sua expressão máxima e se realizam na arte de viver, na sublimidade da vida que, por gênese e princípio, é livre.” (NEIVA, 2006, p. 10). O território construía-se com a fuga daquele desejo subjetivo fabricado pela máquina capitalística de serem obrigados a participar dos espaços de consumo, oferecidos através de encontros dançantes e outras festas, para introduzir no local, outros desejos, talvez mais autônomos e menos opressivos.

O que é produzido pela subjetividade capitalística, o que nos chega através da mídia, da família, de todos os equipamentos que nos rodeiam, não são apenas idéias; não são a transmissão de significações através de enunciados significantes; nem são modelos de identidade ou identificações com pólos maternos, paternos, etc. São, mais essencialmente, sistemas de conexão direta entre, de um lado, as grandes máquinas produtoras e de controle social e, de outro, as instâncias psíquicas, a maneira de perceber o mundo. (GUATTARI, 2005, p. 78).

A maioria dos depoimentos coletados permite sentir que o grande sonho dos assentados era e continua sendo a transformação da sociedade capitalista, em substituição por outra em que as relações sociais a permear os humanos possam ser com menos desigualdades sociais, que haja mais dignidade e respeito entre os humanos e dos humanos com os demais seres orgânicos e inorgânicos.

A natureza humana não é uma máquina a ser construída a partir de um modelo, e determinada para fazer exatamente o trabalho a ela atribuído, mas uma árvore que necessita crescer e desenvolver-se para todos os lados, de acordo com a tendência das forças interiores que fazem dela algo vivo. (MILL, 2006, p. 88).

Avaliamos que as construções e reconstruções das territorialidades humanas são processos complexos de viveres e de devires, que não se limitam em termos de tempo e de espaço individuais e sociais, podendo ser contemporâneos e, ao mesmo instante, desejam contemporizar.

Agora também, essa questão de não medir a terra, aquilo é meu, é uma coisa que ficou esquecida, ninguém pensa na terra como minha. Não sei se isso é bom ou é ruim, e essa juventude também, eles não pensam na terra, eu nunca vi eles falando, ó, se eu tivesse uma terra eu faria isso ou aquilo. (is B – m 50).

A superação do individualismo iniciou-se com a negação da posse particular da terra e continua sendo praticada e convalidada pelos atores sociais locais, confirmando, desta maneira, as relações sociais de igualdade.

Quando tento colocar o problema do desejo enquanto formação coletiva, evidencia-se logo que o desejo não é forçosamente um negócio secreto ou vergonhoso como toda a psicologia e moral dominantes pretendem. O desejo permeia o campo social, tanto em práticas imediatas quanto em projetos muito ambiciosos. Por não querer me atrapalhar com definições complicadas, eu proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade outra percepção do mundo, outros sistemas de valores. (GUATTARI, 2005, p. 261).

A outra manifestação a seguir, referente à convivência e ao modo de viver no território Conquista na Fronteira com relação de respeito, resume, de maneira mais contundente, o real entendimento que possuem da reterritorialização do lugar com novas territorialidades, ou com novas identidades culturais.

Na verdade todo mundo que escreveu, eu acho que atirou perto assim do fio, mas tipo assim, às vezes é mais profundo essa construção do coletivo. Porque as pessoas respeitam, qual é a fórmula que existe. Porque nunca precisou de uma polícia pra resolver o problema nosso. Têm diversas, têm várias coisas assim, que é até difícil de colocar no papel uma história. Porque tu viu, um gurizinho ali brincando, sem uma divisa aqui, um arame ali. Tu corta a grama até ali e eu até aqui, sem problema nenhum. (is B – m 50).

Acreditamos que a história de vida dos atores sociais do território Conquista na Fronteira colaborou para a construção dos desejos de conviver coletivamente. A convivência com os outros de mais experiências voltadas ao cuidado, na família, na igreja, na escola, brincando, saboreando, sentindo o contato dos elementos da natureza, devaneando, ouvindo, trabalhando com a terra, participando nos partidos políticos e nas organizações sindicais, e em outras tantas formas sem fim, contribuiu para a busca da nova maneira de pensar.

Às vezes, em nossas análises, apresentamos dificuldades e estabelecemos um limite de tempo para a construção da aprendizagem humana e, também, definimos que o ser humano adquiriu essa ou aquela maneira de pensar, influenciado por um número definido de elementos interferentes na formação daquele pensamento. “Do mesmo modo que existe uma historicidade do território

material, também há uma da imaginação, pois as mediações utilizadas para decifrar a realidade enraízam-se no ambiente cultural, econômico e político do período considerado.” (RAFFESTIN, 2009, p. 14). As variáveis pelas quais os humanos estão sujeitos à sua formação são incalculáveis e se distanciam, historicamente, em diversas direções, com isso, se fracionarmos o tempo e o espaço, poderemos estar cometendo equívocos de abordagem.

A máquina capitalística abafa os desejos de convivência humana construída para o cuidado com o outro, buscando introjetar desejos de consumo e de descartabilidade, em todos os sentidos, porém não suprimiu o desejo de cuidado entre todos os humanos. Muitos dos objetivos, antes sonhados e propostos quando da elaboração do projeto para o território Conquista na Fronteira se concretizaram, outros não, ou foram atingidos parcialmente. A busca pela autonomia econômica, objetivando produzir em forma de cooperação foi uma das ações praticadas, portanto, desejavam, além da produção econômica, construir o território sem fome, sem desabrigo, sem poder político, sem opressão, sem ódio, sem inveja e outras práticas humanas que depreciassem os indivíduos sociais no coletivo.

A estratégia de produção da cooperativa levou em consideração três passos importantes, definidos no regimento interno do assentamento que são: produção para subsistência; produção para comércio; produção e industrialização. Em 1992, foi criado no assentamento o primeiro trabalho unificado, quando foi definida uma única equipe responsável pela apicultura. Esta primeira iniciativa foi importante para desencadear o processo de unificação dos grupos que durou de 1994 a 1995, com a unificação de todo o processo de trabalho, da terra e dos bens. A cooperativa, atualmente, tem 135 sócios. (FIORENTIN, 2006, p. 66–67).

A conquista da área de terra, apenas, não foi suficiente para a permanência do grupo no lugar, pois precisavam dar respostas econômicas aos atores sociais internos e bem atender às expectativas criadas pelo MST, em nível regional e de Brasil, justificando para a sociedade que os objetivos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra eram justos e necessários ao país. Por isso que, inicialmente, a dimensão econômica foi a mais exercitada pela comunidade local.

A construção de um modelo de organização no assentamento, que ao mesmo tempo, pudesse resolver os problemas internos e construir respostas eficazes aos desafios externos ao assentamento, tinha que ser construído a partir das experiências de vida dos próprios Assentados. Portanto, num grande movimento de dentro para fora. Rego (2003), quando pensou a geografia como uma hermenêutica instauradora, chamava a atenção para a importância do olhar a partir da visão local, em que os sujeitos passam a ser agentes de sua própria história. (FIORENTIN, 2006, p. 74).

Além de respostas econômicas para a população interna e externa ao assentamento, a formação que alguns indivíduos sociais internos possuíam foi permitindo concluir que o novo território não poderia mais resultar de ações impostas pelo sistema capitalista, pois o modelo moderno de produção agropecuário já havia sido experimentado e, por meio dele, haviam adquirido poucos benefícios.

[...] as interações de um ser vivo como totalidade se realizam por meio das interações de seus componentes que desencadeiam nele mudanças estruturais. [...] a estrutura do ser vivo determina o seu modo de viver, e o modo de viver de um ser vivo guia o curso de sua própria mudança estrutural e, ainda que os dois domínios de existência do ser vivo sejam disjuntos, e cada um seja abstrato com respeito ao outro, modulam-se recursivamente no viver. (MATURANA, 2002, p. 110).

A construção do território e as relações de poder ou com a superação do poder requereu dos assentados determinadas reconstituições enquanto indivíduos e enquanto grupo social. As desconstruções e reconstruções podem ser evidenciadas nos dados apresentados a seguir, que identificam e que caracterizam o pensamento dos atores sociais do lugar, ainda em reconstrução. Perguntamos para 26 indivíduos sociais dos dois gêneros, entre 09 e 53 anos de idade, referente às vantagens e desvantagens de conviver, coletivamente, e, algumas respostas, constantes na Tabela 1, confirmam as suas formas de pensar, como percebem a realidade.

Constata-se que o relacionamento entre os mais e os menos experientes possibilitou, por meio da convivência coletiva, a reconstrução de um modo de pensar exclusivo dessa comunidade, em que os pontos vantajosos bem como os desvantajosos foram manifestados sem excitações. Não conseguimos perceber versões de desvirtuamento da realidade, pois as manifestações anunciam o que, de fato, ocorreu e ocorre na reconstrução do território. Os atores sociais levantam as dificuldades, mas no nosso modo de entender conseguem, também, afirmar o que é o convívio no coletivo, pois existem diferenças entre os humanos e seus desejos.

Um destaque significativo manifestado nos depoimentos são os dos jovens e das crianças que conseguem emitir a opinião de acordo com o que pensam e como percebem o território construído coletivamente. Aparecem as vantagens do coletivo nos aspectos da produção, mas para além da dimensão econômica, entendemos que se evidenciam, também, outras dimensões referentes ao ser humano desmodernizado. Um novo território está sendo possível de ser construído, margeado pelo contexto capitalístico, em que o ser humano procura se desnudar do invólucro do individualismo e da posse do outro, revestindo-se por uma espécie de “aura” de com-junto e de partilha.

Tabela 1 - Manifestações referentes às possibilidades e dificuldades de convivência coletiva no Assentamento Conquista na Fronteira, em 2008.

IS	Vantagem	Dificuldade
is E – m 43	Evita ser explorado.	O entendimento de ouvir os outros, muita gente não se adapta por não saber ouvir os outros.
is F – f 45	O bom é que a gente trabalha todos juntos, organizado, cada um no seu setor.	O ruim é que nem todos entendem o sentido coletivo, é trabalho junto.
is X – f 09	A gente é companheiro, se precisar pede para o outro. Se faz muitas amizades.	Às vezes uns atrapalham, mas só acha coisa boa.
is Y – m 10	Trabalho coletivo com os colegas.	Quando um colega te deixa na mão.
is G – f 19	A forma de organização facilita que se consigam coisas de forma mais fácil.	Não vê dificuldades.
is I – m 33	Sistema de produção, porque sozinho não consegue definir a forma e o que produzir.	Fica chateado quando não consegue atingir um objetivo na produção.
is W – m 37	Tem várias vantagens, tem futuro garantido para os filhos, garante a permanência dos jovens, festas onde não precisa ter dinheiro para poder beber e comer, alimento e almoço não paga, ninguém recebe o melhor espeto.	A cultura das pessoas, no coletivo é mais fácil relaxar porque o pessoal não se acha dono e não consegue passar para a juventude. O pessoal termina as horas de serviço e se mandam. Sempre tem que passar alguém juntando o que é deixado espalhado.
is K – m 53	No geral o coletivo dá de 200 a 0 no individual. Quando individualmente teríamos um frigorífico ou um caminhão? Quando tanta gente ia vim visitar nós?	O trabalho coletivo não é fácil ele é difícil, mas tem suas vantagens, no individual tem liberdade, mas no coletivo tem que abrir mão da individualidade.
is N – f 23	Mais fácil é o trabalho, as oportunidades que o coletivo oferece, união, construção de valor enquanto pessoa e organização. A organização, o trabalho, poder opinar.	Mais difícil, abrir mão das coisas individuais para conviver no coletivo, a relação entre as pessoas é mais difícil do que se imagina.
is AB – m 17	O trabalho, poder confiar nas pessoas.	Saber lidar com as pessoas, não pode guardar mágoa para viver no coletivo.
is AC – f 17	Direito de opinião.	Ultimamente os jovens aqui não estão sendo ouvidos.
is AF – m 18	Se consegue as coisas mais fáceis, se ajudam.	Os mais velhos não confiam e não respeitam muito os mais novos.
is AH – m 19	O bom é que todo mundo trabalha junto e se ajuda.	O ruim é o convívio, a diferença de ideias.
is AI – f 16	Estar junto do pessoal, amizade.	Falta individualidade, uns sabem da vida dos outros.

Fonte: Entrevistas realizadas com indivíduos sociais do Assentamento Conquista na Fronteira, em setembro de 2008.

Uma questão surge a todo o instante em nossa mente, e, em manifestações feitas por outros pesquisadores da área de Geografia, é a seguinte: *o território Conquista na Fronteira conseguirá existir por muito tempo adotando essa maneira coletiva de planejamento e de distribuição de renda, sem as motivações inspiradoras construídas pelos desejos capitalísticos?* Percebemos entre os depoimentos dos observadores e expectadores, expressões diferentes de sentimentos e de pensamentos, alguns ao mesmo tempo, duvidam e aplaudem a existência do território com as atuais concepções filosóficas e práticas. Outros elogiam e almejam continuidade, ao contrário de outros que não acreditam a existência de um território construído por relações sociais e siconaturais com sustentabilidade econômica, social, política, ecológica e cultural.

Para esses e outros questionamentos, o(s) observador(es) terá(ão) dificuldades para definir ou apontar um ou outro caminho para a existência do território. Os conflitos no assentamento existem e continuarão existindo, e somente os atores sociais internos envolvidos no processo, por meio da prática poderão responder a eles, com atitudes e ações desejadas e experimentadas.

É verdade que tudo é possível de ser alcançado se tivermos consciência de que a disciplina é a característica fundamental de um militante que sonha em ver a causa de sua organização realizada. A disciplina está relacionada com as grandes decisões, as linhas mestras do programa, as normas de funcionamento das instâncias e fundamentalmente ao cumprimento das resoluções que visam a derrota do inimigo e a vitória de nossa causa. Mas as coisas pequenas também são elementos de fundamental importância para que não soframos derrotas com facilidade. (BOGO, 2002, p. 36).

Nesse sentido, apontamos os depoimentos dos jovens quando denunciam a pouca confiança que os mais experientes depositam na população mais jovem ao afirmarem que: “Os mais velhos não confiam e não respeitam muito os mais novos.” (is AF – m 18). “Ultimamente os jovens aqui não estão sendo ouvidos.” (is AC – f 17).

Se um ser humano pode observar o sistema social que ele cria com seu comportamento, pode desgostar dele e rejeitá-lo, e assim tornar-se uma fonte de mudança; mas se ele só pode passar por interações especificadas pelo sistema social que integra, não pode ser um observador dele e seu comportamento pode apenas confirmá-lo. Desse modo todo sistema político coercitivo visa, explícita ou implicitamente, a reduzir a criatividade e a liberdade especificando todas as interações sociais como o melhor meio de eliminar os seres humanos enquanto observadores, e assim atingir a permanência política. (MATURANA, 2002, p. 165).

Por outro lado, a manifestação das crianças permite concluirmos que o desejo para conviver no coletivo, também existe entre eles, porém se torna necessário

muito mais diálogo a respeito da confiança e da desconfiança presentes no local. “É ruim quando um colega te deixa na mão.” (is Y – m 10). Exceto que estejamos equivocados, ao contrário, entendemos que a prática é coletiva, pois uma criança com nove anos consegue destacar as vantagens e apontar as dificuldades em função do convívio coletivo é por ter convivido com os outros que desenvolveram ações com relações de afetividade e de respeito humano.

Um outro questionamento foi realizado somente para os mais experientes para que apontassem quais eram as suas preocupações em relação aos juvenis e aos infantis que constituem a população do território do Assentamento. Foram entrevistados 22 homens e mulheres com idade que varia entre 22 e 53 anos e os resultados da pesquisa permitem perceber uma enorme preocupação que os mais experientes possuem com os mais jovens, no que se refere à continuidade do território com a manutenção de relações sociais de respeito. “Achar uma forma deles ficarem e se sentirem bem aqui, isso para mim é um desafio, achar uma forma deles ficarem aqui.” (is K – m 53). Outra manifestação subentende semelhante preocupação “Se os jovens vão continuar tocando isso aqui em frente, as crianças não se preocupa porque elas têm tudo.” (is Q – m 50).

Os depoentes a seguir, com outras palavras, também apontam o que os de maior idade pensam sobre os jovens e o futuro do território.

“Tem uma parte que não se sente responsável pelo coletivo, a preocupação é que eles não continuem, eles sonham em sair e morar na cidade, oportunidade de estudo, eles desanimam na espera de uma oportunidade de sair para estudar.” (is Q – m 50).

“Tudo o que é jovem não quer trabalhar com agricultura, querem estudar e sair.” (is U – f 53).

“Sofremos para construir tudo isso e alguns jovens não se sentem donos, e talvez não continuem o trabalho.” (is AM – f 47).

Essas últimas expressões caracterizam uma realidade de subjetivação idêntica àquela apontada por Guattari, quando aborda a questão da cartografia dos desejos, em que a máquina capitalística interfere, intensamente, sobre as formações desejantes dos seres humanos.

A existência da posse da terra tornou-se um pilar de sustentação para executar o sonho desejado pelos indivíduos sociais assentados, e os demais pilares construíram-se na prática convvida pelos atores sociais. Essa prática vai permitindo a fuga das amarras do pensamento capitalístico por meio de ideias e de atitudes

compartilhadas, muitas vezes divergentes, e outras, convergentes. O planejamento territorial coletivo requer pensares e fazeres com mais sabedoria e menos tecnologia moderna imperante. As contradições de desejos presentes entre os indivíduos sociais do Assentamento, até certo ponto, proporcionam possibilidades projetivas à existência do lugar com sustentabilidade territorial. Os debates e os diálogos com relações humanas de respeito auxiliarão para o equilíbrio dos desejos entre os mais experientes com os menos experientes, buscando, conjuntamente, encontrar as soluções, contemplando a maioria. Avalia-se que a projeção do futuro território coletivo necessita novas reflexões acerca das subjetivações de consumo criadas pela máquina capitalística, num tom de reavaliação.

6.1.2 A reconstrução territorial intermediada pela sustentabilidade dos humanos e dos aspectos orgânicos e inorgânicos

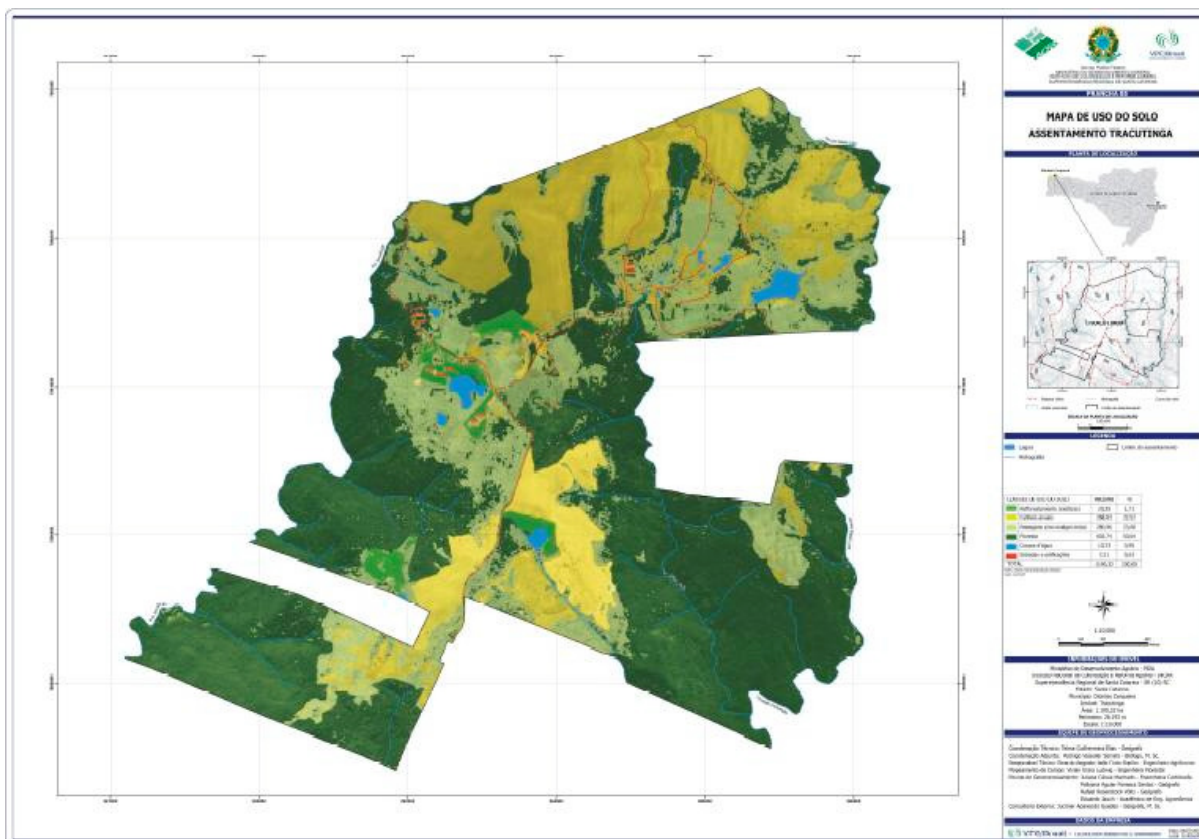
Desde o início da reconstrução do território os indivíduos sociais decidiram que não poderiam caçar e nem cortar árvores desnecessariamente. Essa preocupação esteve vinculada com a produção de alimentos diversificados, objetivando atender, inicialmente, os interesses internos e, após isso, produziriam de acordo com os anseios do mercado. Buscaram conciliar a atividade agropecuária com produção e consumo, sem degradar, poluir e contaminar o ambiente ecológico.

6.1.2.1 Práticas de atividades agrícolas que respeitam os hominídeos e os elementos físico-naturais

Acreditamos que o lugar construído passou a ser percebido pelos atores sociais assentados, como um lugar de pertencimento em que a vida estaria garantida da maneira como encaminharam o processo de reterritorialização.

Os sistemas vivos são entidades autônomas, apesar deles dependerem de um meio para a sua existência concreta e intercâmbio de material; todos os fenômenos relacionados a eles dependem da forma pela qual sua autonomia é realizada. [...] essa autonomia é o resultado de sua organização como sistemas em contínua auto-produção. (MATURANA, 2002, p. 133-4).

Nesse sentido, o conhecimento do lugar composto com todas as suas dimensionalidades torna-se importante e, além de conhecer as potencialidades orgânicas e inorgânicas, ou a realidade físico-material, o convívio social permitiu o conhecimento e o reconhecimento dos humanos. Aliás, as relações sociais desencadeadas no território, ocorridas com diálogo e respeito possibilitaram que a maioria dos indivíduos sociais adquirisse confiança em seu próprio eu. O estabelecimento da confiança no outro e no nosso eu e a confiança de pertencimento a um lugar e seu entorno, com dignidade, são imprescindíveis ao complexo do viver.



Mapa 3 – Mapa de uso do solo do Assentamento Tracutinga (ANEXO D).
Fonte: MDA - INCRA - Superintendência Regional de Santa Catarina, 2007.

Por meio das manifestações registradas, anteriormente, temos uma noção da forma como os assentados pensam e como vislumbram o futuro do território, independentemente de faixa etária ou de gênero humano. Continuamos apresentando a realidade territorial adquirida por nós, observando, ora, individualmente, e, em outros momentos, conjuntamente, com algum ser humano do local, e parte significativa da realidade foi identificada através do diálogo. Perguntamos para 20 pessoas, se conheciam toda a área territorial do assentamento

correspondente a 1.190,32 hectares, de acordo com o Mapa 3, podendo ser melhor visualizado na versão original (ANEXO D). Pelas respostas anunciadas percebe-se que nem todos conhecem toda a área, mas quase a unanimidade conhece a maior parte da área e destaca a existência de muita mata e água superficial.

Neste caso, foram ouvidos apenas os adultos e não as crianças por entender que as crianças, ainda estão vivendo a infância delas numa realidade territorial mais restrita, e, o importante a ser aqui destacado é se os que atuam no processo produtivo conhecem o território na sua totalidade, e se esse conhecimento facilita nas tomadas das decisões de planejamento. Os registros a seguir conferem as repostas por eles apontadas:

“Toda área não, tem bastante mata nas redondezas do assentamento.” (is G – f 19).

“Conheço, tem bastante água e a mata em torno de 60% ou 70%, são 1.190,32 hectares, usamos mais ou menos 300 hectares.” (is I – m 33).

“Nem toda, onde tem ladeira tem as margens, e é mantida a mata.” (is P – f 46).

“Sim, 60% de mata, muitas nascentes, quase uma por hectare.” (is M – m 20).

“Conhece, muita mata nativa (60%), e 10% da área é água.” (is S – m 22).

“Não. Mata tem, mas não é mais virgem, muita água.” (is O – m 39).

“Tem uma parte que ainda não foi, mas a grande parte conhece. Muita mata nativa rica em vertente, têm muitas.” (is U – f 53).

“Não, bastante vertente e vegetação.” (is N – f 23).

“Conheço, tem muita água, conheço muitas nascentes: essa terra é rica em água.” (is J – m 24).

“80%, bastante mata, bastante nascente, mais de 15.” (is L – m 31).

“Não conheço, mas ouço falar.” (is R – f 45).

Além desse questionamento, solicitamos que se pronunciassem, apontando o conhecimento que possuíam referente à água utilizada para o consumo da população do território. Um número reduzido desconhecia, pessoalmente, o exato local de origem da água, conforme a Fotografia 5, mas sabia que é de boa qualidade, adquirindo informação por meio daqueles que conheciam e são responsáveis pelo tratamento da mesma.

A água consumida pelos habitantes do território provém de uma nascente localizada na microbacia hidrográfica existente no próprio território, chega num depósito para tratamento por declividade e, após receber um tratamento para

reparar a má qualidade, é conduzida por energia elétrica até um depósito e, de lá, por declividade, desloca-se em direção às residências e para os locais de produção agropecuária.



Fotografia 5 - Uso do solo para a pastagem e a microbacia, contendo a fonte de água para o Assentamento.

Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2008.

A água é uma questão bem discutida. Por exemplo, aonde nasce a água é de uma fonte só, e nós compartilhamos com todos. Temos água para todas as casas, todos os aviários, frigorífico, praticamente toda a estrutura aqui, a água vem só de uma fonte. Essa água, ela tá protegida com mata nativa, tem mais de 100 metros cada lado. (is D – m 53).

Cabe salientar que a água consumida pelos humanos recebe o mesmo tratamento que a água consumida pelos mamíferos sem linguagem. Aconteceu um episódio interessante e pelo qual será possível perceber que o conhecimento, aliado à participação política com envolvimento do cidadão nas tomadas de decisão criou possibilidades para a reconstrução do território com mais qualidade de vida e com respeito aos aspectos físicos e naturais ou orgânicos e inorgânicos.

Esse ano aconteceu uma história bem interessante porque existe uma lavoura aonde a caída é para o lado da sanga. Dum lado tem gado leiteiro e do outro, lavoura. Nessa lavoura era plantado milho e soja, e esse ano estava planejado plantar soja e quando chegou a época de plantar, algumas pessoas falaram 'Não, o certo aqui é não passar veneno porque a caída é para o lado da nascente' E o pessoal da lavoura, como já estava planejado, falou: 'Não, aqui vai ser plantado soja, porque tá planejado.' E as pessoas que eram contra o plantio foram para cima da comissão da saúde, pedindo que não se plantasse com veneno, que achasse outra forma. A comissão de saúde foi tão pressionada pelos que eram contra, que acabaram pedindo pra equipe da lavoura não plantar até que não fosse discutido melhor. A equipe da lavoura foi a loucura, porque tá aprovado, tá planejado, e nós tem que cumprir o planejamento e amanhã nós vamo plantá e tal. Nós³ a princípio dizia não, mas foi planejado, porque que essas pessoas não falaram na época do planejamento e tal. A comissão da saúde falou: não plantem, vocês discutem melhor pra nós não ter problema no futuro. (is D – m 53).

Passados alguns dias, com muitas reuniões de diálogo e debate, decidiram realizar uma assembleia para discutir mais amplamente, com o objetivo de tomar a melhor decisão possível e viável para todos os habitantes do lugar.

Daí nós se obriguemo a fazer uma outra assembleia e, somente a equipe da lavoura que votou para o plantio. A equipe da lavoura ficou até brava com nós da direção, vocês agora votam contra o planejamento, mas também, todos os argumentos que as pessoas usavam em relação ao veneno, pela formação que a gente teve, pela conquista que já tem. Então nós da direção não tinha como votar contra a comissão de saúde que tanto falava, que tanto se fala, que tanto se discute esse tema. (is D – m 53).

A assembleia decidiu substituir a atividade agrícola realizada no local pela pecuária, com a criação de gado leiteiro. Com isso, o solo permanece coberto o tempo todo, evitando que o mesmo seja transportado para dentro da nascente, assoreando-a, e a não utilização de aditivos químicos para o cultivo das pastagens descarta qualquer possibilidade de contaminação por agentes estranhos às características naturais da água.

A cada mudança de estado, técnica e, por consequência, a cada mudança de territorialidade, a produção territorial é alterada e os problemas a serem enfrentados com relação ao ambiente são mais diversos. A história ecológica das relações homem-meio, das quais Marsh deu um exemplo no seu livro, poderia demonstrar que é a territorialidade do homem a responsável pela crise do ambiente. Cada estágio de mudanças gerou a sua crise através da produção do território. Para amenizá-la, o homem deveria aprender a gerir o uso que faz das coisas. Por isso, deve-se inverter o raciocínio. Não é a “natureza” que precisa ser gerida, mas o uso que dela se faz. (RAFFESTIN, 2009, p. 13).

³ O narrador fazia parte da direção da Cooperativa União e tinha a função de ouvir as partes e convocar a assembleia.

Em função das divergências mais acentuadas e com o objetivo de buscar um certo equilíbrio entre todos, decidiram, após os dois primeiros anos de convivência, criar um estatuto, ou seja, estabelecer uma normatização, conhecido pelos assentados de regimento interno. Inicialmente, iam resolvendo os pequenos problemas e conflitos, conforme surgiam, mas com o passar do tempo e com o aumento da complexidade em termos de relações sociais, definiram formalizar o regimento.

[...] uma coisa que a sociedade capitalista tem, se prega, é o orgulho. Então, o que que uma pessoa orgulhosa é? Ela pensa que sabe tudo. Não busca conhecimento porque pensa eu tô por cima. Aí então tem a diferença com uma pessoa que tem humildade. Tu tá sempre aberto a aprender novas coisas. (is C – m 22).

Para alguns superar o individualismo ou o personalismo exacerbado e decidir em/para/no coletivo é mais dificultoso e para outros se torna mais fácil, enfim, o grupo considerou, naquele momento, que a criação do regimento seria a melhor maneira para auxiliar na convivência coletiva. As duas exposições a seguir, referentes ao estabelecimento das regras no assentamento denotam significativa parte da realidade.

A primeira deposição demonstra a preocupação em existir o regimento e a crença de que um conjunto de normas escritas e registradas, tão somente, seria o suficiente para a maior durabilidade do território no coletivo.

Aquela ansiedade, e a gente dizia, depois de criar o regimento tranquilo, o problema é que não têm regimento, mas depois que tiver o regimento, aplicamos o regimento... Só que não é assim, o povo é que nem o boi, ele pula a cerca ele acha um furo, é que nem água na represa tu tranca aqui, vaza de lá, porque isso faz parte do ser humano. Se não tá preparado se desespera, que coisa, mas a partir do tempo nós vamos avançando no nível de consciência, tu vai adquirir uma consciência que nem vai precisar do regimento, ao contrário, nós tamo aumentando, ficando enorme, enorme. Hoje nós tamo refém das normas que nós criemo e que hoje eu tô muito preocupada, nós vamos ter que dar uma rediscutida porque senão as norma vão nos asfixiá. (is A – f 49).

Portanto, apenas a criação da norma sem experimentá-la e reavaliá-la não foi o suficiente para dirimir os problemas. Por outro lado, se, para alguns, as normas perturbam, para outros elas podem se transformar em hábito, em costume e são necessárias para o território.

A questão de ser honesto, de não mexer nas coisas do coletivo, isso é importante, tipo assim; de tu não respeitá as coisas do coletivo é importante. Respeito é importante. Aquilo que define o pessoal, o grupo, tem uma norma ou uma lei ou coisa assim, tem que respeitá elas, elas não são um terror pra tu não respeitá elas. E precisa dessas regras sim. Pra muita gente

o regimento é uma pressão, pra muitos não é uma pressão. Que nem esses dias uma mulher pegou uma caixinha de bombom pra distribuí pras criança, daí a outra mulher disse, mas tem que ser discutido. A outra, tem que tá sempre discutindo? Pra ela é uma pressão discutí e pra outra não é... É necessário discutí, pra muitas famílias o regimento é uma coisa que eles ajuda defini, vai aprová, às vezes aprova e eles segue em vista a questão, pra muitos não, pra muitos eles foge um pouquinho da linha. A maioria cumpre as regras e apenas uns 10% tem dificuldade de cumpra algumas normas. (is B – m 50).

Continuando com o modo de pensar desse depoente, as normas no território foram discutidas e precisam ser discutidas por todos, buscando dificultar as relações de poder entre os assentados que podem ocorrer no cotidiano das pessoas, às vezes, na mesa das refeições. A criação de um conjunto de normas significaria boicotar as injustiças e promover a justiça, ao mesmo tempo. Segundo esse indivíduo social as normas ajudam a pensar e formar consciência e que os jovens têm mais facilidades, ao passo que os mais idosos apresentam mais dificuldades para seguir a normatização.

A ação do coletivo referente ao respeito com a água, anteriormente descrita, é um exemplo da real situação de como ocorrem as decisões. Porém antes, existem as discussões por meio de um processo de relacionamento humano, buscando encontrar um equilíbrio entre a necessidade da sociedade com a capacidade dos elementos da natureza. Apareceram dois conhecimentos, um tanto antagônicos, para o planejamento do mesmo território, em que não é possível definir o grau de importância de um ou de outro, porém o processo de discussão e a possibilidade de conseguir opinar foram significativos para a tomada de uma decisão. Podemos concluir que, quanto maior for o envolvimento dos atores sociais num planejamento territorial, desde as discussões, maior será a possibilidade de comprometimento dos indivíduos sociais para transformar a proposta ou sugestão numa ação prática.

Na verdade, só podemos compreender como a pessoa chega a apresentar tal sintoma, se compreendermos todas as articulações que a levaram a isso. Não é nada misterioso, há muitos fenômenos dessa mesma natureza. A poluição é um exemplo: ela pode ser medida por instrumentos de análise química, mas isso não quer dizer que a poluição é causada somente por uma cadeia de reações químicas. A poluição é também um modo de conceber a vida, a produção e o conjunto de sistemas de valores humanos; e tudo isso pode muito bem se encarnar num sintoma particular. A “doença poluição” é um sintoma, mas se quisermos analisá-la e tratá-la somente enquanto sintoma, estaremos falhando totalmente. Com a doença mental, passa-se o mesmo. É preciso ter cuidado para não tomar o sintoma pelo próprio mal. (GUATTARI, 2005, p. 299).

Verificamos que os resultados obtidos na reterritorialização do assentamento permitem a construção da aprendizagem e sua reconstrução, ao mesmo tempo,

criam-se possibilidades para se reverem os equívocos que se cometem, em termos de planejamento com sustentabilidade social e natural. Surge então, a necessidade do bom senso, da superação da intransigência, da reflexão com humildade, por exemplo “[...] eu tava me lembrando hoje de manhã, onde tava nosso erro, tem um erro de percurso aqui dentro.” (is A – f 49). O território reterritorializa-se numa mistura de entendimentos, percebendo-se, ainda, a influência que a máquina capitalística exerce sobre as consciências humanas.

A comunidade, na discussão, busca se contrapor aos interesses do mercado e encontrar as melhores propostas políticas para a reterritorialização, acreditando que, por meio dos embates teóricos, confrontando os diferentes pensamentos que, ainda, continuam provocando conflitos de subjetivações, superem-se as distâncias de grau de interesse num processo de reconstruções com novas subjetivações.

É assim que funciona aqui. Muitas vezes, principalmente no início, não é fácil. Não pode chegar e radicalizar. Tu tem que ir gradativamente, fazer um cantinho, pra demonstração, comprovar que funcionou, perguntar se podemos fazer mais. É assim que funciona. É um passo de cada vez. Agora se chegar e dizer, vamos mudar simplesmente... Por exemplo: até hoje se plantava com agrotóxico 100 hectares de milho. O ano que vem não vai ter nenhum com agrotóxico. E se tu tenta fazer uma coisa grande e fracassa, no próximo ano, ninguém mais quer saber. Então se tu fizer um hectare e deu bem, então no próximo ano amplia pra cinco e quando tu vê, tem a produção total, gradativamente, e traz toda pra parte agroecológica. (is C – m 22).

Alguns possuem mais habilidades para conduzir o debate, transformando o mesmo em diálogos comunicativos. Utilizam muito diálogo para resolver os pequenos conflitos emergidos nas relações do cotidiano, as chamadas picuinhas. Entendem que as relações sociais de trabalho são uma parte das dificuldades de convivência no coletivo, mas os conflitos pessoais, interpessoais e intrapessoais, também merecem o mesmo cuidado ou precisam ser abordados com cautela.

Segundo um jovem que conviveu entre os diversos experimentos, desde o território do acampamento, e que, atualmente, atua de forma mais intensa no processo de reterritorialização, não é possível, para quem está convicto de uma mudança impor o que pensa, pois palavras sem resultados práticos são mais difíceis de serem aceitas. Nesse sentido ele afirma que

Muitas vezes, se tem uma resistência por parte das pessoas que já estavam, que mantinham aquela forma a anos, você vai ter que se adaptar a isso e tentar entrar num consenso com esta pessoa. O que é o ideal a fazer quando tu volta de um curso, seja qual for: o agricultor chamou o técnico com um problema, deu isso, vamos supor, numa vaca. A primeira coisa que você deve pedir pra ele é o que ele acha que é. Então ele já fala sobre o que aprendeu, falando dos sintomas, e dá sua opinião. É febre

amarela, é anemia, é o que. Então, após ele ter dado o que ele acha que é, você dá o teu conceito técnico. E por final, faz uma relação das duas opiniões e entra num consenso. Então podemos fazer dessa forma? Tranquilo? Vai melhorar? Beleza. (is C – m 22).

Essa manifestação esclarece um pouco mais o processo em que se constituíram e se reconstituem as consciências, ou seja, as territorialidades humanas do lugar, numa passagem de um modo de pensar e de agir para um outro. Torna-se difícil estabelecer uma homogeneização em termos de conhecimentos e de modos de pensar e de agir entre os atores sociais do território do assentamento, pois as histórias de vida de cada indivíduo se diferenciam, de acordo com os contextos e circunstâncias pelos quais cada um perpassou na sua individualidade. “Todo ser humano, enquanto um sistema autopoietico, é único.” (MATURANA, 2002, p. 165). Nas diferenças individuais, no vosso modo de pensar, residem as propostas sugestivas para o reterritório enquanto lugar de pertença, porém isso requer muito diálogo, muita troca e muitas superações individuais.

Exercitar e experimentar se tornaram, quase que, uma norma cotidiana, em todas as ações sociais, materiais e imateriais, e, além do experimentar, necessitam observar, avaliar, reavaliar o processo e os resultados, pois

[...] nós estamos num outro modelo, bem capitalista. Um modelo ativo mesmo. Produção e consumo em alta escala. Muitas coisas que eles falam, que eles falavam pra gente era ignorado, era passado. ‘Esse passado de vocês assim é atrasado’. Pode ver que a juventude usa muito essas palavras. E que você está chegando ao nível tanto na produção quanto na convivência, que vai ter que voltar lá. Vai ter que voltar, retornar as atividades primárias, de plantar... O ato de plantar, de colher, de como viver, desde as drogas e coisa, que vai chegar a um nível, creio eu, que se a gente não retornar a esses princípios, não ir atrás, não recuperar essas culturas, a gente vai acabar seja com o planeta, seja com tudo, por que não tem mais quem conviva com essa forma que está aí, seja na sociedade, de consumo, de tudo. (is C – m 22).

Desta maneira, o território torna-se num espaço de identificação de um grupo de seres humanos: capitalísticos, um pouco, e, hominídeos linguajantes emocionais, outro pouco, porém sem capacidade de serem mensurados racionalmente, o quanto de um ou quanto de outro. Os atores sociais buscam unir os saberes populares com os conhecimentos técnicos para a produção econômica, ao passo que os experimentos servem para a construção da consciência humana. Essa gama de saberes, de conhecimentos técnicos e de desejos resulta dos diálogos entre os atores locais e os externos, em que o MST, por um período de tempo, tornou-se num balizamento político e cultural mais significativo que na atualidade. Portanto, é notório que os atores sociais do território local, ao mesmo tempo, que se

reenergizam com o aconselhamento do MST, eles juntamente com os demais assentados rurais do Brasil, sustentam e revitalizam o MST, reunindo e divulgando os resultados obtidos por meio dos diversos experimentos, advindos do trabalho com a terra.

6.1.2.2 A alimentação com cuidado coletivo constitui a identidade cultural dos indivíduos sociais do campo

A identidade no lugar foi se constituindo de passado, presente e futuro, e jamais estará acabada, num lugar de pertencimento em função das respostas que os humanos foram encontrando para seus conflitos e suas inseguranças.

Sobre a questão da identidade, a gente tem uma tendência de reproduzir o velho, então assim, a gente não cria a própria comida, a comida é aquela que a tua mãe fazia, tu tempera o salame como o teu pai temperava, as próprias casas com porão é uma coisa histórica, então assim, ao mesmo tempo é um saudosismo, mas é uma coisa saudável, é uma coisa lá do teu nono, o homem cria muita coisa, vai criando, mas a tua tendência é reproduzir ou fazer a casa como tu viu em tal lugar, a gente tem uma identidade meia mesclada, é uma tendência, eu acho que é natural, não sei, parece que tu se sente bem quando revive uma coisa do passado. Eu não acho ruim, eu to dizendo, que falando de identidade, a gente não tem uma identidade própria, a gente é uma cópia do, a gente reproduz uma coisa, é uma mescla, tem coisas que você reproduz que você cria, mas é mais uma coisa do passado que influencia na sua personalidade, no seu gosto... Então não é uma coisa assim, nós criamos a nossa identidade, não existe, ela é uma influência das nossas culturas, através da identidade da Cooper União é o coletivo. (is A – f 49).

A análise realizada por esse ator social revela como percebem a identidade de todos os assentados no território Conquista na Fronteira. Buscam construir suas identificações com o que denominam de coletivo, ou seja, a reterritorialização enquanto consequência das relações sociais e socionaturais, com o maior respeito possível ao complexo do viver. Desde o início da organização do movimento social do campo desejavam conquistar um lugar para viver e uma das primeiras preocupações estava relacionada com a alimentação.

[...] enquanto o agronegócio organiza o seu território para a produção de mercadorias, dando ênfase a esta dimensão territorial, o campesinato organiza o seu território para realização de sua existência, necessitando desenvolver todas as dimensões territoriais. [...] A mercadoria é a marca do território do agronegócio. A diversidade de elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela maior presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que elas constroem

suas existências e produzem alimentos. Gente, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem do território camponês. Portanto, a educação possui sentidos completamente distintos para o agronegócio e para o campesinato. (FERNANDES, 2006, p. 02-03).

Entendem que devem utilizar o termo alimentação ao invés de subsistência, pois a terra, para os assentados, antes de ser meio de produção, é fonte de alimento. Além disso, as imposições capitalísticas estão interessadas no acúmulo de capital e, para tal, exploram os elementos da natureza como fonte de lucro, adotando maneiras desequilibradas e degradantes. Conquistar o alimento, para o camponês, antes de tudo, significa independência do mercado e dos produtos tecnificados, industrialmente, e, com isso, vai se provocando um enfraquecimento da máquina capitalística, a grande responsável pelas desigualdades sociais e espaciais.

A Tabela 2 apresenta dados, identificando a qualidade do consumo de alimentos e a origem ou a procedência dos mesmos. De maneira aleatória, foram entrevistados 20 assentados e assentadas do território, com idade variando entre 19 e 53 anos de idade, de diferentes famílias, na tentativa de caracterizar o tipo de alimento que é utilizado nas refeições diárias. Ao entrevistar, o inquirido respondia assinalando o alimento, previamente listado. A nossa curiosidade referia-se à procedência do alimento, se era comprado, externamente ao assentamento, ou fabricado/produzido no assentamento. No caso dos alimentos vegetais consumidos in natura, se os mesmos eram cultivados, pelos assentados. Ainda, identificamos a origem dos animais fornecedores de carne e outros derivados para o fabrico de alimentos de origem animal, que estavam sendo criados no local. Tomamos como parâmetro a cesta básica nacional definida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁴ para elencarmos os tipos de alimentos a serem identificados no território, como: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, óleo, manteiga. Além daqueles que compõem a cesta básica, incluímos outros que já havíamos identificado no local, anteriormente à realização da entrevista.

Verificamos que a maior parte dos alimentos consumidos no território possui origem no local, conquistado por meio da atividade agropecuária, com exceção do

⁴ DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - <http://www.dieese.org.br>.

sal, do café, óleo vegetal, margarina, farinha de milho e trigo, que, em parte, são comprados no mercado. As farinhas de trigo e milho são adquiridas em moinhos, em que a cooperativa fornece a matéria-prima e a indústria transforma-a em subproduto.

Tabela 2 - Alimentação e derivados consumidos no Assentamento Conquista na Fronteira e sua origem, em 2008.

Alimentos	Origem interna (coletivo)	Origem externa (compram)	Feito em casa e cultivado	Não Usa
Açúcar	11	9		
Alho	10	10		
Amendoim	18		2	
Arroz	17	3		
Batata doce	20			
Batatinha	10	10		
Bolachas			20	
Bolos			19	1
Café		20		
Carne	20			
Cebola	10	10		
Cuca		1	19	
Erva-mate	18	2		
Ervilha	15	1	2	2
Farinha de milho	19	1		
Farinha de trigo	19	1		
Feijão	20			
Fermento		10	10	
Frutas	8		12	
Gordura animal	20			
Legumes	19		1	
Leite	3		17	
Manteiga			10	10
Margarina		8		12
Massas			20	
Mel de abelha	20			
Milho verde	19		1	
Nata	1		19	
Óleo vegetal		20		
Outras bebidas		20		
Ovos	20			
Pão			20	
Pipoca	18		2	
Presunto			2	18
Queijo	2	1	17	
Sal		20		
Salame			20	
Sobremesas			20	
Suco e chá		2	18	
Tempero	11		9	
Verduras	19		1	

Fonte: Entrevistas realizadas com indivíduos sociais do Assentamento Conquista na Fronteira, em setembro de 2008.

O Gráfico 1 permite um melhor discernimento no que diz respeito à origem dos alimentos consumidos no Assentamento Conquista na Fronteira.

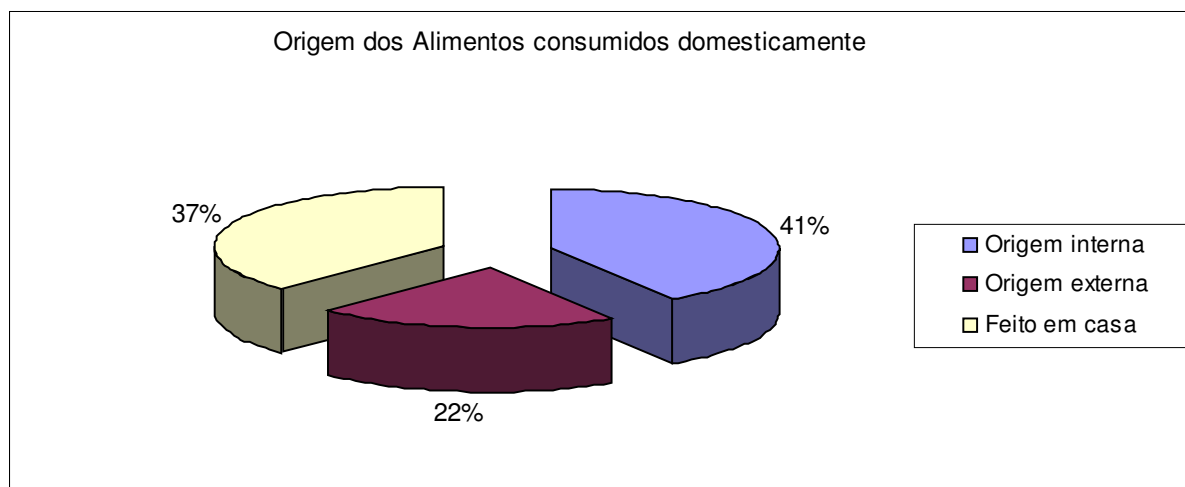


Gráfico 1 - Alimentação e derivados consumidos no Assentamento e sua origem.

Fonte: Entrevistas realizadas com indivíduos sociais do Assentamento Conquista na Fronteira, em setembro de 2008.

Tentaremos analisar os tipos de alimentos, classificando conforme a origem física, bem como a procedência de constituição do alimento: vegetal, animal ou feito/fabricado. Para essa finalidade nos apoiamos em Bressan⁵ e sua sugestão ao indicar o uso de uma pirâmide alimentar, que pode ser visualizada no Anexo E, e os níveis e grupos que a mesma possui de acordo com o grau de importância às necessidades do corpo humano alimentado saudavelmente.

6.1.2.2.1 Cultivo de vegetais para a alimentação dos assentados

⁵ Segundo a legislação vigente em nosso país, a "Pirâmide Alimentar é um instrumento, sob a forma gráfica, de orientação da população para uma alimentação mais saudável". (RDC nº39, de 21 de março de 2001). Ela constitui um guia para uma alimentação saudável, onde você pode escolher os alimentos a consumir, dos quais pode obter todos os nutrientes necessários, e ao mesmo tempo, a quantidade certa de calorias para manter um peso adequado. A pirâmide possui 4 níveis com 8 grandes grupos de produtos, de acordo com a sua participação relativa no total de calorias de uma dieta saudável. Os alimentos dispostos na base da pirâmide devem ter uma participação maior no total de calorias da sua alimentação, ao contrário dos alimentos dispostos no topo da pirâmide, que devem contribuir com a menor parte das calorias de toda a sua alimentação. Cada grupo de alimentos é fonte de nutrientes específicos e essenciais a uma boa manutenção do organismo.

A parte do território definida ao cultivo de vegetais destinados à alimentação humana não recebe mais aplicações de aditivos químicos, apenas os agroecológicos. O assentamento cultiva os cereais como o milho, arroz, pipoca, bem como os tubérculos e raízes (mandioca, batata doce, batatinha e outros, como a cebola e o alho), dependendo da estação climática do ano, necessitam comprar, principalmente a batatinha, a cebola e o alho. De posse da farinha de trigo, fabricam em casa o pão e outros derivados como cucas, bolos, bolachas, macarrão e outros alimentos similares. O mesmo ocorre com a farinha de milho, é utilizada para a fabricação de pães, bolachas e, principalmente, para a confecção da polenta, comida típica dos descendentes de italianos. O milho, além de outras funções, também é consumido *in natura*, cozido na água e sal ou refogado com gordura animal (porco), adicionando nele, tempero verde. Dentre os alimentos que compõem o primeiro nível, ou seja, a base da pirâmide alimentar, parte significativa do que está sendo consumido é cultivada pelos assentados no território local.

O segundo nível da pirâmide alimentar é composto por dois grupos formados pelas frutas e hortaliças e, pelo que se percebe na tabela número 02 (de alimentos), os assentados atribuem um significado muito especial às hortaliças e às frutíferas, com espaços definidos no coletivo para o cultivo das mesmas. Além disso, a maioria deles cultiva frutíferas e, um número elevado, cultiva hortaliças no entorno das moradias. A horta coletiva, até o início de 2009, estava sob a responsabilidade de duas mulheres que coordenavam o processo produtivo, desde o preparo do solo até a distribuição das hortaliças.

A partir de fevereiro deste ano, dois jovens do gênero masculino, assumiram o compromisso de dar continuidade à organização da horta comunitária, segundo comentários, os mesmos estão muito motivados em atuar nessa atividade de cultivo alimentar.

Os legumes e as verduras abastecem todos os habitantes do assentamento, em quantidades suficientes, pois cada família que deseja comer esses alimentos, pode se dirigir à horta do coletivo, pela parte da manhã e à tarde, com o auxílio de um dos responsáveis, como retrata a Fotografia 6, colher e levar para casa o necessário.

Relacionado às hortaliças, existe uma classificação mais rigorosa e complexa, porém consideraremos os termos, popularmente utilizados para os alimentos cultivados na horta, ou seja, os legumes e as verduras. Dentre as quais podemos destacar as vagens, cenoura, beterraba, rabanete, nabo, tomate, ervilha, repolho,

alface, couve, brócolis, chicória, espinafre, rúcula e outros. Também são cultivadas várias espécies de tempero na horta coletiva.



Fotografia 6 - Indivíduos sociais distribuindo hortaliças do coletivo do Assentamento.
Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2007.

Além de frutas por eles colhidas e consumidas, como a jabuticaba, a pitanga, a cereja, o pinhão e outras espécies nativas, são cultivadas frutíferas num espaço reservado pelo coletivo para essa finalidade. As cítricas são as espécies de maior preferência, além do pêssego, ameixa e outras. Consideramos, também, a abóbora, a moranga e a melancia, frutas cultivadas pelo coletivo no assentamento. Portanto, a maioria das pessoas cultiva mais de uma espécie de frutas no entorno de suas casas.

O terceiro nível da pirâmide alimentar constitui-se de vegetais cereais, leguminosas e oleaginosas, e os demais grupos desse nível são compostos pelas carnes e ovos, leite e produtos lácteos e todos os derivados dos animais. O grupo dos açúcares e doces e dos óleos e gorduras formam o quarto nível. Alguns nutricionistas também incluem nesse nível as massas em geral. O óleo vegetal é comprado fora do território do assentamento.

Vinculando o que está contemplado na pirâmide alimentar utilizada como parâmetro, nos níveis três e quatro, com os alimentos consumidos no território do assentamento, verificamos que são cultivados os vegetais e criados os animais que fornecem os alimentos consumidos *in natura* ou a matéria-prima para fabricar a maioria desses alimentos e apenas alguns são adquiridos no mercado regional. Costumeiramente, as leguminosas são incluídas entre as hortaliças, porém pela classificação da pirâmide elas aparecem no nível três, juntamente com as carnes, ovos, leite e seus derivados e, nesse sentido, além daquelas cultivadas na horta pelo coletivo, como a ervilha, o feijão de vagem e outras, também foi identificado o cultivo, em maior escala que os demais, do feijão preto, principalmente, e do amendoim. Além das leguminosas, os assentados consomem, em maior escala, carne de frango, gado bovino, porco e peixe, além de ovos e leite com seus derivados. Os animais produtores desses alimentos são criados pelos assentados no território. Cabe destacar os resultados conquistados no Assentamento com a fabricação de inúmeros alimentos derivados da carne, leite e ovos, principalmente.

6.1.2.2 Criação de animais domésticos para a alimentação dos assentados

A carne de porco é consumida *in natura*, e com uma parte dela, fabricam-se salame ou linguiça, morcela, porém as formas como a mesma é utilizada, particularmente, varia de acordo com a cultura de cada um. A carne, a gordura animal e os torresmos são fornecidos pelo coletivo. Além disso, cada um, de posse da matéria-prima (carne de porco), fabrica os demais derivados, de acordo com seus costumes. Todo mês são carneados (abatidos) inúmeros porcos, um número suficiente que proporcione, aproximadamente, em torno de 1.000 quilos de carne. As ações para atingir esse objetivo são desenvolvidas pelo coletivo, envolvendo em cada ocasião, mais ou menos 20 pessoas, desde o transporte para o local da carneação até a distribuição da carne e derivados. É distribuído de acordo com as necessidades de consumo de cada família. Segundo a identificação dos alimentos não aparece o consumo de presunto, exceto em dois casos, porque fazem algo semelhante ao presunto, em casa, com a utilização da carne de porco.

A carne de frango, tanto quanto a carne bovina, é consumida *in natura*, cozida na panela, particularmente, ou pelo tradicional churrasco comunitário, além de outras

formas, variando conforme os hábitos particulares. Os ovos de galinha são consumidos *in natura*, em forma de omelete e outros, servindo, também, como ingrediente para fabricar inúmeros alimentos derivados da farinha de trigo, dentre os quais podemos destacar: pão, cuca, bolachas, macarrão, bolos e outros. A carne de frango permanece conservada no frigorífico e, conforme o grau de interesse, cada qual requisita a quantidade que lhe convier. De acordo com a necessidade do coletivo, os bovinos são abatidos, semelhante ao que ocorre com os porcos, alternando apenas o período de um mês para 60 dias.

Outro tipo de carne consumida no território é a de peixe, animal criado em forma de cativeiro nos vários açudes existentes com dimensões, variando entre pequenas extensões até próximo a 03 hectares de área, aproveitando as condições físicas e biológicas disponíveis no local, pois da área total, 10% é composta por água superficial. Segundo o entrevistado (is C – m 22), a partir do último planejamento voltaram a reabilitar todos os açudes construídos, convencendo-se da importância do peixe para a alimentação e para o comércio.

A criação de peixe não tem custo alto de produção, podendo aproveitar a visceração do frigorífico de frangos e dos abates de boi e de porco. As vísceras passam por um processo de caldeira para o cozimento. Posteriormente, são misturadas com outros ingredientes vegetais, temperados com sal, transformando-se em alimento para os peixes.

As principais espécies criadas nos açudes são a húngara, cabeça grande, carpa tilápia, espécies de pacu e dourado. Uma vez por mês, os peixes são pescados e distribuídos entre os assentados interessados, podendo, o período, estender-se um pouco mais de um mês para a realização da pesca coletiva. Estima-se que estão à disposição do coletivo, para serem pescados, em torno de 100 toneladas.

Dependendo do desejo, ficam abertas as possibilidades para quem se interessar em pescar nos açudes, a exemplo da Fotografia 7, que ocorre, geralmente, nos finais de semana. Além dos açudes, tendo em vista a preservação da mata ciliar, os córregos que percorrem o território oferecem algumas variedades, como o jundiá, lambari e outros peixes nativos, que podem ser pescados, somente utilizando o anzol. O consumo de peixe no assentamento varia muito de acordo com o hábito de cada família, entretanto, nem todos consomem a carne de peixe.



Fotografia 7 - Indivíduos sociais pescando no açude do Assentamento.
Fonte: Arquivo Cooper União, 2006.

Os porcos e o gado bovino de corte são criados apenas para o abastecimento interno e não para o mercado ou para a indústria. No entanto, além da produção para o consumo interno, uma grande quantidade de frangos é industrializada no local e comercializada no mercado regional. Além da produção de frangos, criam galinhas para a produção de ovos, sendo que os ovos coletados no assentamento, nos períodos em que se recolhe mais que a capacidade de consumo interno, também são comercializados. Também, criam vacas de leite ou gado leiteiro, na expressão moderna, com o intuito de produzir leite para ser comercializado com a agroindústria, destacando que a agroindústria é um patrimônio de algumas cooperativas construídas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Oeste de Santa Catarina.

O leite, na atualidade, é produzido para ser comercializado, a exemplo da produção de frangos, mas no início da reconstrução do território as vacas que possuíam tinham a função de fornecer leite somente para atender às necessidades básicas de alimentação dos assentados. O leite é consumido *in natura*, juntamente com o café e, dele, ainda se extrai a nata para consumo imediato e para a

fabricação da manteiga. Tanto o leite quanto seus derivados são utilizados como ingredientes para o fabrico de outros alimentos. O queijo fabricado, internamente, é outro derivado do leite, muito consumido entre a maioria dos assentados. Enfim, o leite aparece em todas as mesas dos habitantes do território, introduzido em inúmeros outros alimentos, tanto doces quanto salgados, que resultam de ações culinárias criativas de cada ser na sua individualidade.

Cada família, na sua particularidade, pode possuir uma vaca de leite e alguns porcos para a criação individual. Percebemos que alguns possuem, também, coelhos, codornas, abelhas nativas e outros. Além de utilizar a carne e derivados para o consumo podem comercializar com pessoas interessadas pelo produto. Independentemente de ter esses animais, ou não, todos podem adquirir os alimentos produzidos no coletivo, sendo que o valor devido pela aquisição dos mesmos é descontado das horas trabalhadas, individualmente, para a cooperativa. Em diálogo com uma descendente de nativo, a mesma afirmou que era difícil viver sem a presença da terra, das árvores próximas dela ou sem ter a possibilidade de criar animais, afirmando que “isso daí faz parte da nossa vida, vem de gerações passadas.” A outra expressão ouvida anda na mesma direção: “É prá não perder o vício” permite entender que os indivíduos sociais assentados possuem o desejo de criar animais ou de cuidar de plantas e conviverem com esses elementos, bem próximos deles. Alguns poucos possuem cachorros e gatos. Torna-se difícil explicar a relação que o humano possui com a natureza, mais fácil é sentir.

6.1.2.2.3 A origem dos alimentos com maior teor energético consumidos pelos assentados

No quarto nível da pirâmide alimentar aparecem os grupos dos óleos e gorduras, dos açúcares e doces. A maioria das famílias utiliza na sua prática alimentícia, a gordura animal (banha)⁶, fabricada com as partes gordurosas do

⁶ A banha é extraída, artesanalmente, com o aquecimento do toucinho em tachos de metal. O processo de aquecimento do toucinho provoca a separação da gordura que se torna líquida. A gordura é retirada do tacho ainda quente, coada e armazenada em recipientes de metal até o seu resfriamento e solidificação, estando disponível a ser utilizada.

porco, também conhecida como toucinho. A parte sólida do toucinho, após o seu cozimento é prensada, transformando-se em torresmo e consumida, em parte, pelos assentados em forma de alimento.

A gordura animal tem preferência na cozinha dos assentados, pois o óleo vegetal, principalmente o de soja, é utilizado, basicamente, para temperar as saladas e fazer maionese. A nata feita em casa é outra gordura muito consumida no território, mas a margarina, também aparece nos alimentos identificados na tabela 02, em que menos da metade dos entrevistados consome esse produto adquirido no mercado.

Os açúcares e doces estão presentes na dieta dos indivíduos sociais do território Conquista na Fronteira, alguns fabricados no local e outros são comprados fora do assentamento. O açúcar, industrializado ou fabricado, artesanalmente, é o principal destaque desse grupo e o mesmo é muito utilizado na alimentação, desde o café da manhã até a fabricação de doces em geral, sendo que, uma parte do açúcar consumido, é adquirida no mercado externo e outra é produzida internamente. Percebe-se, também, que consomem muitos doces como a sobremesa, doces à base de amendoim, bebidas artesanais (sucos e refrigerantes), geleias, além de outros, feitos por eles mesmos em suas casas. O mel, oriundo da criação de abelhas exóticas do coletivo e de abelhas nativas criadas, particularmente, também é um doce consumido no local, e a sobra do mesmo pode ser comercializada. Também consomem refrigerantes em momentos de comemorações comunitárias. Esses então, são comprados.

6.1.2.2.4 O café e a erva-mate consumidos pelos assentados

Na lista de alimentos, incluímos, também o café, o fermento para pães e bolos e a erva-mate. O café advém do mercado. O fermento utilizado para o fabrico de pães, cucas, bolos, bolachas e outros similares, no período frio do ano, adquirem no mercado e, nas estações que proporciona temperaturas mais elevadas, fabricam o fermento em casa, conservando-o por prazo médio para que possam utilizá-lo. Em alguns momentos, talvez por descuido, o fermento desfaz-se e, neste caso, o mesmo é requerido na vizinhança.

A erva-mate, ao contrário do café, além de fazer parte da cultura da maioria dos assentados, as condições morfológicas e climáticas regionais proporcionam condições muito favoráveis para a existência desse vegetal. Esse elemento biótico, associado à araucária, compõe a paisagem natural de parte significativa do território meridional brasileiro, não diferindo muito do território do assentamento. Quando ocuparam o território já existiam inúmeros pés de erva-mate, inclusive ela fez e continua sendo parte do planejamento econômico para o desenvolvimento local. “A erva-mate nativa existia 12.000 pés quando nós chegemo, então tem mais de 100.000 que a gente plantou.” (is C – m 22). Na avaliação desse indivíduo social poderá existir em torno de 120.000 pés de erva-mate no território, permitindo, dessa maneira, que parte dela possa ser extraída e comercializada com ervateiras da região. Parte do débito da ervateira para com o assentamento é ressarcida em erva-mate industrializada para que os assentados possam saborear o chimarrão.

6.1.2.3 A origem das energias auxiliares consumidas pelos assentados

Durante as entrevistas para identificarmos a qualidade dos alimentos consumidos, também solicitamos que se manifestassem para verificar a origem da energia auxiliar consumida no território, focalizando a energia elétrica, o gás de cozinha e a lenha, de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 – Energias auxiliares consumidas no Assentamento Conquista na Fronteira e suas origens, em setembro de 2008.

Produto	Origem interna	Origem externa
Energia elétrica		20 compram
Gás de cozinha		20 compram
Lenha	Produzida no coletivo	

Fonte: Entrevistas realizadas com indivíduos sociais do Assentamento Conquista na Fronteira, em setembro de 2008.

A energia elétrica, além de ser consumida nas moradias, passou a ser um produto necessário, principalmente, na atividade pecuária, mais especificamente na produção de leite e frango. No estábulo o sistema de ordenha está auxiliando a força dos humanos na extração e conservação do leite, além da iluminação artificial nos períodos sem claridade. Nos aviários, onde são produzidos os frangos, foi

introduzida uma tecnologia que requer a energia elétrica, primordialmente para manter claridade, ininterruptamente, de mais ou menos 50 dias, dos frangos. O aviário, onde tratam as galinhas poedeiras, contém energia elétrica.

A energia elétrica também é consumida para a industrialização e conservação dos frangos, na ferraria e oficina de maquinários, na fabricação de ração animal, no minimercado, na escola, no alojamento, no posto de saúde, no centro administrativo e no clube de recreação comunitária. A mesma, também, é utilizada para conduzir a água da estação de tratamento até o depósito para a, posterior, distribuição.

O gás de cozinha que aparece na tabela como um dos produtos consumidos por todas as pessoas entrevistadas, também é comprado no mercado externo, porém, o fogão a gás, entre os assentados não tem o mesmo crédito que o fogão a lenha.



Fotografia 8 - Fogão a lenha numa moradia do Assentamento.
Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2007.

O fogão a lenha possui um significado singular entre os assentados, com possibilidades de ser utilizado para o preparo ou cozimento e preservação térmica dos alimentos servidos nas principais refeições diárias, como mostra a Fotografia 8,

e ao mesmo tempo, representa um ponto de encontro. Costumeiramente, no entorno do fogão, principalmente nas primeiras horas do dia, antes de ser servido o café da manhã, ocorrem os diálogos entre os indivíduos sociais da família. Forma-se a popular roda de chimarrão, em que a chaleira sobre o fogão a lenha mantém a água aquecida na temperatura ideal, constante, para servir o mate amargo. Parece ser um pouco místico, também no inverno, pois colabora com o aquecimento da cozinha e, em extensão, da casa como um todo, tornando-se um lugar mais aconchegante nos períodos mais frios do ano.

Além do cotidiano entorno do fogão a lenha, existem outras atitudes cotidianas, contemplando encontros e diálogos. O comentário a seguir é uma espécie de um diário de bordo escrito por nós no final de um dia de estada no território do assentamento, pois consideramos oportuno introduzi-lo nas análises referentes ao cotidiano e à realidade do território. Tentamos descrever a cena que se apresentava em nossa frente, ao caminharmos em direção ao alojamento do assentamento no momento em que a mulher responsável se preparava para fazer o almoço que seria servido aos visitantes do Assentamento.

Dona Maria transportava um balde, repleto de verduras, legumes e temperos que havia colhido na horta comunitária; os mesmos seriam utilizados para fazer o almoço. Entramos no alojamento e passamos a dialogar, enquanto ela, na pia, lavava as hortaliças e preparava os demais ingredientes, necessários para o almoço. Perguntei a ela qual seria sua preferência com relação ao uso de fogão, a lenha ou a gás, e, prontamente, respondeu-nos que a comida feita no fogão a lenha fica melhor, além de não ser apurado demais. Dialogamos sobre diversos assuntos, inclusive a respeito das novas casas, construídas, recentemente, e que melhorou, significativamente, a qualidade de moradia para os assentados. Minutos depois, o Marcos se aproximou da cozinha, sentou-se, passando a participar da conversa conosco e a Dona Maria. Ao referir-se às novas construções de ampliação da fábrica de ração e do frigorífico para o abate de aves, comentou que a maior parte dos recursos é financiada pelo governo federal, com uma pequena contrapartida do governo municipal de Dionísio Cerqueira - SC. Nesse sentido, esboçou um descontentamento com a prefeitura local, pois a mesma muito dificultava a viabilização de financiamentos para o Assentamento, atuando de maneira desfavorável ao sucesso do Movimento Social do Trabalhador do campo. Também, comentou que os dirigentes políticos municipais daquele mandato possuíam ideologias contrárias às dos assentados.

A lenha possui outras funções para além do fogão doméstico, pois a mesma proporciona o calor para a extração do excesso de umidade dos cereais no silo de armazenamento do coletivo, para o aquecimento das caldeiras do abatedouro de aves, bem como a utilizam para os aquecedores dos aviários. Além disso, ela é consumida no abatedouro de porcos, pois a pelagem dos porcos requer água quente, e a extração da gordura animal processa-se por intermédio do calor. Muitas ações cotidianas do assentamento necessitam de lenha, como, por exemplo, no fabrico do açúcar de cana e melado, no cozimento da alimentação dos porcos e peixes e outros.

A vegetação que proporciona toda a lenha consumida no território é plantada e cultivada, internamente, e distribuída para os assentados, nas casas e nos demais locais de uso, de acordo com as necessidades individuais e coletivas. A equipe responsável pela lenha, responsabiliza-se por ela, desde a previsibilidade das necessidades, passando pelo planejamento até a distribuição ao coletivo. Nesse sentido, toma-se o cuidado de replantar as árvores necessárias ao fornecimento de lenha. “Nós temos 50 hectares de eucalipto plantado. Isso corresponde, eu não sei, mas o cara disse 7.000 pés por hectares. Foram plantados mais de, quase 200.000.” (is D – m 53). A preferência para o plantio do eucalipto segue a orientação da legislação do Estado brasileiro que implica quanto ao uso de árvores nativas. Segundo (is D – m 53), além do eucalipto, estão plantando bracatinga, porém essa espécie ao atingir 03 metros de altura é entendida, legalmente, como árvore nativa e, por isso, seria difícil utilizá-la, deixando os assentados na dúvida em cultivá-la ou não. Ultimamente, estão investindo mais no plantio de árvores nativas como o angico, além de outras.

6.1.2.4 A origem dos produtos de higiene e limpeza consumidos pelos assentados

Visualizando o Gráfico 2, com exceção do sabão em barra, verificamos que os demais produtos de higiene pessoal e limpeza doméstica, não são fabricados, internamente e, sim, comprados no mercado externo. Comparando a tabela dos alimentos com os gráficos dos produtos de higiene e limpeza, percebemos uma preocupação maior com o planejamento voltado à obtenção dos itens que compõem

a lista de alimentos do que com os produtos de higiene e limpeza. Parte dessa decisão está vinculada com a ausência da matéria-prima, bem como com a precariedade técnica existente no assentamento, dificultando a produção dos gêneros de higiene e limpeza.

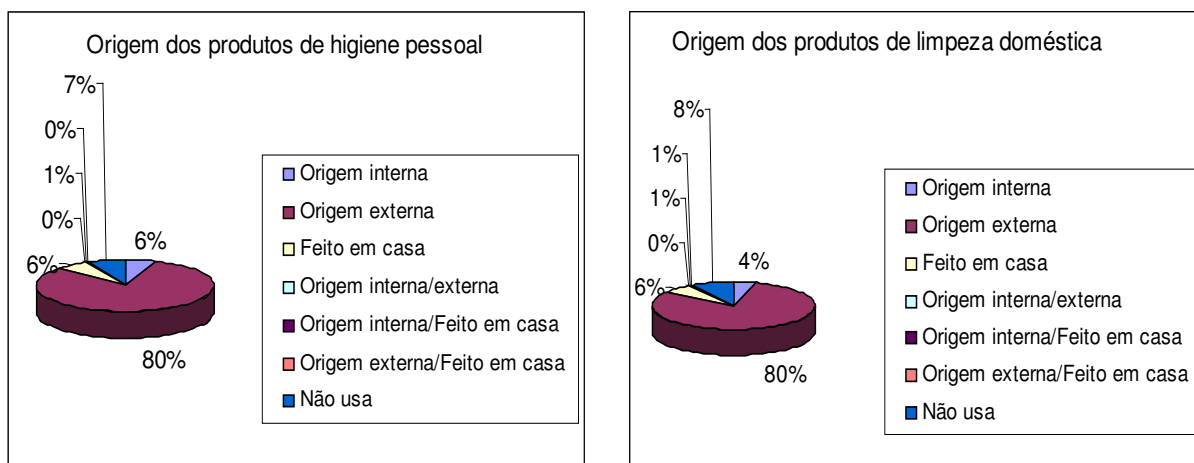


Gráfico 2 – Produtos de higiene e limpeza consumidos no Assentamento e sua origem.

Fonte: Entrevistas realizadas com indivíduos sociais do Assentamento Conquista na Fronteira, em setembro de 2008.

O processo histórico de reconstrução territorial local provocou certo desvencilhamento do pensamento moderno e da imposição tecnológica em alguns setores, porém em outros ainda não. Em algumas entrevistas evidenciou-se a emergência de manifestações desejantes em busca de liberdade técnica, também com relação aos produtos de higiene e limpeza doméstica, como, por exemplo, fabricar vassouras, desinfetantes e outros. Ainda, existem outras iniciativas quanto ao uso de receitas tradicionais para a higienização doméstica como o cultivo de esponja vegetal, a utilização da cinza na limpeza, além de outros.

6.1.2.5 A origem dos produtos de saúde consumidos pelos assentados

Outro exemplo que podemos apontar com evoluções contrárias e em resistência às tecnologias dependentes de consumo, refere-se à saúde e ao tratamento despendido para as doenças que afetam os indivíduos sociais do local. Foram perguntados se adoecem com frequência, se usam remédios naturais ou da indústria farmacêutica e, a maioria dos entrevistados, alegou que são poucos os que

adocem, exceto as corriqueiras moléstias, como resfriado, dor de garganta, distúrbios estomacais e alguns casos de torções e outros ferimentos, em consequência das tarefas desenvolvidas na atividade agropecuária. Dentre os entrevistados, uma pessoa respondeu que teve princípio de “derrame” (acidente vascular cerebral).

A preferência está voltada para o uso de chás feitos com ervas medicinais e somente os casos considerados irreversíveis, por meio dessa prática, são encaminhados para o tratamento da medicina convencional. Uma equipe de saúde acompanha a realidade da saúde pública e particular, com ações coletivas e individuais, quando necessário. O posto de saúde contém os medicamentos alternativos, e uma mulher permanece disponível para assumir a responsabilidade direta da unidade de tratamento de saúde. Ela acompanha as ervas plantadas no horto dos chás, seleciona e recolhe os vegetais convenientes para disponibilizar ao coletivo. Além disso, comunica o significado de cada erva ou chá para o tratamento de quem se interessar.

Apesar dessa disponibilidade, muitas vezes, alguns são perturbados pela influência da indústria farmacêutica e acabam utilizando os medicamentos industrializados antes de consultar as sugestões do posto de saúde. Nesse sentido, tanto na alimentação quanto no uso de medicamentos homeopáticos, entendemos que os assentados necessitarão continuar analisando e compreendendo o significado da qualidade de ambos, bem como conhecer a diferença quanto ao uso e os impactos sociais e naturais, resultados pelo modo de se alimentarem e de recuperar a saúde dos corpos humanos.

6.2 TERRITÓRIO, TÉCNICA E TEMPO: OS CONFLITOS TRANSITANDO ENTRE OS INTERESSES DO MERCADO E OS DESEJOS COLETIVOS DO LUGAR

A reterritorialização do assentamento Conquista na Fronteira apresenta características de uso do solo com a presença de diferentes tecnologias, em que se fundem e confundem as técnicas da agropecuária moderna com as técnicas presentes na subjetivação, construída pela cultura camponesa.

6.2.1 A diferente valorização do tempo entre o conhecimento moderno de produção agropecuária e o saber popular do campo

Alguns definem as técnicas da modernização agropecuária, como tecnologia avançada, e as não modernas, denominam de modos tradicionais de produção agrícola ou tecnologias simples, alguns a definem como tecnologia atrasada. Se evitarmos o entendimento e a reflexão sobre essa questão, corremos o risco de simplificar a análise da temática, concordando e aceitando a imposição da expressão modernizante, inclusive enaltecendo a eficiência das técnicas modernas, em depreciação às tecnologias da cultura camponesa.

Observando as coisas simplesmente de um ponto de vista fenomenológico o desejo mostra-se em conexão direta com os mais diferenciados elementos de seu entorno que vão da família ao cosmos. [...] o desejo [...] também pode, como toda máquina que se preze, se paralisar, se bloquear (e até muito mais do que qualquer máquina técnica); ele corre o risco de entrar em processos de implosão, de autodestruição, que no campo social poderão se manifestar através de fenômenos que eu e Deleuze chamamos de 'microfascismos.' (GUATTARI, 2005, p. 289).

Concordando, mais uma vez com Guattari (2005) a respeito das subjetivações arquitetadas pela máquina capitalística, e introduzidas entre os agricultores modernos, em detrimento de uma memória de um pensar diferente do atual modo de produção e de consumo. Esse direcionamento de desejos estipulado pelo capitalismo está presente numa parte dos modos de pensar e de agir dos indivíduos sociais do território Conquista na Fronteira, podendo ser percebido conforme a caracterização por nós realizada.

Entendemos que as tecnologias agropecuárias modernas se diferenciam das tecnologias da cultura camponesa pela capacidade que as modernas possuem em artificializar o modo de produzir e de consumir na agricultura, além de pressionar e acelerar a produção e o consumo. Ao passo que os pensares e olhares camponeses respeitam o tempo biológico e físico, degradando, contaminando e poluindo menos, os aspectos orgânicos e inorgânicos, quebrando menos as cadeias alimentares.

O modo de produção das matérias-primas que são destinadas à industrialização e, posteriormente ao mercado, conduz-se de forma bastante mecanizada e com o uso de uma tecnologia contagiada pelo pensamento externo ao território. Segundo depoimentos, muito se avançou em termos de independência técnica, continua se encaminhando para um maior desvencilhamento, porém uma

total separação se tornará difícil, pois o auxílio mecânico, principalmente para agilizar a produção em tempo a concorrer com as exigências externas torna-se necessário, ao menos nesse momento.

Para essa finalidade, apresentaremos alguns setores de produção e de consumo, dependentes de outros modos de pensar, muito próximos ao grande capital. As produções de frango e de leite, são as duas mais destinadas ao rendimento econômico, almejando garantir os investimentos de infraestrutura e as outras demandas de manutenção, estão muito atreladas às tecnologias modernas dependentes. Na mesma direção de análise, contudo, com algumas mudanças ocorridas nos últimos anos, em ruptura à tecnologia moderna do agronegócio, inclui-se, também, a produção de grãos, principalmente a dos cereais. Abordaremos o modo de produção desses três setores produtivos, na tentativa de identificar e caracterizar as relações sociais e socionaturais de produção e a origem da tecnologia ou das informações.

Com o passar do tempo, o excedente produzido, ao ser ofertado passou a ser requerido pela comunidade externa e, por esse motivo, os assentados planejaram a ampliação da produção nesses dois setores. Associada a isso, a aquisição financeira com a venda desses produtos busca equilibrar os dividendos acumulados, internamente, em função da compra de tecnologias externas, além dos produtos industrializados, alguns necessários, e, muitos, para atender às demandas ou às pressões impostas pelos desejos de subjetivação capitalística. Foram ampliando a produção, o que, de certa maneira, proporcionou um equilíbrio financeiro, fantasiosamente ou não, colaborando, em parte, com a sustentação e estruturação material do território coletivo.

6.2.1.1 As informações para a produção de frangos no assentamento rural

Os frangos, devidamente vacinados antibioticamente, chegam ao aviário com um dia de vida e se originam de fora do território. A estrutura do aviário possui uma engenharia que, numa restrita extensão territorial, permite a produção de um número elevado de frangos a cada 50 dias. A genética das aves foi desenvolvida por pessoas desconhecidas ao assentamento e as suas características assemelham-se com aquelas produzidas pelas grandes agroindústrias, como a Sadia, a Aurora e

outras do ramo. Os frangos, durante seus 49 dias de vida, desenvolvem-se por intermédio de uma ração feita no assentamento.

A ração fabricada internamente, segue uma fórmula elaborada pelo coletivo, sob orientações técnicas oriundas em parte, externamente, ao assentamento. A base da mesma é milho, acrescida por um percentual baixo de soja, mais alguns ingredientes minerais, além de produtos artificiais (suplementos vitamínicos), misturados aos *in natura*. Entre os assentados, existe a preocupação da não introdução de antibióticos e anabolizantes sintéticos (hormônios) na ração. Parte da matéria-prima necessária ao fabrico da mesma, como o milho e a soja, são produzidos ou cultivados no assentamento e dependem, também, dos ingredientes como o sal e demais minerais e os outros derivados semelhantes.

Um indivíduo social responsabiliza-se por um aviário, acompanhando a produção dos frangos, verificando a existência ou não de água e ração, o grau da temperatura, a ventilação, a iluminação, os sons e outras medidas necessárias à atividade. Dependendo das condições climáticas e do porte físico do frango, os cuidados precisam ser redobrados, pois, do contrário, podem morrer.

Quando é muito quente, com esses calorão aí, morre frango, de ataque né, principalmente os macho. Tem que fazê tudo o que tem de fazê de manhã, pra de tarde não tê que entrá lá dentro, eles ficam mais tranquilo, abaixa a lona, abre as porta. Eles se assusta correm e podem morrê. Se passá uma pessoa estranha pela berada do aviário eles se assustam, é capaz de morrê, ainda mais quando tão no final, pronto pro abate. (is AN – m 44).

A qualidade do frango, de certa forma, distingue-se daqueles produzidos pelas grandes agroindústrias, com relação ao tempo e à ração utilizada. Por outro lado, a forma confinada de produção e a genética do frango são semelhantes. Percebemos que a vida natural do frango é modificada com a aceleração do tempo e, muitas vezes, a resistência física é abalada por qualquer espécie de pressão ou de “espanto”.

Percebemos que o uso da tecnologia moderna facilita a ampliação da produção de frangos, contando com uma pequena participação humana envolvida no processo produtivo. Contraditoriamente, a satisfação da maioria dos assentados pela alta produtividade esbarra-se na insatisfação de alguns indivíduos sociais, em virtude de desenvolver a atividade produtiva, isoladamente dos demais conviventes do assentamento. Verificamos, com isso, um choque entre os desejos de produção com alguns desejos pessoais.

6.2.1.2 As informações para a produção da carne de frango, comercialização e consumo

Seguindo o caminho natural da produção do frango, quando estiver “pronto para o abate”, o mesmo é transportado em gaiolas postas sobre a carreta puxada por um trator até o local do abate, em ação realizada por uma outra equipe responsável. No frigorífico, de acordo com a Fotografia 9, os frangos são abatidos por uma outra equipe de trabalho, na sua maioria jovem. Os frangos, em parte, são embalados inteiros e, parte deles, é cortada, separando-se os membros (coxa, sobre-coxa, asas, peito, dorso e outros como a moela e o coração). Após essa fase, ambas as produções, são acondicionadas, separadamente, e armazenadas numa câmara fria para, posteriormente, serem comercializadas no território regional. A produção de carne é inspecionada por um membro da vigilância sanitária federal.



Fotografia 9 - Indivíduos sociais trabalhando no frigorífico do Assentamento Conquista na Fronteira. Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2007.

O trabalho no frigorífico atende aos padrões de produção em série e os indivíduos sociais que atuam na produção da carne de frango, também desenvolvem ações em outras atividades, da pecuária ou da agricultura. Até o momento não existe produção de frango suficiente no local para atender à capacidade de abate que o frigorífico possui, por isso, estão realizando experiências e receptando frangos para o abate, oriundos de fora, com a justificativa de otimizar a produção e diminuir as despesas de manutenção.

A água, após ser utilizada no abatedouro está sendo recuperada, com a despoluição da mesma por um processo de decantação, restabelecendo parte de suas características próprias. As vísceras são transformadas em ração a ser destinada, principalmente, à criação de peixes e porcos, e as penas servem como adubo.

A maior parte da produção de carne de frango é transportada pelos assentados para ser comercializada nos mercados do território regional, sendo que, alguns consumidores mais próximos, adquirem o produto no local armazenado. Na atualidade os frangos são consumidos por toda a população que tem acesso a eles, porém num período passado, recente, algumas pessoas contagiadas pela subjetivação da discriminação dos sem terra não consumiam produtos da cooperativa. Dois episódios que ocorreram referentes ao consumo do frango, narrados por um indivíduo social local, dão provas dessa discriminação. Um desses fatos foi identificado por meio de uma pesquisa realizada por dois estudantes de Economia, nos mercados de Dionísio Cerqueira – SC, onde estava sendo comercializado o produto. Verificaram que a população de baixa renda era a que mais comprava o frango para o consumo e não a classe média/alta. Os rapazes, questionando as atitudes dos consumidores, perceberam que os da classe média/alta repudiavam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O outro acontecimento foi registrado por uma empregada doméstica, e a mensagem foi socializada por ela a um indivíduo social. Ela comentou que acompanhava os patrões, semanalmente, para realizar o “rancho” no supermercado, as demais mercadorias o casal comprava, e o frango com a marca Terra Viva era desejado pelo casal, porém o mesmo solicitava à empregada para comprá-lo.

Desta maneira, abordamos a caracterização do processo de produção de frango, buscando analisar a complexidade de relações sociais e socionaturais, estabelecidas interna e externamente. Verificamos a existência de relações objetivas e subjetivas presentes, desde a ideia ou do pensar em produzir, às diferentes ações

individuais e coletivas de produção, até as subjetivações que motivaram as ações de consumo. Poderíamos afirmar que as territorialidades humanas subjacentes à construção do território do assentamento Conquista na Fronteira se desfazem e refazem por uma multiplicidade de ações e reações, aceitações e rejeições, conforme o pouco que aprendemos com Milton Santos, com movimentos centrífugos e centrípetos e endógena e exogenamente.

De um ponto de vista prático, voltaríamos à idéia [...] da constituição de uma federação brasileira a partir da célula local, feita de forma a que o território nacional venha a conhecer uma compartimentação que não seja também uma fragmentação. Desse modo, a federação seria refeita de baixo para cima, ao contrário da tendência a que agora está sendo arrastada pela subordinação aos processos de globalização. (SANTOS, 2001, p. 95-6).

O movimento da solidariedade humana confunde-se com o movimento da solidariedade capitalística e, é nesse jogo de conflitos e de contradições que o território Conquista na Fronteira se desenvolve. Nessa abordagem, homens e mulheres semelhantes combinam-se e aceitam-se no interior do movimento, cultivando e produzindo alimentos, simultaneamente, fora desse movimento, homens e mulheres semelhantes rejeitam-se, negam-se, comprando e consumindo produtos alimentícios. Um movimento capitalístico de técnica, de produção e de consumo aproxima os homens e as mulheres semelhantes, ao mesmo tempo em que os distancia em termos de desejos e de sonhos.

6.2.1.3 As informações para a produção de leite no assentamento

A pecuária leiteira é a outra atividade praticada no assentamento, tendo a produção conduzida por interesses voltados ao território interno e ao externo. O leite no assentamento, ao mesmo tempo em que é fonte de alimento, é um produto destinado à obtenção de renda econômica, em metáfora, a vaca parece uma mistura de animal sagrado com uma máquina rentável.

6.2.1.3.1 A criação do gado leiteiro e o cultivo da pastagem

O leite, a exemplo da carne de frango, é alimento que se transformou em produto/mercadoria, resultado da caminhada histórica dos assentados no território, a partir do instante que foram superando a discriminação ideológica construída pelos meios de comunicação de massa (televisão) e mostrando para a sociedade os reais objetivos da reforma agrária proposta pelo MST.

O aumento mais significativo da produção do leite ocorreu, da última década para cá, porém as experiências acumuladas nessa atividade, concomitantemente à reconstrução territorial, possibilitou que agregassem aprendizagens, motivando investimentos materiais no setor leiteiro.

Começamos a trabalhar com gado leiteiro desde o início, mas mais intensamente a partir de 2000. Nós já chegamos ao nível de ter que vender novilhas, pois o nosso plantel está num nível bem avançado. A gente faz todo ano o processo de acasalamento dos animais. Por exemplo, temos uma vaca aqui que é ótima de leite, mas tem um problema de perna, de anca, os ossos invertidos, então tu vai procurar um touro que corrija a filha dela. A filha dela vai nascer com as características do leite dela, que serve da mãe, e as estrutura óssea do pai. É feita a fusão. Na fertilização predominam as características do pai (70%). Isso em outros animais também. Por isso se procura um touro com boas características de leite, de pernas e adiciona nas tuas melhores vacas. Aqui utilizamos 100% sêmen natural. As vacas que tiverem problemas como repetição de cio, mais de duas vezes, se utiliza o touro. O touro também fertiliza as vacas que estão nas propriedades de cada família. (is C – m 22).

A expressão desse indivíduo social dá uma mostra da experiência acumulada nessa atividade pecuária e, com isso, o surgimento das oportunidades para o planejamento do território de acordo com os desejos do coletivo como um todo. Para obter leite com qualidade e maior quantidade, requer aliar uma genética animal apropriada ao fornecimento de leite com a qualificação da alimentação para o gado leiteiro (expressão moderna) ou para as vacas (expressão camponesa). “A quantidade variável de energia e informação determina os tipos de trabalho (de reprodução ou invenção). No decorrer da história, a segunda sempre foi mais significativa que a primeira.” (RAFFESTIN, 2009, p. 08). A alimentação animal resulta da junção de tecnologias externas com as experiências acumuladas internamente. Acreditamos que o modo de pensar e a prática para essa finalidade, nesse caso, possuem maior influência no processo produtivo.

A projeção programada, buscando atingir uma produção ideal ou compatível com a quantidade de área disponível para a produção de leite, baseia-se na capacidade de obtenção de pasto verde. O caminho do leite diferencia-se, significativamente, da produção de frangos, ao contrário desses, os animais fornecedores de leite ocupam uma área com maior extensão ao se alimentarem

soltos. A definição da área para o cultivo da pastagem resultou das análises feitas pelos assentados, verificando a declividade/atividade não muito acentuada, a existência de água e outros motivos inerentes ao processo, o que pode ser percebido na Fotografia 10.

O leite, desta maneira, está vinculado à vaca, que se alimenta, primordialmente de pasto, por sua vez, cultivado no solo, que inspira muita atenção de manejo. Os cuidados, tanto com os animais quanto com os vegetais, requerem acompanhamentos constantes, respeitando o tempo geológico e biológico real, além de muitas observações referentes às oscilações climáticas, proporcionadas pelos movimentos da terra e pelos deslocamentos das massas de ar que percorrem o território regional.



Fotografia 10 - Gado leiteiro pastando entre a vegetação nativa.
Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2007.

Buscando a sua recuperação, o solo necessitou ser analisado para a identificação das propriedades físicas e químicas do mesmo, antes de introduzir a pastagem, e, por isso, dependeu de uma tecnologia externa para a realização das análises de solo. Após terem recuperado o solo, quimicamente, tornando-o

apropriado para o cultivo da pastagem surgiu a necessidade de verificar quais espécies de vegetais que melhor se adaptariam às condições climáticas. Além disso, os vegetais foram plantados, consorciando as plantas leguminosas com as gramíneas, evitando o desgaste do solo e favorecendo a fixação de nitrogênio.

O pioneiro é que predomina aqui na nossa área, porque é o que mais se adaptou. Tem que fazer esse processo. Nós chegamos a uma época em que nós tinha falta de pastagem pro nosso rebanho. Então era difícil trabalhar com falta de pasto. Hoje a gente tem de sobra, ta sobrando capim. Só um debastezinho em cima pra ele brotar de novo. Desde o sorgo a gente tem também. Várias coisas: você não pode centrar fogo só em uma. O período de carência é o inverno. O pioneiro é o que mais sobrevive. Ele é resistente. É ele que mantém nosso rebanho. Tem auxílio de aveia, azevem, nessas épocas. (is C – m 22).

Algumas orientações técnicas que advieram de fora do território, foram buscadas e associadas aos saberes existentes entre os camponeses locais. A ampliação do plantel do gado leiteiro foi ocorrendo, concomitantemente ao aumento da área de pastagem, buscando encontrar um equilíbrio entre a capacidade de alimento com a necessidade dos animais.

A área da pastagem está dividida em várias partes menores denominadas de piquetes. Os assentados soltam as vacas no piquete para se alimentarem, observando a capacidade de pasto com a quantidade de animais soltos. Após o debaste, provocado pelas vacas, as mesmas serão removidas para um outro piquete, posteriormente, para um outro e, assim, sucessivamente. Dessa maneira, é feito o rodízio, respeitando um espaço de tempo necessário para que a vegetação consiga se regenerar, naturalmente, permitindo o ressurgimento do pasto para as vacas se alimentarem. Esse processo é denominado de piqueteamento ou manejo de pastagem. Nesse processo as vacas contribuem para a adubação da pastagem por meio de seus excrementos sólidos e líquidos. Além disso, no período em que necessitam introduzir uma pastagem através das sementes entre as gramíneas já existentes, após a semeadura realizada pelos assentados, as vacas introduzem a semente no solo pelo pisoteamento.

A alimentação é complementada com a chamada silagem de milho. Ainda verde, após o milho ter granado, toda a planta desse vegetal é cortada e triturada. Posteriormente, é amontoado num ambiente onde não haja entrada de ar. Com isso, ocorre um processo químico em que o alimento se mantém por um período de, até um ano, porém a necessidade maior do milho armazenado ocorre nas estações com maiores intensidades de frio. A armazenagem do milho procede próximo ao estábulo para facilitar o transporte do mesmo nos momentos de seu uso. Além dessa, a

alimentação é suplementada por sal mineral e uma outra ração alimentar produzida pelos assentados, internamente, com o uso de milho, soja e minerais calcificantes. A água consumida pelos animais é a mesma utilizada em outros setores de produção e aos humanos do lugar.

A vaquinha leiteira ou a vaca crioula, outrora criada, exclusivamente para a alimentação humana, aos poucos, foi cedendo espaço para outras raças com genéticas modificadas e adaptáveis a uma maior produção de leite. Experimentaram a raça holandesa e, posteriormente, a *jersey* e, de acordo com os resultados obtidos, considerando todas as características físicas, biológicas e climáticas, estão optando por vacas que resultam da raça *jersey* em cruzamento com a holandesa.

Desde o trato, é muito mais gasto tratar uma holandesa do que uma *jersey*. Na resistência às doenças, a *jersey* é uma vaca mais resistente, desde saí pra pastagem, de casco, só que a holandesa é mais produtiva. É uma vaca que se você saber lidar com ela tem um potencial de leite muito mais avançado. Mas em termos de resistência ela é muito mais fraca. Sensível, desde ao sol, de casco, de deslocamento, ela apresenta bem mais problemas do que a *jersey*. Então qual é a nossa ideia. Tínhamos holandesa, até a estrutura foi construída para holandesa. E hoje a gente tá vendo que..., temos experiências que cruzamos, pegamos sêmen de *jersey* e implantamos na holandesa e vice-versa e aí você tem um animal meio-sangue, está sendo resistente, produtivo, e tá suprindo as necessidades para o que a gente precisa. (is C – m 22).

O depoimento desse indivíduo social expressa o entendimento que os assentados possuem em relação à qualidade do gado leiteiro. Percebe-se que pretendem obter um animal bovino com maior resistência física e biológica, diminuindo os problemas de sanidade animal. Portanto, se ocorrerem demências resultadas de contágios patogênicos, procuram utilizar remédios alternativos e se os casos forem emergentes recorrem a medicamentos veterinários com tecnologia comprada.

6.2.1.3.2 A produção de leite e a sua comercialização

As vacas são conduzidas duas vezes ao dia da área de pastagem até o estábulo para a extração do leite. Antes de entrar para a sala de ordenha permanecem num espaço fechado, anexo ao estábulo, para descansar e, frequentemente, nesse espaço, desempenham suas necessidades fisiológicas, evitando, com isso, que procedam no local da ordenha. Tanto o esterco quanto a

urina, ao se acumularem, deslocam-se, automaticamente, para um depósito denominado de esterqueira, e, de lá, são transportados até a área da pastagem, servindo de adubação.

As vacas, em número adequado à capacidade das ordenhadeiras, são conduzidas até a sala de ordenhamento, onde o leite é extraído, mecanicamente, e depositado num refrigerador. Posteriormente, o leite é transportado para o laticínio, ou seja, indústria láctea denominada Cooper Oeste, cooperativa de propriedade de vários assentamentos rurais do Oeste de Santa Catarina. Tanto o leite quanto o frango, além de outros produtos resultados do trabalho de assentados rurais vinculados a essa cooperativa, recebem o nome de produtos com a marca Terra Viva.

O resultado da produção do leite, apesar de contar, em parte, com o auxílio de energia mecânica, conta com a presença dos indivíduos sociais do coletivo, que atuam desde o cultivo da pastagem, até a entrega da matéria-prima à indústria. As mudanças que ocorreram na produção do leite contaram com a participação efetiva dos indivíduos sociais assentados, por meio da observação constante de todo o processo. Essa relação amistosa entre os humanos e da sociedade com a natureza ajuda muito a melhorar as condições de produção de forma sustentável.

6.2.2 O cultivo de milho crioulo e outras experiências, respeitando o tempo e o espaço

A criação de animais requer o uso de energia, podendo ser adquirida de formas variadas; no território estudado, verificou-se a presença da natural e da sintética artificial. O planejamento para a reterritorialização do lugar diversificou-se durante os vinte anos de história e os experimentos na atividade agropecuária, bem como as ações práticas de somar e de subtrair resultados, permitiu aos atores sociais perceberem que a otimização da energia natural agregaria uma maior valorização para o trabalho interno. Concluíram que, ao depender dos mandos do mercado, teriam dificuldades em continuar desenvolvendo as práticas agrícolas.

A energia natural ou orgânica está mais evidenciada no território e, em função disso, cultivam soja, milho, sorgo e girassol e os utilizam na fabricação da ração animal, destinada para a criação de frangos, gado leiteiro, porcos e peixes,

principalmente essas quatro espécies. Atualmente, o cultivo desses cereais, ou leguminosas, energéticos e proteicos, não depende, demasiadamente, de tecnologias modernas do agronegócios, externas ao território, já conquistaram independência significativa, porém em algumas culturas agrícolas ainda dependem. Uma parte do cultivo das plantas cultivadas recebe aplicações de aditivos químicos e de tecnologia comprada, sendo introduzidos no solo e nos vegetais durante o seu crescimento.

Alguns cultivos experimentados, a exemplo da Fotografia 11, independentemente da tecnologia moderna, também se tornaram real no assentamento e, para exemplificar uma dessas alternativas, abordaremos o processo do cultivo de milho crioulo. Essa experiência procede, com a disposição desejante, por parte dos assentados, e, com o auxílio técnico de um agroecologista, com um detalhe importante, as ações de aprendizagem acontecem na prática sem a compra e venda da tecnologia, ocorrem por meio da troca de informações através do diálogo.



Fotografia 11 - Roça de milho crioulo destinado a sementes.
Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2007.

Podemos perceber e sentir que a relação da sociedade composta pela população do assentamento Conquista na Fronteira, com a natureza, passou por um processo de maior respeito, com gestos de recuperação do saber ou da cultura do campesinato, da cultura do camponês. Desta maneira, prospera um diálogo maior, um respeito maior com a natureza. Tivemos a oportunidade de acompanhar o processo dessa experiência, desde o momento em que a semente estava se formando até o amadurecimento do milho, resultado daquela semente “crioula”.



Fotografia 12 - Indivíduos sociais tirando a palha das espigas de milho crioulo.
Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2007.

Num dia chuvoso, um grupo de pessoas (homens, mulheres, jovens e adolescentes) reuniu-se num galpão para descascar uma porção de milho em espigas, colhido do pé, manualmente, com a finalidade de utilizá-lo como semente, como se observa na Fotografia 12. Concomitantemente ao nosso envolvimento nessa atividade, conversávamos com o (is AO – m 50) que, na oportunidade, coordenava o trabalho da equipe que realizava o descascamento do milho. Acreditamos ser essa a palavra ou o termo mais adequado para expressar a prática

exercida, destinada à obtenção do resultado que o coletivo havia estabelecido como meta. As espigas de milho sem a palha eram depositadas no galpão de madeira.

O milho, em espigas, fora transportado para a cidade de Campos Novos, onde ocorreu o seu debulhamento, com máquinas apropriadas, impedindo a quebra dos grãos, e, posteriormente, realizaram a seleção dessas sementes. As sementes selecionadas, parte delas retornou ao assentamento onde foi utilizada no novo plantio e a parte excedente foi comercializada no território regional, pela Cooper Oeste, por um preço muito inferior daquele praticado no mercado.

Esse milho em semente é resultado de inúmeros cruzamentos realizados a partir de sete outras sementes de milho crioulo. Há mais de 10 anos vem se fazendo esses cruzamentos, para tentar adquirir uma genética mais propícia ao clima, bem como conquistar um milho possuidor de mais proteínas que o milho híbrido, das sementes de milho, geneticamente controladas, pelos grupos transnacionais. A intenção, também, é recuperar o milho crioulo, pois ele se adapta melhor à realidade do território, com capacidade de ser cultivado sem as chamadas dependências artificiais de domínio tecnológico, controlado pelos que comandam o mercado.



Fotografia 13 - Roça de milho crioulo em fase de amadurecimento, destinado ao consumo.
Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2008.

O cultivo do milho crioulo realiza-se num terreno coberto por uma vegetação seca, de preferência formada pela aveia. Aguarda-se o momento em que essa gramínea esteja em fase de maturação, caso estiver verde utiliza-se o rolo faca para triturá-la e, com isso, a mesma secará naturalmente. Após esse processo, a semente de milho é introduzida no solo, relevando-se o tempo necessário de germinação e desenvolvimento da planta, como ilustra a Fotografia 13, até o seu amadurecimento.

As plantas concorrentes não conseguem germinar e se desenvolver juntamente com o milho, prejudicando-o, pois a palhada da aveia presente sobre o solo inibe o crescimento das mesmas, evitando, com isso, a utilização do herbicida, o famoso secante entre os agricultores do agronegócio. A colheita do milho realiza-se com a utilização da colheitadeira mecanizada; depois de ceifado, é secado e armazenado em silos do coletivo.

A recuperação da semente de milho crioulo, na verdade, é ter acesso e domínio de uma semente de milho, de um produto agrícola, pois “[...] a história das sementes está ligada à história de centenas de gerações. Não podemos deixar que as empresas em nome do lucro, emporcalhem as lavouras e destruam a memória e as lendas das sementes.” (BOGO, 2002, p. 42). Ao guardar a semente, não somente se tornarão livres das empresas, com esse trabalho realizado, pois vai se construindo uma aprendizagem entre aqueles indivíduos sociais assentados, fomentando uma outra relação de sociedade com a natureza. Ter a semente de uma planta ou vegetação agrícola que não exige o uso intensivo de aditivos químicos possibilita recuperar o território, respeitando as origens das espécies.

Naturalmente, para definir o Estado de Natureza orgânico, mecânico ou cibernético, é necessário analisar e especificar os tipos de atores, trabalhos, mediadores, programas, relações etc. A primeira parte da fórmula resume, de modo muito geral, a antropo-lógica (I), enquanto a parte central resume a eco-lógica, a bio-lógica e a lógica cultural cristalizada (II). A última parte (III) corresponde às relações e interações entre as três lógicas e constitui o resultado do entrelaçamento entre território e territorialidade. (RAFFESTIN, 2009, p. 10).

Assim, a conquista na fronteira vai se constituindo num novo território com novas territorialidades numa relação de respeito e de sustentabilidade, pois volta-se ao não uso de adubo químico, da chamada ureia, ao não uso de agrotóxicos e, assim, por diante. Uma semente de milho crioulo que possui mais proteína do que as convencionais, um milho mais resistente ao chamado caruncho, esses pequenos insetos que o vão deteriorando, também depois de armazenado, garantindo, dessa

maneira, a proteína aos animais da pecuária. Em cadeia a esse processo todo, vai se eliminando a introdução ou introjeção, enfim, superando os aditivos químicos, poluentes e contaminadores, corpos estranhos ao solo, às bactérias e microorganismos, à água, à vegetação e aos seres humanos e demais animais do território.

Além disso, outras iniciativas de criação e de cultivo instituídas no território possibilitam vislumbrar uma realidade de entendimento e de prática compatível com a qualidade de vida. Os porcos resultaram de fusões genéticas com cruzamentos de inúmeras raças de porcos comuns ou crioulos, incompatíveis com o confinamento racional e adeptos à criação de forma mais rústica. São alimentados com a utilização maior de vegetais do que aditivos de aceleração física e, por isso, proporcionam carne original e com teor de gordura não contaminada pelos anabolizantes e outros sintéticos químicos.

As abelhas, criadas em caixas, estão distribuídas em enxames espalhados pelo território, circundando as áreas com mata e outras vegetações menores, permitindo, desta forma, que o mel se constitua com melhores propriedades químicas. Fomos informados que as abelhas utilizam o néctar das flores do girassol, durante o período em que o mesmo se encontra florido.

Para a criação de gado bovino de corte utiliza-se o pastoreio com o suplemento de sal mineral para o seu desenvolvimento, bem como para os bufalinos e os cavalares. Existe, também, no território, um experimento de criação de gado bovino, em que a pastagem se desenvolve entre as árvores nativas e os resultados desse consórcio são animadores.

6.3 A APRENDIZAGEM COMUNICATIVA DO CAMPO POR MEIO DA CONVERSA, DA MÍSTICA E DEMAIS FORMAS DE DESEJAR O TERRITÓRIO

A aprendizagem no território e reterritório é constante e, constantemente, está sendo motivada para a sua construção. Nesse sentido, torna-se impossível separar o aprender do desaprender e do reaprender. Isso tudo está imbricado com as territorialidades humanas, inseparáveis da desterritorialidade e da reterritorialidade. As relações estabelecidas pela convivência humana e dos humanos, desenvolvendo

as atividades cotidianas, atuando com a natureza orgânica e inorgânica e com o cosmo, foi criando um campo fértil para as novas territorialidades.

No nosso entendimento, a escola Construindo Caminhos, localizada no território, nada mais é do que mais uma atitude de aprendizagem. Por isso, não quisemos dar destaque isolado, exclusivando a mesma como o centro de excelência da educação. Concluímos que a caminhada construída no território do assentamento, movida, passo a passo, um do lado do outro, ajudando-se, removendo os obstáculos, um a um, de acordo como eles surgem, parando e recuando quando for necessário e avançando, novamente, sem desistir da caminhada, ter a liberdade de pensar, sentir, de sugerir, de praticar, enfim, isso é processo pedagógico.

6.3.1 A construção de territorialidades humanas pela linguagem, conversas e outras experiências compartilhadas

A educação do campo é o viver e o conviver no campo, ou seja, não será o espectador que definirá a educação do campo, exceto que ele seja, ao mesmo tempo, espectador e convivente das relações sociais e sicionaturais sistematizadas no campo. O entrelaçamento das múltiplas relações entre os humanos hominídeos que, sentem, pensam e possuem corpo (orgânico e inorgânico) e dos humanos com a natureza (biótica, abiótica e cósmica) resulta em aprendizagem. Não temos nenhuma pretensão em ignorar a escola, apenas não alterar o grau de importância de um ou de outro segmento compositor estruturante do território, pois acreditamos que os infantis estão, constantemente, aprendendo ao interagir com os mais experientes, assim como os mais experientes aprendem com os infantis nas relações cotidianas.

Nesse processo, a linguagem foi, extremamente significativa, não somente pela emissão oral de palavras, muito mais pela sabedoria do ouvir. A linguagem vai além de pronunciar e ouvir palavras, ela pode estar presente num e noutra modo de andar, de observar, de gesticular, enfim, são tantas possibilidades inimagináveis propulsoras de linguagens.

Ao movermo-nos na linguagem em interações com outros, mudam nossas emoções segundo um emocionar que é função da história de interações que

tenhamos vivido, na qual surgiu nosso emocionar como um aspecto de nossa convivência com outros fora e dentro do linguajar. Ao mesmo tempo, ao fluir nosso emocionar num curso que é o resultado de nossa história de convivência dentro e fora da linguagem, mudamos de domínio de ações e, portanto, muda o curso de nosso linguajar e de nosso raciocinar. A esse fluir entrelaçado de linguajar e emocionar eu chamo conversar, e chamo conversação o fluir, no conversar, em uma rede particular de linguajar e emocionar. (MATURANA, 2002, p. 173).

Numa tentativa conveniente, queremos aproximar a linguagem da conversa e da comunicação no território Conquista na Fronteira. Nos momentos em que os assentados necessitam de uma informação referente às atividades, programadas e não programadas, os responsáveis por elas, executam ações comunicativas, informando a todos, em pequeno espaço de tempo. Um exemplo disso encontra-se registrado no Anexo F.

Na expressão de Maturana (2002), conversar significa dar a versão da realidade que acreditamos ser real, neste caso em análise, não seria uma versão autoritária para dominar os outros e exercer o poder, do contrário, significa emitir o entendimento, buscando libertar-se do medo e conseguir participar. A aprendizagem no lugar ocorre com a conquista de se sentir um ser individual, ao mesmo tempo um ser participante do grupo ou da comunidade, tendo a possibilidade de dialogar ou partilhar e compartilhar modos semelhantes de desejo e de desejar.

Segundo Guattari, precisamos do outro para nos apoiarmos e nos reconhecermos enquanto humanos. Nessa caminhada coletiva, urgiu a necessidade de conversar para comungar os pensamentos, os desejos e as ações, promovendo e intencionando o devir, muitas vezes esperado, querido e benfazejo, porém outras, acumulando surpresas, desespero e angústia. A realidade do território evidencia muitas práticas de partilha e de troca, desde olhares até bens materiais de maior complexidade de partilha ou de uso coletivo.

Tudo bem que se diga que as idéias vêm do corpo, mas então seria necessário explicar o que vem a ser “o corpo”. Poderíamos dizer, de certo modo, que a linguagem vem do corpo, na medida em que falamos com a boca. Mas a linguagem não é um fenômeno biológico enquanto tal, e se tomamos outros exemplos – como a sensibilidade, a relação com o mundo, etc. - vemos que estes não brotam do corpo, feito planta. Mesmo porque, se assim fosse, a história não estaria no pé em que está: se esse tipo de problema pudesse ser resolvido simplesmente “cultivando seu jardim”, como dizia Voltaire, haveria uma lógica de transformação histórica de natureza inteiramente diversa daquela que presenciamos. (GUATTARI, 2005, p. 336).

O sonho de vivenciar experiências coletivas provocou muita preocupação de superar o individualismo e evitar a apropriação de qualquer meio de produção, inclusive a terra, bem como dos resultados do trabalho coletivo. Conforme foram

superando a preocupação na prática de todas as ações, emergia entre os viventes a confiança e a segurança do e no outro. Outros valores ou desejos, em prol do convívio coletivo, como a responsabilidade, a autodisciplina, o respeito, a perseverança, o humor e outros inerentes à aproximação física e espiritual desses seres humanos brotaram e germinaram no lugar.

A animosidade disponível para conviver no coletivo exigiu e continua exigindo muita rejeição das anunciações e provocações capitalísticas e, para isso, a humildade em superação ao orgulho, talvez tenha sido e continua sendo o maior empecilho perturbador para a caminhada coletiva. Os de maior tempo de experiência para/na reconstrução territorial, apesar das dificuldades desejam que os menos experientes deem sequência na construção do território, mantendo as relações sociais igualitárias e com respeito a eles e aos aspectos físicos e biológicos.



Fotografia 14 - Indivíduos sociais carpindo na roça de mandioca.
Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2007.

Dentre as inúmeras ações coletivas e de partilha apontaremos algumas, que observamos e sentimos por meio do convívio junto aos experimentos no território. Temos dificuldades de estabelecer um grau de significação ou de importância de

cada uma, apenas daremos prova dessas experiências vivenciadas, cotidianamente, pelos assentados.

A primeira delas, a Fotografia 14, registra a carpida para controlar as ervas que tentavam, naquele instante, impedir o crescimento da mandioca ou do aipim. Nessa experiência, percebemos a presença de meninos e meninas acima de 12 anos, jovens e adultos de ambos os gêneros, trabalhando todos próximos. Ao mesmo tempo em que trabalhavam, também dialogavam, abordando assuntos diversos a respeito do cotidiano do assentamento, dentre eles, alguns demonstravam estar mais humorados que outros. A atividade estava sendo coordenada por um senhor que orientava, principalmente, os pré-jovens, além de registrar o número de horas trabalhadas por cada um. No final do período de trabalho, o coordenador, também verificava como se encontrava o ambiente, bem como a conquista conseguida em função da determinada atividade e solicitava que todos lembrassem de guardar os instrumentos de trabalho, não os deixando jogados a esmo.

A outra experiência de trabalho, convivendo várias pessoas juntas, ocorreu na atividade destinada ao descascamento de milho crioulo. Consideramos importante a convivência no trabalho dos mais jovens ou dos infantis ou adolescentes com os mais experientes. Esses mais experientes convivem entre os jovens, bem como entre os adultos mais experientes responsáveis pela reconstrução do território do assentamento, desde o início do mesmo. Percebe-se a existência de um processo de aprendizagem, intermediado pelo diálogo, ocorrendo durante o trabalho, com revelações de uma série de situações atuais, bem como do passado, alusivas ao território. Os que já possuem a aprendizagem, nessa experiência, referente ao milho e seu significado, socializam com aqueles que não possuem, proporcionando uma aprendizagem das formas de trabalho ou de outras ações realizadas, internamente, e que estão vinculadas ao milho.

As pessoas acabam desencadeando uma relação de igualdade, não conotando uma predominância de modo de pensar do adulto sobre os menos experientes, desestimulando dessa maneira, introduções verticalizadas de informações. Os indivíduos sociais vão aprendendo de acordo com o interesse individual e de acordo com aquilo que vai acontecendo no cotidiano. Dialogando com um jovem assentado, presente desde o início da reconstrução do território, o mesmo destacava alguns pontos importantes ligados aos convívios cotidianos. Um deles se referia ao comportamento dos jovens e dos infantis com os indivíduos

sociais com maior experiência, sendo perceptível a existência de respeito dos mais jovens, ouvindo com atenção o manifesto das experiências vividas.

Um depoimento interessante comentado por esse jovem, afirmava que a atual realidade do território deve ser meritada àqueles que se envolveram de corpo e alma durante todo o período de luta e de conquista. Nesse sentido, cabe às crianças e aos mais jovens que não participaram, diretamente do processo de reconstrução, ir adquirindo o entendimento dessa realidade, resultada de um processo histórico de contradições e de muitos conflitos. Segundo ele, o respeito aos mais experientes é um esforço mínimo, perante a atitude dos atores que construíram o novo território, e que os infantis precisam assumir esse compromisso.

Em continuação ao comentário do jovem, ele destacava que os menos experientes estariam usufruindo de algo que, na verdade, eles não construíram. Por isso, consideramos muito útil as discussões diárias que vão ocorrendo entre os assentados, inclusive no trabalho, em que uns vão respeitando os outros e, ao mesmo tempo, vai se criando certa identificação pelo lugar, cuidando do lugar. Esse respeito presente entre as relações pessoais, também passa a influenciar nas relações dos atores sociais com o lugar.

Perguntamos aos jovens se eles conversavam muito, no dia-a-dia, durante o trabalho ou quando se reuniam no grande grupo, por exemplo, se faziam comentários a respeito do que é veiculado na televisão e, segundo um deles, não. Percebe-se que a televisão não tem muita credibilidade, principalmente a Rede Globo. Justificam tal atitude, em virtude da manipulação das informações referentes à realidade, pois sabem das distorções provocadas por esse veículo de comunicação. Segundo ele, principalmente essa emissora informa aquilo que interessa informar, ou seja, não informar sobre a realidade, principalmente a situação dos sem terra e dos assentamentos rurais no Brasil.

A televisão tem uma capacidade muito grande de interferir na maneira de pensar e de agir das pessoas, não sendo diferente no território do assentamento, inclusive os mais experientes vivenciaram um período muito preocupante, por perceberem algumas reações entre os indivíduos sociais com menor idade que assistiam programas televisivos. Em função dessa realidade, incluímos no rol de perguntas para a entrevista, uma relacionada aos programas de televisão, assistidos, em que os resultados obtidos podem ser verificados na Tabela 4.

Os vinte entrevistados, com idade entre 09 e 29 anos, foram solicitados a informar o tempo que assistiam determinados programas, dentre os quais,

destacaremos alguns programas por eles, mais ou menos apreciados: esporte, música, novela e telejornais.

Tabela 4 – Programação mais assistida na televisão pelos jovens e crianças do Assentamento Conquista na Fronteira, em 2008.

Gênero/Idade	F	M	M	F	M	F	M	M	M	F	M	M	F	F	M	F	M	F	M	M
Programa	9	10	11	10	17	17	15	17	18	15	19	17	16	19	20	23	21	20	29	24
Jornal	D	B	D	D	D	D	D	D	R	D	R	D	R	B	B	B	B	B	R	B
Novela	B	D	B	B	R	B	B	B	D	R	R	R	N	B	N	B	D	R	D	R
Música	B	D	B	N	B	B	B	B	B	B	B	B	D	D	B	B	D	B	B	B
Esportes	B	B	B	B	D	D	B	B	B	B	B	B	N	B	B	R	B	R	B	B

Legenda: B – Bastante; D - De vez em quando; R – Raramente; N - Não assiste

Fonte: Entrevistas realizadas com indivíduos sociais do Assentamento Conquista na Fronteira, em setembro de 2008.

Os resultados obtidos por meio da entrevista apontam uma realidade em que existe pouca diferença entre os adultos, os jovens e as crianças, referindo-se ao período de tempo que assistem aos programas. Verifica-se que os programas esportivos e os de música são os assistidos por mais tempo, ao passo que os de telejornais e telenovelas se encontram entre os programas apreciados num período de tempo um pouco inferior aos primeiros destacados. Dentre as crianças de idade até 12 anos, a maioria assiste programas de telenovela.

O capital não é nada generoso e, é muito desajeitado para aprender o significado do cuidado. É o mesmo que tentar ensinar um elefante dançar valsa. Na atualidade o capital tem como alvo o consumidor, por isto este precisa ser produzido antes do produto. Despertar sua ansiedade para que se torne impaciente com a espera do grande encontro com o produto divulgado pela propaganda eletrônica. (BOGO, 2002, p. 33).

A presença da televisão é uma realidade e percebemos que a maioria dos jovens entrevistados assiste, por bastante tempo os programas de televisão, pelo menos os programas que solicitamos que se manifestassem por considerarmos os de maior grau de influência entre os jovens. São poucos os jovens que, não ou, raramente, assistem a programas televisivos, por isso, a preocupação dos mais experientes procede e a questão merece ser analisada e debatida entre todos os atores sociais do território.

Se de um lado, a televisão tem um espaço marcado, ocupando o tempo de uma parte da população, por outro lado, identificamos que outras ações referentes à construção de territorialidades estão presentes entre os assentados e, para caracterizar essa situação, identificamos como utilizam o tempo disponível restante

entre os períodos trabalhados. A maioria dos jovens entrevistados⁷ prefere participar de atividades de lazer em que estejam envolvidas as pessoas. Dentre as ações mais destacadas, encontra-se o esporte, especificando melhor, o futebol, sem distinção de gênero e nem idade. As crianças entrevistadas gostam de brincar sozinhas, ou com os colegas, e alguns escutam música, outros, também gostam de ler. Alguns destacam como forma de lazer, os banhos de rio junto à cachoeira, e, outros, de danças de salão e festas similares em que se envolvam jovens e amigos.

6.3.2 A construção de territorialidades humanas pelas práticas emocionantes entre a estética e a mística

Uma parte significativa de entrevistados, afirma que a ocupação nas horas de folga ou de não trabalho, principalmente durante a semana, gira em torno da casa. Os mais jovens ajudando nas tarefas domésticas e os mais experientes gostam de cuidar a casa e arredor, plantando flores, cortando a grama, cultivando alguma espécie de alimento, lidando com algum animal doméstico e outras ações de estetização do local de morada. As formas, objetivamente, arquitetadas para tornar o território num lugar estético se apresentam mediante as ações e práticas coletivas, mas também, manifestam-se nas singularidades.

Buscando um melhor entendimento dos significados estéticos do território fomos adquirindo um olhar, que, talvez, não consigamos visualizar o significado da realidade expressada como de fato deveria ser. Temos limitações teóricas e filosóficas, porém mesmo que não tivéssemos essas limitações, dificilmente teríamos plenas possibilidades para estabelecer uma definição para a estética. As faculdades mentais podem apontar um significado, mas cremos que os sentidos, sejam eles os que captam melhor o significado da estética no território do assentamento.

A nossa tradução de estética no território está próxima do que pode ser atribuído às sensações de belo, bonito. O que é agradável observar, que provoca

⁷ As entrevistas realizadas ocorreram de forma aleatória e os entrevistados, nem sempre foram os mesmos, variando conforme os assuntos e, também, para não provocar incômodos aos entrevistados.

sensação de gosto, que causa admiração ao espectador e permite a imaginação vagar livremente.

A Idéia racional contém algo de inexprimível; mas a Idéia estética exprime o inexprimível, por criação de uma outra natureza. Também a Idéia estética é verdadeiramente um modo de apresentação das idéias, próximo do simbolismo, ainda que procedendo diferentemente. E ela tem um efeito análogo: ela "dá o que pensar", ela alarga os conceitos do entendimento de maneira ilimitada, ela libera a imaginação das constrições do entendimento. (DELLEUZE, p. 20).

A natureza (física e biológica) pode servir como fonte inspiradora para os humanos se motivarem na busca do prazer, às vezes, sentido por meio da transformação de um aspecto da natureza num objeto ou numa expressão de arte. A natureza se expressa por meio das cores, sons, temperatura, movimentos, texturas, cheiros e outros. Muitas vezes a estética está vinculada com o transcendente em que o racional tenta encontrar uma explicação, porém lhe faltam elementos suficientes, pois foge do controle cognitivo. Estética significa libertar o instinto criativo dos humanos para cuidar de si e dos outros.

Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a "matéria-prima" oferecida à imaginação, para ser "trabalhada" e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem: a língua natural para uma representação literária, a linguagem gráfica para o desenho e pintura, a linguagem plástica para a escultura, a linguagem sonora para uma representação musical, as diversas linguagens, simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas. (RAFFESTIN, 2009, p. 13).

Para nós, observadores, a estética possui um significado que nos foge da razão, por isso emitimos pareceres de acordo com o nosso perceber e o que sentimos referente à estética do lugar. Aos assentados, é possível que a estética colabore com a liberdade humana e, por isso, ela é querida entre eles, expressada nas casas, nos jardins, na escola, no centro comunitário, na horta coletiva, na cachoeira, na mística (representações dramáticas, dança, música, festas comemorativas e outros), na partilha dos alimentos, na mesa das refeições, além de outras.

Arte para os Sem Terra, significa "p-artes" que se juntam para formar uma nova realidade. Eis o conceito que formulamos pela experiência do caminhar político que deu rumo a nosso destino. A arte é a interpretação do mundo em que vivemos e a projeção do mundo que queremos. As relações entre, sensibilidade e insensibilidade podem impedir ou ajudar que se faça uma boa interpretação da realidade ou de uma obra de arte. Podem também ajudar a completar a obra ou deixar de fazê-lo. Quem lida com arte, lida com conflitos permanentes. O belo e o feio, o atrativo e o repulsivo, o gosto e o desgosto andam sempre disputando nossa preferência. Quando a

maioria tem opiniões parecidas, acontece a aprovação e o triunfo. (BOGO, 2002, p. 48-9).

Apesar das limitações, pretendemos explicar algumas manifestações estéticas à nossa maneira de pensar, considerando as diversas ações apreendidas até o momento, tanto as materiais, quanto as imateriais.



Fotografia 15 - Moradia e sua estética no Assentamento Conquista na Fronteira.
Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2007.

A casa apresenta uma arquitetura definida pelos próprios moradores, construída de acordo com os seus desejos e necessidades de uso, como se percebe na Fotografia 15, possuindo dois pisos. A parte superior está dividida em compartimentos, comportando vários cômodos, dentre os quais, registra-se a cozinha e sala de jantar, sala para dialogar na ocorrência de visitas, quartos para repousar e banheiro. Na parte inferior possui um área para lavar a roupa e o espaço restante servirá para garagem e um porão.

O porão é uma espécie de armazém para o homem do campo, em que o mesmo serve para guardar todos os alimentos colhidos na roça e outros itens condizentes com a manutenção da cozinha, além de alguns instrumentos de

trabalho. Nem todas as casas possuem porão, mas o desejo da maioria entrevistada seria ter a casa com porão, principalmente os descendentes da etnia italiana. A pouca condição financeira existente no momento em que construíram as casas impossibilitou que o desejo fosse atendido. Por outro lado, a possibilidade de reconstruírem as casas permitiu a todos os assentados a colorir as casas de acordo com o gosto de cor de cada família, dando um colorido singular ao território.

Observando a composição da paisagem do assentamento, torna-se possível perceber que o entorno das casas se constitui de flores, verduras, legumes, ervas medicinais, tubérculos, árvores frutíferas, num entrelaçamento com outros vegetais, proporcionando uma estética peculiar de um lugar de pertença. Cada qual, ao seu modo de ser e de se expressar, organiza o jardim e a área próxima da casa.



Fotografia 16 - Indivíduos sociais distribuindo melancias do coletivo.
Fonte: Arquivo pessoal Professor Antônio Carlos Moreira, 2007.

A outra expressão estética considerada oportuna a ser apresentada demonstra um pouco da prática da partilha no território e, esta cena, ilustrada na Fotografia 16, apresenta dois indivíduos sociais, fazendo a distribuição de melancias nas residências. As melancias foram colhidas na roça do coletivo e as mesmas são

transportadas em carroça puxada por bois. Enquanto os moradores estão desempenhando suas respectivas atividades para o coletivo, esses outros depositam na porta da casa ou no pátio em frente dela uma melancia. Ao retornar para casa encontram a melancia para ser saboreada posteriormente. A cena repete-se, semanalmente, até o momento em que a roça fornecer essas frutas.

Essa prática, a exemplo de outras similares, denota a construção da aprendizagem ou das territorialidades humanas voltadas à solidariedade e à cooperação, divergindo com os preceitos de subjetivações capitalísticas que excita o individualismo e o desejo de poder. Nesse sentido, os infantis vão construindo e confirmando desejos direcionados à sustentação do território coletivo.

A forma como desempenham as atividades no território do assentamento e a distribuição de renda igualitária ao trabalho de cada indivíduo social, permite a todos, uns mais e outros menos, a utilizar o tempo com diferentes ocupações. Além do convívio coletivo e partilha dos resultados de trabalho, conseguem se reunir, frequentemente, para dialogar e superar as adversidades cotidianas.



Fotografia 17 - Comemoração dos vinte anos do Assentamento Conquista na Fronteira.
Fonte: Arquivo Cooper União, 2008.

O encontro de um com o outro, bem como o conversar, convergem para uma maior aproximação inibindo, um pouco, os preconceitos de um lado, e o exercício de individualismo, de outro, estimulando a confiança. Além dos encontros para resolver conflitos, ou das reuniões de avaliação e planejamento, existe o tempo da confraternização.

Na maioria das ocasiões, os encontros revestem-se com práticas marcadas pela mística, muito valorizada entre os assentados e pelo que se percebe, a mística é energia objetiva e subjetiva, condutora dos passos, outrora e doravante, na reterritorialização Conquista na Fronteira. Demoramos um período longo de tempo para compreender o significado da mística no local, somente com o acompanhamento de vários momentos em que a mística aparecia entre os assentados em seus encontros, inspiramo-nos para desejar conhecê-la. Podemos perceber, na Fotografia 17, uma cena de representação artística em que os assentados comemoram a conquista dos 20 anos do Assentamento, exibindo parte do que é cultivado e produzido no local.

Qualquer descrição talvez jamais conseguirá apreender e comunicar, em todas as suas dimensões, a riqueza do momento em que ela se realiza. Sempre escapará algo: um olhar, um suspiro, uma lágrima, uma mão que busca outra de um companheiro, um coração que se aperta de indignação ou tristeza, um sorriso que acompanha a esperança, além de tantos outros sentimentos que ela provoca... Sentimentos, talvez seja essa a palavra. Alguém seria capaz de captá-los e descrevê-los fielmente como se expressam em um determinado momento? Creio que não. Qualquer descrição de um momento de mística será demasiadamente pobre para explicar algo que possui a capacidade de mudar de forma tão profunda a temperatura e os temperamentos das pessoas envolvidas por ele. (MEDEIROS, 2002, p. 126).

Os que participam do movimento dos trabalhadores sem terra, por um maior período de tempo, acostumaram-se com a mística e a mesma se transformou em hábito. Quando um encontro humano ocorre e a mística não é praticada sentem falta e até solicitam que a mesma precisa continuar existindo.

Dentre as atitudes objetivas e subjetivas, vinculadas à prática da mística no assentamento, emergiu modos de pensar a seu respeito e o que ela significa para cada um:

“A mística demonstra uma realidade que não é mais um sonho, é sentir o que passamos há 20 anos atrás, a coragem de continuar lutando.” (is E – m 43).

“É uma coisa boa, e ajuda a entender melhor qualquer tema.” (is F – f 45).

“É uma representação da luta, do frio e da fome que nós passamos pra conquistar a terra.” (is X – f 09).

“A luta da reforma agrária, a conquista do chão.” (is Y – m 10). “Eu acho interessante, para demonstrar o passado.” (is AH – m 19).

“Resgata muita coisa que passou e que pode acontecer.” (is H – m 29).

“Na vida do assentado, tudo, não dá para esquecer nunca.” (is I – m 33).

“A mística é muito importante, conforme ela é trabalhada ela dá ânimo para o dia-a-dia.” (is J – m 24).

[...] o pensamento é o reflexo da prática e da convivência social, certamente produzido por milhares de relações. Mas o sentimento é algo particular que se manifesta com maior ou menor intensidade na consciência de cada pessoa. É impossível compreendê-lo, medi-lo, e até mesmo descrevê-lo. É o mistério movendo a matéria e a existência, que se cruzam para edificar novos passos. A mística faz seus passeios diurnos e noturnos, carregada pelos braços dos sentimentos. (BOGO, 2002, p. 07).

“Penso que o ser humano vive de mística, se ele não tem motivo de estar dentro da comunidade ele vai embora, a esperança de uma sociedade mais justa sem desigualdades, companheirismo, sem a mística perde o sentido da vida.” (is W – m 37).

Apontaremos outros depoimentos interessantes relativos ao sentido da mística, manifestados pelos indivíduos sociais:

“Pra mim é uma renovação, uma animação para a luta. Quando se está desanimado as pessoas rezam, aqui se faz mística é a hora de carregar as baterias.” (is K – m 53).

“Mostra o passado para que se siga em frente. É cultural. Um reforço. A vida é movida à energia, esperança, sentimento, nem sempre com realizações materiais.” (is L – m 31).

“É a expressão de um sentimento, força de expor o que nós sentimos, sobre o íntimo, sobre o que nós pensamos, é místico.” (is M – m 20).

“Me impulsiona para o dia-a-dia, e também para a concretização de uma sociedade mais justa e mais igualitária, ela retrata a sociedade que temos hoje.” (is N – f 23).

“Repassa para outras pessoas o que está acontecendo e o que pode acontecer é passar sentimento e história.” (is AB – m 17).

“Uma opção de mostrar a realidade do país e de outra etnia, uma melhor opção de entender e mostrar a realidade.” (is AC – f 17).

A mística transforma-se numa forma de linguagem comunicativa de uma realidade ou das situações relativas ao território com maiores possibilidades de apreensão. Ao assistir ou participar da mística, inclusive as crianças e os mais

jovens, como se percebe na Fotografia 18, terão mais facilidade de compreender o processo por que passaram os envolvidos ao longo da história da reterritorialização, bem como o cotidiano da sociedade brasileira. Até nos impressiona como a mística colabora para mostrar:



Fotografia 18 – Representação artística no coletivo do Assentamento.
Fonte: Arquivo Cooper União, 2006.

“A história do assentamento.” (is AD – m 15).

“Relação ao movimento, dificuldade de relação com a cidade, preconceito, a realidade como é e não como se pensa.” (is AE – m 17).

“Mostra a realidade, o sofrimento, fazer as pessoas refletirem.” (is AF – m 18).

“Tenta repassar a verdade.” (is AI – f 16).

“A partir do momento que se perde a mística, se perde um sentido, em busca de conquista, incentivo, tudo que se faz é místico. Mostra a realidade.” (is AJ – f 20).

“É um aprendizado, uma coisa boa, representa um monte de coisas boas, mostra a realidade.” (is P – f 46).

As experiências acumuladas na reterritorialização do lugar ensinaram que a mística agrada os sentidos, tornando o ser humano mais sensível com o seu eu e

com os outros, além de perceber a realidade e seu contexto. Com isso, aprenderam também, que a mística coopera com os sentidos daqueles que não vivenciaram as experiências da reterritorialização, desde a ocupação até os momentos atuais.

A música está relacionada à quantidade e diversidade de sons que há na natureza. A grande maioria das espécies se comunica através de cantos e assobios. As florestas usam o vento e, este ao mesmo tempo em que embala a dança dos ramos, leva o sêmem para fecundar as flores que esperam por esta realização prazerosa e festiva. É difícil precisar quando na história do desenvolvimento da humanidade, o homem colocou em ordem os sons e os transformou em música. Na filosofia encontramos que, Pitágoras procurou desenvolver algo para determinar matematicamente as relações entre os sons. (BOGO, 2002, p. 42).

São vários os momentos que podem ser exemplificados em que a mística ajuda na aprendizagem e, também, para descobrir os sentimentos. Para além do território, a mística permite, por meio de representações simbólicas, da música, do canto, da poesia, da dança, expressar fatos e realidades, às vezes, incompreensíveis por meio da palavra, apenas. A Fotografia 19 retrata o grupo de animação de serenatas do Assentamento Conquista na Fronteira.



Fotografia 19 - Grupo de animação de serenatas do Assentamento.
Fonte: Arquivo Cooper União, 2006.

A contemplação, também faz parte da mística, que pode ocorrer ao observar um elemento ou um fenômeno da natureza ou um jardim da casa do outro assentado. Ela pode estar no olhar de uma fotografia, na cena de um filme ou num quadro pintado, ou, ainda, numa escultura. A visão constante dos símbolos do MST impressos na bandeira, no boné, na camiseta e em outros objetos, constitui-se numa mística e, portanto, em atitudes de construção de territorialidades humanas.

6.3.3 Construções de territorialidades humanas pelo emocionante desejo do porvir territorial

Como se tornam importantes as convivências e as vivências no processo de reterritorialização para a aprendizagem, pois os atores sociais que reconstruíram o assentamento Conquista na Fronteira temem a não continuidade do mesmo, a partir do momento em que eles, os mais experientes, se enfraquecerem fisicamente! A esse respeito dialogamos com vários indivíduos sociais, de diferentes idades, e constatamos que os desejos de sequenciar a construção territorial, mais se aproximam do que se distanciam entre eles.

Entre os 25 entrevistados, apenas em 04 pairam dúvidas de permanecer e continuar reconstruindo o lugar, porém o desejo de alguns em sair está alimentado pela certeza que podem retornar:

“Vou tentar a vida lá fora, com uns 16 ou 17 anos, para ver se eu consigo coisa melhor, meu sonho é ser jogador de futebol.” (is Z – m 11).

“Não. Gosto daqui, mas também não gosto, quero experimentar a vida lá fora, se não der eu volto.” (is AC – f 17).

“Não sabe, depende do futuro.” (is AE – m 17).

“Já pensei em sair, mas até que não ache lugar melhor fico aqui, só saio se achar que tem lugar melhor.” (is O – m 39).

Pelas manifestações verifica-se que essas questões relacionadas à realidade interna do assentamento estão sendo discutidas e, mesmo os mais jovens, percebem que não se pode ter certeza que a realidade externa seja melhor para viver e construir a história de vida. Os mesmos convivem com exemplos de outros jovens que tentaram a “sorte” em outros locais, porém após um período convivendo

com a realidade, principalmente da cidade grande, retornaram para o assentamento e não pretendem mais abandoná-lo.

Os demais entrevistados, um percentual de 84%, desejam continuar a conviver e viver no território, dando continuidade ao que já foi construído, numa perspectiva de melhorar as condições. Dentre esse percentual encontram-se dois infantis muito esperançosos em caminhar na direção que o coletivo vem caminhando:

“Sim, porque aqui é coletivo e se eu sair vou sentir saudade dos amigos, quero viver aqui pra sempre, só saio se for necessário.” (is X – f 09).

“Sim, quero ficar aqui porque a gente trabalha coletivo.” (is Y – m 10).

Além das crianças, os jovens também foram consultados e as suas manifestações clarificam intencionalidades de continuar na construção territorial e não pretendem abandonar a caminhada, aliás, preferem se esforçar para qualificar a realidade:

“Dependendo de mim não tenho vontade de sair. Gosto da maneira como a gente vive e do trabalho coletivo. É como uma família.” (is AK – f 19).

“Pretendo continuar. Gosto da forma como é organizado, do modo de viver e de trabalhar a terra sem esgotar ela e tentar a transformação do modelo, é uma questão social e não só de capital.” (is J – m 24).

“Até terminar. Não tenho planos de sair. Valoriza o que se faz. No sistema lá fora só se cresce explorando os outros e não quero ser explorado, aqui quem não tinha nada tem tudo (carro, casa, etc). Passamo por coisas difíceis e tem que valorizá.” (is M – m 20).

“Pretendo, hoje penso que vou ficar, mas não posso afirmar. Porque aqui tem uma qualidade de vida muito grande e não quero desperdiçar essa oportunidade.” (is N – f 23).

“Sim, já saí (por 4 anos para estudar por conta própria), retornei porque não achei lugar melhor para viver, aqui tem amigos de verdade. Ajudei a construir.” (is AA – m 21).

“O meu plano é viver aqui até que der, aqui é um lugar bom de viver.” (is AB – m 17).

“Sim, porque aqui nós temos tudo, não tem porquê sair, cada um ganha a sua parte, lá fora é mais difícil.” (is AD – m 15).

“Sim, aqui é um lugar bom de se viver, tem mais liberdade do que na cidade.” (is AE – m 17).

“Sim, pela forma de convívio é um lugar bom.” (is AF – m 18).

“Sim, aqui é um lugar muito bom de viver, sem violência e sem drogas.” (is AG – f 15).

“Sim, porque aqui é bom, tem diversão, trabalha todo mundo junto.” (is AH – m 19).

“Sim, só saio se for para estudar, porque gosto de morá aqui, do jeito que é.” (is AI – f 16).

Existe a probabilidade de que o desejo manifestado possa estar vinculado ao histórico de vida desses jovens por ter acompanhado o processo de construção territorial, juntamente com os mais experientes. A menos que estejamos equivocados, sentimos pelos depoimentos, que o processo histórico colabora para as conclusões que os jovens possuem, em dar sequência àquilo que os pais construíram. Torna-se necessário resgatar a história do lugar para que a mesma não seja negada, servindo de motivação para reparar os equívocos e perseguir as possibilidades de convivência no coletivo.

Dispomos as manifestações favoráveis em dar continuidade na construção territorial fundamentada no coletivo e com relações de respeito, em ordem ascendente de idade. A seguir, analisaremos o que sentem e pensam os atores sociais entrevistados, de idade adulta. Para a análise propomos fazer o caminho inverso do histórico local, na tentativa de comparar os desejos das crianças com os dos jovens, e de ambas as idades com os mais experientes. Com isso, constatamos a realidade e até poderemos arriscar uma opinião do porvir territorial local:

“Até o fim da minha vida e também depois de morto. Porque é uma coisa que eu ajudei a construir, é uma coisa minha.” (is E – m 43).

“Eu sim, quero terminar aqui a minha vida, na cidade é muito mais difícil.” (is D – f 45).

“Sim, to acostumado a viver aqui, acho um lugar tranquilo. Não tem planos de sair, mas nunca se sabe o dia de amanhã.” (is H – m 29).

“Acho que não tem lugar melhor para viver, por mais que tenha dificuldades, lá fora é pior. Na idéia não pretendo sair, aqui posso construir um futuro melhor para os filhos e para a velhice.” (is I – m 33).

“Até o fim da vida. Porque não tem lugar melhor para viver. Em função do que foi criado. Todos são da mesma família, quando tem alguém doente todos se preocupam e quando morre alguém todos ficam triste, eu me sinto seguro aqui.” (is K – m 53).

“Com certeza. Acho que não saio, às vezes sinto vontade de sair, mas penso que não vale a pena. Aqui tem garantia de vida, alimento e moradia.” (is L – m 31).

Ao realizarmos análises em que parte da realidade se encontra na subjetividade, estabelecer conclusões racionais torna-se mais complexo, independentemente dessa complexidade de análise, verificamos que procedem as preocupações dos mais experientes e que elas estão próximas da imaginação do devir. Tendo em vista a participação e o envolvimento desses atores no processo de reconstrução territorial, por perceber e sentir os resultados conquistados com muito esforço e, às vezes, muita dor, em abdicção de muitas outras atitudes que não o trabalho coletivo, tudo isso, deixa-os apreensivos. Eles se sentem parte do lugar, bem como querem que os mais jovens se sintam pertencentes a ele, com o modo de conviver até agora encaminhado.

O que vai caracterizar um processo de singularização (que, durante certa época, eu chamei de “experiência de um grupo sujeito”) é que ele seja automodelador. Isto é, que ele capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, em nível econômico, em nível do saber, em nível técnico, em nível das segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante. (GUATTARI, 2005, p. 55).

Mesmo parecendo distante, em termos de desejos e modos de pensar, a máquina capitalística continua oferecendo e tentando injetar vacinas com doses de consumismo, de vaidade, provocando imaginações alucinógenas com a estética de um mundo irreal, inatingível por esses jovens, talvez pelas exceções. No rol das influências de desejos sobre os mais jovens, a interferência provocada sobre o modo de trabalhar deles, por meio do enaltecimento das técnicas modernas, poderá ser um dos agravantes merecedor de atenção por parte da comunidade local.

As supostas facilidades proporcionadas pela tecnologia moderna, eliminando o esforço físico no trabalho, vinculadas ao aumento da produção que possibilite o acúmulo de capital financeiro que os permita se tornarem em consumidores, de ideias, de desejos e de coisas (objetos), presume-se que seja o maior conflito a ser diluído. A subjetivação que cria o desejo de consumo para alcançar a satisfação pessoal, será o adversário com o qual os indivíduos sociais do território se defrontarão. Vislumbramos que urge a necessidade de maior valorização subjetiva das atividades de trabalho desenvolvidas com o uso de menos tecnologia moderna,

revido a tamanha valorização do modo de trabalho *fordista* e *taylorista*, aliada à computadorização.

Milton Santos continua auxiliando-nos a observar o espaço geográfico através de análises territoriais e a energia dele continua contagiando pensares e sentimentos que encorajam a anunciar realidades, que outrora acreditávamos não existir, em função da confusão dos espíritos presentes. A sua linguagem ajudou-nos a superar, em parte, a idéia da existência de, somente um modo de viver, de se relacionar e de projetar o futuro.

Aqui são as relações de proximidade que avultam, este é o domínio da flexibilidade tropical com adaptabilidade extrema dos atores, uma adaptabilidade endógena. A cada movimento novo, há um novo reequilíbrio em favor da sociedade local e regulada por ela. A divisão do trabalho por cima é um campo de maior velocidade. Nela, a rigidez das normas econômicas (privadas e públicas) impede a política. Por baixo há maior dinamismo intrínseco, maior movimento espontâneo, mais encontros gratuitos, maior complexidade, mais riqueza (a riqueza e o movimento dos homens lentos), mais combinações. Produz-se uma nova centralidade do social, [...] o que constitui, também, uma nova base para a afirmação do reino da política. (SANTOS, 2001, p. 146-7).

Acreditamos que as atitudes de diálogo e conversações por meio da convivência coletiva, além da mística, são possibilidades de aprendizagem indispensáveis para a continuidade da construção territorial coletiva a ser seguida pelos menos experientes. A discriminação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e dos assentamentos rurais, constituídos desta maneira, continuará, portanto, o exercício da resistência e das projeções de territórios e territorialidades adversas ao capitalismo, também precisa continuar. As novas territorialidades remodelar-se-ão de acordo com os desejos despertados no coletivo e, também, nas individualidades. “A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante.” (GUATTARI, 2005, p. 388). Desconstruir e reconstruir territorialidades serão tarefas ao alcance daqueles atores sociais desejosos a desconstruí-las e a reconstruí-las para o território assim desejado, a ser construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós, pesquisadores de realidades socioespaciais, não sendo diferente para outros pesquisadores, quase sempre estimamos pela confiabilidade no exercício investigativo. Mesmo tido experimentos em pesquisa, durante nossa caminhada enquanto estudante e professor de Geografia, o diálogo com outros estudiosos dessa área do conhecimento foi de fundamental importância para angariarmos novos elementos necessários a superar os desafios de pesquisador. No curso de Mestrado analisamos nosso objeto de pesquisa sob o enfoque da Geografia e seu ensino e, nesse nível de pesquisa, fomos orientados para utilizarmos a linha de pesquisa *análise territorial* como fio condutor, pelo qual pudéssemos melhor nos guiar.

Sentimos que o olhar do observador requer uma disposição sensitiva inimaginável que transita por vários subespaços do sentido humano. Para esse fim, a ajuda de outros colaboradores humanos, estabelecida por meio de contatos interpessoais, alguns pela formação epistemológica que possuem, outros com suas experiências de vida, intermediados por palavras, fornecendo registros escritos, imagens, sons, além de outros motivos, como cheiros, paladares, visões, sensações térmicas, tatos, gestos, colaboraram para uma melhor qualificação para as nossas investigações geográficas. As relações intrapessoais estabelecidas no decorrer dessa pesquisa e durante as análises dos dados, também foram valiosas, permitindo que estabelecêssemos conexões entre os diferentes e semelhantes dados identificados referentes à realidade territorial.

Concluimos, dessa forma, que, para o pesquisador da Geografia, o espaço geográfico funciona como uma espécie de pano de fundo, como um fundamento, ou seja, ele é o todo, porém as análises geográficas podem ou facilitam quando realizadas a partir de escalas reduzidas como um lugar, uma paisagem, um território e outros similares. A nossa preferência optou pela análise territorial, sem perder de vista o espaço geográfico como um todo. Poderíamos afirmar que, em materialidade, o território analisado Conquista na Fronteira é um determinado local do espaço como um todo e em termos teóricos, o território é uma particularidade dentro do espaço geográfico geral. É o local possuidor de uma base física em que a sociedade pode se manifestar, estabelecendo os mais complexos fluxos de relações, vinculadas,

também, com o cosmo, e apresenta uma realidade geográfica repleta de significados para uma pesquisa geográfica.

A análise territorial no território Conquista na Fronteira, antes de tudo, constituía-se de uma realidade em si, ao mesmo tempo, foi motivo para que desenvolvêssemos nossa experiência de pesquisador enquanto futuro doutorado da área de Geografia. Um território real a ser pesquisado por um pesquisador, já é um fato, por outro lado, também é um território em des-re-construção no corpo do observador e pesquisador. Essa, para nós, talvez seja uma das reflexões mais contundentes e gratificantes, vivenciadas pela experiência, durante o doutoramento, confortando os sentimentos e sentidos de um investigador geográfico.

Outra conclusão obtida com as reflexões ao longo do exercício da pesquisa, refere-se às expressões do único e do fim, da exclusividade eterna de uma realidade, ou ainda, do estático e absoluto. A realidade territorial, bem como as demais realidades, são construções e reconstruções o tempo todo, permitindo perceber que o espaço geográfico, independente de escala, está se movimentando numa dinâmica incalculável. A matemática e a lógica fazem parte do espaço, mas jamais as equações, por si só, terão argumentos suficientes para explicar as realidades socioespaciais nas suas totalidades. O território físico e os constituintes do corpo humano são orgânicos, estão em movimento o tempo todo, imbricados por inúmeras relações e vinculados com diversos corpos similares e diferentes, por isso, encontram-se inconclusos e, por assim afirmar, estão em reconstrução, constantemente.

Sentimo-nos mais confiantes e seguros, teórica e filosoficamente, ao olhar as diferentes paisagens geográficas, pelo fato de conseguir pensar um pouco livremente, ou menos, alienadamente, sobre o espaço. A grande descoberta obtida com a realização do doutoramento foi perceber que a aprendizagem geográfica, ou seja, as noções de tempo e espaço são adquiridas por diferentes meios de aprendizagem, porém os mais significativos meios, no Assentamento Conquista na Fronteira, estão vinculados com as mais variadas experiências convividas no cotidiano, sem limites de idade. Avalia-se que a linguagem humana torna-se muito importante para estimular a aprendizagem, exercitada pelo conversar, pelo diálogo, pela enunciação oral e, também, pelo complexo sistema dos sentidos humanos.

Apesar de ser uma realidade só, o território do Assentamento Conquista na Fronteira pode não ser a mesma construção do real, dependendo dos olhares manifestados sobre o território materializado. A construção da realidade que

fazemos após as ações da pesquisa pode e, certamente será, diferente da construção subjetiva e objetiva estabelecida pelos atores sociais assentados. Também, notamos diferenças de pensar entre os assentados, com uma ligeira diminuição à medida que a comunicação entre eles dirimia a maior parte das dúvidas. O princípio da comunicação entre os assentados sugere o envolvimento de todos, bem como a participação dos mesmos no processo de planejamento territorial.

Um território reconstruído sem o exercício do poder político exige um interacionamento de relações entre o pensar, incluindo a reflexão e a revisão. A materialidade do território está vinculada com a subjetividade humana e suas intencionalidades, por sua vez, vinculadas aos desejos. Os desejos para construir o território com igualdades sociais necessitam de posturas filosóficas que negam os princípios capitalísticos de consumo, de descartabilidade, de virtualidade, buscando seguir princípios ontológicos hominídeos e as originalidades ecológicas. A isso, ligam-se os princípios da vida humana e da sustentabilidade orgânica e inorgânica, ou seja, as vidas são orgânicas, inorgânicas e cósmicas. Percebemos que os humanos pensam, sentem e dependem dos elementos da natureza, e a maioria dos assentados percebe dessa maneira também.

Concluimos que o exercício humano do resistir aos inconvenientes incômodos provocados pela máquina capitalística, respeitando as semelhanças e diferenças humanas, bem como as físicas/naturais persistiu em toda a caminhada de construções territoriais para as conquistas do território coletivo, e continua o curso em direção ao porvir. Entendemos que os assentados compreendem a necessidade de superar os desejos de posses e de poder político e, por isso, o encontro entre os humanos está sempre em movimento, no trabalho, nas análises e avaliações, nas reflexões, nos festejos, além de outras oportunidades de reuniões. As expressões orais, principalmente, do eu, minha, meu, precisaram ser superadas em direção ao nós, nossa, em suma: do coletivo. Talvez seja a enunciação mais evidenciada no território. Teoricamente, até podemos anunciar expressões condizentes ao convívio coletivo ou à distribuição de renda, socializações materiais, ou troca de conhecimento e saberes, porém, somente na convivência, por meio das experiências desenvolvidas no coletivo, com a partilha na prática, é que poderemos assegurar a sociabilização das coisas, objetos, informações e emoções.

Avaliamos que o pensamento moderno vem ocupando, em parte, o espaço das subjetivações, que antes foram criadas e introduzidas pelo cristianismo, em que

ambas impedem o exercício do compartilhamento, por terem instaurado sentimentos de fraqueza, dependência, medo, culpabilidade e subserviência de uns seres humanos para com os outros. O exercício do poder político, ao longo da história da sociedade, mas, principalmente, após a segunda guerra mundial, esteve acoplado à falta de coragem, ao desentendimento das origens em geral e ao desrespeito aos diferentes modos de pensar, de agir, de produzir e de consumir e às formas de viver e de conviver, divergentes ao capitalismo. A tecnologia moderna e suas engenharias, inventada na Europa, sutilmente foi estendida para o mundo e se impondo nos mais diferentes lugares, em sobreposição aos saberes tradicionais, entre as variadas culturas do planeta.

A tecnologia, aliada às novas informações agropecuárias, implantada no meio rural brasileiro, a partir de 1970, provocou mudanças substanciais entre os humanos e, por conseguinte, com as características naturais dos elementos orgânicos e inorgânicos. Ainda continua contundente no espaço agrário do Extremo Oeste de Santa Catarina, inclusive no assentamento rural Conquista na Fronteira, pois parte da produção e do consumo agrícola utiliza tecnologia moderna dependente.

A tecnologia moderna exerce determinada pressão sobre o processo de reterritorialização, em função da necessidade de aumento da produção agropecuária surgida no território, criando uma dependência produtiva, por vários motivos, dentre os quais destacamos: a) uso de energia elétrica; b) consumo de produtos (bens duráveis e não duráveis) industrializados, tanto no coletivo quanto nas particularidades, adquiridos fora do território; c) uso de maquinarias mecânicas na atividade agropecuária e de transformação; d) investimentos na infraestrutura produtiva e de bem-estar; e) investimentos em serviços coletivos, como educação, lazer, burocracia, preservação da vida e outros e f) construções de subjetivações com desejos de consumo.

Para utilizar a tecnologia moderna e dependente paga-se um preço elevado e, nesse sentido, exige-se maior produção para ser comercializada a fim de buscar os recursos econômicos necessários a suprir determinadas deficiências. Um exemplo, aparentemente bem singelo, está na aquisição do pintainho, outro é a compra de aditivos químicos utilizados na alimentação animal e na produção agrícola, além de outros. Outro exemplo é a energia elétrica, pois no atual contexto socioespacial, parece ser inevitável utilizá-la sem a compra da mesma, bem como a utilização de recursos mecânicos para a produção agropecuária e demais setores inerentes ao coletivo. Da mesma forma, os sistemas de comunicação, ligados com o exterior do

assentamento (transporte, telefone, fax, informática e outros), também precisam ser adquiridos com o uso da moeda.

Dentre os produtos destinados a garantir o equilíbrio financeiro em função da compra de produtos industrializados e pelo uso de tecnologia moderna, suscita uma preocupação em nossa análise territorial, pois se criou, principalmente entre os jovens, grande expectativa voltada à ampliação de renda com maiores investimentos na produção de frangos. Paralelo a essa expectativa, por outro lado, percebemos a presença de um determinado desestímulo entre alguns mais jovens que atuam na atividade agrícola destinada à alimentação, nos setores que demandam o uso de mão-de-obra sem a presença do auxílio mecânico. Essa maneira de pensar e de agir pode acarretar num impacto a ser sentido, negativamente, pelo coletivo, caso não ocorram discussões mais aprofundadas em torno do assunto. Avaliamos que a produção de frangos, da forma como está sendo conduzida, tecnicamente, pode ser controlada pelo modo de pensar capitalístico, desestruturando os desejos do convívio coletivo, pois o mercado, além de estabelecer as normas da qualidade do produto, impõe as condições do processo produtivo. Sabemos que o mercado não tem piedade, a não ser com o lucro e o acúmulo de capital.

Outra reflexão intrigante recai sobre a questão referente à criatividade humana, que passou a ser abalada em função da presença da tecnologia moderna, inculcada em alguns setores da atividade agropecuária. Com isso, os seres humanos deixam de exercitar ações criativas no trabalho para responder aos estímulos provocados pela tecnologia presente no processo produtivo. Alguém pensa em algum lugar do mundo, arquiteta e enquadra todos os movimentos dos seres humanos envolvidos na produção, ocupando um espaço importante da convivência coletiva, inibindo o exercício do pensar. Se tomarmos como exemplo o frango produzido no território, novamente, os indivíduos sociais locais precisam se adequar à padronização produtiva, desde a chegada do pintainho, até o recebimento do valor monetário ganho com a venda da carne de frango no mercado. Ao mesmo instante que se perde a noção da totalidade, vai se fragmentando o pensar do agir e o produzir do consumir, haja vista a produção em série, baseada no modelo fordista/taylorista. Como consequência, os seres humanos passam a se distanciar entre si e, esses, dos elementos físico-naturais, ao mecanizarem-se, demasiadamente, a produção e o consumo.

Ao contrário, o desenvolvimento da atividade agrícola ou pecuária com a utilização de tecnologia própria estimula a criatividade e o cuidado em cultivar e o

cuidado em criar, permitindo aos envolvidos no processo produtivo a visão da totalidade. Isso colabora com a aprendizagem e com os sentimentos voltados às origens e com a sustentabilidade, espontaneamente. Dos vários exemplos a apontar, destacaremos o cultivo do milho, em que o custo de produção é muito reduzido por utilizarem tecnologia própria, desde a origem da semente até o consumo do mesmo. Os indivíduos sociais acompanham o processo produtivo, aproximando as relações humanas e os humanos em contato com a natureza. Com esse propósito, o respeito pela preservação das vidas, em geral, amplia-se e o tempo geológico e social adquire sua normalidade, diferindo muito daquele estabelecido pelo mercado, ou seja, ampliar a velocidade e condensar o tempo de produção e de consumo. Esse modo de cultivar torna o território independente do poder do mercado, criando condições mais espontâneas de pensar e de projetar o território, isento de degradações, de poluições e de contaminações.

Existe diferença entre a tecnologia moderna de produção agropecuária com a tecnologia do modo de pensar dos camponeses. A tecnologia moderna poderia ser traduzida em informações voltadas à produção, em que o valor da informação é controlado pelo mercado, cada vez mais interessado pelo acúmulo de capital, gerando, com isso, poder político, econômico e cultural em prol de alguns. As informações são conhecimentos científicos produzidos e vendidos a quem delas se utiliza. Essas informações na produção agropecuária, quando controladas pelo capital, nem sempre têm compromisso ou quase sempre estão descompromissadas com a vida dos humanos e, tampouco, com os elementos físicos e naturais, como o solo, a água, a fauna, a flora, as bactérias, o ar, enfim, com o cosmo em geral.

Diferente daquela, a tecnologia oriunda dos camponeses é construída por meio de experiências socializadas e repassadas, de geração em geração, através da troca de saberes. O cuidado com a qualidade dos produtos aparece em primeiro plano, pois preservam muito a originalidade natural, desde o cuidado com a semente até o armazenamento dos produtos cultivados e criados, e de seus derivados. O tempo utilizado pelo modo camponês no desenvolvimento agrícola busca valorizar os períodos naturais, pois, o compromisso é com a comunidade local e não apenas com as exigências do mercado. Dessa forma, o tempo geológico e o tempo social são respeitados e, como consequência, degrada-se menos, polui-se muito pouco e contamina-se quase nada. As probabilidades de vida orgânica e a sustentabilidade inorgânica tendem a se ampliar cada vez mais.

Avaliamos que o convívio coletivo com a distribuição equitativa de renda e a forma de organização no trabalho, em que todas as atividades agropecuárias e as vinculadas a elas são desenvolvidas por equipes responsáveis por cada uma delas, foi garantindo maior otimização de tempo e melhor uso da energia humana para a produção agropecuária. Além de possibilitar o cultivo e a produção de uma enorme diversidade de alimentos e outros produtos, tornaram-se muito independentes do mercado. Os resultados positivos de produção garantem uma diminuição de tempo a ser utilizado no trabalho, restando mais tempo para reunir os indivíduos sociais em torno de discussões, debates, avaliações, assembleias deliberativas, conversas informais, encontros para o lazer e outras formas de envolvimento humano, para além do trabalho coletivo.

A postura filosófica dos atores sociais adotada para a construção do território sem o exercício do poder político e econômico, fundamentada na defesa da vida humana motivou as atitudes e ações iniciais, ficando o mercado para um segundo plano. A produção de alimentos, quase na totalidade, sem a utilização de dependentes químicos e independentes de tecnologia externa, e o consumo dos mesmos, *in natura* ou fabricados no local, são outros fatores relevantes na reconstrução do território com sustentabilidade econômica, social, cultural e ecológica. O sucesso incondicional conquistado até o momento por meio do cultivo de alimentos poderia continuar se estendendo para o consumo de produtos de higiene e de limpeza com a fabricação de novos produtos alternativos no local. Essa sugestão poderia servir, também, para a ampliação no uso de remédios medicinais alternativos, utilizados pelos humanos, bem como para o tratamento dos animais domésticos.

Em alguns setores da produção e do consumo foi se fazendo uma fusão de conhecimentos técnicos modernos com os saberes populares do campo presentes entre os atores sociais, surgindo, em alguns setores, novas experiências ligadas à atividade agropecuária. As relações humanas estabelecidas no convívio, tanto na produção quanto no consumo agropecuário motivaram os menos experientes dessas práticas, a seguir os ensinamentos construídos no coletivo.

A educação do campo consiste, ainda, em persistir com as práticas de socializar coisas, objetos e aprendizagens e, por isso, no assentamento, foram construindo uma base teórica e filosófica, ou muitas subjetividades humanas com o sentimento coletivo por meio da partilha material e imaterial, entre os atores sociais do território. A troca de experimentos ocupa o maior percentual de aprendizagem

entre os indivíduos sociais, inclusive entre os infantis. Além da aprendizagem cognitiva emergem os desejos e os sentimentos cooperadores para o convívio no coletivo, nas atitudes de arrumar o território com alegria e beleza, na tentativa de harmonizar os homínídeos com a terra e os incrementos da terra. Aos poucos, homens, mulheres, jovens, crianças, foram construindo suas identificações com e no lugar, cuidando do lugar.

O sentimento de pertencimento ao lugar aumenta a responsabilidade da maioria dos indivíduos sociais do assentamento rural Conquista na Fronteira, porém as influências externas advindas, principalmente, dos meios de comunicação de massa interpelam as subjetivações humanas, buscando introduzir o consumo fácil de mercadorias e de informações, atingindo, com maior intensidade, os jovens e os infantis. Com isso, surge a necessidade de ampliar os debates e melhor compreender os efeitos derivados das informações provocadoras de desejos capitalísticos e continuar investindo em práticas marcadas pela estética e, principalmente, pelas místicas, criadas pelos atores sociais do território.

Ao contrário do homem moderno, projetado em masculino e autoritário, com a pesquisa entendemos que o homínídeo se constitui de muitos outros elementos, além do racional. O corpo humano pensa, mas também possui sentimentos e outros sentidos manifestados pelas emoções e pelo linguajar. Essas manifestações se concretizam por meio das convivências com os outros e em contato com os diversos elementos da natureza, incluindo, nesse contexto, o cosmo como um todo. Cada indivíduo social no assentamento possui sua unicidade, sua particularidade, portanto, as possibilidades criadas no território para estar com o outro e os outros, amistosamente, são tantas, disponibilizando, desta maneira, inúmeras e variadas atitudes e comportamentos profícuos para a aprendizagem. Torna-se difícil de explicar, mas o ser humano, na sua totalidade, não só apreende, mas também sente, aliás, sabe se posicionar mediante as realidades vivenciadas ou experienciadas em seu período orgânico. Muitos, porém, têm dificuldades de se manifestar mediante ela.

Assim sendo, a realidade do assentamento Conquista na Fronteira apresenta uma estética particular, que se configura pela sabedoria dos indivíduos sociais num entrelaçamento de trocas entre eles, nas ações praticadas, cotidianamente, no laborar (individual e coletivo), na distribuição dos resultados do trabalho coletivo, no cuidado das flores e plantas ornamentais no jardim e entorno da casa, nos jogos comunitários em geral, nas refeições comunitárias e coletivas, na elaboração do

programa escolar, na colheita do milho crioulo, destinado para semente, na preocupação com o estado físico e emocional do outro, na proposta política escolhida para o planejamento territorial, além de outras tantas situações estéticas.

A estética expressa uma linguagem acolhida tanto por aquele que dela se aproxima quanto para os atores sociais que a promovem. As emoções afloram e se externalizam entre os indivíduos sociais, ao mesmo tempo em que elas se internalizam. O emocionar-se é exclusivo de cada ser humano, concretiza-se por atitudes particulares, necessitando ser experimentado por atos individuais, sozinho ou com a presença do outro. Aprendemos que cada ser humano precisa do outro como uma espécie de âncora ou de sustentáculo em quem possa se apoiar para manifestar suas emoções e desejos. Os desejos não se restringem àqueles propostos ou criados pela máquina capitalística, ao contrário, avaliamos que são manifestações espontâneas de cuidado que cada ser humano reserva dentro de si, e, à medida do necessário, ele age ou reage, por intermédio de atos, palavras, gestos, olhares, sensações percebidas e não percebidas, além de outras.

A realidade do território tornou-se numa realidade desejada e querida, convalidada por atos e palavras, em que o conversar se transformou num instrumento indispensável para que atingissem os objetivos apontados desde o início da caminhada para a conquista territorial. Acreditamos que haja diferença entre o ato do falar e a atitude do conversar, em que o conversar está mais próximo da troca de informações, vincula-se mais com o diálogo, ao passo que o falar possui pouco compromisso com a aprendizagem do outro. Traduzindo, falar tem mais a ver com um exercício mecânico de liberar palavras, oralmente, e, dependendo da disposição de quem ouve, ocorrerá a aprendizagem ou não, pois apenas ouve. As conversações referentes à realidade territorial são oportunizadas a todos, aliás, são conquistadas, pois ninguém é detentor da “verdade”, o território constituiu-se na prática, conjuntamente, com as territorialidades e reterritorialidades humanas em reconstruções coletivas.

Há de se destacar a prática da mística para despertar entre os indivíduos sociais o ânimo ou a reenergização para a caminhada, sempre em rumo ao porvir do território. A busca do novo requereu dos atores sociais coragem e persistência, pois os passos seguintes a serem dados, naquele momento, era realidade somente em desejos, porém não tinham certeza se as ações para a reconstrução territorial agradariam o desejo de todos. A realidade dá mostra que é difícil saber, ao certo, sem a certeza de dar o primeiro passo da caminhada, o segundo, o terceiro? Enfim,

continuar caminhando era preciso. Em função de a caminhada ter sido construída no coletivo, os tropeços e quedas, dela decorridos, com o caminhar, mais facilmente, passaram a ser evitados. No processo de reconstrução territorial, a mística poderia ser comparada como um outro alimento qualquer. Semelhante ao corpo físico, que necessita do alimento material, o corpo espiritual requer o alimento da alma, das energias sentimentais.

Conseguimos perceber, no decorrer da pesquisa, a importância e o significado que a mística possui para os indivíduos sociais do território Conquista na Fronteira. Atualmente, a mística praticada no assentamento, quase toda ela é criada pelos atores sociais, mas a mesma foi proposta e executada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em nível de Brasil. A mística colabora para explicar um tema, ajuda a recuperar os acontecimentos e fatos históricos, ela funciona como um energizante, através das músicas, das danças, das peças teatrais, no grito de ordem, na poesia declamada, na ação de graças realizada na roça em agradecimento pela colheita conquistada e, assim por diante. A mística aparece, também, nas fotografias que registram a realidade cotidiana dos assentados, na bandeira do MST, hasteada, tremulando o tempo todo, na figura do Che Guevara estampado na parede do clube comunitário, além de tantas outras manifestações a esse respeito. Podemos apenas observar as ações voltadas às místicas praticadas no lugar, mas não temos condições para mensurar os efeitos provocados com a realização dessas práticas.

Além da natureza do outro, o ser humano também se emociona com os demais sentidos do corpo ao entrar em contato com o cosmo, de maneira desejada ou espontaneamente, às vezes, sem esforço algum de percepção. Os homínídeos são constituídos, também, de energia, sais minerais, cloro, fósforo, potássio, ferro, água, ar, fibras vegetais e outros similares e, por isso, sentem sensações agradáveis, estando em contato com os constituintes cósmicos. Algumas atitudes queridas e desejadas pelos indivíduos sociais, que verificamos no território, condizem com esse modo de pensar, que são os banhos no rio junto à cascata d'água, pescas no açude ou no rio, caminhada pela mata, coleta de pinhão junto às araucárias, o chimarrão saboreado ao redor do fogão num dia de frio, descanso na sombra de uma árvore e sentir a brisa num dia quente de verão, acompanhar o surgimento do sol pela manhã ou o pôr do sol ao anoitecer, observar o desenvolvimento de uma planta cultivada na horta, criar um animal doméstico, sentir

o cheiro da terra no início de uma chuva, ouvir o canto dos pássaros, degustar uma fruta silvestre, brincar correndo na grama ou subindo numa árvore, além de outros.

O coletivo necessita continuar exercitando práticas que revitalizem a memória do território, desde a ocupação até o momento atual, demonstrando aos que não conviveram, diretamente, com o histórico dos demais, possam valorizar as energias desprendidas pelos que se envolveram até o momento, despertando o sentimento de maior identificação com o lugar em construção. Como sugestão aos assentados, apontamos a criação de um centro cultural de memória, para a exposição de fotos, registros, contos, cantigas, hino do movimento social, expressões com palavras de ordem, registros de diálogos, instrumentos e outros motivos simbólicos, versando sobre as ações e as experiências desenvolvidas na construção do território.

A superação do medo e dos orgulhos poderá ser motivada pela persistência em conviver, coletivamente, porém, precisamos refletir um pouco mais sobre a busca pela materialidade e rever as formas de sanar as espiritualidades e os sentimentos de parte dos indivíduos sociais. Os avanços econômicos foram surpreendentes até o momento, mas o investimento nos seres humanos deverá ser o grande desafio, doravante, para o coletivo Conquista na Fronteira, a ser conquistado, semelhante ao que já se conquistou. Evidenciamos que algumas individualidades sentem mais pressão ao conviver no coletivo do que outras, mas o número de indivíduos sociais com maior grau de satisfação, por conviver, coletivamente, é bem superior que as insatisfações. Além do que, as insatisfações individuais referentes ao convívio no coletivo não atingem a totalidade do corpo humano, são alguns aspectos que os deixam desmotivados ou insatisfeitos.

Será necessário, também, estabelecer, mais intensamente, novos diálogos entre os mais experientes do coletivo com os jovens, pois se, de um lado, alguns jovens se sentem um pouco desconsiderados no processo de planejamento, por outro, os mais experientes estão preocupados e com dúvida da continuidade do território no coletivo. Como sugestão, além da conversa muito fluente e esclarecedora entre os indivíduos sociais do território, os jovens poderiam realizar estágios de convivência em propriedades rurais da região, que adotam modo moderno de produzir, pesquisando todo o processo de produção e de consumo nessas propriedades. Após a caracterização dos dados, analisá-los e avaliar os impactos sociais, econômicos, culturais e ecológicos, provocados nessas propriedades. Além disso, poderá ser feita uma comparação entre as duas realidades, abordando os elementos materiais e imateriais, como os sentimentos,

desejos, projeção, perspectivas de futuro e outros, promovendo reflexões de aprendizagem.

O exemplo das missões de estudantes do ensino superior, de inúmeras universidades nacionais e internacionais, para visitar o local do território do Assentamento Conquista na Fronteira, poderia ser seguido, com promoções de visitas aos estudantes do ensino fundamental e médio das escolas onde os meninos e meninas assentadas estudam. Os colegas estudantes da cidade que possuem outras experiências de vida, em contato com o território rural poderão conhecer melhor a vida do campo. Entendemos que uma melhor compreensão da realidade do assentamento rural, por parte dos meninos e meninas da cidade, poderá auxiliá-los a respeitar os meninos e jovens estudantes assentados.

O território Conquista na Fronteira desenvolve suas experiências de vida, efetivando aquilo que entendemos por desenvolvimento sustentável, pelo modo como otimizam as energias e pela maneira como passaram a realizar a atividade agropecuária. O *des-en-volvi-mento* passou a ser realidade por meio de práticas com experiências, desejando a garantia da vida humana, em que as ações pudessem ser realizadas com a participação e o envolvimento de todos. Partiram do princípio de que todo o território é de todos, sendo um bem comum. Foram se construindo os desejos, intencionando a manutenção do todo. Buscam se entender, conhecendo o significado do território físico e das territorialidades humanas, combinando as capacidades individuais com as atividades agrárias e demais responsabilidades inerentes à organicidade do território.

Ao compreender que a vida está acima do lucro e do capital particular, foram percebendo que o lugar necessitava ser cuidado e preservado para os indivíduos sociais da atualidade e os seguidores dessa proposta de construção territorial. Com essa filosofia, passaram a utilizar os elementos físicos e naturais como um patrimônio da humanidade, superando o conceito de recursos naturais próprios para o consumo. As experiências compartilhadas permitiram acertar e errar; os equívocos serviram de apoio a desenvolver as práticas agrícolas, respeitando os aspectos físicos e naturais, ou seja, os elementos orgânicos e inorgânicos que constituem aquele ecossistema.

Para utilizar os bens físicos e naturais na atividade agropecuária de maneira não degradante, não poluente e não contaminante foi de fundamental importância, antes, desenvolver relações sociais de respeito entre os humanos. A maior dificuldade para a implementação do desenvolvimento sustentável são os desejos

de poder, ainda instaurados nas subjetividades humanas pela máquina capitalística. Entendemos que modos de vida voltados à sustentabilidade requerem convívios humanos, em desconstrução dos desejos de poder, desenvolvendo experiências com troca de saberes e de desejos, respeitando as potencialidades disponíveis de cada um, bem como dos elementos ecológicos a serem utilizados. O território Conquista na Fronteira, ao focar a construção de uma sociedade sem desigualdades sociais, buscando compreender os homínídeos na sua totalidade, cultivando a terra para produzir alimentos para as vidas internas e, também, externas ao assentamento, serve de exemplo para uma proposta de desenvolvimento territorial regional. O desenvolvimento regional precisa estabelecer políticas de planejamento, contemplando a relação e a vinculação entre o campo e a cidade.

A população da cidade pode repensar o consumo de alimentos, revendo os interesses pelos produtos industrializados e construindo desejos em consumir alimentos *in natura*, cultivados em nível regional pelos agricultores. Os agricultores, por sua vez, necessitam rever suas práticas agrícolas e produzir alimentos agropecuários com maior qualidade e da forma mais original possível, evitando os aditivos químicos e as contaminações dos alimentos, dos seres humanos que utilizam os recursos químicos e do solo, da água, da vegetação e dos animais, microorganismos e bactérias em geral.

Desta maneira, o planejamento do território regional necessita de políticas públicas comprometidas com a integração campo e cidade, que impeçam a exploração do trabalhador rural, propondo medidas para garantir preços justos dos produtos da roça. Essas políticas, também devem colaborar com a conscientização, superando os excessos de exploração dos elementos físicos e naturais. Os agricultores regionais precisam de incentivos no meio rural para manifestar seus desejos de agricultor, interessados em produzir alimentos com qualidade. Enquanto que, na cidade, os que produzem alimentos possam vender por um preço justo, diretamente à população sem a interferência do atravessador do mercado, criando possibilidades para que os de menor renda consigam se alimentar, contribuindo para a recuperação das dignidades humanas.

Intencionado, porém, sem o desejo de finalizar, esperamos, com a pesquisa realizada e publicada, ter cumprido, em parte, nossa função social de professor/pesquisador de Geografia. Ficam disponíveis esses escritos para auxiliar novos pesquisadores de territórios e territorialidades e àqueles que desejarem

planejar os territórios com melhor qualidade de vida humana e com respeito pelos ecossistemas ecológicos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1994, p. 277.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: organização da irmandade cabocla. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1997.

BOFF, Leonardo. **Identidade e Complexidade**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/desejos/textos/galaxy.html>>. Acesso em 19 set. 2007.

_____; BETTO, Frei; BOGO, Ademar. **Valores de uma ética militante**. São Paulo: Consulta Popular, 2001.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. 2. ed. São Paulo: Peres, 2000.

_____. **O vigor da Mística**. Cadernos de cultura MST. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pra mim foi uma escola...** O princípio educativo do trabalho cooperativo. Passo Fundo: UPF, 2002.

BOSI, Alfredo. **A Importância da Cultura na Construção de um Projeto Popular Alternativo**. Palestra feita a convite dos Dirigentes e Coordenadores do MST. Cajamar, 17 de agosto de 2003.

BRESSAN, Josefina. **Pirâmide Alimentar**. Ilustração: Graziela Mantoanelli. Disponível em: <<http://www.diabetes.org.br/nutricao/piramide.php>>. Acesso em 19 jan. 2009.

BUZZI, Arcângelo R. **A identidade humana**: modos de realização. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAMINI, Isabela (coord.). **Construindo o caminho numa escola de assentamento do MST**. Veranópolis: ITERRA, 2000.

CARUSO, Mariléa M. Leal; CARUSO, Raimundo C. **Mares, e longínquos povos dos açores**. Florianópolis: Insular, 1996.

CARUSO, Raimundo C. **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina**. Florianópolis: Edições da Cultura Catarinense, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. Trad: Klauss Brandini Gerhartdt, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Josué (1908-1973). **Fome**: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CLAVAL, Paul. A Geografia cultural: o estado de arte. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 59-97.

_____. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de C. A. P. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeni e CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 35-86.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 251-256.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSGROVE, Denis. Mundos de significados: Geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Geografia cultural: um século(2)**; tradução de Shepherd, T. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 33-60.

_____. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: Corrêa, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeni (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

CUNHA, Danilo Aronovich (Coord.). **Atlas Escolar de Santa Catarina**. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento - SEPLAN. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

DELEUZE, Gilles. A idéia de gênese na estética de Kant. Tradução: Cíntia Vieira da Silva. **Revue d'esthétique**, v. XVI, nº 2, abril-junho, Paris, PUF, 1963, pp. 113-136.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Cesta Básica Nacional** - dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/racjan09.xml>>. Acesso em 10 jan. 2009.

DIETERICH, Heinz. Teoria e práxis no novo projeto histórico. In: PETERS, Arno [et al.]; Trad: Eliete Ávila Wolff. **Fim do capitalismo global**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 129 – 164.

DUBY, George. **Senhores e camponeses**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1997.

EIDT, Paulino. **Porto Novo** – da Escola Paroquial ao Projeto de Nucleação. Ijuí: Unijuí, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____; WALTER, Carlos. **Josué de Castro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo>>. Acesso em 19 jan. 2009.

FIORENTIN, Marcos. **MST e desenvolvimento local: uma experiência do Assentamento “Conquista na Fronteira”/SC**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FONTANA, Airton. **Construindo o caminho**: uma educação orgânica. São Miguel do Oeste: McLee, 1999.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Soeli. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Tradução: Soeli Rolnik. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF, São Paulo: CONTEXTO, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Trad: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEIDRICH, Álvaro L. Territorialidade humana: memória, representação e consciência. **Revista Formação**, Presidente Prudente – SP, v. 2, n. 14, 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/formacaon14v2.php>>. Acesso em: 7 jan. 2009.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 1981.

_____. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. Conferência: **Ética e desenvolvimento sustentável** – caminhos para a construção de uma nova sociedade. Tradução: Karla Demoly. Unijuí Psicologia & Sociedade; 16 (2): 102-110; set/dez.2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a13v16n3.pdf>. Acesso em: 14 jan.2009.

MDA - INCRA - Superintendência Regional de Santa Catarina. Mapa de Infraestrutura do Assentamento Tracutinga. Curitiba: VPC / Brasil, 2007. 1 mapa. Escala: 1:10.000.

_____. Mapa de uso do solo Assentamento Tracutinga. Curitiba: VPC / Brasil, 2007. 1 mapa. Escala: 1:10.000.

_____. Mapas de reordenamento territorial Assentamento Tracutinga. Curitiba: VPC / Brasil, 2007. 1 mapa. Escala: 1:20.000.

MEDEIROS; Rosa Maria Vieira. Territorialidade, identidade e exclusão social. In: **Anais do IV, V e VI Encontro de Geografia da Uniãoeste Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 2003, EDUNIOESTE, p. 175-180.

MEDEIROS, Evandro Costa de. **A dimensão educativa da mística sem terra: a experiência da escola nacional “Florestan Fernandes”**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MILL, John Stuart. **Ensaio sobre a liberdade**. Tradução: Rita de Cássia Gondim Neiva. São Paulo: Escala, 2006.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: O olhar transdisciplinar**. Participação de Marcos Terena. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Margarida M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NEIVA, Rita de Cássia Gondim. Apresentação. In: MILL, John Stuart. **Ensaio sobre a liberdade**. Tradução: Rita de Cássia Gondim Neiva. São Paulo: Escala, 2006. p. 9-11.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 02, n.21, p. 113-156, jul/dez. 2003.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina – história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos e SPOSITO, Eliseu (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.17-35.

_____. **Entrevista**. Universidade de GENEBRA. Entrevistador: Marcos Aurélio Saquet. Revista Formação, n.15, v. 1 – p.01-05.

RAMPINELLI, Waldir José (org.) **Os 500 anos – A conquista interminável**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

REGO, Nelson. Geração de ambiências – três conceitos articuladores. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 02, n.19, p. 199-211, jul/dez. 2002.

RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, 138-205.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST**. Revista Estudos Feministas, jan.-abr., ano/vol. 12, nº 001, Rio de Janeiro, 2004, p. 321-330.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O retorno do território**. Apresentação por Maria Adélia Aparecida de Souza. En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, no. 16. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2009.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **A integração do índio na sociedade regional**. Florianópolis: UFSC, 1970.

SAUER, Carl Ortwin. Desenvolvimentos recentes em Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSEND AHL, Z. (Org.). **Geografia cultural**: um século(1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 15-98.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução: Laureano Pelegrin. Bauru: EDUSC, 1999.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SILVA, Armando Corrêa da. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 257-260.

SILVA, Émerson Neves da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Apresentação. In: SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, no. 16. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2009.

SUERTEGARAY, Dirce Maria. A. **Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da Geografia**. In: SILVA, Aldo Dantas da; GALENO, Alex (orgs.).

Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 181-208.

TERENA, Marcos. In: MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: O olhar transdisciplinar.** 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado.** Caçador: INCON, 1992.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade.** Tradução: Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

WAGNER, Philip. L; MIKESELL, Marvin W. Temas da Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Geografia cultural: um século (1).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 111-167.

UCZAI, Pedro (org.). **Para uma história dos índios do Oeste Catarinense.** Ano 04, nº 06, Chapecó: CEOM, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para coleta de dados



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Geociências

Doutorando Antônio Carlos Moreira

Profª Orientadora Drª Rosa Maria Vieira Medeiros

1 NA CRIAÇÃO, CULTIVO E ARMAZENAMENTO, O QUE COMPRAM?

Semente vegetal

Semente animal

Adubos químicos

Fertilizantes

Agrotóxico

Herbicida

Fungicida

Antibiótico

Vacinas

Alimentação dos animais: aves, peixes, leiteiro, porcos, bovinos, cavalares e outros

Observam as fases da lua

Benzimento

2 ALÉM DO QUE É PRODUZIDO NO COLETIVO VOCÊ CRIA OU CULTIVA ALGUMA COISA A MAIS EM CASA? JUSTIFIQUE O MODO DE CULTIVAR OU CRIAR.

3 POR QUE CONSTRUIU A CASA COM PORÃO?

3.1 Gostaria que sua casa possuísse porão? Por quê?

4 LISTA DE ALIMENTOS E PREPARO DE ALIMENTOS

Energia elétrica

Gás de cozinha

Lenha

Arroz

Feijão

Carnes: (Peixe , Bovino, Suíno, Frango)

Leite

Ovos

Salame

Pão

Cuca

Bolachas

Bolos

Sobremesas

Frutas

Legumes

Salada (verduras)

Margarina
Manteiga
Presunto
Queijo
Nata
Pipoca
Amendoim
Farinha de trigo
Farinha de milho
Gordura animal (banha)
Óleo vegetal
Fermento
Massa
Milho verde
Ervilha
Temperos para comida
Erva-mate
Café
Açúcar
Suco e chá
Outras bebidas
Outros _____

5 VOCÊ CONHECE A QUALIDADE DA ÁGUA QUE UTILIZA?

**6 VOCÊ CONHECE TODA A ÁREA TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO?
EXISTE MUITA ÁGUA E VEGETAÇÃO NATURAL?**

7 REMÉDIOS

7.1 Fica doente com frequência? Lembra da última vez que esteve doente?

7.2 Utiliza remédios naturais;

7.3 Remédios químicos (comprados na farmácia);

7.4 Benzimento.

8 HIGIENE PESSOAL

Sabão

Papel higiênico

Sabonete

Xampu

Cremes (dental, barbear, cabelo, pele)

9 LIMPEZA DOMÉSTICA: O que usa?

Detergente

Sabão em pó

Sabão em barra

Amaciante de roupas

Água sanitária

Cera

**Desinfetante
Esponja de aço
Vassoura**

10 AS CRIANÇAS E JOVENS ENVOLVEM-SE EM QUAIS TAREFAS DA CASA DE MORADIA E DO ASSENTAMENTO?

- 10.1 Limpeza da casa.**
- 10.2 Ajuda no preparo da alimentação**
- 10.3 Na ornamentação do assentamento**
- 10.4 Em brincadeiras**
- 10.5 Na escola do assentamento. (De que forma)**
- 10.6 Construção ou reparo de instrumentos de trabalho**

11 O QUE OS JOVENS MAIS GOSTAM DE FAZER?

- 11.1 Em relação ao tipo de trabalho**
- 11.2 A diversão**
- 11.3 Grupos de organização**

12 QUAIS OS PROGRAMAS MAIS ASSISTIDOS NA TV PELOS JOVENS E CRIANÇAS?

- 12.1 Jornal**
- 12.2 Novela**
- 12.3 Programas dos mais variados títulos:**
 - 12.3.1 Música**
 - 12.3.2 Cultural**
 - 12.3.3 Educação**
 - 12.3.4 Esportes. Qual _____**

13 COMO VOCÊ UTILIZA O TEMPO QUANDO NÃO ESTÁ TRABALHANDO OU ESTUDANDO?

14 O QUE É MAIS FÁCIL E MAIS DIFÍCIL EM CONVIVER COLETIVAMENTE?

15 O QUE MAIS TE PREOCUPA EM RELAÇÃO À VIDA DOS JOVENS E CRIANÇAS NO COLETIVO?

16 PRETENDE CONTINUAR VIVENDO NO ASSENTAMENTO POR MUITO TEMPO? POR QUÊ?

17 GOSTARIA QUE ALGUMA COISA AQUI NO ASSENTAMENTO FOSSE DIFERENTE? O QUE MUDARIA?

18. COMO FUNCIONA A QUESTÃO DA MÍSTICA?

APÊNDICE B – Quadro para coleta de dados

Amendoim																				
Farinha de trigo																				
Farinha de milho																				
Gordura animal (banha)																				
Óleo vegetal																				
Fermento																				
Massa																				
Milho verde																				
Ervilha																				
Temperos para comida																				
Erva-mate																				
Café																				
Açúcar																				
Suco e chá																				
Outras bebidas																				
Outros																				

*I – refere-se à idade e G – refere-se ao gênero

OBS: _____



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Instituto de Geociências
 Programa de Pós-Graduação em Geografia

Doutorando Antônio Carlos Moreira
 Prof^a Orientadora Dr^a Rosa Maria Vieira Medeiros

9 - LIMPEZA DOMÉSTICA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I/G*																				
Detergente																				
Sabão em barra																				
Sabão em pó																				
Amaciante de roupas																				
Água sanitária																				
Cera																				
Desinfetante																				
Esponja de aço																				
Vassoura																				

*I – refere-se à idade e G – refere-se ao gênero

OBS:



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Instituto de Geociências
 Programa de Pós-Graduação em Geografia

Doutorando Antônio Carlos Moreira
 Profª Orientadora Drª Rosa Maria Vieira Medeiros

10- AS CRIANÇAS E JOVENS ENVOLVEM-SE EM QUAIS TAREFAS DA CASA DE MORADIA E DO ASSENTAMENTO?

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I/G*																				
Limpeza da casa.																				
Ajuda no preparo da alimentação																				
Na ornamentação do assentamento																				
Em brincadeiras																				
Na escola do assentamento. (De que forma)																				
Construção ou reparo de instrumentos de trabalho																				

*I – refere-se à idade e G – refere-se ao gênero

OBS:



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Instituto de Geociências
 Programa de Pós-Graduação em Geografia

Doutorando Antônio Carlos Moreira
 Profª Orientadora Drª Rosa Maria Vieira Medeiros

12 - QUAIS OS PROGRAMAS MAIS ASSISTIDOS NA TV PELOS JOVENS E CRIANÇAS?

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I/G*																				
Jornal																				
Novela																				
Música																				
Cultural																				
Educação																				
Esportes. Quais																				

*I – refere-se à idade e G – refere-se ao gênero

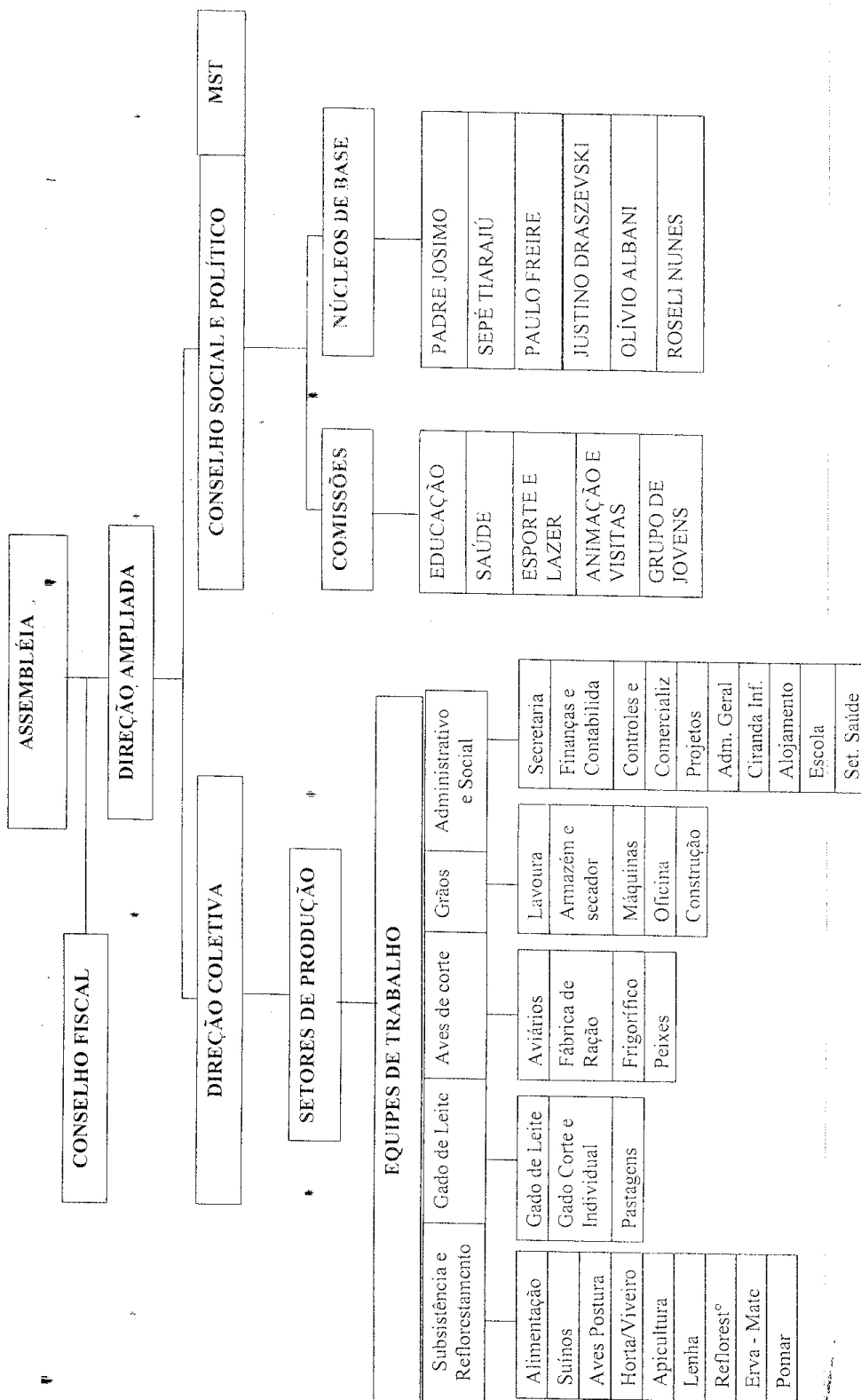
OBS:

ANEXOS

**ANEXO A - Mapa 1 – Mapas de reordenamento territorial do Assentamento
Tracutinga**

ANEXO B - Estrutura Orgânica do Assentamento Conquista na Fronteira

ESTRUTURA ORGÂNICA – COOPERUNÍAO



ESTRUTURA ORGÂNICA

a) Assembléia => Instância máxima, onde todos (as) reúnem-se a cada 30 dias para debates, aprovações ou simplesmente para informes. Também será um momento de trabalharmos a formação e resgate da mística. Os informes serão encaminhados aos núcleos junto com a pauta os mais urgentes serão encaminhados nas casas. (Para que os informes cheguem nas casas as instâncias centralizariam os mesmos no escritório com a secretária).

b) Conselho Fiscal => Sua função é fiscalizar todo o funcionamento da cooperativa. Tanto burocrática, bem como a questão patrimonial.

c) Direção Ampliada => Esta instância será composta por 10 membros: 2 representantes do Conselho Diretor, 2 representante do Conselho Social e Político, 2 Setor de Produção, 2 liberados e 2 Setor Administrativo. A função desta instância será pensar estrategicamente a cooperativa, vão utilizar os dados dos custos, finanças e comercialização como base para as discussões. Não será uma instância de decisão, as propostas montadas serão encaminhadas para o Conselho Diretor ou Conselho Social e Político. A instância se reunirá em torno de três vezes ao ano ou quando necessário.

d) Direção Coletiva => Coletivamente administra a Cooperativa na questão econômica, produção, comercialização e industrialização. Além dos cinco membros do Conselho Diretor participará um membro do Conselho Social e Político.

e) Conselho Social e Político => É sua função dar direção política para a cooperativa. Encaminhar estudos e discussões políticas, vagas para cursos de formação, encaminhar pessoas para encontros, manifestações, etc. Manter a organização interna, cumprindo e fazendo cumprir o estatuto, regimento interno e demais decisões estabelecidas. A quantidade de membros será de sete pessoas escolhidas por voto como o Conselho Diretor. Cada membro terá vínculo com uma instância (saúde, educação, esporte, lazer, jovens, animação/visitas, Conselho Diretor e Setor de Produção). O acompanhamento aos núcleos se dará através da participação nos momentos de reuniões de núcleo.

f) Núcleo de Base => É neste que se discute e sugere propostas, desenvolvem estudos de formação política. Cada núcleo terá um coordenador e uma coordenadora para encaminhar as reuniões e trabalhos e não terão vínculo com o Conselho Social e Político. Os núcleos serão reajustados por proximidade de casa e número de pessoas.

g) Comissões:

- **Comissão de Educação** => Sua função é política. Sugere e encaminha plano referente ao bom andamento da escola. Planeja a educação dentro de uma concepção popular, considerando a proposta de educação do MST e do Assentamento, a realidade em que se vive e a luta pela reforma agrária, bem como pela transformação da sociedade. O número de membros será de sete. A comissão terá autonomia de tomar alguns encaminhamentos mais práticos.

- **Comissão de Esporte e Lazer** => Esta comissão planeja e organiza o esporte e o lazer, sugerindo e criando outras alternativas para isso. Será uma comissão formada por sete pessoas, deve cumprir o planejamento e fazer cumprir o regimento do esporte.

- **Comissão de saúde** => Sua função é orientar na perspectiva de instruir para a prevenção das doenças e no uso de ervas medicinais. Prestar atendimento quando for necessário e encaminhar os casos que exijam atendimento médico e hospitalar. Será formada por três pessoas, sendo uma de cada lado do Assentamento (fazer atendimentos de urgência) e uma fixa no Setor de Saúde Che Guevara.

- **Comissão de Animação e Visitas** => Tem a função de organizar as celebrações e ajudar na organização das festas e comemorações. Deve trabalhar junto com a comissão de esporte, educação e jovens, principalmente as questões de místicas, cantos, noites culturais, entre outros. É função também organizar agenda, pessoas e núcleos para o acompanhamento das visitas. Terá oito membros dentre estes cinco responsáveis pela animação e três pelas visitas.

o Grupo de Jovens => Terá a participação de todos os jovens do assentamento e o grupo será organizado em 4 sub-grupos sendo: embelezamento/ornamentação, música, comunicação e formação. Dos sub - grupos sairá a coordenação dos jovens e terá representantes na comissão de esporte/lazer e animação/visitas.

i) **Setor de Produção** => Será constituído pelos coordenadores das equipes de trabalho. Sua função é organizar a mão-de-obra disponível na cooperativa e realizar juntamente com os membros das equipes de trabalho a execução do planejamento anual e estratégico.

1. Equipe da Subsistência e Reflorestamento (Alimentação, Suínos, Horta, Viveiro, Aves de Postura, Lenha, Pomar, Apicultura, Reflorestamento, Erva Mate)

- *Alimentação* – Realizar o plantio e colheita dos alimentos básicos para a subsistência das famílias.
- *Suínos* - Organizar o cuidado e manejo dos suínos para a subsistência das famílias.
- *Horta* - Produção de hortaliças.
- *Viveiro* – Produção de mudas.
- *Aves de Postura* – Produção de ovos.
- *Lenha* – Cortar e transportar lenha para as famílias e os setores que necessitam.
- *Pomar* – Manter e cuidar.
- *Apicultura* – Conservar as colméias e fazer a coleta do mel.
- *Reflorestamento* – Manter e plantar quando houver necessidade. Controlar as formigas.
- *Erva – Mate* – Cuidar e manter.

2. Equipe do Gado de Leite (Gado de Leite, Gado de Corte/Individual e Pastagens).

- *Gado de Leite* - Ordenha dos animais, controles, manejo e cuidado do plantel dos animais e inseminação.
- *Gado de Corte/Individual* – Manejo e cuidado dos animais de corte e o individual.
- *Pastagens* – Organização das pastagens para o gado de leite, individual e corte.

Fazer e manter os piquetes.

3. Equipe Aves de Corte – (Aviários, Fabrica de Ração, Peixes, Frigorífico).

- *Aviários* - Manejo dos aviários.
- *Fabrica de Ração* – Fazer e transportar.
- *Peixes* – Manejo e cuidado dos açudes. Organizar pastagens.
- *Frigorífico* – Abate das aves de corte, carregamento nos aviários, manutenção e reparos do frigorífico.

4. Equipe dos Grãos – (Lavoura, Armazém e Secador, Oficina, Maquinário, Construção).

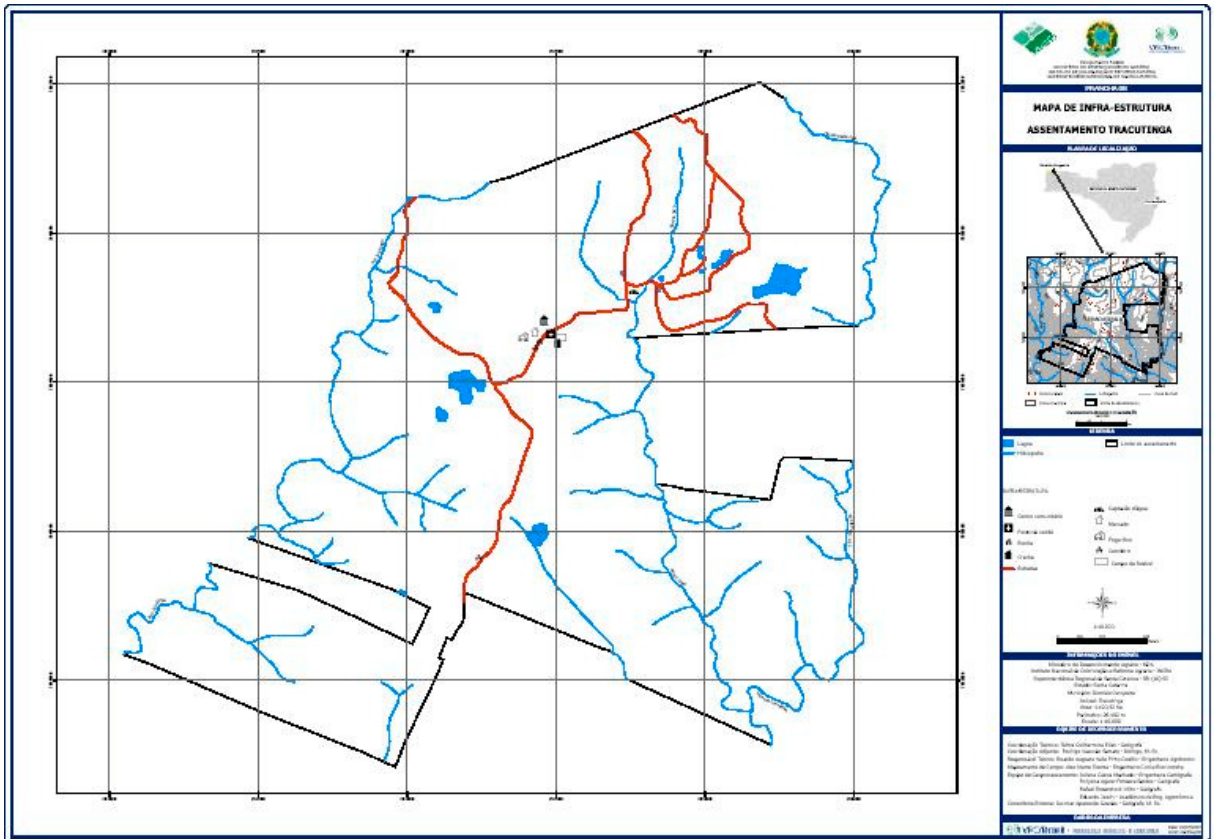
- *Lavoura* – Plantio, colheita dos grãos. Recuperação do solo.
- *Armazém e Secador* – Secagem dos produtos.
- *Oficina* – Manutenção e reparos das máquinas internas.
- *Construção* – Fazer as reformas e construção que são necessárias internamente.
- *Maquinário* – Manutenção e reparos das máquinas. Prestação de serviço para os demais setores internos.

5. Equipe do Administrativo e Social – (Finanças/Contabilidade, Comercialização, Controles e Custos, Secretaria, Projetos, Administrador Geral, Ciranda Infantil, Escola, Alojamento, Setor de Saúde).

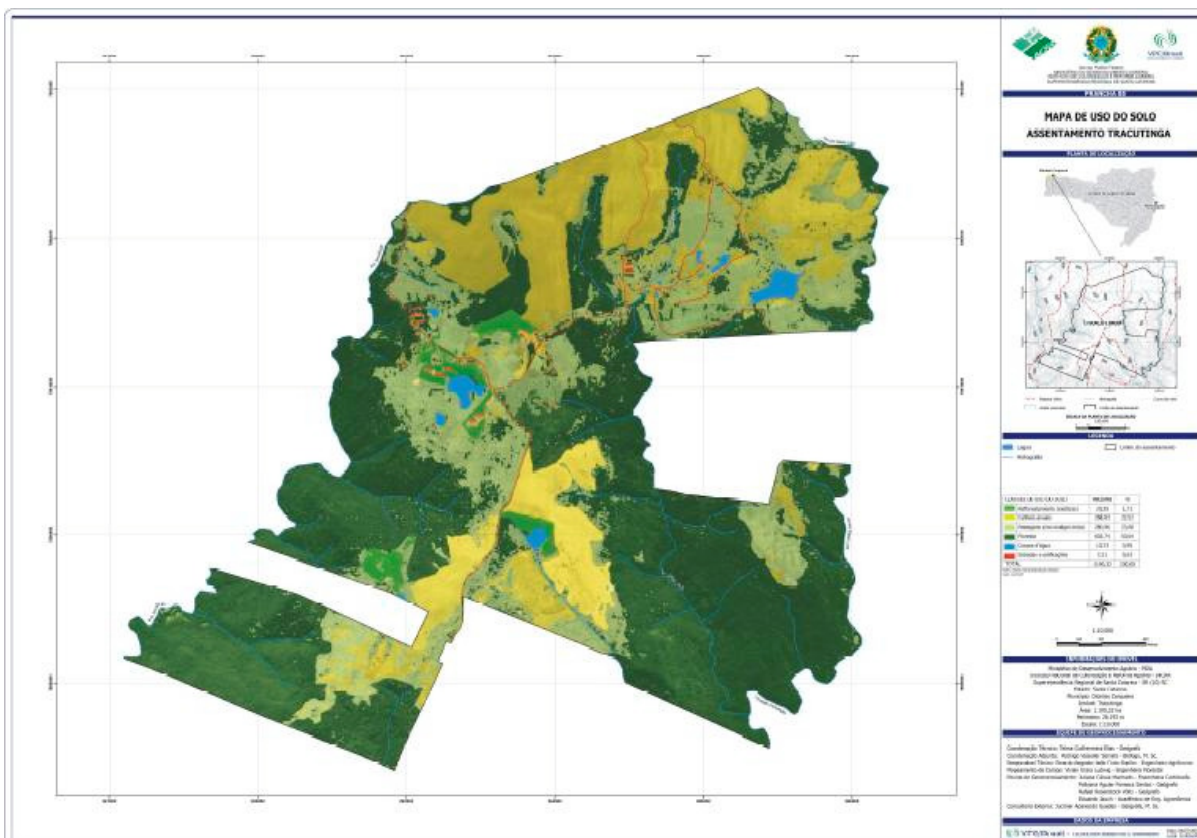
- *Finanças/Contabilidade* – Administrar as finanças da cooperativa e fazer os controles contábeis.
- *Comercialização* – Organizar as compras e vendas.

-
- *Controles e Custos* – Recolher os controles e realizar os custos de produção dos setores da cooperativa, bem como fazer análises de viabilidade econômica e ver forma de diminuir custos.
 - *Secretaria* – Repassar recados, documentação dos sócios e da cooperativa, recibos, entre outros.
 - *Projetos* – Elaboração de projetos para as áreas políticas, sociais e econômicas da cooperativa.
 - *Administrador Geral* – Sua função é reunir dados dos controles e custos, finanças e comercialização e fazer análises de viabilidade, dando sustentação para a direção ampliada e conselho diretor.
 - *Ciranda Infantil* – Organizar, cuidar e ajudar na educação das crianças das famílias do assentamento.
 - *Escola* – Trabalhar a educação das crianças baseada no planejamento da escola e na nossa realidade.
 - *Alojamento* – Fazer alimentação para as visitas e a organização interna do alojamento.
 - *Setor de Saúde* – Realizar os atendimentos das pessoas e se necessário fazer os encaminhamentos hospitalares. Também fazer medicamentos alternativos e cuidar do horto medicinal.

ANEXO C - Mapa 2 – Mapa de infraestrutura do Assentamento Tracutinga



ANEXO D - Mapa 3 – Mapa de uso do solo do Assentamento Tracutinga



ANEXO E – Pirâmide Alimentar



ANEXO F – Comunicação Interna do Assentamento Conquista na Fronteira

Avisos

1. Nesta semana tivemos problemas com as embalagens de frango, fato este que resultou em segunda-feira ter abatido somente 2 mil frangos. Por esta razão amanhã teremos 4 mil frangos para abater. Para facilitar planejamos o almoço coletivo. Então convidamos todos para o almoço que será por volta das 12:30hs no salão. Faremos risoto e as famílias devem trazer prato, talheres e pão.
Responsáveis para fazer o almoco: Terezinha Vedovatto, Maria Casarin e Eva Matt.
2. No sábado antes do Natal, foi perdido RS 50,00, entre a oficina e o mercado, pedimos por favor se alguém achou favor devolver para o Leonir.
3. Programação esporte e lazer

DIA DA SEMANA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEIS
1ª Quarta feira do mês	Vídeo	Jandir e Diego
3ª Quarta feira do mês	Vídeo	Jandir e Diego
2ª Sexta feira do mês	Pintura	Tere e Ivone
1º Sábado do mês	Jogos diversos	Silvana
Última sexta feira do mês	Janta coletiva, homenagem aos aniversariantes, jogos, roda de viola	Lurdes, Pedrinho, Domingos e Jandir
Terças e sextas feiras	Atividades com as crianças	Tere e Silvana
Cada 90 dias (domingo)	Almoço coletivo	Comissão

Horário das atividades 8 as 10 hs da noite. Janta e roda de viola das 8 as 12hs da noite.

Comissão de esporte e lazer - Janeiro/2007.